**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGUÍSTICA GERAL**

WELLINGTON SANTOS DA SILVA

**A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um capítulo da história dos
contatos no Brasil**

(Versão Corrigida)

WELLINGTON SANTOS DA SILVA

**A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um capítulo da história dos
contatos no Brasil**

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
a obtenção do título de Doutor em Linguística

Área de Concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a Esmeralda Vailati Negrão

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SS5861 Santos da Silva, Wellington
1 A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um
capítulo da história dos contatos no Brasil /
Wellington Santos da Silva; orientadora Esmeralda
Vailati Negrão - São Paulo, 2020.
310 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Lingüística Geral.

1. Língua Geral de Mina. 2. Ciclo do Ouro. 3.
Ecologia de contato. 4. Sintaxe das línguas Gbe. I.
Negrão, Esmeralda Vailati, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Wellington Santos da Silva

Data da defesa: 16/12/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Esmeralda Vailati Negrão

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16/02/2021

Esmeralda Vailati Negrão

Código de controle: **H6D4 - AL87 - Z27R - S4YJ**

Documento autorizado às **12:26:09** horas do dia **16/02/2021** (hora e data de Brasília).

por **2696571 - Esmeralda Vailati Negrão**

Autenticado por **2696571 - Esmeralda Vailati Negrão**

Documento válido até **31/01/2222**

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo

<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

FOLHA DE APROVAÇÃO

Santos da Silva, W. **A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro**: um capítulo da história dos contatos no Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em: 16/12/2020

Banca Examinadora

Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (presidente)

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Enoch O. Aboh

Universiteit van Amsterdam

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Manuel Gonçalo de Sá Fernandes

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Mariza de Carvalho Soares

Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Esta pesquisa foi apoiada pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e pela CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio da concessão de duas bolsas de estudo.

- Bolsa de doutorado no país (CNPq), processo 142318/2016-7;
- Bolsa de doutorado-sanduíche no exterior (CAPES-Print), processo 88887.364975/2019-00.

À Aline Barreto (*in memoriam*), colega
querida e divertida, que se tivesse presenciado
esta conquista, teria vibrado juntamente comigo.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final do curso de Doutorado na Universidade de São Paulo significa o fim de uma trajetória de muitos anos, que começou lá no curso de graduação, quando cheguei à USP, me apaixonei por ela e pelos estudos da linguagem. Deste modo, é impossível agradecer a todas e a todos que passaram por mim ao longo dessa longa jornada. Porém, neste espaço, tentarei agradecer o maior número de pessoas e instituições possível, de modo a procurar externar o imenso sentimento de gratidão que caracteriza esse momento.

Começo pelas instituições:

Agradeço primeiramente ao CNPq, cuja bolsa de doutorado (processo 142318/2016-7) permitiu que eu me dedicasse integralmente à execução de meu projeto de pesquisa. Também agradeço ao programa CAPES-PRINT, cuja bolsa de doutorado-sanduíche (processo 88887.364975/2019-00) permitiu a realização do estágio na Universiteit van Amsterdam, onde, com o auxílio de meu supervisor, desenvolvi conhecimentos essenciais para a escrita da tese.

Serei eternamente grato à Universidade de São Paulo, pela formação de excelência que a mim proporcionou, por todos os auxílios a mim fornecidos através de suas pró-reitorias, e pelos momentos maravilhosos que passei nessa brilhante instituição. Em um momento em que vemos tantos ataques à Universidade e à educação e ciência públicas como um todo, é um alívio conhecer a USP por dentro e saber reconhecer o grande serviço que ela presta e prestará ao Brasil e ao mundo.

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por ter me recebido como seu aluno especial no Instituto de Estudos da Linguagem, onde pude aprender muito.

De igual modo, agradeço à Universiteit van Amsterdam, que me recebeu como visiting researcher durante um semestre. Sou grato por todo auxílio burocrático dado pelos funcionários da UvA, desde o pedido de visto e a busca por moradia, até a estadia efetiva em Amsterdam. Foi uma experiência ímpar poder contar com uma confortável sala de trabalho, com uma biblioteca aberta de domingo a domingo, com o curso de escrita em língua inglesa e até com os maravilhosos cafés e chás oferecidos pela Universidade.

Logicamente, as instituições acadêmicas são compostas por pessoas e a elas agora externo a minha gratidão.

Agradeço imensamente à minha orientadora, a brilhante Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão. Trabalhar sob sua supervisão foi um dos maiores presentes de minha acadêmica, devido ao seu amor pela atividade científica, seu comprometimento com a Universidade e com seus alunos e colegas e sua grande experiência. Com ela aprendi e continuo aprendendo muito sobre a pesquisa e sobre a docência.

I switch to English in order to thank Prof. Dr. Enoch O. Aboh, my supervisor during the internship at UvA. I am strongly grateful for his kindness, patience and academic generosity. I learned a lot with you, Enoch. I also thank you for your presence and comments in the defense.

Agradeço imensamente à Evani de Carvalho Viotti, uma das melhores professoras que tive na USP e na vida. Serei eternamente grato por seu incentivo constante à minha formação, por seus comentários em meu exame de qualificação, pelos livros emprestados e pelos cursos ministrados.

Agradeço à professora Margarida Petter, por seu incentivo desde os primeiros passos da pesquisa de doutorado, por suas contribuições em meu exame de qualificação e pelos livros emprestados, os quais foram essenciais para o aprimoramento de minha tese.

Agradeço à professora Olga Coelho Sansone, minha orientadora de mestrado. Sou grato por sua atitude compreensiva quando decidi mudar de linha de pesquisa no doutorado, por seu interesse e apoio durante a realização da tese e também pelo incentivo dado à continuidade de minha carreira acadêmica.

Agradeço à professora Mariza de Carvalho Soares, pela importante contribuição dada ao meu trabalho por ocasião de minha defesa, pela oportunidade de diálogo interdisciplinar e pelo brilhante trabalho que ela realiza no âmbito da história dos africanos Gbe no Brasil.

Agradeço ao professor Gonçalo Fernandes, pelas contribuições dadas durante a defesa da tese e pela generosidade com que sempre me atendeu nas vezes em que pedi textos relevantes para a execução de meu trabalho.

Agradeço ao professor Alexander Cobbinah, pela consideração e respeito ao meu trabalho e por suas contribuições.

Agradeço também ao professor Thomas Daniel Finbow, pelo interesse que sempre demonstrou por minha pesquisa e por suas questões e sugestões de análise durante eventos como o ENAPOL e o congresso da ABRALIN.

Agradeço aos professores das disciplinas que cursei durante o doutorado: Esmeralda Negrão; Evani Viotti; Thomas Finbow; Charlotte Galves; Emilio Pagotto; Márcia Oliveira. Com eles, pude conhecer referências fundamentais para o enriquecimento de meu trabalho.

Agradeço à Paula Martins, por sua supervisão no curso Programa de Leitura e Escrita Acadêmica em Linguística, no qual, através das monitorias, pude aprimorar as minhas próprias habilidades de leitor e escrevente.

Agradeço, com muito carinho, aos funcionários do Departamento de Linguística da USP, Érica Flávia e Robson Dantas, pela inestimável ajuda por eles oferecida em diferentes momentos de minha trajetória no DL. Agradeço principalmente à Érica, responsável pela Pós-Graduação, por seu auxílio em meu processo de doutorado-sanduíche e por seu essencial apoio no momento de depósito da tese.

O desenvolvimento da tese também foi acompanhado por vários amigos e colegas, os quais foram essenciais nos momentos de alegria, de conquistas, mas também nas dificuldades e perdas. Passo agora a registrar os nomes de alguns deles.

Agradeço imensamente aos meus colegas do grupo de pesquisa: Alex Andrade; Aline Barreto (*in memoriam*); Gabriela Souza Oliveira; Rodrigo Madrid; Rosana Rogeri; Suelen Aparecida Pereira. O apoio e a amizade desses colegas foram fundamentais para a discussão de análises e dúvidas, para o compartilhamento das angústias e alegrias da pós-graduação e também para vivenciar momentos memoráveis em congressos dentro e fora do Brasil.

Minha gratidão eterna aos meus dois grandes amigos nesse período de doutorado: Wendel Silva dos Santos e Maria Eugênia Barcellos. Foram muitos momentos de extrema alegria, de acolhimento nos momentos difíceis, de estudos nas bibliotecas da USP, de bandejões e também de mensagens, durante meu período na Holanda e na pandemia da COVID-19. Vocês tornaram o meu período na pós-graduação uma trajetória mais leve e divertida e, além disso, me ensinaram muitas coisas sobre a vida.

Também sou muito grato aos seguintes amigos: Felipe Gilvan, meu companheiro de apartamento e amigo de longa data; Vania Sena, amiga querida, a quem eu chamo minha *coach* profissional; Natacha Ribeiro, minha amiga de muitos cafés no bandejão e concertos na Sala São Paulo; Jemima Alves, amiga das longas e profundas conversas, que fez o meu réveillon europeu um pouco mais feliz; Luiz Fernando, grande colega da Linguística, sempre antenado nos concursos e nas burocracias, companheiro nas batalhas do doutorado-sanduíche; Cláudia

Coelho, a quem chamo de “rainha da sintaxe”, por ser uma grande companheira e professora nas monitorias do curso de Sintaxe; André Daher, meu grande amigo, por, juntamente com a Ligia, ter feito da minha estadia na Europa um momento de muitas felizes descobertas; Fernanda Ziober e Thiago, por terem sido um grande apoio para mim na Holanda, pelos jantares em sua casa, pelos passeios e pelos calorosos debates acadêmicos; Alline Santos, por ser uma fonte de inspiração no que diz respeito à arte, à cultura e aos conhecimentos afro-brasileiros; Bruno Guide e Cecilia Farias, pela gentileza do convite para gravar o “Babel podcast” e poder compartilhar um pouco do meu trabalho; Mateus Nunes, meu amigo querido, pelas várias merendinhas, pelas cantorias e mensagens bem-humoradas; Daniel Losnach (Danalo), meu amigo dos debates políticos e dos áudios enormes; Nicolás Waldhelm, pelo carinho e pela torcida; Soledad Padilla (Sole), my colleague at Universiteit van Amsterdam, for her friendship and support during the development of my dissertation; Louis Kempf, from UvA, for her support and friendship during my stay at the Netherlands; Edvan, Jessica, Grazi e Marcus Vinicius, por terem me apresentado muitas coisas da linda Amsterdam e por terem feito os meus domingos um pouco menos solitários.

Essa trajetória não teria sido possível sem o auxílio da minha amada família, que sempre esteve ao meu lado. Por isso, agradeço imensamente à minha mãe, Maurilia, por ser amiga, intercessora, conselheira, mantenedora, por me aguentar nos momentos de desespero e por acreditar no meu trabalho e nos meus sonhos. Agradeço à minha amada irmã Noemi, por seu carinho, interesse e apoio em todos os momentos de minha caminhada. Agradeço à minha irmã Maria Alice, por todo apoio financeiro e pela torcida. Agradeço ao meu irmão Wilton pelo apoio financeiro em momentos cruciais. De igual modo, agradeço aos meus cunhados Nelson e Débora.

Por fim, agradeço a Deus, o responsável por todos os encontros que redundaram na conquista do título de doutorado.

RESUMO

Nesta tese, apresentamos um estudo sobre a língua geral de Mina (LGM), uma língua africana falada no Brasil, no século XVIII, e documentada por António da Costa Peixoto, no manuscrito *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741). Nosso objetivo consiste em demonstrar, através da análise de tópicos da sintaxe, que a LGM tinha uma gramática essencialmente Gbe, com inovações em alguns domínios, devido aos processos de competição e seleção de traços linguísticos ocorridos na ecologia de contato. Neste sentido, nossa abordagem é ancorada na investigação da história dos contatos linguísticos que caracterizaram o Ciclo do Ouro, nas Minas Gerais, local onde a LGM foi falada. Deste modo, tomamos como base a teoria da evolução linguística (MUFWENE, 2001, 2008, entre outros), bem como trabalhos que abordam os mecanismos de competição e seleção de traços linguísticos em ecologias de contato (ABOH, 2015a, DEGRAFF E ABOH, 2017, entre outros). Além disso, com o intuito de identificar, o tanto quanto possível, os agentes formadores da LGM no Brasil, investigamos alguns aspectos da vida dos africanos escravizados, cobrindo os períodos anterior e posterior ao tráfico transatlântico. Com o auxílio da literatura historiográfica, constatamos que os povos Gbe – os mais atingidos pela escravidão do período do Ciclo do Ouro (LAW, 2002) – eram dotados de uma notável homogeneidade etnolinguística (ABOH, 2015a), o que, na diáspora, proporcionou a união desses povos em torno do grupo de procedência Mina, rede social de interação bastante sólida que, segundo argumentamos, também foi aberta aos desclassificados do ouro, em Minas Gerais (ABOH, 2015a; LAW, 2002; SOUZA, 2004; entre outros). O estudo sobre a sintaxe da LGM toma como ponto de partida uma série de trabalhos sobre a estrutura das línguas Gbe modernas (ABOH, 2004, 2007, 2015b; AMEKA, 1991, 2010; ESSEGBEY, 1999; ABOH E ESSEGBEY, 2010, entre outros), sob o argumento de que, ao longo dos séculos, essas línguas apresentam uma relativa estabilidade nos domínios de sua gramática (ABOH, 2015a). No entanto, os tópicos da sintaxe da LGM sugerem que, enquanto a variedade Gbe da diáspora permite identificar alguns traços morfossintáticos característicos do referido conjunto de línguas, ela também apresenta algumas inovações, resultantes dos processos de competição e seleção de traços na ecologia linguística do Ciclo do Ouro.

Palavras-chave: Língua geral de Mina. Ciclo do Ouro. Ecologia de Contato. Sintaxe das línguas Gbe.

ABSTRACT

In this doctoral dissertation, I study *Língua Geral de Mina* (LGM), an African language spoken in Brazil during the 18th century, and which was documented by António da Costa Peixoto in his manuscript *Obra Nova de Língua Geral de Mina* (1741). My goal is to show, through the analysis of some topics of the LGM syntax, that this was essentially a Gbe language with some new grammatical features, due to the processes of the competition and selection of linguistic features that took place in the ecology of contact. In this sense, my approach is based on the investigation of the history of the linguistic contact that has characterized the mining economy in Minas Gerais (Brazil), where LGM was spoken. As theoretical framework, I follow Mufwene's (2001, 2008) theory of language evolution, as well as some researches on the processes of competition and selection, such as Aboh (2015a) and DeGraff & Aboh (2017). In addition, aiming to identify, as far as possible, the creators of LGM, I studied some aspects of the life of the enslaved Africans, considering the period before and after the transatlantic slave trade. Based on historiographic works, I found that the Gbe peoples - the most impacted by the mining economy slavery (LAW, 2002) — were characterized by a remarkable ethnolinguistic homogeneity (ABOH, 2015a), which, as a consequence, promoted the union of these people during the diaspora. This new strong African social network was called Mina. I argue that, in the mining period, that social network was also composed of the 'gold declassified', a numerous group of poor and free people who lived in Minas Gerais that time (SOUZA, 2004). This study of LGM syntax takes as a starting point a series of works on the structure of modern Gbe languages, such as Aboh (2004, 2007, 2015b), Ameka (1991, 2010), Essegbey (1999), Aboh & Essegbey (2010) etc. I followed Aboh's (2015a) hypothesis that, over the centuries, Gbe languages have been relatively stable. Then I found that LGM displays several characteristic features of Gbe languages, but it also shows some new phenomena as a result of the processes of competition and selection that took place in mining linguistic ecology.

Keywords: *Língua Geral de Mina*. Mining economy. Ecology of contact. Gbe languages syntax.

Lista de Figuras

Cap. 2

Figura 1. Competição e Seleção de traços linguísticos, 84

Figura 2. Congruência de traços, 85

Cap. 3

Figura 1. Mapa da Costa da Mina, 127

Figura 2. Mapa dos portos da Costa dos Escravos (séculos XVII-XVIII), 132

Cap. 4

Figura 1. *Clusters* dialetais das línguas Gbe, 160

Figura 2. Competição e Seleção de traços na formação de koinés, 168

Cap. 5

Figura 1, Ecologia de Contato do Ciclo do Ouro, 293

Lista de Tabelas

Cap. 2

Tabela 1. Propriedades distribucionais do nome e seus modificadores, 87

Cap. 4

Tabela 1. Lista de palavras de quinze variedades Gbe, 162

Tabela 2. Quadro pronominal das línguas Gbe, 163

Cap. 5

Tabela 1, Padrões gerais da morfossintaxe Gbe, 206

Tabela 2, Marcadores de Tempo e Aspecto na LGM, 235

Sumário

Introdução	01
Capítulo 01	
História Linguística Brasileira: notas sobre o tratamento teórico-metodológico das histórias de contato	
1.0. Introdução	04
1.1. A trajetória linguística dos africanos no Brasil: olhares a partir do português	08
1.1.2. Conclusões parciais	35
1.2. A formação histórica do português brasileiro em meio à cultura atlântica	
Crioula	38
1.2.1. Conclusões parciais	55
1.3. Construindo uma História Linguística brasileira: uma tarefa dividida em capítulos, regiões ou línguas	56
1.4. Conclusões	61
Capítulo 02	
Contato linguístico: força motriz na história das línguas	
2.0. Introdução	63
2.1. O contato como ruptura na história das línguas: uma retomada crítica	64
2.2. O contato como o centro da evolução linguística	69
2.3. Entendendo a ecologia de contato	74
2.4. Competição e seleção de traços	82
2.5. Conclusões	93
Capítulo 03	
História Linguística do Ciclo do Ouro: movimentos populacionais e contatos linguísticos	
3.0. Introdução	94
3.1. Ciclo do Ouro: uma ecologia de contato	95
3.2. Notas sobre os africanos escravizados do Ciclo do Ouro: uma diáspora Gbe	124
3.2.1. Contatos e conflitos na Costa da Mina	125
3.3. O Ciclo do Ouro: falantes Gbe numa ecologia de contato multilinguístico	135

Capítulo 04

Língua geral de Mina: análise crítica de algumas abordagens anteriores

4.0. Introdução	146
4.1. Correia Lopes (1945): o gu impactado pela aquisição de segunda língua	147
4.2. Yai (1997): o fongbe em fase de criouliização	157
4.3. Souza (2001): em torno da tipologia de uma língua veicular	169
4.4. Castro (2002): o fongbe como paradigma de análise	181
4.5. Bonvini (2008): a língua geral de Mina como uma língua veicular em estado de pidginização	194
4.6. Conclusões	199

Capítulo 05

Tópicos da sintaxe da língua geral de Mina à luz da morfossintaxe Gbe

5.0. Introdução	202
5.1. Tópicos da sintaxe Gbe	205
5.2. Explorando a sintaxe da língua geral de mina: uma gramática Gbe num contexto de diáspora	210
5.2.1. O sintagma nominal modificado por adjetivos	211
5.2.2. Os marcadores de Tempo e Aspecto	219
5.2.3. Os verbos de complementação inerente	235
5.2.4. Construções de serialização verbal	245
5.2.5. Conclusões parciais	253
5.3. Alguns padrões inovadores da língua geral de Mina	253
5.3.1. A sintaxe da negação	254
5.3.2. Notas sobre a periferia esquerda da LGM	271
5.3.2.1. As interrogativas-WH e a marcação de Foco	276
5.3.2.2. A LGM e as estruturas de topicalização	282
5.4. Conclusões	292
Considerações finais	295
Referências	299

Introdução

A tese aqui apresentada consiste no fruto de uma pesquisa interdisciplinar, que procurou conjugar conhecimentos de duas diferentes disciplinas: a Linguística, mais especificamente as teorias de contato linguístico e vários trabalhos sobre a sintaxe das línguas Gbe¹; e a História, sobretudo a História Social relativa às Minas Gerais do século XVIII, a historiografia sobre o tráfico transatlântico e sobre os povos africanos oriundos da antiga Costa da Mina. Tal perspectiva pretende ser um exemplo concreto de História Linguística, tal qual a área definida no texto programático de Negrão e Viotti (2012).

Conforme veremos ao longo do desenvolvimento da tese, a História Linguística (NEGRÃO E VIOTTI, 2012) pretende constituir-se como uma nova perspectiva para o estudo da mudança linguística e um de seus principais fundamentos é a multidisciplinaridade. Ora, sabemos que o estudo da mudança consiste em uma das questões mais clássicas da pesquisa linguística, desde o seu ápice, carreado pela Linguística Histórica do século XIX, até os seus desenvolvimentos mais recentes, em novas bases epistemológicas, nos séculos XX e XXI (cf. SILVA, 2016). Contudo, no âmbito da História Linguística, o foco de investigação não incide apenas sobre as mudanças no sistema linguístico, mas sim sobre todo um conjunto de sistemas que envolvem os falantes das línguas – História, Economia, Política etc. – e promovem, através de suas alterações, mudanças no curso da evolução linguística, isto é, no nascimento, desenvolvimento, variação, mudança e morte das línguas (MUFWENE, 2008).

Isso posto, defendemos que esta tese consiste em apenas um capítulo da História Linguística brasileira, dado o seu caráter complexo e multifacetado. Nosso objeto central é a língua geral de Mina (LGM), variedade africana falada nas Minas Gerais dos séculos XVIII, um período histórico prototípico para a compreensão dos fenômenos de contato linguístico, devido às seguintes razões: amplos movimentos populacionais; crescimento do tráfico de africanos escravizados; um grande processo de urbanização etc. É no interior

¹ Ao longo da tese, seguiremos o padrão utilizado em Petter (2015a) para nomear os grupos e línguas africanas. Neste sentido, os nomes de famílias e grupos linguísticos (por exemplo, línguas Gbe, línguas Bantu etc.) serão grafados com inicial maiúscula, ao passo que as línguas pertencentes aos grupos serão identificadas por letras minúsculas. Naturalmente, essa sistematização poderá não ser a mesma utilizada em alguns dos textos citados. Os nomes de povos e regiões são grafados com iniciais maiúscula.

da zona mineradora que surge a *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741), escrita por António da Costa Peixoto, documento de extrema relevância tanto para a história das línguas africanas quanto para a história do português brasileiro.

Conforme vemos no título da tese e em várias passagens do texto, optamos por nos referir ao período estudado de maneira, por assim dizer, metonímica, denominando-o de Ciclo do Ouro. Tal escolha foi feita devido à centralidade da prática da mineração na estruturação daquela formação social. Segundo argumentamos – à luz da literatura historiográfica – é a atividade mineradora que direciona a escravização majoritária de africanos falantes de línguas Gbe naquele período e, conseqüentemente, a emergência da língua geral de Mina. Também é a mineração que parece provocar os intensos movimentos populacionais na região, a urbanização, a presença da burocracia portuguesa etc., mudanças com impactos diretos na formação da ecologia de contato. Porém, não obstante os aspectos mencionados, percebemos que o termo “Ciclo do Ouro” pode veicular uma visão simplista daquele momento histórico, caracterizado por outras práticas econômicas e outras organizações sociais². Portanto, sempre que possível, o período estudado receberá uma alcunha metonímica mais genérica, qual seja, Minas Gerais do século XVIII. Passemos, então, a aspectos mais gerais da estruturação do texto.

O primeiro capítulo da tese mostra que o contato entre o português e as línguas africanas sempre esteve na agenda dos pesquisadores brasileiros, desde o século XIX. Contudo, na maior parte do tempo, as variedades trazidas pelos escravizados foram tratadas como coadjuvantes em relação à história do português, e, não raro, receberam abordagens extremamente críticas por parte de alguns estudiosos, que viam nos usos linguísticos dos cativos a razão para muitas mudanças que, de alguma forma, afastavam o PB de sua norma. Em nossa perspectiva, alguns aspectos dessas análises poderiam ser explicados por duas diferentes razões: (i) a perspectiva teórica sobre o papel do contato na história das línguas; e (ii) o desconhecimento das línguas africanas. Entretanto, a história começa a mudar muito recentemente, quando, por uma série de razões que ainda merecem explicações aprofundadas na seara da historiografia linguística, emergem trabalhos que buscam entender profundamente as línguas africanas, para, num segundo

² Agradeço à professora e historiadora Mariza de Carvalho Soares (comunicação pessoal) por chamar a atenção para esse problema.

momento, compreender o seu papel na constituição do PB. É a esse conjunto de pesquisas que este trabalho se vincula.

No entanto, seguindo as generalizações de Negrão e Viotti (2012), cremos que um trabalho dessa natureza só pode ser feito mediante a adoção de teorias de mudança que não enxerguem o contato como ruptura, e sim como o centro dos processos de evolução linguística (MUFWENE, 2001, 2008). É a esses modelos que nos reportamos no capítulo 02, ressaltando as suas contribuições e diretrizes para a composição de uma História Linguística. Assim, no capítulo 03, voltamo-nos para a análise da ecologia do Ciclo do Ouro, e, à luz de uma série de trabalhos historiográficos, mostramos como os elementos constituintes desse período da história social e econômica brasileira concorreram para a existência da língua geral de Mina como uma variedade veicular naquele contexto.

No capítulo 04, revisitamos alguns trabalhos anteriores sobre a língua geral de Mina, a fim de ressaltar os seus aspectos pioneiros e evidenciar suas lacunas, reforçando a especificidade de nossa abordagem. Assim, nos desvencilhando da questão sobre a identidade da LGM, algo muito debatido na literatura, centramos nossa discussão e nossas críticas nos aspectos ecológicos, tais como: as teorias de mudança e emergência de língua adotadas nesses trabalhos; as visões sobre o instrumento linguístico produzido por Costa Peixoto; as generalizações sobre as línguas faladas pelos africanos escravizados; e as análises gramaticais realizadas. Este último tema nos leva ao quinto capítulo, no qual analisamos alguns dos tópicos da sintaxe da LGM.

Em nossa análise da sintaxe da LGM, flagramos o retrato de uma língua africana que, no contexto da diáspora, estava passando pelos processos de competição e seleção de traços linguísticos. Cabe esclarecer, entretanto, que nossa investigação é baseada na edição do documento preparada por Luís Silveira, em 1944, numa publicação da Agência Geral das Colônias (Portugal). Embora a escolha por um documento editado possa trazer vários prejuízos do ponto de vista do tratamento filológico, mostraremos que a natureza da edição não prejudicou a nossa proposta de trabalho, na medida em que os dados por nós privilegiados puderam ser observados e analisados em sua integralidade. Assim, à luz de uma série de trabalhos sobre a morfossintaxe das línguas Gbe, procuramos evidenciar em que medida a LGM se aproxima das variedades africanas de seu grupo, bem como as inovações que emergem na ecologia de contato multilinguístico do Ciclo do Ouro.

Capítulo 01

História Linguística brasileira: notas sobre o tratamento teórico-metodológico das histórias de contato

1.0. Introdução

Os fenômenos linguísticos relacionados aos contextos de colonização sempre despertaram o interesse de estudiosos como filólogos, linguistas e historiadores, devido ao potencial que as línguas presentes nesses espaços têm de informar sobre as condições de vida, sobre os povos em contato, sobre as relações econômicas etc. Na verdade, a temática colonial é um terreno privilegiado para estudos de natureza interdisciplinar, como, por exemplo, entre a História e a Linguística, união esta que pode evidenciar como as vicissitudes do devir histórico impactam na trajetória das línguas faladas pelos povos colonizados, daquelas trazidas pelos recém-chegados e nas das prováveis variedades inovadoras. Diante disso, esta tese se propõe a fazer um exercício de História Linguística, analisando um dos capítulos da longa trajetória colonial de formação do Brasil, a saber: o Ciclo do Ouro¹.

Sabemos, entretanto, que as reflexões sobre os impactos linguísticos das histórias coloniais são bastante antigas, e foram construídas sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Como exemplo, podemos nos referir às generalizações que Silva Neto (1963[1950]) faz a respeito do transplante das línguas europeias para as suas respectivas possessões coloniais, análise feita com base em teorias linguísticas correntes no século XIX e do início do século XX:

É que as áreas de colonização, como já ensinava Schuchardt em 1870, caracterizam-se por grande unidade linguística, visto nelas se cruzarem e entrechocarem povoadores de todas as proveniências. Por isso lembrava ele que o inglês da América do Norte, média dos vários dialetos que com os povoadores atravessaram o oceano, é o denominador comum, uma espécie de

¹ Conforme discutimos na introdução – à luz da arguição feita pela Profa. Dra. Mariza de Carvalho Soares –, o termo “Ciclo do Ouro”, embora consagrado na literatura historiográfica tradicional que embasa a tese, dá a falsa impressão de que toda a organização social e econômica das Minas Gerais do século XVIII estava baseada na atividade mineradora. Entretanto, aquele contexto era muito mais complexo, na medida em que, para além da prática da mineração, havia outras atividades econômicas que não são incluídas no conceito de Ciclo do Ouro, como a agricultura, a pecuária, o comércio etc. Neste sentido, esclarecemos que, embora tenhamos dado destaque à mineração e ao seu papel na criação da ecologia de contato das Minas Gerais do século XVIII, não ignoramos os outros componentes daquela complexa formação social.

koiné. Anos mais tarde, em 1892, Lenz observava o mesmo caráter no espanhol chileno, onde se dera uma *aprachliche* (nívelação linguística). À proporção que progredia o estudo das línguas transplantadas ia-se confirmando esse princípio, que Meyer-Lübke generaliza ao estudar o francês canadense. (SILVA NETO, 1963[1950], p. 126-7)

Conforme relata Silva (2016, p. 93), ao longo de um período da história dos estudos linguísticos, a investigação das línguas europeias transplantadas constituiu-se numa importante tradição de estudos – isto é, uma frente de trabalho organizada em torno de um conjunto coerente de problemas, tratados a partir de uma perspectiva epistemológica semelhante e em condições sociais e culturais de produção comuns (ALONSO, 2012). A título de exemplo, podemos nos referir à teoria de mudança que embasava esses trabalhos, levando os estudiosos a identificar nas línguas transplantadas propriedades gramaticais comuns, a saber: koinetização, apressamento dos prazos evolutivos e conservadorismo. Tais características estariam sempre presentes, devido aos elementos conjunturais inerentes aos contextos de colonização, marcados pelos contatos entre falantes de diferentes dialetos de uma mesma língua – geralmente, a língua do colonizador – e a aquisição de uma nova língua por parte das populações escravizadas, processo este que, naquela concepção, se dava em condições desfavoráveis ao aprendizado. Este segundo ponto chama a atenção para um aspecto extremamente relevante da configuração linguística dos contextos coloniais, qual seja: nesses espaços, as línguas europeias nunca estiveram sozinhas, mas em contato com outras variedades, provocando, assim, uma série de fenômenos de mudança linguística. Tais fenômenos de mudança, entretanto, seriam quase sempre vistos como deletérios à língua europeia transplantada, denunciando, em nossa perspectiva, o fato de que muitos desses trabalhos eram marcadas pelo viés colonialista.

De modo relacionado, vemos que os espaços de dominação colonial também chamaram a atenção devido às línguas faladas por seus povos nativos, as quais, não raro, foram estudadas por missionários ou viajantes, muitos deles a serviço das potências europeias dominadoras, que viam no aprendizado das línguas autóctones uma forma de aumentar o controle sobre as populações (cf. DEGRAFF, 2003). É nesse contexto que se dá o estudo das línguas gerais ameríndias por parte dos jesuítas e também os primeiros estudos gramaticais sobre as línguas africanas. Em relação a estas últimas, Rosa (2019, p. 55) relata que os europeus começaram a se interessar pelo estudo das variedades

subsaarianas por volta do século XVII, impulsionados por projetos de evangelização e por interesses econômicos.

A tese da especificidade linguística dos contextos de colonização também é defendida por muitos estudiosos das línguas pidgins e crioulas, muitos deles calcados na seguinte generalização dualista: os crioulos constituiriam uma classe especial de línguas, diferentes das línguas “normais” ou “regulares”. Segundo DeGraff (2003, p. 391), tal generalização seria fruto de uma perspectiva colonialista que, no âmbito da linguagem, daria prosseguimento a uma série de pressupostos anti-igualitários herdados da história (neo)colonial, a fim de construir argumentos de hegemonia política, cultural e racial. Segundo o autor, essa visão de mundo teria sido respaldada por um discurso científico que, no âmbito dos estudos linguísticos, seria representado pela linguística histórico-comparativa do século XIX, segundo a qual as línguas crioulas seriam variedades degeneradas das línguas europeias (DEGRAFF, 2003, p. 394).

Um exemplo da crioulistica excepcionalista seria o trabalho de Thomason e Kaufman (1988), que chama de línguas mistas as línguas que emergiram nos locais onde houve contato entre falantes de duas ou mais línguas estrangeiras. Na visão dos autores, tais variedades seriam formadas através da transmissão linguística imperfeita, processo no qual os subsistemas que compõem uma língua – fonologia, morfologia, sintaxe, semântica etc. – são oriundos de diferentes matrizes. No polo oposto, estaria o processo de transmissão linguística normal, no qual todos os subsistemas gramaticais provêm de uma única língua, a qual as crianças adquirem como língua materna (cf. THOMASON 2009). Segundo Thomason (2009), a transmissão linguística imperfeita teria dado origem aos pidgins, crioulos e línguas mistas bilíngues, ao passo que as línguas formadas através do processo de transmissão linguística normal seriam todas aquelas cujo sistema poderia ser reconstruído a partir de uma única língua-mãe, como as línguas românicas, por exemplo². Dadas essas razões, somente as línguas formadas através do processo de transmissão linguística normal poderiam ser analisadas à luz do método histórico-comparativo, devido à regularidade e previsibilidade das mudanças observadas.

Por outro lado, há autores que rejeitam uma perspectiva excepcionalista em relação às línguas crioulas, assumindo que, não obstante o termo possa ser histórica e tradicionalmente vinculado a determinadas línguas – em geral, variedades formadas a

² Conforme mostraremos no capítulo 02, Mufwene (2008, 2012) problematiza essa divisão, argumentando que as línguas românicas também emergiram através dos contatos linguísticos ocasionados pelo Império Romano, que pode ser considerado uma instância de colonização do mundo antigo.

partir do contato entre europeus e africanos (DEGRAFF, 2003, p. 391) –, não há nada em sua estrutura que as singularize frente a outras variedades linguísticas, visto que todas elas são formadas a partir do contato e interação entre os indivíduos (cf. MUFWENE, 2008). Aliás, de acordo com DeGraff (2003, p. 399), em alguns casos, as línguas ditas crioulas apresentam mais similaridades estruturais em relação às suas lexificadoras do que as línguas europeias apresentam em relação às suas respectivas línguas-mãe antigas. Isso seria verdadeiro, por exemplo, para o crioulo haitiano – língua falada na antiga colônia francesa de Saint-Domingue –, no qual as semelhanças morfosintáticas com o francês seriam mais expressivas do que as similaridades da língua europeia em relação ao latim³.

Todo esse debate relativo ao interesse linguístico das histórias coloniais nos leva, naturalmente, a pensar no Brasil, país gestado no bojo de uma longa história colonial, na exploração do trabalho escravo indígena e africano e construído com base na execução de diferentes projetos econômicos, cada um deles fomentando uma série de movimentos populacionais e transformações sociais. Diante dessas questões, nesta tese, voltamos nossa atenção para um capítulo específico de nossa história colonial: o Ciclo do Ouro, no século XVIII, momento caracterizado pelo desenvolvimento de importantes atividades econômicas, propulsoras de um elevado índice de movimentos populacionais, bem como de contatos étnicos e linguísticos. No interior desse contexto complexo, recortamos ainda mais o nosso olhar, estudando especificamente uma língua africana transplantada para a zona mineradora, a língua geral de Mina (doravante, LGM), variedade documentada por António da Costa Peixoto em dois documentos: *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguezas correspondentes* (1731) e *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdioma* (1741), sendo esta última o foco de nosso trabalho.

À luz da teoria da evolução linguística, de Mufwene (2001, 2008, entre outros), da historiografia sobre os africanos escravizados trazidos da Costa da Mina, bem como de estudos sobre a estrutura sintática das línguas Gbe (ABOH, 2004; ABOH E ESSEGBEY, 2010; ESSEGBEY, 1999; entre outros), argumentaremos que a LGM foi uma variedade Gbe transplantada para o Brasil, mantendo-se como uma das línguas faladas na ecologia de contato do Ciclo do Ouro. Antes disso, retomamos alguns trabalhos que, de alguma maneira, trataram de nossa história linguística colonial, analisando

³ Voltaremos a tais questões no capítulo 02.

especialmente o modo como foram tratadas as línguas faladas pelos africanos escravizados e o espaço dado a elas para a compreensão de nossa trajetória. Conforme veremos, nos primeiros momentos, essas variedades foram discutidas de maneira, por assim dizer, acessória, e apenas contemporaneamente têm ganhado relevância no debate teórico da Linguística.

1.1. A trajetória linguística dos africanos no Brasil: olhares a partir do português

No decorrer de sua longa história, os estudos linguísticos praticados no Brasil – compreendendo as tradições dos filólogos e dos linguistas – podem ser caracterizados pela multiplicidade de orientações teórico-metodológicas concomitantes e, não raro, conflitantes. Não obstante a variabilidade dos modelos, no que diz respeito aos objetos de estudo, percebemos que um deles sempre ocupou – e ainda ocupa – a centralidade na agenda das mais diferentes linhagens de reflexão: o português brasileiro. Este fato é constatado por Altman (2004), que, ao estudar a institucionalização da Linguística no Brasil, observando também a obra dos filólogos da primeira metade do século XX, conclui o seguinte:

A Linguística brasileira deste final de século parece, pois, após um quarto de século de produção autônoma, disposta a operar a síntese entre as práticas de pesquisa com que rompeu, e as práticas que criou, por meio da volta ao estudo do português do Brasil. Sem dúvida, é na recorrência (renovada) do problema da língua falada no Brasil, aparentemente fora de questão desde meados do século (Pinto, 1981), que pode estar a especificidade e originalidade da produção brasileira, como tradição de pesquisa (ALTMAN, p. 295, grifo nosso)

Conforme se lê, na perspectiva de Altman (2004), a temática do português brasileiro (doravante, PB) pode ser entendida como a principal marca da tradição de pesquisa linguística no Brasil. Vale ainda fazer referência ao trabalho de Coelho e Silva (2018), que mostra como a questão da definição da variedade de português falada no Brasil movimenta, desde o século XIX, diferentes tradições de pesquisa, fundamentadas no exame de dados dos diferentes níveis de análise, nas perspectivas sincrônica ou diacrônica. Naturalmente, foi também esse protagonismo do PB que canalizou as investigações sobre as línguas africanas que aqui aportaram, analisadas sob a perspectiva da história dos contatos, sempre tendo como referência a língua nacional majoritária. Aparentemente, essa tradição segue – conscientemente ou não – uma tendência que já

havia sido orientada no final do século XIX, por Nina Rodrigues, um dos pioneiros no estudo dos africanos no Brasil⁴:

A solução do problema linguístico no Brasil reclama, pois, a inversão dos termos em que geralmente o temos visto posto até hoje. Não se trata de conhecer a linguística africana pelo estudo aprofundado das línguas dos escravos importados. Cessado o tráfico, tornou-se isso quase inexecutável. Trata-se, em primeiro lugar, de saber quais foram as línguas africanas faladas no Brasil e, em segundo lugar, tomando conhecimento dos modernos estudos sobre elas realizados na África, apreciar a influência que exerceram sobre o português falado no Brasil. (RODRIGUES, 2004[1932], p. 136, grifos nossos)

Ora, de um certo ponto de vista, concordamos com a orientação de Nina Rodrigues, dada a impossibilidade de conhecer cada uma das línguas africanas trazidas para o Brasil, pois elas eram muitas e tipologicamente diversificadas (cf. BONVINI, 2008, p. 30-31), e também pelo fato de que conhecer a influência do contato com as línguas africanas na constituição do PB nos parece uma contribuição fundamental que os estudos linguísticos podem dar a toda uma frente transdisciplinar de pesquisas que buscam entender a participação dos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. Entretanto, acompanhando a análise de Bonvini (2008, p. 15), percebemos que, em grande parte dos casos, a análise do contato do português com as línguas africanas no Brasil – segundo o autor, articulada em torno das grandes hipóteses de influência, criouliização e semicriouliização – foi ancorada numa perspectiva unidirecional, fazendo com que a participação das variedades de África fosse vista de maneira negativa. Nesta seção, procuramos iluminar alguns aspectos dessa tradição, tendo como foco central a análise das visões sobre o contato linguístico e sobre as línguas africanas veiculadas por esses trabalhos. Para caracterizar esses diferentes trabalhos, tomamos emprestado o conceito de “discurso da perda”, formulado em Paixão de Sousa (2010).

Um dos primeiros estudiosos a abordar a questão da emergência de variedades do português em contextos de contato massivo foi o filólogo português Francisco Adolfo Coelho, o qual, ainda no século XIX, acompanhando os desdobramentos da Filologia Românica de seu tempo, iniciava discussões acerca da criouliização do português. Segundo Meijer e Muysken (1977, p. 24), os romanistas começaram a se interessar pelos crioulos porque, tendo como pergunta central as razões que teriam levado o latim a se

⁴ Embora a primeira edição da obra de Nina Rodrigues tenha sido publicada em 1932, de acordo com Bonvini (2008, p. 15), o livro *Os africanos no Brasil* fora redigido entre os anos 1890 e 1905.

transformar em várias línguas diferentes, ininteligíveis entre si, eles acreditavam que, ao olhar para fora da Europa, conseguiriam comparar e verificar o papel desempenhado pelas línguas de substrato. De acordo com Silva (2016, p. 39), seguindo essa tendência, Adolfo Coelho, em suas conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa⁵, argumentava sobre a necessidade de se estudar as formas dialetais que o português teria assumido em localidades da África, América e Ásia, e propunha a elaboração de estudos comparativos dessas variedades, do ponto de vista glotológico, etnológico e psicológico.

De acordo com Meijer e Muysken (1977, p. 25), Adolfo Coelho (1880) defendia a hipótese de que as línguas crioulas representariam o primeiro estágio na aquisição de uma língua estrangeira. Seria um processo regido por leis psicológicas universais, de modo que as línguas de substrato não exerceriam nenhum tipo de influência direta na língua a ser adquirida. Coelho atribuía a suposta simplicidade das línguas crioulas ao baixo status sociocultural dos falantes, os quais, por instinto, fariam uma modificação seletiva na língua do grupo de status social mais elevado. Segundo os autores, Adolfo Coelho foi um dos primeiros proponentes de uma teoria universalista para a emergência dos crioulos, relacionando esse processo aos princípios do aprendizado de segunda língua. No entanto, é preciso dizer que o filólogo português não era um caso isolado no debate científico de seu tempo, visto que, segundo DeGraff (2003, p. 397), a perspectiva de que as línguas utilizadas por não-brancos eram, por assim dizer, inferiores, era compartilhada por crioulistas de um modo geral, por historiadores e filósofos, sob o mesmo argumento de que os falantes eram dotados de propriedades cognitivas primitivas.

Segundo Meijer e Muysken (1977, p. 24), em seu texto *Os Dialectos Romanicos ou Neo-Latinos na Africa, Asia e América*, Coelho aborda sobretudo dados oriundos de Cabo Verde, e aplica a eles a metodologia tradicional da Filologia, comparando-os diretamente às formas do PE. Por esta razão, na visão dos autores, o filólogo deixou de observar as especificidades relativas ao contexto social de emergência das línguas crioulas, levando em consideração apenas os dados que mais se aproximavam do português⁶. Ao tratar

⁵ A Sociedade de Geografia de Lisboa era uma instituição formada por alguns intelectuais liberais que, à época, descontentes com a posição diplomática de Portugal, voltavam seus olhares para as então colônias portuguesas na África, a fim de tratar de suas condições climáticas, disponibilidade para agricultura etc (MEIJER e MUYSKEN 1977, p. 24). Neste sentido, parecia ser do interesse dos associados ter notícias a respeito das variedades linguísticas faladas nas localidades relevantes.

⁶ Segundo veremos no capítulo 04, um problema semelhante emerge no trabalho de alguns autores que estudaram a língua geral de Mina, na medida em que, ao compará-la com outras variedades das línguas Gbe, acabaram por detectar perdas estruturais em relação a um padrão Gbe, sem levar em consideração aspectos centrais da ecologia de contato do Ciclo do Ouro.

especificamente do PB, Coelho (1880) atestava a semelhança entre esta língua e as línguas crioulas, devido à tendência de supressão de plural e o hábito de fazer diminutivos a partir de formas pronominais. Neste ponto, parece-nos importante fazer referência a uma observação feita por DeGraff (2003, p. 399-400), segundo o qual muitas dos trabalhos que apontaram discrepâncias estruturais tão grandes nos crioulos em relação às suas lexificadoras foram condicionadas pelo viés dos parâmetros selecionados para as análises, pelos métodos utilizados e também pelas motivações dos estudos, marcados pelo lastro colonialista.

Outro estudioso que, no Brasil, ainda no século XIX, tratou de aspectos relativos ao contato que falantes de outras línguas tiveram com o português foi o crítico literário Sílvio Romero⁷. Para ele, no período colonial, o Brasil era marcado pelo bilinguismo dos africanos e indígenas, aos quais, sendo falantes de outras línguas nativas, era o imposto o português. Esse estado de coisas, segundo Romero, era perceptível em manifestações culturais, como nas canções por ele coletadas, nas quais diferentes línguas eram justapostas. De acordo com Pinto (1978), Sílvio Romero também levou em consideração a situação de outros imigrantes europeus que adquiriam o português como L2. Neste sentido, o crítico concluía que o português colonial passara por um processo de dialeção regional (cf. PINTO 1978).

Passando ao século XX, temos em Renato Mendonça um dos nomes centrais que, em seus livros – *A Influência Africana no Português do Brasil* (1933) e *O Português do Brasil: origens, evolução, tendências* (1936) –, passa a defender a tese de que o PB teria sofrido influências decisivas em sua gramática, devido ao contato com as línguas africanas e indígenas. A análise de Mendonça (1936) toma como ponto de partida a Geografia Linguística, entendida por ele como uma disciplina que, seguindo princípios teórico-metodológicos da Geografia, procuraria mostrar como os fenômenos linguísticos poderiam ser considerados propriedades regionais. Dizia ele: “O confronto, então destas várias cartas linguísticas das regiões contíguas esclarece bem as diferenciações dialetais, que o território, aliado a causas históricas e sociais, produz na unidade do idioma” (MENDONÇA 1936, p. 20). É com base nesta perspectiva que o autor vai defender o ponto de que, na análise do PB, não seria razoável levar em consideração apenas as

⁷ Vale dizer que, de acordo com Schwarcz (2018, p. 408), Sílvio Romero era um crítico da miscigenação e classificava o mestiço como um degenerado.

variedades cultas das capitais, deixando de lado os falares regionais, visto que isso levaria a conclusões equivocadas sobre o português falado na América.

Neste sentido, Mendonça (1936) toma como diretriz o trabalho do lexicógrafo Rodolfo Garcia, o qual teria sido pioneiro no tratamento da dialetação do PB sob uma perspectiva geográfica, distinguindo cinco zonas de subdialetos brasileiros, a saber: (I) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão), caracterizada por uma economia extrativista, por uma população de mestiçagem indígena e nômade; (II) Norte-Oriental (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas), marcada pela presença do “elemento negro” na formação étnica e cultural; (III) Central-Marítima (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro), zona na qual os indígenas teriam sido exterminados, predominando as matrizes negras; (IV) Meridional (São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul), zona, na visão de Garcia, marcada pela ausência de uma forte influência do elemento negro na formação étnica⁸ e caracterizada pelas diferenças culturais, devido às propriedades topológicas (região muito montanhosa); (V) Alti-plana-central (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso), descrita por Garcia como uma região isolada, de topografia montanhosa e de formação rural. Embora faça algumas ponderações acerca das divisões propostas por Rodolfo Garcia – sobretudo devido à perspectiva estática e também pela falta de observação de diferenças dentro das áreas pertencentes à mesma zona –, Mendonça (1936) se ancora no esquema delineado pelo lexicógrafo, a fim de argumentar que o “caldeamento étnico” entre brancos, índios e negros teria gerado uma espécie de “mestiçagem linguística” (MENDONÇA 1936, p. 122).

Um dos pontos centrais da proposta de Renato Mendonça diz respeito ao impacto linguístico da presença dos africanos escravizados no Brasil, que, na sua perspectiva, não teria ficado circunscrito à culinária, música ou crenças (MENDONÇA 1936, p. 126). Assim, o autor atribuirá à influência africana algumas mudanças ocorridas no PB, como em fenômenos de natureza fonológica (assimilação e redução de ditongos, por exemplo), morfológica (redução da marcação de plural, mudanças no sistema pronominal e na expressão do gerúndio) e, em menor número, sintática⁹: “Na morfologia o negro deixou

⁸ É preciso levar em consideração o fato de que, segundo atestam alguns autores da historiografia, tal região, pelo menos São Paulo, também foi impactada pela presença africana, devido, sobretudo, ao fortalecimento da economia cafeeira.

⁹ Para maiores informações, recomendamos a leitura de Mendonça (1936), Borges (2015) e Silva (2016).

apenas vestígios o que é explicável pela diferença profunda entre as línguas indo-europeias e africanas (MENDONÇA 1935[1933], p. 119).

Em *A Influência Africana no Português do Brasil*, Renato Mendonça (1933) dedica um capítulo especial à discussão das ideias dos principais africanistas de seu tempo. Segundo Borges (2015, p. 109), Mendonça destaca a presença das seguintes línguas africanas no Brasil: nagô ou yorubá; quimbundi; gêge ou ewe¹⁰; tapa ou nife; e guruncis. Além disso, tomando como base Nina Rodrigues, afirma que o ioruba teria sido uma língua geral na Bahia, da mesma forma que o quimbundo teria exercido esse papel nas regiões norte e sul. O autor também argumentava que o impacto de línguas não indo-europeias estaria tornando o PB uma língua, por assim dizer, menos românica:

Separada do português no século XVI, a língua respirou no Brasil com os próprios pulmões, sem a placenta intermediária da língua mater.

Assim, historicamente esse galho se desprende do tronco, crescendo e vicejando com a enxertia nas terras americanas. (MENDONÇA 1936, p. 126)

No que diz respeito à existência ou não de uma língua crioula no Brasil, Mendonça sustentava a seguinte opinião: “No Brasil, deve ter havido dialetos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram” (MENDONÇA 1936, p. 111).

Dentre os vários aspectos interessantes do trabalho de Mendonça, é possível fazer referência à sua ancoragem na tradição africanista. A esse respeito, vale a pena destacar uma crítica que ele fazia a outros estudiosos, por não darem uma dimensão privilegiada à participação do negro na formação cultural, aparentemente, por razões ideológicas:

Isto resulta da proeminência indevida que se conferiu ao índio com prejuízo do negro na formação da nacionalidade brasileira. Há mesmo aí muita coisa influenciada pelo indianismo de Gonçalves Dias e Alencar. O negro que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro, que erra pelas florestas... (MENDONÇA 1935[1933], p. 109)

¹⁰ É interessante observar que Mendonça toma como sinônimos de língua os termos utilizados no Brasil para fazer referência a um conjunto de africanos, de acordo com sua região de procedência na África: ‘nagô’, termo utilizado para se referir aos falantes de ioruba, e ‘gege’, nome pelo qual eram chamados os falantes de línguas Gbe (cf. PARÉS 2018a, p. 80).

Destacamos também a problematização que o autor faz às teses da linguística histórico-comparada, na medida em que leva em consideração a hipótese de que o contato com as línguas africanas e indígenas poderia ter contribuído para o distanciamento do PB em relação às línguas românicas prototípicas. Além disso, vale dizer que, até onde pudemos acompanhar, o autor não toma as características do PB como provas de que se estaria tratando de uma língua excepcional, no sentido criticado por DeGraff (2003). Entretanto, chama a nossa atenção o fato de que Mendonça atribui à influência africana apenas fenômenos de simplificação estrutural, perspectiva bastante frequente nas análises excepcionalistas sobre os crioulos.

Serafim da Silva Neto, importante filólogo da primeira metade do século XX, contestava frontalmente as hipóteses de Renato Mendonça e outros autores a respeito da influência das línguas africanas e indígenas no PB, classificando-as, pejorativamente, como teses negrófilas e indiófílas. Sua principal tese era a defesa da “vitória da língua portuguesa no Brasil”, o que, em linhas bastante gerais, consistia no entendimento de que, ao longo da história da formação do Brasil, o português teria travado “embates” com outras línguas faladas no território, logrando sua vitória definitiva no século XIX (cf. SILVA NETO 1950). De acordo com ele, após dois períodos seguidos de predominância indígena e africana, o português teria se imposto no Brasil, com os ventos luzitanizantes da chegada da família real ao país, em 1808.

As análises de Silva (2016, 2017) mostram que o trabalho de Silva Neto está baseado em uma literatura historiográfica que entendia o Brasil como uma continuidade de Portugal, no plano político, social e cultural. Neste sentido, o filólogo ancora as suas análises linguísticas em estudiosos que, na perspectiva de Costa (2006), empregam um “léxico de continuidade”¹¹ na interpretação da história brasileira, tais como Varnhagen (1816-1878) e Oliveira Viana (1883-1951). Consequentemente, Silva Neto compõe uma história linguística em que a questão da superioridade da língua portuguesa é constantemente colocada, em oposição às variedades de outras matrizes:

Há ainda referências, no Brasil-Colônia, ao uso de línguas africanas nas aglomerações negras das cidades.

¹¹ Costa (2006) utiliza a expressão “léxico de continuidade” para se referir à caracterização que alguns trabalhos historiográficos deram para a Independência do Brasil (1822). Na visão de alguns historiadores, o processo independentista teria sido resultado do sucesso da colonização portuguesa, que teria como seu ápice a emancipação da possessão americana. Na visão desses estudiosos, tal processo também teria deixado como um de seus resultados a superioridade cultural branca.

Cedo, porém, saíram do uso, com a expansão, cada vez maior do português.

O idioma dos descobridores, com seu alto prestígio de língua escrita e rica literatura, foi absorvendo os focos não românicos: os episódicos falares africanos e a pertinaz língua geral, que só muito lentamente foi cedendo terreno (SILVA NETO 1963[1950], p. 86, grifos nossos)

Conforme podemos ler, a análise de Silva Neto sugere que a história linguística brasileira se deu de maneira linear, à medida que o português, dada a sua superioridade de língua escrita, ia eliminando os “focos não românicos”, termo utilizado para fazer referência às línguas africanas e indígenas.

Não obstante todas as críticas feitas à tradição de pesquisa representada por Renato Mendonça, Silva Neto (1950), ao periodizar a história da língua portuguesa no Brasil, sugere a existência de um *semicrioulo*, termo que, na visão de Lucchesi (2012, p. 52), poderia ser considerado pioneiro no âmbito da linguística de contato da época:

No Brasil os colonizadores encontram-se em presença de populações indígenas, e logo depois veem-se forçados, pelas exigências dos trabalhos a importar escravos de África. Um novo problema assim se põe diante de nós: a assimilação destes indivíduos e a sua incorporação na cultura portuguesa.

É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização, se tenha formado entre esses índios, negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada *crioulo*, ou *semicrioulo* pela linguística moderna. (SILVA NETO 1963[1950], p. 127)

Silva Neto (1950) situa a emergência do *semicrioulo* no segundo momento de sua periodização – 1624 a 1808 –, justamente o momento em que crescia a presença de africanos escravizados no Brasil, frente ao desaparecimento da população indígena e o paulatino aumento da população de origem branca (SILVA NETO 1963[1950], p. 80). Destas interações, teria emergido uma variedade crioula:

Esse povoamento do interior fez-se, pois, com as massas do litoral. Eram elas compostas, em percentagens diversas, de índios, negros, mestiços e brancos decaídos – e se entendiam num falar crioulo, linguajar de emergência, em que o branco figurava como professor involuntário e desinteressado. (SILVA NETO 1963[1950], p. 82-3, grifos nossos)¹²

¹² Um fato interessante é que, não obstante Silva Neto (1950) atribua grande parte das mudanças do PB ao apressamento da deriva por parte dos aloglotas (indígenas e africanos), o trecho citado permite concluir

Segundo a explicação de Silva e Negrão (2018, p. 91), a base da periodização de Silva Neto (1950) para a história linguística brasileira consiste naquilo que o filólogo chama de “ascensão social do mestiço”, materializada na seguinte passagem: “[...] A uma fase índia pode ter sucedido a africanização. E é positivamente certo que a branquização tal como mancha de óleo, se foi alargando cada vez mais” (SILVA NETO 1963[1950], p. 91). Deste modo, partindo do pressuposto de que todos os integrantes da sociedade colonial tomavam os brancos portugueses como referencial cultural, o filólogo argumenta que os mestiços buscavam sempre o “branqueamento linguístico”. Devido a esse processo de transição de uma variedade mais característica dos africanos escravizados para uma mais afeita à população branca, haveria o *semicrioulo*:

Nos crioulos há vários graus de aprendizagem, pois, segundo as circunstâncias, o primitivo falar xacoco se mantém ou é aos poucos renovado pelo sangue novo da língua europeia. De geração em geração, à custa sobretudo da escola, se vai aperfeiçoando e enriquecendo a primitiva fala de emergência. É o que está sucedendo com relação ao crioulo francês da Ilha Maurícia.

Daí o admitir-se a existência do *semicrioulo*, ou seja, um estágio aperfeiçoado da primitiva aprendizagem.

Esse tipo de linguajar exemplifica-nos o choque entre o falar europeu e o *crioulo*. Este vai sendo, pouco a pouco, penetrado de palavras e giros do falar europeu. O *semicrioulo* encerra, pois, formas e torneios *semicultos* (SILVA NETO 1963[1950], p. 108)

Silva e Negrão (2018, p. 94) procuram interpretar o conceito de *semicrioulo*, com base na análise que Silva Neto (1949) propõe para um dos crioulos do Suriname. De acordo com o relato do filólogo, dentre os primeiros povoadores da referida localidade, havia um conjunto de judeus portugueses, de modo que os africanos escravizados que com eles estabeleceram contato criaram uma variedade “quebrada” da língua-alvo. Com a formação dos quilombos, e afastados dos falantes europeus – os quais teriam permanecido nas *plantations* –, os africanos teriam aprofundado a formação de um crioulo negro-português ininteligível por parte dos missionários, bem como dos escravizados que continuaram vivendo na cidade (SILVA NETO 1949, p. 60). Sendo assim, aparentemente, na perspectiva de Silva Neto, uma língua crioula seria uma variedade completamente reestruturada, resultante do isolamento espacial dos negros, algo que, para

que, na visão do filólogo, a variedade crioula também teria sido criada com a participação de falantes nativos do português, chamados de “brancos decaídos”.

o filólogo, não teria ocorrido no Brasil, onde a influência das variedades portuguesas urbanas teria sido muito grande (SILVA e NEGRÃO 2018, p. 94). Aliás, Silva (2016, p. 109) já havia mostrado que a oposição entre a cidade e o campo consiste num dos principais eixos argumentativos de Silva Neto (1950), devido à estrutura social de cada um desses locais, suas formas de ocupação, suas atividades econômicas, culturais etc. Consequentemente, na visão do filólogo, tais diferenças estruturais seriam traduzidas em diferenças linguísticas, como uma permanência mais prolongada do semicrioulo nos ambientes rurais e a sua rápida eliminação nos contextos citadinos.

É importante destacar que Silva Neto (1950) considera a deriva (no sentido de Sapir (1921)) um dos principais gatilhos de mudança no português falado no Brasil, processo que seria comum nas línguas transplantadas (cf. SILVA 2016). Neste sentido, a língua teria algumas tendências de mudança imanescentes, sempre na direção da simplificação gramatical, as quais seriam apressadas por circunstâncias de ordem sociocultural. Dentre essas circunstâncias, o filólogo apontava o aprendizado da língua por parte dos aloglotos, ou seja, os indígenas e africanos, que ao aprender o português “de ouvido”, sem o auxílio da escolarização, apressariam os “prazos evolutivos” da língua. Silva (2016, p. 95) observa que o conceito de deriva, aliado ao conhecimento que Silva Neto detinha sobre o latim e a formação das línguas românicas – isto é, dentro da perspectiva assumida pela Linguística Histórica do século XIX –, ajudava-o a negar a influência do contato de línguas na formação do PB, dado que, se as mudanças já estavam prefiguradas no sistema, não haveria espaço para argumentar a favor da influência ou interferência de substrato:

Como vulgarismos encontrados em todas as partes do Brasil, mesmo nas classes baixas do Rio de Janeiro, há vários traços dignos de nota: iotização de *lh*, supressão de *-r* e *-l* finais, redução de *nd* e *mb* a *n* e *m*, respectivamente, passagem de *l* velar a *r*.

Tais pronúncias que – nunca é demais salientá-lo, são rigorosa e exclusivamente vulgarismos – pertencem àquela categoria de tendências já contidas na deriva da língua que logo irrompem quando o meio social é turvo e incerto pela convivência de populações de origens diversas e a consequente falta de uma rígida norma linguística.

São, portanto, pronúncias devidas a relaxamento de articulação, imputáveis ao desleixo de aloglotos os quais, de modo geral precipitam a deriva da língua. Não são, é preciso frisar, fatos decorrentes de fenômenos de interferência

linguística: não se pode aqui falar em influência de línguas americanas ou africanas. (SILVA NETO 1963[1950], p. 196, grifos nossos)

Conforme podemos ler nos trechos grifados, embora, em sua perspectiva, Silva Neto reconheça a contribuição dos aloglotos para a configuração de alguns traços gramaticais característicos do PB – devido ao seu “mal aprendido” da língua-alvo –, o autor esclarece que tais traços já estariam contidos na deriva da língua e, por esta razão, não poderiam ser atribuídos a transferências de propriedades gramaticais das línguas de substrato, pois, na perspectiva do filólogo, dada a superioridade portuguesa, africanos e indígenas não poderiam exercer influência positiva:

No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios.

Aqui é necessário conceituar o que seja *dialeto crioulo*. Esses falares representam uma língua europeia toscamente aprendida por povos de cultura e situação social inferior. Caracterizam-se por simplificação extrema, que atinge sobretudo a conjugação. (SILVA NETO 1963[1950], p. 107)

O trecho acima deixa evidente a perspectiva excepcionalista de Silva Neto (1950) a respeito das línguas crioulas e também sobre os africanos e indígenas, permeada por uma visão de inferiorização das etnias não-brancas. Estes traços são explicitados pela análise que o filólogo propõe para as propriedades linguístico-estruturais das variedades ditas crioulas – “vulgarismos”; “simplificação extrema da conjugação” –, bem como pelas características cognitivo-desenvolvimentais atribuídas aos indivíduos falantes, entendidos como povos que fizeram uma “tosca aprendizagem” da língua, devido à sua “cultura” e “situação social” inferiores (para uma visão crítica, cf. DEGRAFF, 2003; MUFWENE, 2008).

Paixão de Sousa (2010) mostra que a perspectiva de Silva Neto foi seguida por outros filólogos de sua geração, como Gladstone Chaves de Melo e Sílvia Elia. De certa maneira, há também na reflexão desses autores uma visão negativa a respeito do contato, processo que seria responsável pela perda¹³ das propriedades gramaticais do português,

¹³ É interessante observar que o “discurso da perda” que, de acordo com Paixão de Sousa (2010), marcou a reflexão dos filólogos da primeira metade do século XX, também foi característico das visões racistas de muitos observadores dos povos nativos brasileiros, os quais, de acordo com Schwarcz (2018, p. 403), foram “apreendidos pela ‘falta’”.

consequência da “deformação” da língua por parte dos índios e negros (PAIXÃO DE SOUSA 2010, p. 87-8), como podemos ver na seguinte passagem de Chaves de Melo:

Pois bem: o português, transplantado, sofreu um rude abalo. Passou por vicissitudes mil, decorrentes das condições históricas, sociais e geográficas da formação brasileira, sofreu com a concorrência do tupi, foi altamente deturpado na boca de índios e mamelucos, e na boca dos pretos, ficou ilhado em muitos pontos do território nacional, que se imunizaram do bafejo civilizador. Mesmo depois que foi tonificado pelas injeções de sangue novo, as levas de emigrantes lusos que, sucessivas, buscavam a Colônia, mesmo depois que se pôde acastelar na língua escrita, teve de ser usado por um povo que já tinha outra afetividade que não a portuguesa, outro espírito nacional, outra maneira de sentir e interpretar a vida. (MELO 1975[1946], p. 18)

Cremos que o trecho retirado de Chaves de Melo ilustra muito bem a perspectiva negativa a respeito do contato que indivíduos de etnias não-brancas tiveram com o português, pois, na visão de muitos estudiosos, esses povos teriam deturpado a língua europeia, tornando irreversível a retomada de alguns traços, mesmo diante do nascimento de falantes nativos da língua europeia.

De acordo com Paixão de Sousa (2010), as ideias defendidas pelos filólogos supracitados tinham como fundamento as generalizações da linguística histórica hegemônica no século XIX, tradição que, como vimos, foi a legitimadora de um discurso científico excepcionalista sobre as línguas crioulas (DEGRAFF 2003). A centralidade da morfologia de flexão é uma forte característica dos estudiosos dessa época, propriedade considerada por Schleicher como o ápice da evolução das línguas (PAIXÃO DE SOUSA 2010, p. 99). Segundo a autora, a existência ou não de morfologia flexional levou Schleicher a propor uma hierarquia entre as línguas, classificando-as em mais simples e mais complexas, chegando a argumentar que a tipologia linguística poderia dar elementos para se compreender a evolução humana (PAIXÃO DE SOUSA, p. 101-102):

[...] assim, da tese da correspondência entre o estágio evolutivo de cada língua e o estágio evolutivo de seus falantes decorre, logicamente, que os povos falantes de “*línguas decadentes*” são “*povos decadentes*”. Entre os exemplos mais repetidos destes grupos estão os povos falantes das línguas românicas modernas, “*decadentes*” em relação ao latim, pois que perderam a expressão puramente flexional das relações gramaticais. Decorre, também, da mesma tese, que os povos falantes de “*línguas primitivas*” são “*povos primitivos*”.

[...]

[...] a hierarquia de Schleicher funciona em dois sentidos: há línguas inferiores **por serem ainda primitivas**, e há línguas inferiores **por serem já decadentes**.
 [...] (PAIXÃO DE SOUSA 2010, p. 105-106)

A perspectiva excepcionalista de August Schleicher, tal qual descrita por Paixão de Sousa (2010), é patente, bem como a sua visão discriminatória a respeito dos diferentes povos. Neste ponto, julgamos importante sair um pouco do Brasil para retornar à África, onde o uso das características morfológicas para a classificação hierárquica de línguas e povos também serviu para que os primeiros gramáticos das línguas autóctones determinassem a posição das populações lá encontradas numa hierarquia cultural (ROSA, 2019, p. 95). Um exemplo desse tipo de leitura pode ser encontrado no trabalho do linguista alemão Wilhelm Bleek, um dos pioneiros na classificação das línguas Bantu, no século XIX. Na perspectiva de Bleek, as línguas poderiam ser divididas de acordo com a expressão ou não do gênero e, ao estudar as línguas prefixo-pronominais – categoria tipológica utilizada por ele para se referir às línguas Bantu –, o autor argumentava que os povos que as falavam não eram dotados de pensamento científico e cultural, dada a ausência de “codificação sexual” naquelas variedades (ROSA, 2019, p. 97). Neste sentido, percebemos que o racismo linguístico pautava a reflexão sobre os vernáculos africanos no século XIX.

Voltando ao contexto brasileiro, vemos que, após uma série de trabalhos que negavam a participação das línguas africanas na formação do PB, surge a tese de Guy (1981), cuja hipótese central consiste na criouliização inicial, dada a história social de formação do português brasileiro popular. A fim de discutir o problema, Guy (1981) se propõe a estudar os seguintes fenômenos de variação: (1) variáveis fonológicas: apagamento do -s final; desnasalização de vogais fonológicas; e (2) variáveis morfossintáticas: variação da concordância no sintagma nominal; variação da concordância sujeito-verbo. O objetivo do sociolinguista norte-americano consistia em investigar se os fenômenos por ele observados seriam frutos processos naturais de mudança e, portanto, também seriam atestados em outras línguas românicas, ou se, ao contrário, seriam causadas pelo contato linguístico, apresentando similitudes com outras variedades crioulas do português. Guy (1981) conclui que, no que diz respeito às mudanças fonológicas, poderia ser considerada a hipótese de que mudanças naturais teriam ocorrido ao longo da diacronia da língua. Porém, uma análise diferente foi aplicada aos fenômenos morfossintáticos, os quais, além de não serem, na visão do autor,

encontrados em outras línguas românicas, seriam influenciados pela perda de saliência fônica, processo comum nas línguas crioulas. Considerando a discussão proposta neste capítulo, vemos que o trabalho de Guy (1981), não obstante ressalte o papel das línguas africanas na formação do PB – ou, pelo menos, em uma de suas variedades –, parte de uma perspectiva excepcionalista das línguas crioulas, assumindo a existência de propriedades estruturais características desse tipo de língua e, além disso, defendendo a existência de dois tipos distintos de mudança linguística: uma mudança natural e outra induzida por contato.

Tarallo (1986[1993]) vai radicalmente contra a análise proposta por Guy (1981), sobretudo no que diz respeito à hipótese da descrioulização, dado que, na visão do primeiro autor, o PB estaria caminhando para a configuração de uma gramática totalmente distinta da do português europeu (PE). Diferentemente de Guy (1981), que, inicialmente, levanta a possibilidade da origem crioula do PB popular a partir de sua história social, Tarallo (1993[1986], p. 38) vai levar em consideração a história interna, a fim de definir o PB como uma “língua de tipo misto”, em sua visão, uma variedade que compartilharia propriedades sintáticas com línguas crioulas ou não crioulas, mas que, inconfundivelmente, estaria se distanciando do PE, seu “superestrato original”. Segundo observa Silva (2016, p. 190), ao tomar o referido caminho analítico, Tarallo vai, ao mesmo tempo, se afastar das propostas crioulistas, como a de Guy (1981), e das perspectivas internalistas, de acordo com as quais as mudanças atestadas no PB seriam fruto de mudanças no interior de um mesmo grupo linguístico.

É importante destacar que, ao contrário de Guy (1981), que analisa dados de natureza fonológica e morfossintática, o trabalho de Tarallo (1986) se concentra na investigação de mudanças fundamentalmente sintáticas, a saber: as estratégias de relativização do PB; realização do sujeito anafórico; realização do objeto anafórico; e a topicalização. Na visão do linguista, todos os processos destacados poderiam ser entendidos como consequências de perdas no sistema pronominal e na morfologia do verbo no PB. Focando especificamente na estratégia de relativa cortadora¹⁴, em uma análise bastante aprofundada no âmbito da Gramática Gerativa, Tarallo (1993[1986]) vai argumentar que fenômenos como esse emergiram no PB como uma consequência da extensão da regra *pro-drop* para outras posições sintáticas que não a de sujeito, como a

¹⁴ Um exemplo de relativa cortadora seria o seguinte: *E um deles foi esse fulano; aí, que eu nunca tive aula.*

de objeto direto, por exemplo. Assim, o PB seria diferente de outras línguas românicas, como o próprio PE, língua na qual sujeitos nulos seriam licenciados, mas não objetos nulos¹⁵.

Perseguindo a hipótese de que, de maneira aleatória, o PB compartilharia traços tanto com línguas não-crioulas quanto com línguas crioulas, o autor compara as estruturas da variedade por ele estudada com algumas propriedades do tok pisin, um crioulo de base inglesa, falado na Papua-Nova Guiné. Porém, Tarallo atribui as semelhanças a convergências da história interna de ambas as línguas, e não às supostas histórias sociais de criouliização:

[...] a história interna de cada sistema explica sozinha a reestruturação na representação de argumentos SN em cláusulas matrizes e relativas nas gramáticas contemporâneas. Podemos, por isso, com base nas similaridades sintáticas encontradas entre uma língua crioula legítima (Tok Pisin) e uma suposta língua crioula (PB) advogar a hipótese crioula para essa última? [...] (TARALLO 1993[1986], p. 49)

Segundo Pagotto (2007, p. 462), o trabalho de Tarallo surge em um contexto de desenvolvimento da Sociolinguística brasileira, de reavivamento da linguística diacrônica e dos estudos tipológicos ao redor do mundo. Neste sentido, a pesquisa desenvolvida não estava ligada aos grandes debates nacionalistas que marcaram a primeira metade do século XX e atingiram autores como Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo, os quais, conforme já tratamos neste capítulo, defendiam a continuidade do português no Brasil, a manutenção de uma norma comum entre os dois lados do Atlântico etc. A investigação de Tarallo, por sua vez, tinha um direcionamento fundamentalmente teórico-linguístico, qual seja, a preocupação de provar, à luz da Gramática Gerativa, que o PB tinha uma gramática totalmente distinta da do PE (cf. SILVA, 2016). Sendo assim, Pagotto (2007) argumenta que, considerando que o intuito de Tarallo era provar a distância extrema entre a sintaxe do PB e do PE, um dos caminhos analíticos seria argumentar a favor da hipótese de criouliização. Porém, o autor lida com essa tese de maneira bastante ambígua, alegando a falta de dados suficientes acerca da história interna e externa da língua no Brasil:

¹⁵ Para a cobertura completa da análise de Tarallo, sugerimos a leitura do trabalho do próprio autor ou a dissertação de Silva (2016).

Como argumentamos em todo o texto, o PB pode ter se criouilizado a qualquer momento de sua história. Sua feição sintática moderna tem muitos aspectos paralelos à gramática de crioulos legítimos. Meu interesse, mais uma vez, não é negar a possível história crioula do PB. Isso poderia ser feito se conhecêssemos mais tanto a história interna quanto externa do dialeto usado no Brasil. (TARALLO 1993[1986], p. 50)

Pagotto (2007) chama a atenção para o fato de que as comparações que Tarallo (1993) faz entre as gramáticas do PB e do tok pisin revelam tantas semelhanças que, à primeira vista, seria possível até dizer que o PB poderia ser considerada uma língua crioula. Entretanto, Tarallo refuta a tese, com base no pressuposto de que, enquanto nas línguas crioulas prototípicas as mudanças linguísticas seriam processadas abruptamente¹⁶, no caso do PB, teriam ocorrido mudanças graduais e aleatórias, levando apenas a uma dialeção: “O PB é, pois, resultado da alteração do PE em contato (esta palavra é crucial aqui) com diferentes grupos étnicos e diferentes línguas, uma situação que não leva necessariamente à crioulização, mas simplesmente à diferenciação dialetal” (TARALLO 1993[1986], p. 59). Na defesa de tal hipótese, Tarallo (1993[1985]) retoma as ideias de Adolfo Coelho, filólogo que, como já visto neste capítulo, defendia que, não obstante as semelhanças do PB com alguns crioulos portugueses, no Brasil, teria ocorrido um gradual processo de dialeção, deflagrando algumas tendências.

Ao examinar o trabalho de Tarallo (1993[1986]), Pagotto (2007) chama a atenção para a seguinte problemática:

Temos aqui duas questões que gostaria de destacar. Em primeiro lugar, veja que Tarallo anteriormente menciona o processo de dialeção a partir do contato do português com outras línguas. Este não constituiria aquilo que normalmente se chama de língua crioula. Mas observe que, ao utilizar o argumento da duração do processo contra a hipótese crioula, abre-se mão da dialeção por contato, atribuindo-se todo o peso dos fatores que a impulsionaram a condições internas do próprio sistema. O que tem sido difícil de administrar nas discussões em torno da história do português do Brasil é que, malgrado o fato de que atualmente elas não sejam alimentadas por paixões nacionalistas ou normativas, ainda se continua operando com a ideia de um único dialeto/uma única hipótese. O movimento que Tarallo empreende, com

¹⁶ É importante perceber que, na década na qual Tarallo escreve o seu trabalho, uma das principais teorias de crioulização em discussão era a Hipótese do Bioprograma, de Bickerton (1984). Em linhas bastante gerais, sob essa hipótese, Bickerton argumentava que os crioulos eram gramáticas criadas pelas crianças, sem o auxílio de *inputs*, tendo como base quase que exclusivamente os princípios da Gramática Universal.

o argumento da duração, é o de, ao negar o processo de criouliização, acabar por negar também a dialeção por contato interlinguístico, que pode ser também mais veloz que a mudança lenta e gradual. Temos tido uma dificuldade muito grande em lidar com a hipótese do contato interlinguístico: ao negarmos uma origem crioula – no sentido estrito do termo – terminamos por nos jogar nos braços da hipótese da mudança lenta e gradual, por deriva interna. (PAGOTTO 2007, p. 467, grifos nossos)

Conforme assinala Pagotto (2007), ao negar que o PB pudesse ser caracterizado como um crioulo, Tarallo (1993[1986]) incorre em um posicionamento ambíguo em relação ao papel do contato interlinguístico na mudança, mesmo sua análise não sendo pautada por argumentos nacionalistas ou normativistas. Em nossa perspectiva, cremos que seja possível dizer que, mesmo não assumindo um posicionamento ideológico acerca da superioridade de uma língua sobre as outras – como o fazem Silva Neto e Chaves de Melo, também seguidores da hipótese de dialeção –, a ambiguidade de Tarallo no tratamento do contato pode ser explicada pela visão excepcional que, naquela época, o autor tinha sobre esse processo, fundamentada também em uma visão excepcional de crioulo^{17,18}.

Outros estudiosos que problematizaram a perspectiva de Guy (1981) de criouliização das variedades populares do PB foram Naro e Scherre (1993), que analisaram os mesmos fenômenos investigados pelo primeiro autor, a fim de refutar a hipótese de criouliização e defender que algumas das mudanças observadas poderiam ser atribuídas a tendências já presentes no português europeu (PE). Os autores fazem algumas observações a respeito do contexto multilinguístico que caracterizava o Brasil colonial, que, além do português, convivía com o uso da língua geral de base tupi – por eles entendido como um pidgin ou uma koiné (p. 438) – e com línguas africanas. Entretanto, logo de saída, negam que haja indícios de que as variedades de português faladas por descendentes de africanos tenham se diferenciado daquelas praticadas por brasileiros de outras etnias, como ocorrera com o “black English”, nos Estados Unidos (NARO E SCHERRE, 1993, p. 439).

¹⁷ Agradeço à Esmeralda Negrão por chamar a minha atenção para esse aspecto.

¹⁸ Uma possível confirmação para esta análise vem do relato de Charlotte Galves (2017, comunicação pessoal), que, tendo sido parceira de Tarallo em muitas pesquisas, afirmou que o posicionamento, por assim dizer, reticente de Tarallo em relação ao contato linguístico seria justificado pelo fato de que, naquela época, assumir com toda clareza a influência do contato implicaria dizer que o PB era um crioulo.

Segundo Naro e Scherre (1993), nos primeiros momentos da história colonial brasileira, predominou no território uma língua geral indígena. Eles também sugerem que, inicialmente, os falantes não-nativos do português teriam adquirido a língua de maneira imperfeita, fato documentado por padres, como Antônio Vieira, e gramáticos, como João de Barros¹⁹. Na verdade, para os autores, inicialmente, as várias línguas que dividiam o contexto influenciavam umas às outras, sobretudo devido ao “aprendizado imperfeito” executado pelos falantes adultos (NARO E SCHERRE, 1993, p. 439).

Embora atestem a escassez de documentos acerca das línguas africanas faladas no período colonial, com base no trabalho de Nina Rodrigues, Naro e Scherre (1993, p. 440) aventam a hipótese da existência de dois pidgins de origem africana no Brasil, quais sejam, um de base ioruba, ao Norte, e outro de base quimbundo, ao Sul²⁰. Na perspectiva dos autores, tais variedades, ao lado da língua geral indígena, teriam tornado desnecessária a emergência de um crioulo de base portuguesa no Brasil, pois existiriam outras “línguas gerais” para sanar as necessidades comunicativas dos falantes, embora isso não invalidasse completamente a possível pidginização do português (NARO E SCHERRE, 1993, p. 441).

Com o intuito de problematizar a tese de criouliização proposta por Guy, Naro e Scherre (1993, p. 441) passam a considerar o fenômeno de variação de concordância nominal e verbal, informando que várias línguas crioulas e africanas²¹ apresentam formas invariáveis para a codificação das noções de pessoa, gênero, número, tempo e aspecto, razão pela qual muitos argumentariam que os dados variáveis do PB seriam resultado de um processo de africanização do português. Contudo, os autores contestam a hipótese de africanização, argumentando que a passagem de um sistema flexional para outro analítico já poderia estar prefigurado na Europa, como consequência de uma deriva das línguas românicas (NARO E SCHERRE, 1993, p. 442). E, no que diz respeito à variação na concordância verbal, os autores argumentam que a desnasalização, processo fonológico

¹⁹ Um ponto interessante a ser notado é que, curiosamente, as bases que Naro e Scherre (1993) utilizam para aventar a hipótese de uma aquisição imperfeita do português são, justamente, um padre jesuíta e um gramático, dois tipos de estudiosos que se pautavam por um ideal de língua. Como exemplo, podemos observar que os estudiosos dessa tradição tomavam o latim como a medida de todas as línguas (ROSA, 2019). Assim, certamente, eles avaliavam as variedades que não se encaixavam em seu ideal como formas imperfeitas de língua.

²⁰ Cabe salientar que não fica claro, do ponto de vista de uma teoria de contato linguístico, o motivo pelo qual os autores assumem que as variedades africanas referidas formavam pidgins no Brasil.

²¹ Cabe destacar que os autores não dizem a que línguas africanas eles se referem.

responsável pelo fenômeno morfossintático, também já seria encontrada em dialetos populares de Portugal, não se devendo, portanto, à influência do contato:

[...] Temos aí uma origem europeia da redução da concordância verbal, sem qualquer influência exterior necessária, africana ou ameríndia. Esta regra é, aliás, bem antiga: a omissão da nasal final é frequente nos textos medievais portugueses e até em latim clássico a nasal final era fraca (Grandgent, 1962, p.193). Omitia-se a nasal tanto em inscrições pré-clássicas como em inscrições plebeias tardias (Sturtevant, 1940, p.151), tendo sido restaurada apenas na fase da língua clássica escrita. (NARO E SCHERRE 1993, p. 442)

Conforme podemos ver, os autores defendem que o processo envolvido na perda da concordância verbal tem suas origens na deriva das línguas românicas desde o latim e, neste sentido, retiram do PB a exclusividade da mudança, negando, concomitantemente, o impacto do contato linguístico. A mesma linha de pensamento se mantém na análise da perda de concordância nominal, representada pela queda do -s final, uma vez que, na visão dos autores, o processo teria se iniciado em dialetos de Portugal, os quais seguiam as tendências de uma deriva pré-românica (NARO E SCHERRE 1993, p. 443-444).

Por fim, os autores concluem sua análise admitindo a possibilidade de ocorrência de uma fase de pidginização do PB, mas, considerando a ausência de uma farta documentação e também a ocorrência de fenômenos semelhantes em dialetos de Portugal, eles atribuem os dados de variação e mudança no PB como resultantes de deriva, reforçada pelas condições socioculturais do uso da língua no Brasil:

Para completar esse quadro temos que levar em conta a dimensão tempo, ao longo da qual chegaram ao Brasil ondas de populações de diversas origens étnicas. Estes movimentos demográficos tiveram o efeito de reforçar certas forças arroladas acima e de inibir outras. Naturalmente o efeito não foi uniforme em todas as comunidades linguísticas e nem mesmo nos indivíduos, mas em termos grosseiros costuma se distinguir três fases de predomínio étnico-demográfico: a fase inicial do predomínio ameríndio, a fase do predomínio africano e por último uma fase importante de reforço europeu e o começo da imigração asiática. Entretanto, a última fase não chegou a esmagar a fase anterior com a mesma força que esta teve sobre a fase ameríndia. As primeiras fases eram pidginizantes e caracterizadas pelo aprendizado; a última é mais padronizante embora também marcada pelo aprendizado por

populações europeias e asiáticas oriundas de terras onde o português era desconhecido²².

Através de todas essas fases, segundo a nossa visão, o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos. (NARO E SCHERRE 1993, p. 451)

A referência aos trabalhos de Tarallo (1993[1986]) e Naro e Scherre (1993) nos permite concluir que a recusa à hipótese de criouliização do PB era compartilhada pelos pesquisadores daquela geração, provavelmente, devido à concepção excepcionalista que se tinha a respeito dos crioulos naquela época, caracterizados, na visão de Tarallo (1993[1986]), como línguas de emergência, surgidas num curto espaço de tempo, apressando mudanças que, no curso normal da deriva, seriam processadas ao longo de séculos. Neste sentido, não obstante considerassem a mudança como perda e reestruturação, tanto Tarallo quanto Naro e Scherre não atribuíam os fenômenos à transferência das estruturas do substrato para a língua de superestrato, pois os falantes envolvidos no aprendizado imperfeito da língua-alvo apenas reforçariam tendências pré-existentes na deriva da língua. Reiteramos aqui, com base em DeGraff (2003), o caráter excepcionalista da perspectiva defendida pelos três estudiosos, calcada na distinção entre mudanças regulares e mudanças anormais. Porém, no que diz respeito ao trabalho de Naro e Scherre (1993), destacamos que as observações feitas em relação ao multilinguismo do Brasil colonial e as interferências múltiplas entre as línguas gerais indígenas e africanas, bem como suas interações com o português são de especial interesse para a elaboração de uma História Linguística nos moldes propostos nesta tese.

Os trabalhos de Lucchesi (2009) e Lucchesi e Baxter (2009), embora também neguem a origem crioula estrita do PB, assumem que a variedade da língua românica aqui gestada pode ser considerada fruto de um processo de transmissão linguística irregular, descrito da seguinte maneira:

²² Situações como a do aprendizado do português como L2 por parte de asiáticos e outros europeus sugerem que, não necessariamente, temos um estado de coisas tão distinto da fase de aquisição dos indígenas e africanos. Neste sentido, propostas como a de Negrão e Viotti (2012), sobre o estudo regional da história linguística brasileira, são extremamente relevantes, a fim de olhar para determinados contextos com mais vagar e especificidade, de modo a mostrar que a aquisição do PB não se deu de maneira uniforme em todo o território.

[...] os processos que caracterizam a formação de uma variedade linguística numa situação de contato propícia à transmissão linguística irregular são fundamentalmente:

- (i) não aquisição/incorporação, ou variação no uso, de morfologia flexional e palavras gramaticais;
- (ii) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura linguística;
- (iii) transferência funcional que acomoda itens lexicais do superstrato em funções gramaticais da(s) língua(s) de substrato; e
- (iv) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 121)

Na perspectiva dos autores, o processo de transmissão linguística irregular seria uma espécie de “*continuum* de erosão e reestruturação gramatical” (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 102), cujo ápice seria a formação de uma língua crioula, uma variedade linguística completamente reestruturada através da nativização de um pidgin inicial. Nesse contexto de contato massivo entre línguas diferentes, os falantes adultos envolvidos na aquisição de uma segunda língua (L2) enfrentariam dificuldades na absorção de alguns traços gramaticais abstratos da língua-alvo (LA), indisponíveis em suas línguas maternas (L1), levando, assim, a diferentes processos de mudança linguística, como a transferência de substrato, a reanálise e a relexificação (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 104). Como exemplo desses processos, Lucchesi e Baxter (2009) fazem referência a fenômenos gramaticais presentes em algumas conhecidas línguas crioulas, como as partículas codificadoras de Tempo, Modo e Aspecto (TMA) do crioulo haitiano: nessa língua, a marcação de TMA é feita por partículas pré-verbais, como a partícula *te* (marcador de anterioridade). Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 115), o marcador seria derivado de *été* ou *était*, forma flexionada do verbo *être* ‘ser/estar’, do francês²³. Na visão dos autores, este e outros exemplos seriam ilustrações claras dos efeitos da crioulação, de “formas lexicais plenas que perdem substância fônica e carga semântica, convertendo-se em afixos

²³ É importante acrescentar que, embora essas partículas TMA do crioulo haitiano tenham étimos franceses, o seu comportamento sintático é análogo àquele observado nas línguas Gbe da África Ocidental, variedades faladas por grande parte dos africanos escravizados em Saint-Domingue, o Haiti colonial (cf. DEGRAFF E ABOH, 2017).

gramaticais” (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 115). Entretanto, para eles, seria essencial pensar o processo de transmissão linguística irregular como um *continuum*:

[...] os processos históricos de contato entre línguas são altamente variáveis em termos de seus parâmetros sociodemográficos e etnolinguísticos. Desse modo, pode-se pensar que, durante o período de expansão funcional/gramatical da nova variedade linguística, seja na pidginização, seja na criouliização – e mesmo depois, no chamado *continuum post-crioulo* (WINFORD, 2003) –, os processos de incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas e de reestruturação original da gramática sofrem uma concorrência dos modelos da língua do superstrato que é mais ou menos intensa e determinante, conforme cada caso histórico particular [...]. Daí a importância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de transmissão linguística irregular, e não nos termos estritos das situações típicas de pidginização e/ou criouliização. (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 106-107, grifos nossos)

A plasticidade dada ao conceito de transmissão linguística irregular concorre para a reflexão acerca das variedades populares do PB, as quais, na visão dos autores, teriam sofrido um processo de transmissão linguística irregular leve, e não o processo clássico de criouliização, resultado explicado por diversas razões, dentre elas a demografia, a integração social dos africanos e afrodescendentes e as consequências da constituição etnolinguística dos africanos escravizados no Brasil.

Uma das principais âncoras do modelo de transmissão linguística irregular proposto por Lucchesi e Baxter (2009) é a proporção demográfica dos falantes de uma determinada língua dominadora (socialmente falando) contra o número daqueles que a têm como sua língua-alvo (LA). É justamente neste ponto que encontramos uma das explicações para a suposta aquisição precária da língua, dado que, de acordo com o modelo teórico, nos contextos de transmissão linguística irregular, os falantes nativos da LA estão sempre em um número muito inferior em relação ao conjunto de indivíduos que, por alguma razão, buscam adquiri-la. Isso faz com que os falantes L2 tenham pouco acesso a modelos gramaticais da LA, gerando uma série de consequências gramaticais, dentre elas, a erosão da morfologia flexional. Lucchesi (2009, p. 42) apresenta o seguinte exemplo a respeito da configuração demográfica: enquanto no Brasil colonial o percentual da população branca nunca se mostrou inferior a 30%, em locais como o Haiti e na Jamaica, a proporção máxima de indivíduos brancos e, portanto, falantes da língua dominadora, nunca teria ultrapassado os 10%, fazendo com que os falantes L2 tivessem pouco acesso a modelos

gramaticais da LA. Neste sentido, estes últimos contextos teriam sido cenários típicos de criouliização, uma vez que os falantes L2 teriam ficado muito tempo sem acesso a modelos consistentes da LA, levando a uma reestruturação gramatical, feita a partir dos traços gramaticais oriundos da L1 dos falantes, isto é, através da transferência de substrato (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 107). No Brasil, entretanto, o contato cada vez maior com os modelos da LA teria sido condicionado pelas expressivas migrações portuguesas, proporcionadas por ciclos econômicos como o da cana de açúcar e da mineração (LUCCHESI, 2009, p. 47-48), com destaque especial a esse último, também destacado em outros trabalhos (cf. MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2017).

Outra questão discutida pelos autores diz respeito à caracterização etnolinguística dos africanos escravizados trazidos para o Brasil e a trajetória que as variedades por eles faladas tiveram no contexto colonial. Na perspectiva de Lucchesi (2009, p. 64), a grande maioria dos africanos escravizados trazidos para o Brasil era oriunda de áreas de fala Bantu e Kwa. Os africanos Bantu teriam sido numericamente mais relevantes na região Sudeste, posto que, uma vez chegados ao Rio de Janeiro – o ponto final privilegiado da rota –, eles eram distribuídos para outras localidades da região, sobretudo para Minas Gerais. Por outro lado, os africanos falantes de línguas Kwa – sobretudo de ioruba –, ligados a um ciclo do tráfico gerido exclusivamente por mercadores baianos que negociavam com a Costa da Mina, na África Ocidental, teriam influenciado substancialmente a região de Pernambuco e seus limites ao Norte (LUCCHESI, 2009, p. 65)²⁴.

Uma das teses defendidas por Lucchesi (2009) consiste em afirmar que, em geral, os africanos escravizados não preservaram o uso de suas línguas nativas no Brasil, entre outras coisas, devido à dificuldade de estabelecer vida social e familiar no contexto colonial, tendo em vista as próprias condições impostas pelo sistema escravista, as altas taxas de mortalidade e de migrações entre as diferentes regiões da Colônia (LUCCHESI,

²⁴ Tal esquematização leva-nos a realizar um pequeno parêntese, a fim de adiantar uma questão que será detalhadamente discutida nesta tese: embora o autor assuma que a influência Bantu ficou mais concentrada no Sudeste, ao passo que a influência Kwa se deu majoritariamente no Norte/Nordeste, chama a nossa atenção o fato de a *Arte da Língua de Angola* (DIAS, 1697), considerada a primeira gramática do quimbundo, ter sido uma obra escrita com base numa variedade da referida língua africana falada em Salvador (BONVINI, 2008), enquanto a *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (PEIXOTO, 1741), manual de conversação em uma língua Gbe (subgrupo das línguas Kwa), foi um manuscrito escrito na região de Vila Rica de Ouro Preto, em Minas Gerais.

2009, p. 70)²⁵. A fim de fortalecer sua hipótese, o autor recorre à seguinte citação do trabalho de Mussa (1991 apud LUCCHESI 2009)²⁶:

Não é seguro opinar sobre a existência de línguas gerais africanas no século XVI; o que se pode afirmar com certeza é que grande parte dos escravos africanos acabavam por aprender o português. Houve, porém, graus diferentes de aprendizagem conforme a posição do escravo no quadro social. Dessa forma os negros ladinos e os escravos domésticos e urbanos tendiam mais a abandonar a língua materna (quando não serviam esporadicamente de ‘línguas’ ou intérpretes), o que certamente os levaria a expandir o uso do português, enquanto o grupo de negros novos e escravos rurais, maioria como já se disse, deviam ter no português apenas uma língua de intercurso com a sociedade branca, sendo admissível que conservassem as respectivas línguas maternas nos vários e pequenos grupos linguísticos que se formavam nas senzalas, guardando para ela algumas funções fundamentais. (MUSSA, 1991, p. 151-152 apud LUCCHESI, 2009, p. 47, grifos nossos)

Conforme podemos ver, Mussa (1991) atribui o abandono inicial das línguas africanas aos escravizados ladinos, terminologia utilizada para se referir aos escravizados que dominavam alguma forma de comunicação em português^{27,28}, opostos aos chamados boçais, que não falavam a língua europeia, podendo, nesses casos, até conservar o uso de suas línguas nativas por um certo tempo (LUCCHESI, 2009, p. 46). Com base no trabalho de Castro (1990)²⁹, Lucchesi (2009) atesta a existência de algumas línguas francas

²⁵ Conforme mostraremos no capítulo 03, a situação parece ter sido diferente no Ciclo do Ouro e também no Rio de Janeiro do século XIX, onde os africanos escravizados estabeleceram sólidas redes sociais, representadas, por exemplo, pelas irmandades católicas negras (cf. ARAÚJO, 2013; SOARES, 2002, 2004, 2019; entre outros).

²⁶ MUSSA, A. B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

²⁷ É importante destacar que, nesse ponto, Lucchesi (2009, p. 46) lança mão das generalizações de Silva Neto (1950), segundo o qual, certamente, muitos africanos escravizados falaria um dialeto crioulo-português, dado o uso da língua ibérica como língua geral nas costas africanas, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII.

²⁸ É importante adicionar a essa discussão as observações feitas pela historiadora Mariza de Carvalho Soares na sessão de defesa da tese. Segundo ela, é importante levar em consideração o fato de que não havia uma distinção frontal entre os chamados escravizados ladinos e boçais, pois se o ladino era entendido como aquele indivíduo mais acostumado ao modo de vida da sociedade colonial – no que diz respeito às condições de trabalho e de vida em geral –, consequentemente, ele já havia sido um escravizado classificado como “boçal”. Neste sentido, a transformação de boçal em ladino era um processo contínuo, que caminhava à medida do tráfico de escravizados. Além disso, as evidências historiográficas apontam que a existência dos escravizados ladinos não implicava, necessariamente, na perda das línguas africanas. Um exemplo disso, segundo Mariza Soares, seria o papel da língua como um signo de identidade entre os africanos Maki do Rio de Janeiro no século XVIII. Além disso, acrescentamos que a existência da LGM também parece ser um indício de que a perda das línguas africanas não foi um processo absoluto no cenário colonial.

²⁹ CASTRO, Y. P. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: MELLO, Linalda Arruda (Org.). **Sociedade, cultura & língua**. João Pessoa: Shorin, 1990, p. 91-113.

africanas no território do Brasil colonial, como variedades de quimbundo, quicongo e umbundo (de origem Bantu) faladas nas senzalas (p. 65) – inclusive em quilombos como o de Palmares, segundo o autor, conhecido como *Angola janga* ‘Angola pequena’ (p. 66) –, e também uma variedade de fongbe, localizada em Vila Rica, onde, segundo o autor, certamente ela convivia com variedades de quimbundo faladas por africanos escravizados oriundos do Rio de Janeiro (LUCCHESI, 2009, p. 66). Aliás, na perspectiva do autor, tais línguas francas teriam constituído um importante anteparo para a não-crioulização do português:

A crioulização também enfrentou a concorrência do uso de línguas francas africanas entre a população escrava, sobretudo nos ambientes das senzalas. A crioulização depende do preenchimento de lacunas que se dá quando a língua dominante é também usada na interação entre os escravos. Se, nessa interação, os escravos lançam mão de uma língua franca baseada na língua nativa do segmento étnico africano mais representativo e/ou de maior prestígio, o processo de crioulização é inibido. (LUCCHESI, 2009, p. 63-64)

De acordo com Lucchesi (2009, p. 67), a integração social dos africanos escravizados a determinados círculos falantes de português também concorreu para a inibição de um processo de crioulização. Essa integração teria se dado em relação aos escravizados do contexto urbano, os quais tinham mais acesso a modelos da LA e, por esta razão, falavam variedades de português mais próximas das dos senhores³⁰. Ressoando a argumentação de Silva Neto (1950), o autor também aborda a questão do mestiço, que, segundo ele, se ancorava na condição que lhe dava maiores oportunidades de ascensão social e cultural, inclusive na seara linguística, buscando desprender-se de sua ancestralidade africana e crioula:

De fato, a condição social do mestiço e sua crescente representatividade demográfica lhe proporcionaram condições muito mais favoráveis à integração cultural e à ascensão social, do que as que se ofereciam para o seu ancestral africano ou negro *crioulo*. Se foram poucos os mulatos que, como Machado de Assis e José do Patrocínio, alcançaram a elite da sociedade brasileira já no século passado, pode-se pensar que um expressivo contingente deles estava perfeitamente integrado nas disposições socioculturais hegemônicas. Os reflexos, no plano linguístico, desse esforço do mestiço em se integrar aos padrões culturais da sociedade branca são inegáveis; como atestado na

³⁰ Conforme veremos no capítulo 03, com base na experiência dos africanos Mina do Rio de Janeiro, os escravizados não pareciam sentir-se muito à vontade no uso do português, preferindo utilizar a variedade africana corrente em seu grupo (cf. SOARES, 2019).

observação perspicaz (posto que um tanto quanto romântica) do conhecido poema de Oswald de Andrade, em que o negro e o bom brasileiro dizem “me dá um cigarro”, enquanto o mulato, *mais realista que o rei*, diz “dá-me um cigarro”.

Portanto, a miscigenação impediu que, no Brasil, a segregação racial confinasse a população de africanos e seus descendentes em guetos sociais de um mundo cultural à parte, do qual a formação de uma língua crioula e claramente diferenciada (resultante da reestruturação independente da língua do superstrato, com forte influência do substrato) seria a consequência natural. [...] (LUCCHESI, 2009, p. 69)

Deste modo, Lucchesi (2009) assume que o processo de transmissão linguística irregular leve que deu origem às variedades populares do PB gerou, em termos gramaticais, não uma transferência de substrato – como na criouliização estrita –, mas sim a simplificação e/ou eliminação de algumas estruturas, traduzindo-se, por exemplo, na ampla variação na aplicação das regras de concordância nominal e verbal (LUCCHESI, 2009, p. 71-72). Isso se dá porque, segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 101), a aquisição de L2 por partes de falantes adultos, em uma situação de pouca disponibilidade de modelos da LA, faz com que esses falantes mantenham apenas as estruturas mais básicas para comunicação naquela língua, levando, portanto, a uma erosão da gramática da língua, sobretudo no que diz respeito à morfologia flexional. Vale acrescentar que, na perspectiva dos autores, a erosão do sistema flexional de uma língua gera efeitos em pontos mais abstratos da gramática, tais como perdas nas marcações de caso, de número, de pessoa, de regência etc (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 110). Quando essas perdas ocorrem, há também um processo de recomposição estrutural, que pode ser maior ou menor, a depender do grau das perdas ocasionadas pelo processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 113). Segundo os autores, quando se trata da criouliização estrita, essa recomposição estrutural se através do recurso às estruturas de substrato, em graus variáveis, devido à pressão da língua de superstrato:

No plano histórico-cultural, as soluções do substrato teriam de vencer um grande obstáculo: o forte estigma que a herança cultural africana carregava nas novas sociedades coloniais, não sendo rara a repressão aberta a essas manifestações culturais e, principalmente, religiosas. O fato é que há crioulos com fortes e evidentes credenciais substratais, tais como o *palenquero*, crioulo de base lexical castelhana com substrato banto (quimbundo), falado numa comunidade perto de Cartagena, na Colômbia [...] e o crioulo de base lexical

francesa do Haiti, com substrato fon-ewe (LEFEBVRE, 1998). Em outros crioulos, a influência do substrato é menos evidente, por exemplo no crioulo cabo-verdiano. (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 113)

Por outro lado, o processo de transmissão linguística irregular que não tem como resultado final os estágios de pidginização e criouliização é caracterizado por uma erosão gramatical mais leve e variável, de modo que a recomposição estrutural e a transferência de substrato não se dão de maneira substancial (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 122). Isso ocorre porque, com a crescente disponibilização de modelos gramaticais da LA, os efeitos do processo de transmissão linguística irregular tornam-se variáveis, como se dá, por exemplo, na variação da marcação da concordância nominal e verbal nas variedades populares do PB (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 124).

Ora, uma vez que os autores assumem que as variedades populares são fruto de um processo de transmissão linguística irregular leve, em que não se observa, de maneira decisiva, uma influência das línguas de substrato, observamos uma perspectiva unidirecional da história do português, uma vez que se entende que as línguas dos africanos escravizados não contribuem para a mudança linguística destacada, a não ser os seus falantes, que adquirem variedades defectivas da LA. Neste sentido, os africanos escravizados, que tinham no PB sua LA, são entendidos como uma espécie de “agentes da perda”, no sentido de Paixão de Sousa (2010). Conforme veremos adiante, tal perspectiva encontra críticas por parte de outros estudiosos da emergência do PB, como Negrão e Viotti (2014a), por exemplo, que, dentre outras coisas, problematizam a visão de aquisição de L2 preconizada por Lucchesi (2009) e Lucchesi e Baxter (2009). Entretanto, para os nossos interesses nesta tese, cabe salientar que as propostas dos autores não privilegiam aspectos relevantes da história linguística dos africanos escravizados no Brasil, sobretudo no que diz respeito às variedades nativas por eles faladas.

Vale destacar que, embora citem a ocorrência das línguas francas africanas, os autores aqui analisados não fazem menção aos documentos de Pedro Dias – *Arte da Língua de Angola* (1697) – e António da Costa Peixoto – *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguezas correspondentes* (1731) e *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741) –, os quais têm sido de fundamental importância para muitos estudiosos que procuram dar conta da história dos contatos no Brasil. Obviamente, não queremos dizer que, obrigatoriamente, os autores precisariam considerar a existência

dessas línguas africanas como determinantes para a emergência do PB, porém, no nosso entendimento, a menção esparsa às variedades em questão conduz a uma visão simplista, que preconiza sua pouca relevância na ecologia multilíngue brasileira, na qual, muito provavelmente, os africanos escravizados não assumiram apenas o papel de agentes da perda. Além disso, a ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre a gramática das línguas africanas – mesmo que sob um “discurso de perda” – leva à falta de uma articulação teórica que explique a razão pela qual os falantes de línguas Bantu ou Kwa não teriam adquirido perfeitamente as flexões da língua portuguesa, levando, portanto, à sua perda. Soma-se a isso a perspectiva excepcionalista acerca das línguas crioulas que é assumida pelos autores: tais variedades são entendidas como línguas completamente reestruturadas, com base na gramaticalização e transferência de substrato, em um ritmo muito acelerado, se comparado aos processos normais de mudança linguística (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p. 118). Faz-se, assim, a clássica distinção entre mudanças normais/regulares e mudanças anormais/excepcionais.

1.1.2. Conclusões parciais

É inegável a relevante contribuição dos trabalhos focalizados na seção anterior para o debate acerca da emergência do PB. Dentre os estudiosos citados, destacamos que Serafim da Silva Neto, por exemplo, é reconhecido por seu trabalho seminal sobre a história da língua portuguesa, articulando habilmente o conhecimento linguístico produzido no exterior entre o século XIX e o início do XX com as pesquisas historiográficas, sociológicas e filosóficas de seu tempo. Renato Mendonça, por sua vez, em outro eixo programático, pode ser considerado um dos pioneiros na reflexão sobre o papel das línguas africanas na constituição do PB, procurando ancorar suas ideias nos grandes africanistas daquele período. Já Fernando Tarallo, Anthony Naro e Marta Scherre são vistos como grandes lideranças da Sociolinguística brasileira, com trabalhos de referência sobre a variação e mudança linguística do PB. Por fim, Dante Lucchesi e Alan Baxter têm grande relevância no tratamento do português afro-brasileiro e dos impactos da história dos contatos linguísticos em nosso país. Entretanto, tendo em vista os pressupostos teóricos e metodológicos que embasam esta tese, argumentamos que todos esses trabalhos podem ser problematizados no que diz respeito à perspectiva de contato linguístico neles assumida e também em relação ao papel atribuído aos africanos escravizados e às suas respectivas línguas na ecologia multilíngue de emergência do PB.

Não obstante as diferenças existentes entre os trabalhos debatidos até aqui, vemos que todos eles são unânimes na consideração de que o contato que o português teve com falantes de outras línguas no período colonial gerou perdas em sua gramática, sendo que, para a maior parte dos autores, os africanos escravizados e os indígenas seriam os agentes das perdas. Tal linha de pensamento está em Adolfo Coelho, para quem a aquisição do português como língua estrangeira pelos africanos levaria, por exemplo, à supressão da morfologia de plural; aparece em Renato Mendonça que, mesmo sendo simpático ao estudo das línguas africanas, enumera como impactos do contato a redução dos ditongos e a redução da marcação de plural; é exposta de maneira bastante clara no trabalho de Silva Neto, que atribui aos aloglotas africanos e indígenas o apressamento da deriva do português, perspectiva esta acompanhada por Gladstone Chaves de Melo e Sílvia Elia; ressurgiu na tese de Gregory Guy, em que as variedades populares do PB, marcadas pelo contato linguístico, são caracterizadas pela variação da concordância nominal e verbal, pela desnasalização etc.; e é recolocada nos trabalhos de Lucchesi e Baxter, segundo os quais a aquisição do português no contexto de contato entre línguas seria um exemplo de transmissão linguística irregular, caracterizada pela perda de uma série de traços gramaticais da língua-alvo, como a morfologia flexional. Vale dizer que essa perspectiva da perda permeia até mesmo trabalhos que não assumem diretamente a contribuição das línguas africanas para esse estado de coisas, como Tarallo (1986) e Naro e Scherre (1993), segundo os quais o contato apenas serviria para alavancar e sedimentar mudanças gramaticais internas.

É digna de nota a relevância que a morfologia flexional assume em muitos desses estudos, fato que vai ao encontro das observações feitas por Mejer e Muysken (1977, p. 23) sobre as pesquisas crioulistas. Segundo os autores, o fato de a dialetologia e a linguística histórica do século XIX – obviamente, com impactos na produção do século XX – terem se concentrado no estudo de palavras isoladas e, quando muito, da morfologia – por assim dizer, negligenciando os estudos sintáticos – contribuiu para uma visão das línguas crioulas como variedades corrompidas das línguas europeias. Entretanto, estudos gestados sob uma perspectiva uniformitária sobre a emergência das línguas crioulas têm problematizado essas abordagens anteriores. Aboh (2015a, p. 170), por exemplo, apresenta uma crítica aos trabalhos que defendem a hipótese de simplificação das línguas crioulas com base na morfologia flexional. Segundo o autor, muitos desses estudos advogam que a perda da morfologia flexional indo-europeia como uma

consequência da aquisição imperfeita de L2 levaria a perdas estruturais na variedade emergente. Contudo, tomando como exemplo os crioulos do Suriname, o autor demonstra que a ausência da morfologia flexional indo-europeia não teria levado ao surgimento de uma gramática mais simples, mas teria levado à emergência de novas estratégias gramaticais para o licenciamento de núcleos funcionais relevantes. Em outra passagem do texto, Aboh (2015a, p. 194) procura reinterpretar teoricamente o papel da morfologia flexional na aquisição de segunda língua, a fim de problematizar o propalado argumento de que a ausência desses traços nos crioulos se deve à aquisição imperfeita de L2. Na perspectiva do autor, por ser um traço da sintaxe nuclear, a morfologia flexional desempenharia um papel lateral na interface sintaxe/semântica-discurso – isto é, mais ligada ao significado –, configurando-se como um competidor fraco na aquisição de L2. Nas palavras de Aboh,

This would mean that the loss of inflections in a language should by and large be dissociated from issues related to second language acquisition proper. The analysis proposed here suggests instead that late learners do not fail to acquire inflectional morphology, due to its supposedly complex nature or obscure irregularities, but rather because it is less visible than other syntactic features in a situation of language contact and is therefore a weak competitor. Putting it this way, we have shifted the perspective from what learners ‘fail to do’ to the nature of the object that they are learning. (ABOH, 2015a, p. 195)

Considerando toda a discussão proposta, nossa intenção aqui não é afirmar, peremptoriamente, que o contato do português com as línguas africanas não teve nenhuma relação com a emergência dos fenômenos gramaticais do PB destacados pelos autores estudados. Cuidamos, no entanto, de mostrar que esses “discursos de perda” foram erigidos sem estudos aprofundados sobre a natureza das línguas africanas envolvidas nas situações de contato e também sobre quais propriedades gramaticais dessas línguas concorreriam para tornar o PB esta variedade que vemos hoje, e não outra. Cabe também a crítica às teorias de contato linguístico propugnadas nesses trabalhos, segundo as quais o encontro entre línguas distintas só pode conduzir a um processo de erosão gramatical, - perspectiva esta, como vimos, problematizada pelos modelos teóricos uniformitários. Além disso, identificamos nessas explanações uma visão excepcionalista sobre as línguas crioulas, caracterizadas como tipos linguísticos especiais, resultantes de um processo anormal de mudança e/ou aquisição de língua.

Nesta tese, partiremos de uma perspectiva radicalmente distinta sobre a história dos contatos, ancorando-nos em teóricos como Mufwene (2001, 2008), Aboh (2015a), DeGraff (2003), entre outros. Ademais, realizaremos um estudo gramatical de uma das línguas africanas que, no Brasil colonial, representou um grupo linguístico relevante para a constituição de nossa história linguística, a fim de fomentar trabalhos que levem em consideração as variedades nativas dos africanos escravizados no Brasil e o seu papel na formação de nossa realidade linguística. Porém, antes disso, daremos o panorama de alguns trabalhos que, também partindo do PB, procuraram deslindar de maneira mais aprofundada a participação dos africanos e suas línguas na origem do PB, a partir de teorias de contato que não preconizam um discurso de perda.

1.2. A formação história do português brasileiro em meio à cultura atlântica crioula

Conforme procuramos mostrar até aqui, grande parte dos trabalhos que, de alguma maneira, trataram do contato do português com as línguas africanas no período colonial o fizeram a partir de uma perspectiva unilateral, isto é, observando como o português era afetado por essa história de contatos, dado o seu papel como língua-alvo para uma grande massa populacional que abandonava seus respectivos vernáculos em direção à língua dos colonizadores. Vale destacar que, em alguns trabalhos, o uso efetivo das línguas africanas nem é aventado no contexto multilíngue:

No cenário colonial, os “atores” linguísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que tenho designado de português geral brasileiro em formação, que teria como falantes principais os indígenas em formação que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afro-descendentes (sic) que, num crescendo, serão 42% sobre uma população de 101.750 habitantes ao fim do século XVI [...]. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 100, grifos nossos)

O trecho acima mostra que, não obstante seu inegável pioneirismo e relevância no cenário da Linguística Histórica brasileira, Mattos e Silva (2004) não leva em consideração a presença nem mesmo das línguas francas africanas citadas por outros autores no cenário colonial de concorrência linguística, legando aos africanos e seus descendentes o papel de difusores do português geral brasileiro. Não negamos que os africanos escravizados possam ter tido esse papel no espriamento do uso do português, porém, cremos que, diante da documentação historiográfica e linguística disponível,

desconsiderar o uso das línguas africanas nos parece uma leitura equivocada e simplificada da ecologia multilíngue do Brasil colonial.

Entretanto, dentre o amplo conjunto de pesquisas que tiveram como fito a compreensão da emergência do PB, encontramos alguns trabalhos que analisaram a história dos contatos linguísticos aqui travados como uma espécie de via de mão dupla, em que os falantes de português e os falantes de línguas africanas, num cenário de constante interação, se influenciaram mutuamente, formando novas manifestações culturais e novas variedades linguísticas. Um primeiro exemplo a ser citado nesse campo diz respeito ao trabalho de Negrão e Viotti (2014), cuja tese principal consiste na defesa do português brasileiro como uma língua transatlântica.

Conforme tratamos no início deste capítulo, o estudo das línguas transplantadas consistiu numa importante tradição de pesquisa linguística nos cenários coloniais, inclusive através do filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto. Nessa linha de pensamento, entendia-se que a língua europeia, dotada de algumas características gramaticais em seu solo original, passaria por uma série de mudanças no contexto colonial, perspectiva que, tal qual vimos, Silva Neto (1950) estende para a compreensão do português falado no Brasil. Porém, o trabalho de Negrão e Viotti (2014a) se configura como uma espécie de reexame dessas visões simplificadoras, sob o argumento de que a história dos contatos do português com as línguas africanas e os impactos deles resultantes não têm início com a emergência do Brasil colonial, mas sim na antiga presença dos colonizadores portugueses na África, onde, na visão de Heywood e Thornton (2007 apud NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 142)³¹, teria se formado uma cultura atlântica crioula, resultante da combinação original de traços africanos e europeus. Conforme destacam as autoras, a emergência dessa cultura não poderia ser entendida como um simples processo de combinação, mas sim de adaptação de aspectos étnicos, religiosos, econômicos etc., dos europeus por parte dos africanos e dos agentes coloniais que com eles lá estavam.

De acordo com Negrão e Viotti (2014a, p. 141), os primeiros registros dos contatos dos portugueses com a costa senegalesa datam de meados do século XV. Posteriormente, eles estreitaram relações com alguns reinos da África Centro-Occidental, com os quais o intercâmbio comercial fundamentou a emergência do já referido amálgama cultural. Uma

³¹ HEYWOOD, L. M.; THORNTON, J. K. **Central Africans, Atlantic creoles, and the foundation of the Americas**, 1585-1660. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

das formas de solidificação dos contatos entre esses povos foi concretizada pela presença da Igreja Católica nos territórios africanos, através de missionários, muitas vezes, solicitados pelos africanos, como se deu no reino de Loango (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 141). Nesses contatos, alguns africanos ligados aos poderes locais eram enviados a Portugal, a fim de aprender português e outros aspectos da cultura lusitana, aderindo ao catolicismo, através do batismo. Entre os traços culturais europeus que eram, ao mesmo tempo, adquiridos e adaptados/modificados em solo africano, estavam práticas culinárias, de cuidado com a terra, de construção civil etc. Vale dizer que esse processo atingia até mesmo as crianças, levando-as a construir uma cultura, por assim dizer, híbrida, conforme vemos no seguinte exemplo do reino do Congo:

Most importantly, Kongolese children were sent to Portugal to learn to read and write, and to become Christian. When they went back to Kongo, these children, now bilingual and bicultural, were put in charge of spreading what they learned in Europe to the inhabitants of the kingdom. A school was established, Nzinga was baptized, becoming João I of Kongo, and a new cooperation system and a new culture emerged. A couple of years later (1516), under the reign of Afonso I, Nzinga's son, schools were set up to teach more than 1,000 members of the noble families, while some others notables were sent to study in Portugal. But the education did not seem to be restricted to the nobility: Carmelite missionaries crossing Southwest Kongo in 1584 reported that many villages had their own lay teachers [...]. (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 142)

A presença cada vez maior de missionários religiosos (católicos e protestantes) na África é um importante indicador das relações de contato estabelecidas entre os habitantes locais e os europeus. Basta lembrarmos que foram eles os primeiros a preparar gramáticas e outros instrumentos linguísticos sobre as línguas africanas (ROSA, 2019), fazendo parte do projeto de dominação colonial. A esse respeito, citamos Aboh (2015a, p. 24), que, ao tratar de outra costa africana – a Costa dos Escravos, na África Ocidental –, afirma que a publicação do catecismo *La Doctrina Christiana* (1658) – um dos primeiros documentos sobre uma língua Gbe –, por parte de missionários espanhóis estabelecidos no reino de Alada, poderia ser vista como uma ilustração da solidez das relações diplomáticas daquele reino africano com a Espanha.

Voltando à costa Centro-Occidental, Negrão e Viotti (2014a, p. 142-143) relatam que a emergência da cultura atlântica crioula fez com que se estabelecessem na África – sobretudo na região do reino do Congo –, além de uma versão autóctone de cristianismo,

as línguas europeias, a adoção de nomes mistos, e práticas culturais híbridas, como na música, na indumentária, na culinária etc. Depois de algum tempo de conflitos, essa mesma cultura crioula teria sido sedimentada em Angola, principalmente através de missões católicas carreadas pelos jesuítas (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 143). No entanto, em virtude da natureza conturbada do início das relações, em Angola teria ocorrido um maior controle por parte de Portugal, fazendo com que, na visão das autoras, os contatos interculturais fossem mais fortes:

Differently from what happened in Kongo, where the Kongolese rulers freely opened themselves to Christianity and European customs, in Angola the baptism of the *sobas* –local communities leaders who acted as intermediary between the community and the government – albeit many times sought by them, was accompanied by their submission to vassalage, thus guaranteeing the Portuguese authority in Angola. In the ceremonies of *soba* baptism, they would take Portuguese names wear clothes made of European fabric, and burn images of African idols. Baptized *sobas* would be given a Portuguese protector, thus increasing the contact between Europeans and Africans and leveraging the emergent Atlantic creole culture, which was supported by the massive presence of Kongolese in the area, many of whom worked as lay teachers [...]. (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 143, grifos nossos)

Segundo as autoras, o estabelecimento dessa ecologia de contato no território africano gerou impactos tanto nos reinos subjugados quanto na metrópole lusitana. Muitos dos portugueses e africanos que estavam imersos na cultura atlântica crioula passaram por Portugal e, posteriormente, também vieram – ou foram trazidos, no caso dos africanos escravizados – para o Brasil, transportando as variedades linguísticas e outras práticas culturais que emergiram naquela ecologia de contato (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 144). Negrão e Viotti (2014a, p. 144) destacam que, durante um período do regime escravista, o tráfico de escravizados foi realizado fundamentalmente através do comércio triangular, que articulava África, Europa e América: os cativos que deixavam a África, inicialmente eram enviados a Portugal e, posteriormente, eram levados para o Brasil³². Com o passar do tempo, entretanto, esse comércio triangular foi sendo extinto, diante da presença de negociantes de escravos brasileiros na região. Tal

³² Destacamos, entretanto, que segundo a historiadora Mariza de Carvalho Soares (comunicação pessoal), há discordâncias no âmbito da Historiografia a respeito da existência do tráfico triangular de escravizados para o Brasil. De acordo com ela, o comércio de africanos escravizados para o Brasil era realizado de maneira direta, entre os traficantes atuantes no Brasil e os portos africanos, portanto, sem escala na Europa. O circuito com Portugal seria feito com outras mercadorias.

estado de coisas teria, na visão das autoras, encurtado as distâncias geográficas, culturais e linguísticas entre África e Brasil, trazendo de maneira mais expressiva os componentes da cultura atlântica crioula (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 144).

Diante dessas conexões, Negrão e Viotti (2014a, p. 145) sustentam a hipótese de que grande parte dos africanos escravizados oriundos da África Centro-Occidental que foram trazidos para o Brasil já havia tido algum tipo de contato com o português ainda na África ou faziam parte da cultura atlântica crioula. Ressalte-se ainda que, na conjuntura interna da África, esses povos compartilhavam uma série de traços culturais, como as formas de organização sociopolítica, havendo também similaridades no plano linguístico, visto que falavam línguas pertencentes ao Bantu Ocidental, como kikongo e quimbundo. Aliás, tais similaridades linguísticas possibilitavam o uso do quimbundo como uma língua geral na África Centro Ocidental até meados do século XVIII (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 141-142). E o fato de muitos dos agentes coloniais portugueses e brasileiros também estarem acostumados à ecologia multilíngue que caracterizava o tráfico transatlântico, fazia com que fossem observadas algumas continuidades na relação entre os dois continentes: (i) os portugueses não eram completamente estranhos para os africanos escravizados, devido aos contatos prévios; (ii) a prática do catolicismo – em sua forma, por assim dizer, híbrida – já era comum para alguns membros do grupo; (iii) ambas as partes – agentes coloniais e escravizados – já estavam acostumados a estabelecer comunicação em contextos multilíngues (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 145). Em relação a esse último aspecto, vale destacar que, para Negrão e Viotti (2014a, p. 140-141), certamente, no início dos contatos, as interações entre portugueses e africanos na África se deu sob a forma de um pidgin, porém, com o posterior aprofundamento das relações econômicas, ambos os grupos sentiram a necessidade do mútuo aprendizado das línguas envolvidas nas negociações, fazendo com que alguns africanos fossem enviados para Portugal e também com que alguns portugueses aprendessem as línguas locais.

As autoras também pontuam que, no Brasil, os africanos escravizados, além de procederem à aquisição do português – com o qual muitos já haviam tido contato –, mantiveram o uso de línguas francas, como o quimbundo (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 145). Tal questão também é abordada por Bonvini (2008, p. 31-32), segundo o qual a organização dos barracões (depósitos de cativos que aguardavam o embarque para a América) nas costas de Angola, Congo e Benguela possibilitava a convivência forçada de indivíduos falantes de línguas distintas, mas tipologicamente relacionadas, o que teria

levado à adoção do quimbundo como uma língua veicular de comunicação supraétnica. O autor também menciona as possibilidades de contato com o português ainda em solo africano, devido à ação dos pombeiros, agentes coloniais recrutadores de cativos, e também aos negociadores brasileiros, que acompanhavam a longa viagem dos escravizados para o cativeiro no Brasil (BONVINI, 2008, p. 32).

Considerando toda essa história de contatos entre os agentes coloniais e os africanos centro-ocidentais em seu lugar de origem e no caminho até o Brasil, Negrão e Viotti (2014a) fazem algumas generalizações sobre como se dava o contato entre esses grupos no contexto colonial, onde eles interagiam nas *plantations*, nas cidades e nas casas (p. 145). De acordo com elas, sendo o português a língua socioeconomicamente dominante, os africanos escravizados que ainda não a dominavam buscaram adquiri-la e, nesse processo, teria ocorrido a interferência de traços gramaticais de suas línguas Bantu nativas. Além disso, as autoras argumentam que a interação necessária entre os falantes nativos de português com os africanos escravizados, certamente, fazia com que eles adaptassem suas variedades às necessidades comunicativas, fortalecendo, assim, o processo de mudança linguística no âmbito da ecologia de contato (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 145). Neste sentido, a emergência de novas variedades de português seria uma construção conjunta de falantes L2 (africanos e indígenas) e dos falantes L1, resultante das dinâmicas de interação entre eles. Até mesmo porque o português falado no Brasil naquela época não se configurava como uma língua idealizada ou estática, mas também havia sofrido mudanças – assim como as línguas africanas transplantadas – (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 146). Essas histórias de contato teriam levado à emergência do PB, conforme argumentam as autoras:

[...] we cannot ascribe the characteristics which set Brazilian Portuguese apart from European Portuguese to Africans and native Brazilians alone. The alleged ‘irregularities’ in the formation of this new colonial vernacular are as much due to the Portuguese explorers and settlers as to Africans and Native Brazilians. A basic principle of linguistic use is that all parts involved in any interaction adjust their idiolects; dialect accommodation is a subconscious and automatic process (Trudgill, 2008, p. 252). It is by means of these adjustments that languages evolve and change. The interactions among the Portuguese, who had come from different regions and spoke different dialects, led to a situation of dialect mixture, which is a step in the direction of the formation of a new dialect (p. 242). The interactions between the settlers and the indigenous and African slaves, who were learning Portuguese as a second language, led to

another process of dialect adjustment, thereby contributing to the changes which were the seeds of the present-day Brazilian Portuguese. (NEGRÃO E VIOTTI, 2014a, p. 147-148)

Semelhantemente a alguns dos autores citados na seção anterior, Negrão e Viotti (2014a, p. 147) argumentam que o PB não pode ser considerado uma língua crioula, pois, no Brasil, teria ocorrido uma maior integração entre as diferentes etnias na força de trabalho e uma maior miscigenação, impedindo que os africanos escravizados ficassem isolados, como nas *plantations* dos cenários clássicos de crioulação. Porém, diferentemente de Lucchesi (2009) – e também de Lucchesi e Baxter (2009) –, elas não assumem que as variedades populares do PB teriam surgido de um processo de transmissão linguística irregular, dada a impossibilidade de se pensar um processo de aquisição de L2 específico para os africanos escravizados, uma vez que ele sempre apresenta resultados variáveis no caso de falantes adultos, independentemente de sua origem – cf. por exemplo, a proposta de Aboh (2015a) para a aquisição de L2, já citada neste capítulo.

Em Petter, Negrão e Viotti (2018), a face linguística das histórias de contato entre Brasil e África é explorada em maiores detalhes, sob o argumento da existência de uma espécie de *continuum* entre as variedades de português observadas nos dois lados do Atlântico. A proposta das autoras é baseada no trabalho de Petter (2008)³³, que, ao observar as semelhanças entre as variedades coloniais do português no Brasil, em Angola e em Moçambique, identifica um *continuum* linguístico que retrataria os contatos que os portugueses estabeleceram com os africanos, tanto na África quanto no Brasil. Assim, Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 212) comparam algumas construções impessoais do PB e um tipo de passiva do português angolano (PA), sob a hipótese de que essas construções podem ser consideradas uma evidência do *continuum* África-Brasil, devido aos contatos do português clássico com as línguas Bantu.

Assim como vimos no trabalho de Negrão e Viotti (2014a), Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 214) tomam como ponto de partida a existência da cultura crioula atlântica, cujas principais propriedades seriam a emergência de um catolicismo africano, o surgimento de novas práticas culinárias – que não eram nem totalmente africanas e nem totalmente europeias – e o aprendizado do português pelas populações africanas. Em

³³ PETTER, M. **Variedades linguísticas em contato: Português angolano, português brasileiro, português moçambicano**. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

relação a esse último aspecto, as autoras sugerem que o contato dos nativos angolanos com falantes de português, sobretudo com falantes oriundos do Brasil, fez com que surgisse em Angola uma variedade colonial do português semelhante à variedade falada na América (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 217). A forte presença de falantes de português saídos do Brasil seria explicada pela intensa dependência que a economia colonial tinha do trabalho escravo africano, fazendo com que traficantes brasileiros atuassem diretamente com Angola, fazendo com que houvesse um maior contato dos angolanos com a variedade de português falada no Brasil (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 217).

Não obstante essas relações de contato, as autoras pontuam algumas diferenças existentes entre a ecologia linguística³⁴ angolana e a brasileira. Primeiramente, enquanto no século XVIII o português já era visto como uma língua amplamente falada no território brasileiro, em Angola, naquela época – e até hoje –, eram faladas diversas línguas Bantu, formando, assim, uma complexa ecologia de contato multilíngue. Além disso, diferentemente do que ocorrera no Brasil, em Angola, não houve, inicialmente, o desenvolvimento de uma colonização de assentamento – isto é, com objetivos de habitação portuguesa no território –, pois a visão daquele território apenas como um entreposto de comércio de escravos fazia com que os agentes coloniais não olhassem para ele como um espaço de potencial produtivo (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 217-218).

No século XIX, entretanto, os portugueses retornam à África, transformando Angola em uma colônia de *exploitation*, caracterizada pelo domínio econômico e cultural. De acordo com Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 218), nesse processo, o interesse dos agentes coloniais não era o de europeizar toda a população, de modo que não houve nenhum esforço para que os africanos utilizassem o português como a língua das interações cotidianas, favorecendo, assim, a manutenção das línguas locais. Pelo contrário, houve a introdução do português como uma língua franca escolar, a ser aprendida por uma minoria. Isso fez com que a variedade de português lá falada tivesse uma morfossintaxe muito próxima da do PE contemporâneo – pelo menos superficialmente – (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 225-226). Entretanto, conforme mostram as autoras, o PA apresenta algumas construções sintáticas que, ao mesmo tempo em que se distanciam do

³⁴ O conceito de ecologia linguística será explicado no capítulo 02.

PE, são comparáveis às do PB. E, assim, elas perseguem a tese do *continuum* linguístico África-Brasil, levando em consideração o fato de que o português foi a língua comum entre os dois lados do Atlântico no período colonial, assim como as línguas africanas Bantu, entendidas como uma das razões que levaram a uma diferenciação do PA e do PB em relação ao PE (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 224).

Uma das construções que chamam a atenção no PA é aquela que Chavagne (2005) chama de “passiva curiosa”, ilustrada pela seguinte citação que o linguista toma do escritor Luandino Vieira: “Uma criança, em Luanda, que quer dizer que outra criança foi batida, que quer dizer: ‘João foi batido pela sua mãe’, o que é uma construção portuguesa passiva, diz: ‘O João, lhe bateram na mãe dele’” (CHAVAGNE, 2005, p. 269 apud PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 225)³⁵. Segundo Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 226), tal “passiva curiosa” faria parte de variedades populares do PA, algumas vezes identificadas pela alcunha pejorativa de “pretuguês”, o que faz Luandino Vieira empregar essas construções em sua literatura, a fim de criticar o racismo atribuído às variedades de português utilizadas pelos angolanos não-escolarizados, conforme ilustra o exemplo (1) abaixo:

(1) Português angolano (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 226, ex. 13)

O caputozinho do balcão veio ainda espiar mas lhe
 the loafer.DIM of-the counter come yet to-peek but him.DAT
 correram no berro do verdiano
 run.3PL in-the shout of-the Capeverdian

‘The little loafer at the counter came yet to take a look, but was sent away by the Capeverdian’

‘O preguiçozinho no balcão ainda veio espiar, mas foi mandado embora pelo cabo-verdiano’

As autoras fazem questão de destacar que, embora os exemplos tomados de Luandino Vieira sejam de textos literários, as construções passivas em questão podem ser

³⁵ CHAVAGNE, J. P. **La langue portugaise d’Angola**: Étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais. (Unpublished doctoral dissertation). Université Lumière Lyon 2, Lyon, France, 2005.

encontradas em contextos naturais de uso linguístico, como no exemplo citado por Adriano (2014), retirado de um *corpus* de entrevistas de rádio e TV:

(2) Português Angolano (ADRIANO, 2014, p. 242, ex. 150)

[...] se os cães ou gatos da aldeia apanhar raiva vão-lhes

if the dogs or cats of-the village take rabies go-them

matar nos homens da veterinária

to-kill in-the men of-the veterinary-hospital

‘if the dogs or cats of the village get infected by rabies, they will be killed by the veterinarians’

‘se os cachorros ou gatos da aldeia forem infectados pela raiva, eles serão mortos pelos veterinários’ (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 226, ex. 14)

As autoras trazem a explicação de Adriano (2014) para a construção em (2), que a classifica como uma sentença típica de um falante não-escolarizado do PA, com base nas seguintes razões: (i) o uso do clítico *lhe* no lugar pronome acusativo *os*; (ii) pelo fato de o dativo *lhe* vir imediatamente após o verbo auxiliar e não depois do verbo principal *matar*; (iii) a preposição introdutora do sintagma oblíquo é *em* e não *por* (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 226).

Tendo em vista as histórias de contato entre o português e as línguas Bantu, Petter, Negrão e Viotti (2018) chamam a atenção para as semelhanças existentes entre a “passiva curiosa” do PA e um dos tipos de passiva encontradas nas línguas Bantu, qual seja, a “passiva-a” do quimbundo, língua Bantu falada em Angola:

(3) Português Angolano (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 225, ex. 12)

João lhe bateram na mãe dele

John him beat-PAST-3PLIMPERSONAL in-the mother his

‘John was beaten by his mother’

‘João foi batido por sua mãe’³⁶

³⁶ Ao longo da tese, acrescentaremos traduções para o português quando os dados forem apresentados em outras línguas.

(4) Quimbundo (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 225, ex. 11)

Nzua a-mu-mono kwa meme

John SM3PL-2-OM3SG1-saw by me

‘John was seen by me’

‘João foi visto por mim’ (GIVÓN, 2006, p. 340, ex. 5a)

Segundo observam as autoras, os dados em (3) e (4) apresentam as seguintes similaridades morfosintáticas:

1. o argumento paciente dos eventos – aquilo que é batido e aquilo que é visto, respectivamente – é deslocado para a periferia esquerda da sentença;
2. os referentes desses argumentos são retomados no interior das sentenças, pelo pronome dativo *lhe* e pelo marcador de objeto *mu*, respectivamente;
3. o argumento agente é demovido de sua posição original de sujeito da sentença, sendo expresso por um sintagma oblíquo;
4. e o verbo é mantido na forma ativa, com a flexão de terceira pessoa do plural em (3) e com o prefixo marcador de sujeito de terceira pessoa do plural em (4). Em ambos os casos, as marcas desencadeiam uma leitura impessoal.

Tais similaridades podem ser melhor observadas através das estruturas (5) e (6), representando, respectivamente, a “passiva-*a*” do quimbundo e a “passiva curiosa” do PA, assim definidas por Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 227):

(5) Passiva-*a* do quimbundo

[DP paciente deslocado para a posição pré-verbal] [prefixo marcador de sujeito impessoal + prefixo marcador de objeto + V forma ativa] [preposição + DP]

(6) Passiva do português angolano

[DP paciente deslocado para a posição pré-verbal] [pronome dativo de terceira pessoa do plural anaforicamente ligado ao DP deslocado + V forma ativa na terceira pessoa do plural impessoal] [preposição + DP]

A fim de expormos a argumentação das autoras, ancorada na hipótese do contato linguístico, convém retomar alguns pontos da descrição que elas, com o auxílio de uma ampla literatura africanista, fazem das construções passivas das línguas Bantu. Antes

disso, lembramos também que, na esteira de trabalhos como Kemmer (1993), Givón (2006) e Negrão e Viotti (2014b), as autoras entendem a noção de passiva como parte de um domínio mais amplo, que envolve diferentes construções cuja semântica indica uma perda de agentividade ou mesmo a supressão total do argumento agente (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 219). Isso posto, vemos que, em geral, as construções passivas da família Bantu são feitas com uma extensão verbal – a saber, *(ib)w-(ig)w* –, posicionada após a raiz verbal, conforme ilustra o seguinte contraste da língua ciluba (Congo-Kinshasa):

(7) Ciluba (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 220, ex.1-2)

a. Mu-ana u-sumb-a ci-muma (Cocchio, 2008, p.81)³⁷

CL1-boy SM1-buy-FV CL7-fruit

‘The boy buys fruit’

‘O menino compra fruta’

b. Ci-muma ci-sumb-**ibu**-a kudi mu-ana (Cocchio, 2008, p.81)

CL7-fruit SM7-buy-PASS-FV by CL1-boy

‘Fruit is bought by the boy’

‘Fruta é comprada pelo garoto’

Contudo, ao analisar a diacronia das construções passivas em diferentes línguas, Givón (2006) identificou uma passiva diferente no quimbundo, qual seja, exatamente aquela do dado (4), repetido aqui como (8):

(8) Quimbundo (GIVÓN, 2006, p. 340, ex. 5a)

Nzua a-mu-mono kwa meme

John SM3PL-2-OM3SG1-saw by me

‘John was seen by me’

‘João foi visto por mim’ (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 225, ex. 11)

³⁷ COCCHIO, G. Verbal extensions in Tshiluba. *Lingua*, 1, 75-89, 2008.

Petter, Negrão e Viotti (2018) apresentam a argumentação de Givón (2006), segundo o qual a passiva não-canônica do quimbundo – se pensarmos na forma canônica Bantu, isto é, com a extensão verbal – tem origem num processo de gramaticalização, através do qual o prefixo *a-*, originalmente, um marcador de sujeito de terceira pessoa da classe nominal 2, passa a ser interpretado como um impessoalizador e, posteriormente, como um marcador de voz passiva (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, pp. 221-222)³⁸. O caminho da mudança linguística em questão pode ser observado comparando a sentença em (8) aos dados em (9) e (10) abaixo:

(9) Quimbundo – deslocamento do objeto à esquerda com um NP sujeito aberto (GIVÓN, 2006, p. 340, ex. 5b)

Nzua a-ana a-mu-mono

John CL2-children SM3PL/2-OM3SG/1-saw

‘John, the children saw him’

‘O João, as crianças o viram’ (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 221, ex. 4)

(10) Quimbundo – deslocamento do objeto à esquerda com um OM³⁹ e um sujeito nulo (GIVÓN, 2006, p. 340, ex. 5c)

Nzua a-mu-mono

John SM3PL/2-OM3SG-/1-saw

‘John they (anaphoric/impersonal) saw him’

‘João eles (anafórico/impessoal) o viram’ (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 221, ex. 4)

Segundo explicam as autoras, na sentença em (9), temos o objeto *Nzua* topicalizado, na periferia esquerda da sentença, o qual concorda com o marcador de objeto *mu*, prefixado à raiz verbal. O sujeito, por sua vez, é realizado pelo NP *aana*, cuja concordância se dá com o marcador de sujeito *a-*. Por outro lado, enquanto na sentença

³⁸ Para uma compreensão detalhada sobre a morfossintaxe do verbo nas línguas Bantu, remetemos o leitor para o trabalho de Gomes e Okoudowa (2015).

³⁹ Sigla para *object marker*.

em (10) vemos um comportamento semelhante do objeto – isto é, o objeto deslocado *Nzua* concorda com o marcador *mu* prefixado ao verbo –, não ocorre nenhum sujeito expreso, mas apenas o marcador *a-*, que é ambíguo, podendo codificar tanto um sujeito anafórico, já mencionado no discurso, quanto um participante humano coletivo não-especificado ou impessoal (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 221). Na perspectiva de Givón (2006), é a partir das construções em (9) e (10) que, diacronicamente, emerge a “passiva-*a*” do quimbundo registrada em (8), caracterizada pelo deslocamento do DP paciente para a periferia esquerda e pelo prefixo com *a-* com um traço impessoal. Segundo as autoras, isso parece ter influenciado no surgimento da “passiva curiosa” do PA.

Entretanto, considerando as dinâmicas de contato envolvidas na cultura atlântica crioula, as autoras também analisam algumas estruturas do português do século XV, sob a hipótese da congruência de traços linguísticos (MUFWENE, 2008), segundo a qual, numa ecologia de contato, a similaridade entre traços gramaticais de diferentes línguas tende a favorecer a escolha desses traços para a formação de uma nova variedade (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 213). Isso posto, com base em Paixão de Sousa (2008)⁴⁰, as autoras observam que um dos traços mais significativos do português do século XV reside na preferência de frontear os constituintes com papel temático de paciente, como em (11):

(11) Português clássico (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 228, ex. 18)

a. El Rei_i.....[Dona Urraqua]_j, ϕ_i casou _{t_j} com o Conde Dom Reymão de Tolosa

‘The King_i..... [Dona Urraqua]_j, ϕ_i married _{t_j} to the Count Dom Reymão de Tolosa’

Conforme explicam Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 228), no dado em (11), o sintagma *Dona Urraqua* é o complemento do verbo *casar* e, neste sentido, recebe o papel temático de paciente. Porém, nesse contexto, ele é fronteadado para a posição pré-verbal, recebendo, assim, uma proeminência pragmática. Já o sintagma *El Rei*, que é introduzido

⁴⁰ PAIXÃO DE SOUSA, M. C. **Subjects and topics in Classical and Brazilian Portuguese: Hypothesis for a grammatical change.** Unpublished manuscript. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

em outra passagem do texto, é retomado como o sujeito nulo de *casar*. Segundo as autoras, sentenças como (11) teriam a seguinte estrutura:

(12)

[DP_{paciente deslocado para a posição pré-verbal}] [$\emptyset$ sujeito nulo anafórico] [V forma ativa/concordância com o antecedente do sujeito nulo]

As autoras também observam alguns dados de impessoalização. De acordo com elas, no português clássico, o pronome de terceira pessoa do singular *se* teve seu uso expandido, passando a codificar sujeitos agentivos impessoais/genéricos e indeterminados (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 228). Além disso, nessas construções, o complemento do verbo pode ser deslocado à esquerda, como mostram os dados retirados de Gandavo (1576) – respectivamente, exemplos (20), (21) e (22) de Petter, Negrão e Viotti (2018) –:

(13) [rio muito grande] no qual **se mata** infinito peixe...

‘[river very big] in which one kills a lot of fish...’

(14) quando esta província; **se descobriu** ϕ_i .

‘when this province, someone discovered (it).’

(15) Algumas [frutas] deste Reino **se dão** também nestas partes.

Some [fruits] of this Kingdom are given also in these parts

Conforme explicam as autoras, a presença do clítico *se* nos dados (13) a (15) dá a leitura de um participante genérico, porém causador ou agente do evento denotado pelo verbo. Além disso, os dados (13) e (14) mostram que o sintagma complemento pode permanecer na posição pós-verbal ou ser deslocado à esquerda, assumindo uma posição de proeminência pragmática. O verbo, por sua vez, permanece na forma ativa. Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 229) propõem as seguintes estruturas para os dados do português clássico:

(16)

[‘se’ impessoal agente] [V forma ativa/concordância com o DP paciente] [DP paciente]

(17)

[DP paciente deslocado para a posição pré-verbal] ['se' impessoal agente] [V forma ativa/concordância com DP paciente]

Finalmente, em sua reflexão sobre o *continuum* linguístico gerado pelo histórico de contatos entre o português e as línguas Bantu, Petter, Negrão e Viotti (2018) também levam em consideração os seguintes dados do PB, por elas classificadas como sentenças absolutas:

(18) Português brasileiro (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 229, ex. 25,26,27)

a. Essa casa tá construindo desde que o apartamento do
 this house is building since that the apartment of
 vovô vendeu
 granddad sold

‘This house in being built since granddad’s apartment was sold.’

b. O dinheiro da venda já investiu em CDB
 the money from-the sale already invested in CDB

‘The money from the sale was already invested in CDBs.’

c. Não adianta correr que esse trem já perdeu
 not useful to-run that this train already lost

‘It’s useless to run, because we have already missed this train’

De acordo com Petter, Negrão e Viotti (2018, p. 229-230), as sentenças absolutas do PB apresentam as seguintes propriedades morfosintáticas: (i) não há restrição nas classes de verbos que podem participar da construção, diferentemente do que ocorre nas construções de alternância causativa; (ii) os verbos identificados nesse tipo sentença são altamente agentivos, ocorrem na forma ativa e com diferentes marcadores de tempo; (iii) o argumento cujo papel temático é o de paciente ocorre na posição de sujeito da sentença e desencadeia concordância com o verbo; (iv) não há a presença de qualquer argumento que codifique o agente do evento ou a fonte de energia causadora, e, pelo contrário, a inserção desse elemento torna a sentença agramatical. Na perspectiva das autoras, as absolutas do PB teriam a seguinte estrutura:

(19)

[DP_{paciente} deslocado para a posição de sujeito] [V_{forma ativa/concordância com o DP paciente na posição de sujeito}]

Com base nessa série de comparações entre sentenças do quimbundo, do PA, do PB e do português clássico, as autoras argumentam que as construções dessas variedades apresentam congruência de traços (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 230). O português clássico e o quimbundo, por exemplo, línguas que estabeleceram contato no período colonial, apresentariam padrões semelhantes no deslocamento do DP paciente para a periferia esquerda e a manutenção do verbo na voz ativa. Além disso, ambas as variedades apresentam uma forma impessoal de terceira pessoa e a concordância do verbo com o DP objeto deslocado. Por outro lado, as construções absolutas do PB também apresentam o deslocamento e o verbo na forma ativa. Assim, dadas as relações de contato estabelecidas entre o português clássico e o quimbundo no âmbito da cultura atlântica crioula, seus impactos na formação do PA, as construções absolutas do PB e as histórias de contato entre os falantes de português e de línguas Bantu no Brasil colonial⁴¹, as autoras argumentam a favor da existência de uma ligação entre o PB e o PA, numa espécie de resultado do *continuum* de contatos entre as línguas Bantu e o português (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 230-231). As autoras ainda esclarecem que o objetivo do trabalho não consiste em argumentar que uma determinada estrutura do quimbundo foi transferida inteiramente para o PA e tampouco que houve uma cópia da estrutura do português clássico para o PB, mas sim que, na ecologia de competição e seleção de traços linguísticos, os traços de línguas diferentes que são congruentes podem ser selecionados na emergência de novas variedades, devido à congruência entre eles. Encerremos esta seção com as seguintes palavras das autoras:

Our aim was not to present calques from one language to the other. We are interested in showing how languages which emerge in situations of contact make use of various features of the different languages involved, creating novel structures which, nonetheless, can be traced back to the ‘mother languages’ (PETTER, NEGRÃO E VIOTTI, 2018, p. 232)

⁴¹ Lembremos que a primeira gramática do quimbundo foi escrita no Brasil, pelo jesuíta Pedro Dias (1697)

1.2.1. Conclusões parciais

Conforme pudemos ver na seção anterior, trabalhos como os de Negrão e Viotti (2014a) e Petter, Negrão e Viotti (2018) seguem uma perspectiva de análise bastante distinta dos trabalhos analisados na seção 1.1. A primeira diferença a ser ressaltada é a ausência do “discurso da perda”, na medida em que o contato do português com as línguas africanas não é utilizado para justificar, por exemplo, perdas de natureza morfossintática ou fonológica. Pelo contrário, talvez pudéssemos dizer que os trabalhos propostos pelas autoras são perpassados por um “discurso da inovação”, visto que as histórias de contato são vistas como condicionantes da emergência de uma estrutura inovadora no PB, qual seja, a construção absoluta, que não surge em substituição a nenhuma outra⁴².

Outro aspecto extremamente relevante desses trabalhos é que as hipóteses de influência do contato são construídas através do estudo aprofundado das propriedades morfossintáticas das línguas africanas em questão. Neste sentido, não se tem como ponto de partida suposições genéricas acerca do insucesso do processo de aquisição de L2, da dificuldade dos aprendizes de uma segunda língua no domínio de certas propriedades gramaticais etc., mas sim a ancoragem no conhecimento das gramáticas que estiveram em contato – tanto do português quanto das línguas Bantu –, metodologia esta que possibilita a interpretação dos resultados gerados pelo processo de competição e seleção de traços linguísticos. Propostas dessa natureza também são vistas no estudo de línguas tradicionalmente conhecidas como crioulas, como, por exemplo, na análise de Aboh e DeGraff (2014) sobre os DPs do crioulo haitiano, cuja comparação com padrões das estruturas Gbe (substrato) e românicas (superstrato) – sobretudo do francês – leva à conclusão de que os padrões emergentes no crioulo não podem ser considerados como oriundos apenas de uma das fontes, mas de ambas, havendo ainda padrões inovadores, não existentes em nenhuma das línguas da ecologia de contato relevante.

Finalmente, os trabalhos aqui focalizados também se pautam pela análise das histórias sociais que levaram ao contato entre as línguas em questão, vistas não de maneira abstrata, mas sim de maneira local, regionalizada. É com essa perspectiva que as autoras

⁴² Aliás, é importante destacar que, em outros trabalhos em que também investigam as construções absolutas, as autoras fazem questão de destacar que estão tratando de um tipo sentencial novo, não relacionado à perda do clítico *se* ou mesmo das construções passivas (cf. NEGRÃO E VIOTTI, 2008; NEGRÃO E VIOTTI, 2010; entre outros).

se detêm sobre a formação da cultura atlântica crioula – sobretudo nos reinos do Congo e de Angola –, mostram como se dava a relação entre os agentes coloniais, seus parceiros de negociação nas costas africanas e os escravizados, as relações existentes entre eles no Brasil etc. É esse o enfoque que as leva a postular a hipótese dos contatos linguísticos e sua influência na constituição do PB e do PA. Linha analítica semelhante é encontrada também na investigação dos crioulos, como em Aboh (2015a), cujo estudo dos crioulos do Suriname é ancorado numa sólida reflexão sobre a história dos povos Gbe, desde a África até as Américas.

Consideradas todas essas questões, nesta tese, procuraremos seguir semelhante perspectiva teórica e metodológica, pautando-nos pelo estudo detalhado das histórias de contato linguístico, das línguas africanas relevantes, a partir de modelos não-excepcionalistas. Neste sentido, na próxima seção, apresentamos as linhas gerais da proposta de História Linguística que sustenta nosso trabalho, baseado, fundamentalmente, em Negrão e Viotti (2012).

1.3. Construindo uma História Linguística brasileira: uma tarefa dividida em capítulos, regiões e línguas

A discussão realizada até aqui aponta para a necessidade de elaboração de uma História Linguística que compreenda o Brasil colonial como uma ecologia de contato multilinguístico e que, a partir de recortes espaço-temporais relevantes, evidencie como o devir histórico conduziu os processos de transplante, origem, variação e mudança de línguas. Com efeito, a literatura historiográfica indica que a história linguística brasileira sempre foi marcada pelo multilinguismo, consequência direta da história da ocupação do nosso território e também dos atores envolvidos nesse processo, tema do trabalho de Andreazza e Nadalin (2011). Conforme relatam esses historiadores, a experiência multiétnica brasileira se dá logo nos primeiros momentos da propalada “descoberta” portuguesa: dado que, inicialmente, o povo lusitano não manifestou o interesse de ocupar efetivamente o território, a costa brasileira se tornou um palco para as guerras de interesses das diversas potências europeias da época, fazendo com que indivíduos de diversas origens mantivessem contato com os nativos, realizando trocas mercantis através de produtos considerados exóticos, como animais e pau-brasil (ANDREAZZA E NADALIN, 2011, p. 57-58).

Segundo Andreazza e Nadalin (2011, p. 59), até o século XVIII, não houve, da parte de Portugal, o estabelecimento de uma política realmente sistemática de povoamento do território brasileiro. Entretanto, alguns indícios dessa organização começaram com a política das sesmarias, as quais, anteriormente aplicadas nas ilhas atlânticas, tinham como objetivo final a produção agrícola do açúcar. É a partir daí que há um fortalecimento do tráfico negreiro e também da migração portuguesa, formando os dois principais estamentos da sociedade colonial: os senhores e os escravos. No entanto, Andreazza e Nadalin (2011, p. 59) chamam a atenção para o fato de que também havia um número considerável de pessoas pobres livres ou libertas. Os autores também explicam que, como a economia agroexportadora do açúcar era desenvolvida sobretudo na região litorânea, era também nesta região que se concentrava a população, marcada pela miscigenação. Tal estado de coisas teria produzido aquilo que os autores chamam de diversos “artefatos culturais”, como as línguas gerais do Norte e do Sul, as quais, na visão deles, possibilitavam a comunicação entre grupos de diferentes matrizes culturais (ANDREAZZA E NADALIN, 2011, p. 60). Neste sentido, vemos que os dois historiadores observam que a história colonial brasileira é igualmente perpassada por uma história linguística, resultante das relações estabelecidas entre povos de diferentes matrizes. Vejamos, então, algumas características gerais dessa história linguística, bem como métodos e modelos para abordá-la.

Um ponto interessante apontado por Andreazza e Nadalin (2011, p. 61) é que a população de origem portuguesa que, no período de 1500 a 1600, chegava ao Brasil, além de constituir uma minoria na colônia, era composta por indivíduos que vinham, majoritariamente, de regiões bastante específicas: das cidades do Noroeste de Portugal e das ilhas atlânticas. Tais informações de caráter geográfico nos parecem importantes, dado que, certamente, os falantes de português originários das ilhas atlântica traziam variedades da língua já permeadas por uma história de contato, em virtude da interação com os africanos lá escravizados. Raso, Mello e Altenhofen (2011, p. 32) também abordam essa questão, e afirmam que grande parte dos portugueses que viviam no Brasil colonial era analfabeta e falante de variedades rurais. Consideramos que esses relatos são de extrema relevância para a composição de uma História Linguística brasileira, visto que o mapeamento mais detalhado possível da origem dos portugueses pode auxiliar tanto na problematização das teses que atribuem apenas aos falantes L2 as mudanças ocorridas no PB quanto dos argumentos que se articulam em torno da hipótese de deriva, uma vez que

as informações sobre suas origens também podem incluir dados acerca de suas histórias de contato, como as que se deram nas ilhas atlânticas.

Mattos e Silva (2004), por exemplo, chama a atenção para a necessidade de se considerar o multilinguismo como uma marca característica da história brasileira, com impactos diretos na formação do PB. A autora propõe esse caminho com base no trabalho seminal de Houaiss (1985), o qual, de acordo com ela, representaria uma superação das teses indiófilas, africanas e negrófilas postas em debate por Serafim da Silva Neto. Interessada no estabelecimento de um robusto programa de pesquisas sobre a sócio-história do PB, Mattos e Silva (2004, p. 32-3) elenca algumas das tarefas que, na perspectiva Houaiss (1985), ainda deveriam ser realizadas pela linguística histórica brasileira, tais como: estudo da ocupação territorial; da distribuição demográfica e linguística da população; da permanência ou desaparecimento de línguas. Percebemos aí que, pelo menos desde Houaiss (1985), há o entendimento de que uma explicação acerca da história do PB não poderia ser conduzida de modo unilateral, dada a formação multilíngue do Brasil. Aliás, na visão de Raso, Melo e Altenhofen (2011, p. 13-14), o interesse teórico e descritivo do PB estaria diretamente relacionado às multifacetadas histórias de contato que fariam dele uma língua, por assim dizer, original.

Diante de todas essas questões, Negrão e Viotti (2012) propõem algumas diretrizes para a composição de uma História Linguística Brasileira. De acordo com elas, a História Linguística se pautaria por uma abordagem ligeiramente distinta da Linguística Histórica tradicional, posto que, estando esta última comprometida exclusivamente com o exame dos fenômenos linguísticos e estruturais das diacronias, a nova abordagem seria caracterizada por um viés multidisciplinar, integrando diferentes áreas das ciências humanas, a fim de melhor explicar os fenômenos linguísticos. Com o intuito de delimitar da melhor maneira possível a perspectiva teórico-metodológica por elas assumida, Negrão e Viotti (2012, p. 311) esclarecem que a defesa de uma História Linguística vai muito além de trabalhar na interdisciplinaridade através de empréstimos de conceitos e métodos de outros domínios científicos. Pelo contrário, no âmbito da História Linguística, demanda-se um diálogo mais orgânico entre diferentes campos do saber, de modo que eles sejam efetivamente integrados na explicação dos fenômenos de evolução da língua (NEGRÃO E VIOTTI, 2012, p. 311-312).

As autoras argumentam que, na elaboração da História Linguística, a reconstituição das relações socioeconômicas estabelecidas entre os falantes deve ocupar um papel

central, dado que fatores como a demografia, mobilidade social, escolarização etc., tão bem trabalhados por Mattos e Silva (2004) – entre outros autores –, podem, por assim dizer, ser considerados epifenômenos das estruturas macro e microeconômicas. Com efeito, são as relações socioeconômicas que determinam a estrutura da sociedade e as interações linguísticas nela processadas.

Tendo em mente a incorporação de um discurso orgânico entre diferentes áreas das ciências humanas, voltadas para a explicação dos fenômenos de evolução linguística, Negrão e Viotti (2012, p. 311-312) esclarecem que, no campo da História Linguística, ao contrário de menções genéricas ao papel de grandes fatos históricos no desencadeamento de mudanças linguísticas – como, por vezes, é feito no âmbito da Linguística Histórica tradicional –, procura-se demonstrar como os eventos históricos, sociais e políticos ensejam o estabelecimento de uma nova ordem socioeconômica, com impactos diretos nos modos de interação entre as pessoas e na evolução linguística. Por esta razão, as autoras defendem a adoção de uma teoria de mudança linguística que abandone a tradicional oposição entre a história interna e a história externa da língua – oposição esta defendida por Silva Neto (1950) –, partindo do pressuposto de que todas os eventos relacionados à evolução das línguas teriam como razão inicial as mudanças processadas nos contatos e interações entre os indivíduos, devido às mudanças de natureza econômica (NEGRÃO E VIOTTI, 2012, p. 314-315).

As autoras sugerem que uma boa maneira de iluminar os impactos dos fatores econômicos na história linguística seria submeter os fatos a uma análise regionalizada, sobretudo no que diz respeito à história linguística do Brasil, território ocupado de diferentes maneiras, em diferentes temporalidades e por povos de origens distintas. Conforme ressaltam Negrão e Viotti (2014a, p.151), por ser um território muito grande, o Brasil deu origem a muitas comunidades de fala distintas, com suas próprias dinâmicas e organizações sociais. Neste sentido, as análises regionais ajudariam na compreensão da complexidade de cada contexto, concretizada pelo estabelecimento dos povos e línguas em contato, pelas relações econômicas e sociais por eles estabelecidas, pelos impactos das possíveis disposições hierárquicas da comunidade etc.

Partindo desta perspectiva de análise, um importante fator a ser considerado no estabelecimento de uma história dos contatos linguísticos diz respeito aos diferentes momentos do tráfico de africanos escravizados que marcaram a história brasileira e que,

a cada época, foi majoritariamente concentrado em uma região da África, conforme podemos ver no panorama dado por Bonvini (2008):

Distinguem-se, habitualmente [...] quatro grandes ciclos de importação para o Brasil:

- (i) no século XVI, o ciclo da Guiné, sendo os escravos principalmente sudaneses, originários da África, situada ao norte do Equador;
- (ii) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe ao Brasil negros da zona banta;
- (iii) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que atingiu de novo os negros sudaneses. A partir do século XVIII, esse ciclo desdobrar-se-á num ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benim;
- (iv) no século XIX, os escravos vieram um pouco de cada lugar, mas com predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique. (BONVINI 2008, p. 26)

Levando em consideração a proposta de Negrão e Viotti (2012), entendemos que a composição de uma história linguística regionalizada passa pela observação das especificidades de cada um desses ciclos na região investigada, especificidades estas relativas às atividades econômicas a que se destinavam os africanos escravizados, como eles se organizavam no interior da sociedade, como e com quem interagem, quais línguas falavam etc. Nesta tese, cujo objeto central é a composição de uma história linguística do Ciclo do Ouro, trataremos especialmente do comércio de africanos escravizados realizado com a costa da Mina, e dos fatores sociais, econômicos e linguísticos nele envolvidos. Em relação a este último aspecto, centraremos nossa discussão na análise da língua geral de Mina (LGM), variedade africana falada pelos africanos escravizados que viviam em Vila Rica de Ouro Preto, no século XVIII, onde, conforme vimos, António da Costa Peixoto escreveu dois documentos sobre a língua em questão, a saber: *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguezas correspondentes* (1731) e *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdioma* (1741). Nesta tese, examinaremos a *Obra Nova*, estabelecendo uma descrição de alguns tópicos da sintaxe dessa variedade, além de analisar os aspectos ecológicos que condicionaram o transplante dessa língua para o Brasil e sua permanência em certos contextos da colônia.

Deste modo, organizamos a tese da seguinte maneira: (1) neste capítulo 01, apresentamos uma reflexão sobre o domínio da História Linguística, tratando

especificamente sobre as histórias de contato do português com as línguas africanas, mostrando algumas tradições de análise deste tópico na literatura. Assim, embora nossa tese não aborde frontalmente a emergência do PB, mostramos como o conhecimento das línguas africanas faladas no Brasil sempre foi pautado pelas investigações da língua de extração europeia, por vezes, sob uma perspectiva excepcionalista e crítica; (2) no capítulo 02, introduzimos os modelos teóricos que dão suporte para as nossas reflexões; (3) no capítulo 03, apresentamos uma análise da ecologia do Ciclo do Ouro, mostrando como se davam as relações sociais entre os africanos escravizados e como eles se relacionavam com os outros grupos das Minas coloniais, aspectos essenciais para a compreensão da evolução da LGM no Brasil – no sentido de Mufwene (2008) –, processo este que tem início na África Ocidental; (4) no capítulo 04, à luz de pressupostos das teorias de contato, da gramática das línguas Gbe, e também da historiografia, apresentamos uma análise crítica dos principais estudos já feitos sobre a LGM; (5) finalmente, no capítulo 05, apresentamos um panorama de alguns tópicos da sintaxe da LGM.

1.4. Conclusões

Conforme procuramos mostrar neste capítulo, os cenários de dominação colonial sempre foram privilegiados pelos estudiosos da linguagem, devido aos impactos que as histórias de contato podem ter sobre as variedades linguísticas faladas pelos indivíduos presentes nesse tipo de contexto. Neste sentido, ao longo da história, vimos surgir estudos sobre as línguas europeias, sobre as línguas autóctones das Américas e das Áfricas, sobre os crioulos, pidgins etc., trabalhos baseados em diferentes perspectivas teórico-metodológicas e conduzidos pelas mais diferentes razões, desde o interesse de dominação cultural e política até o genuíno interesse na dimensão histórica do fenômeno da linguagem.

Dentro dessa ampla tradição, temos os estudos sobre a História Linguística brasileira, ocorrida em um território com uma longa trajetória colonial, permeada pelo contato entre europeus, indígenas, africanos, asiáticos etc. Como mostramos, esse verdadeiro laboratório para os estudiosos do contato linguístico foi sempre detalhadamente explorado, tendo como ponto de partida e chegada a reflexão sobre as origens do português brasileiro, que seria fruto desse grande caldeamento étnico e

linguístico. Entretanto, em grande parte das vezes, vemos que as línguas africanas com as quais o português entrou em contato não foram investigadas em detalhe, levando muitos estudiosos a conclusões bastante gerais sobre os seus impactos na gramática do PB.

Por esta razão, esta tese se dedica especificamente ao estudo de uma das línguas africanas da colonização portuguesa no Brasil, a língua geral de Mina, numa investigação pautada por uma perspectiva não-excepcionalista sobre o contato linguístico, buscando retratar os africanos Mina como sujeitos históricos que, sob o jugo da escravidão, estabeleceram suas redes sociais, mantiveram suas tradições, constituíram novas práticas e, finalmente, contribuíram para a nossa formação nacional.

Capítulo 02

Contato linguístico: força motriz na história das línguas

2.0. Introdução

Neste capítulo, apresentamos as teorias de contato que pautam a nossa formulação da História Linguística do Ciclo do Ouro e, especificamente, nossa abordagem da língua geral de Mina (LGM). Cremos ser esse um itinerário necessário para a compreensão de alguns dos aspectos históricos, sociais, econômicos etc., que guiaram a vida dos africanos escravizados em Minas Gerais – acompanhados dos demais “desclassificados do ouro”, como veremos no capítulo 03 – e possibilitaram o uso de uma língua africana num contexto colonial, na visão de Mufwene (2001, p. 154), um cenário pouco hospitaleiro aos vernáculos dos cativos. Além disso, uma abordagem pautada por teorias de contato linguístico é relevante para a compreensão dos aspectos gramaticais da língua documentada na *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (COSTA PEIXOTO, 1741), necessariamente, uma variedade inserida numa complexa ecologia de contato multilinguístico.

Em razão de nossa abordagem, que considera o contato linguístico como a força motriz da história das línguas, também foi necessário passar por algumas abordagens que, de alguma maneira, identificam nas dinâmicas de contato o potencial de ruptura com a história interna dos sistemas linguísticos, fazendo com que as variedades surgidas em ecologias de interação entre línguas sejam vistas como casos excepcionais. Essa reflexão é importante para que compreendamos a centralidade do contato linguístico no âmbito dos estudos históricos, bem como para que consigamos delimitar de maneira mais clara as diferenças entre as tradições estudadas no capítulo 01.

Deste modo, este capítulo segue a seguinte estrutura: na seção 2.1., discutimos alguns modelos teóricos que consideraram a mudança por contato linguístico algo excepcional na história das línguas; na seção 2.2., exibimos algumas das críticas que as teorias uniformitárias fazem aos modelos excepcionalistas, sob o argumento de que o contato linguístico deve ser considerado o centro da evolução linguística, inclusive das línguas que serviram de base para a construção de teorias imanentistas sobre a mudança; na seção 2.3., discutimos o conceito de ecologia de contato, noção fundamental em nossa

tese; na seção 2.4., abordamos o fenômeno de competição e seleção de traços, com exemplos de como ele pode ser caracterizado; por fim, na seção 2.5., apresentamos nossas conclusões.

2.1. O contato como ruptura na história das línguas: uma retomada crítica

Conforme vimos no capítulo anterior, o contato linguístico sempre figurou como um problema central para os estudiosos que se ocuparam da investigação dos fenômenos de linguagem ocorridos em contextos coloniais. Aliás, muitos trabalhos foram realizados a fim de verificar os impactos dessas conjunturas históricas no desenvolvimento das línguas europeias dominadoras faladas em territórios do Novo Mundo – conforme vimos no capítulo anterior, falamos das chamadas “línguas transplantadas”. Se pensarmos nos trabalhos sobre o português, por exemplo, vemos que a tradição se construiu tomando como objeto central a análise dos impactos da chegada da língua europeia na América, sendo o principal debate a influência ou não dos falantes indígenas e/ou africanos sobre a variedade em questão, traços vistos na produção de estudiosos como Adolfo Coelho e Serafim da Silva Neto, por exemplo. Conforme vimos, em grande parte desses estudos, ainda que implicitamente, há a noção de que o português, uma língua românica formada através da dialeção do latim vulgar, ao encontrar-se em um espaço de caldeamento étnico e linguístico, poderia apresentar mudanças linguísticas externamente motivadas. Curiosamente, uma considerável parte dos trabalhos por nós discutidos anteriormente tem como tese central a negação da influência do contato, ancorados justamente no argumento da história interna do português, que não seria permeável a interferências substanciais oriundas de outras línguas. Assim, em muitos desses trabalhos, parece haver a perspectiva de que o contato opera uma espécie de ruptura no curso normal da história das línguas.

Sabemos, porém, que essa perspectiva de análise não foi inaugurada pela tradição de estudos sobre o português brasileiro (PB), visto que, conforme relata DeGraff (2003), os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística histórico-comparada do século XIX formalizaram a distinção entre dois diferentes tipos de mudança linguística: uma mudança regular, imanente, direcionada pela transmissão geracional de língua, e uma mudança, por assim dizer, anormal, direcionada pelo contato linguístico. Tomando como base o trabalho de Corcoran (2001), DeGraff apresenta algumas categorizações que as

abordagens excepcionalistas fizeram das línguas crioulas, entendidas como protótipos de mudanças anormais, colocando-as em uma espécie de “exílio linguístico”. As categorias seriam as seguintes:

- (i) descendentes degenerados das línguas europeias, suas lexificadoras;
- (ii) línguas originadas a partir da transmissão anormal de língua, ocasionada pela quebra na transmissão;
- (iii) fósseis linguísticos vivos;
- (iv) híbridos especiais, resultantes de uma genealogia excepcional.

Nesta seção, voltaremos o nosso olhar para a categoria (ii), considerando o modelo proposto por Thomason e Kaufman (1988) como um exemplo emblemático desse tipo de abordagem¹. Na perspectiva de Thomason e Kaufman (1988, p. 9), existiriam três diferentes tipos de mudança linguística: (i) a deriva, pela qual se entende que a língua teria determinadas tendências de mudança, em virtude de divergências estruturais²; (ii) a interferência dialetal, por meio da qual diferentes dialetos agiriam uns sobre os outros, espalhando mudanças; e (iii) a interferência estrangeira, entendida pelos autores como a mudança linguística induzida por contato. Ao assumirem o contato como o propulsor de um tipo especial de mudança linguística, Thomason e Kaufman (1988) também propõem um tipo específico de tratamento teórico-metodológico a ser dado às variedades linguísticas resultantes desse processo.

Na visão dos autores, as línguas formadas através do contato seriam resultantes de um processo de transmissão linguística imperfeita, caracterizado por uma espécie de quebra na transmissão, em que um determinado grupo de falantes adquiriria uma língua-alvo como segunda língua (L2), sob influência da sua primeira língua (L1). Posteriormente, a variedade adquirida nessas circunstâncias serviria de *input* para aquisição de L1 por parte de novos falantes, isto é, dos descendentes dos aprendizes L2.

¹ Embora o trabalho de Thomason e Kaufman (1988) seja considerado seminal nesse campo dos estudos do contato, é necessário dizer que a visão do contato como ruptura é anterior a eles e foi conduzida seguindo diferentes argumentos, alguns dos quais influenciaram até mesmo autores abordados no capítulo 01 (cf. MEIJER E MUYSKEN, 1977 para mais informações). No entanto, neste capítulo optamos por abordar principalmente a teoria de Thomason e Kaufman (1988) devido ao seu contraste direto com os modelos teóricos que fundamentam a nossa tese.

² É digno de nota o fato de que a perspectiva da deriva também fundamenta alguns dos trabalhos tratados no capítulo 01, os quais problematizam o papel do contato linguístico na emergência do PB, como Silva Neto (1950) e Naro e Scherre (1993).

Dada esta distinção, Thomason e Kaufman (1988) alertavam para a impossibilidade de se interpretar as *línguas mistas* – geradas por *transmissão linguística imperfeita* – no interior do método de reconstrução genética, visto que, diferentemente das línguas geradas pelo processo de *transmissão linguística normal*, para as quais seria possível estabelecer correspondências genéticas sistemáticas em todos os subsistemas, as *línguas mistas* não atenderiam a esse critério.

Conforme sabemos, o modelo de *Stammbaum*, proposto por August Schleicher, é um dos principais recursos utilizados pela Linguística genética e pelo método de reconstrução comparada. A *Stammbaum* consiste numa espécie de árvore genealógica que procura evidenciar as relações de parentesco estabelecidas entre diferentes línguas, descendentes de uma única língua-mãe. É possível dizer que o modelo de *Stammbaum* incorpora a concepção de mudança linguística largamente assumida nos trabalhos ligados à Linguística Genética, qual seja, a de que as línguas, ao longo do tempo, passam por mudanças imanentes – isto é, condicionadas pelo próprio sistema –, e, paulatinamente, vão se diferenciando umas das outras, resultando num processo de dialeção (FOX, 1995, p. 123). Segundo a proposta de Thomason e Kaufman (1988), as línguas mistas, formadas a partir do contato entre línguas, não funcionariam segundo essa lógica.

Tomando como ponto de partida o conceito de ruptura na transmissão linguística, Thomason (2009) propõe uma tipologia para as línguas de contato, composta dos três seguintes tipos: pidgins, crioulos e línguas mistas bilíngues. A autora faz a ressalva de que a categorização das línguas de contato em três classes não deixa de ser, por assim dizer, arbitrária, visto que nem todas elas se encaixam perfeitamente nos grupos estipulados – há, por exemplo, os casos que Thomason (2009) chama de *borderline*. Porém, a autora opta por fazer algumas generalizações, levando em consideração a identificação da convergência de um conjunto de critérios.

O primeiro tipo de língua de contato caracterizado por Thomason (2009) é o pidgin. Para a autora, a situação prototípica para a emergência desse tipo de língua corresponde a um cenário em que indivíduos pertencentes a diferentes grupos estão envolvidos em uma situação de contato em que não há, por parte de nenhum deles, a necessidade, desejo ou oportunidade de aprender por completo a língua do outro, e em que emerge uma variedade linguística estruturalmente limitada e destinada a situações básicas de comunicação (THOMASON, 2009, p. 43). Tal cenário pode ser propiciado por situações de comércio e exploração em que diferentes etnias estão envolvidas. Segundo

a linguista, em geral, nesse tipo de circunstância, o léxico da língua de contato é alimentado pela língua do grupo socioeconomicamente dominante. Caso haja a estabilização da situação de contato, sem mudanças muito bruscas nas circunstâncias sociais e do uso linguístico³, o pidgin tende a se cristalizar.

Dentro da tipologia proposta pela autora, um outro traço relevante para a caracterização do pidgin é que esta forma linguística não é a língua nativa ou primária de nenhum dos grupos envolvidos na situação de contato, o que implica dizer que, inicialmente, os falantes só utilizam o pidgin para situações de comunicação intergrupais específicas (THOMASON, 2009, p. 43). Assim, do ponto de vista linguístico, o pidgin é caracterizado por recursos lexicais e gramaticais limitados, tais como a eliminação da morfologia flexional e das estruturas sintáticas complexas.

No polo oposto, dentro da tipologia de Thomason, uma língua crioula é a principal língua de uma comunidade de fala e tem um contingente considerável de falantes nativos. Do ponto de vista linguístico, os crioulos também têm mais recursos estruturais do que os pidgins (THOMASON, 2009, p. 46). Não obstante essas diferenças, pidgins e crioulos compartilham alguns traços linguísticos e sociais: ambas as classes de línguas emergem em situações de multilinguismo e, assim como nos pidgins, geralmente, o léxico dos crioulos vem da língua do grupo socioeconomicamente dominante (THOMASON, 2009, p. 45).

A terceira classe constante da tipologia de Thomason (2009) corresponde às línguas mistas bilíngues, as quais emergem em contextos em que pelo menos um dos grupos envolvidos na situação de contato é bilíngue. Embora nesse tipo de língua seja possível identificar com clareza a origem dos elementos dos sistemas lexical e gramatical, Thomason (2009, p. 47) argumenta que as línguas mistas bilíngues também não podem ser tratadas de acordo com os pressupostos da Linguística Genética, pois não é possível traçar a origem de todos os seus subsistemas a partir de um único ancestral comum, fato este que já está implícito no termo que nomeia essa classe de línguas. Como há bilinguismo, se comparadas aos pidgins e crioulos, as línguas mistas bilíngues são caracterizadas por um menor grau de simplificação estrutural.

³ A autora faz referência às circunstâncias de uso do pidgin porque, na literatura sobre o tema, se entende que os pidgins podem ser classificados de acordo com a circunstância social que levou à sua formação, existindo, por exemplo, pidgins de comércio, pidgins de navegação etc (cf. BAKKER, 1994 para mais detalhes).

Como vemos, todas as línguas da tipologia formulada por Thomason (2009) seriam variedades formadas através da mudança linguística induzida por contato, neste sentido, teriam origens híbridas, e não apenas uma língua-mãe, não podendo, portanto, ser tratadas dentro do modelo da linguística genética. Deste modo, vemos que no modelo proposto por Thomason e Kaufman (1988) e seguido por Thomason (2009), o contato linguístico é visto como um deflagrador de rupturas na deriva histórica de uma língua, sendo as línguas crioulas e pidgins os mais notáveis resultados desse processo. Já no caso das línguas formadas através da transmissão linguística normal/regular, tal ruptura não teria ocorrido, de modo que alterações observadas seriam frutos de uma deriva interna.

Contudo, DeGraff (2003, p. 400) chama a atenção para o fato de que os defensores dessa distinção acerca da natureza da mudança linguística não são capazes de definir, com elevado grau de certeza, até que ponto vão as inovações geradas pelos processos regulares de mudança linguística e, de outro, quando se iniciam as inovações provocadas pelo contato. Aliás, essas questões já parecem ter sido inicialmente levantadas entre os linguistas históricos do século XIX. De acordo com Mufwene (2012), foram os próprios romanistas os responsáveis pela criação do conceito de ‘substrato’, reconhecendo o papel que as línguas célticas desempenharam na formação das línguas derivadas do latim vulgar. Além disso, o interesse de alguns deles pelo estudo das línguas crioulas também teria surgido da necessidade de entender o papel desempenhado pelo substrato, na visão desses estudiosos, elemento central para explicar a formação das diferentes línguas românicas, ininteligíveis entre si (MEIJER E MUYSKEN, 1977, p. 24). Além disso, é possível citar a discordância nas abordagens de Schuchardt e Adolfo Coelho para o problema dos crioulos. De acordo com Meijer & Muiyken (1977), para Schuchardt, o que mais o impressionava na formação dos crioulos era a especificidade dos processos de mudança. Na perspectiva do romanista, nessas situações, diferentes línguas contribuíam para a mudança fonológica e a estrutura sintática, por exemplo, era o resultado da interação de diferentes gramáticas. Porém, conforme vimos no capítulo anterior, Adolfo Coelho acreditava que os crioulos representavam o primeiro estágio de aquisição de uma língua por parte de falantes estrangeiros, e que esse processo era guiado por leis psicológicas universais, em que não haveria influência das línguas de substrato. Uma boa solução para o impasse parece ser aquela oferecida pelas teorias uniformitárias das quais levantamos alguns tópicos na próxima seção.

2.2. O contato como o centro da evolução linguística

Algumas críticas contundentes aos modelos e às noções defendidas pela linguística histórica tradicional e também aos seus efeitos no estudo do contato linguístico vêm das teorias uniformitárias, que, naturalmente, advogam contra qualquer excepcionalismo nos fenômenos de linguagem. Os teóricos uniformitaristas partem do pressuposto de que todas as línguas naturais são faladas ou sinalizadas por seres humanos, de modo qualquer variedade expressa a capacidade humana de aprender e criar linguagem, independentemente de características étnicas, políticas e econômicas etc. Ademais, o próprio surgimento das línguas tradicionalmente denominadas crioulas seria uma prova dessa capacidade da espécie, dada a criação de novos sistemas linguísticos mesmo em condições sociais adversas, como os contextos de dominação colonial (cf. DEGRAFF, 2003, p. 392).

Como já citado no capítulo anterior, dentre as problematizações às visões tradicionais e excepcionalistas, temos a perspectiva de Mufwene (2001, 2008). Na visão do autor, haveria uma compreensão equivocada acerca do alcance explicativo do modelo de árvore genealógica de surgimento das línguas indo-europeias (*Stammbaum*), pois embora o esquema arbóreo pudesse identificar o ponto no tempo no qual se dera a diferenciação entre as línguas historicamente relacionadas, não teria condições de explicar as razões que as levavam a compartilhar traços ou se diferenciar, se por difusão areal ou por ancestralidade comum, por exemplo (MUFWENE, 2008, p. 29-30). Ora, as próprias línguas Gbe, um dos objetos de estudo desta tese, poderiam ser consideradas bons exemplos para a discussão dessa questão, pois não obstante vários trabalhos tenham demonstrado a ligação genética entre elas – cf. por exemplo, CAPO (1991) e KLUGE (2000, 2007), entre outros –, o conhecimento da história social dos povos Gbe mostra o quanto os seus constantes movimentos populacionais e contatos fizeram com que, ao longo dos séculos, variedades linguísticas similares fossem sendo formadas, se diferenciando relativamente com o decorrer do tempo e com as migrações em direção à costa, mas sempre mantendo um núcleo comum (cf. ABOH E SMITH, 2015).

Ademais, Mufwene (2008, p. 30-31) chama a atenção para o fato de que a colonização não seria um fenômeno recente na história mundial, mas muito antigo, remontando também ao surgimento do Império Romano – e, conseqüentemente, das

línguas românicas –, e, portanto, seria igualmente caracterizado por movimentos populacionais e contatos linguísticos, de modo que a expansão europeia ocorrida a partir do século XV poderia ser considerada apenas como a última de outras grandes dispersões indo-europeias pelas regiões do globo (MUFWENE, 2012). Com isso em mente, o autor passa a discutir uma série de aspectos que aproximam o surgimento das línguas românicas das famigeradas línguas crioulas, argumentando que, *mutatis mutandis*, todos esses processos de emergência de novas variedades passam pelo contato entre falantes e, consequentemente, entre línguas.

Conforme vimos anteriormente, um dos principais argumentos que sustentam as hipóteses de excepcionalidade da mudança linguística induzida por contato é a noção de que, nesses casos, não se tem uma transmissão geracional de língua, com todos os subsistemas, mas sim a aquisição imperfeita de L2, noção esta presente em vários trabalhos sobre a origem do PB (cf. THOMASON E KAUFMAN, 1988; autores analisados no capítulo 01). Entretanto, Mufwene (2012) chama a atenção para a ocorrência de processos de aquisição de L2 na expansão do Império Romano, na medida em que as variedades de latim vulgar adquiridas por gauleses, ibéricos e celtas não eram, necessariamente, variedades nativas, uma vez que muitos dos agentes imperiais não eram de origem romana, mas sim indivíduos autóctones a serviço de Roma. Segundo o autor, tal estado de coisas teria levado a um contínuo processo de reestruturação da variedade imperial, à semelhança do que teria ocorrido na formação das chamadas línguas crioulas, no contexto das *plantations*. Neste sentido, o autor chama a atenção para o ponto de que muitos dos indivíduos que, atualmente, falam as línguas românicas como seus vernáculos não são de descendência itálica, ou seja, falantes nativos de latim, mas sim de origem céltica, isto é, descendentes de falantes que adquiriram a variedade do Império como L2. Assim, tomando o caso das românicas como exemplo, Mufwene (2012) considera que a expansão das línguas indo-europeias foi conduzida por processos constantes de mudança de língua (*language shift*)⁴ e reestruturações, gerando novos vernáculos.

Ainda dentro do campo das teorias uniformitárias, DeGraff e Aboh (2017) colocar-se-ão contra as premissas excepcionalistas e, com base na análise do crioulo haitiano (HC), argumentarão que ele e outras línguas crioulas poderiam, sim, ser

⁴ No modelo de Thomason e Kaufman (1988), a *language shift* consiste em um dos casos de mudança linguística induzida por contato. Nesses casos, por diferentes razões, uma comunidade falante nativa de uma determinada variedade inicia um processo de mudança de língua, fazendo com que os traços de sua língua vernácula influenciem a nova variedade adquirida imperfeitamente.

analisadas pelo prisma do método histórico-comparado. Segundo os autores, a ocorrência de uma série de fenômenos morfo-fonológicos e também os padrões lexicais mostrariam que, por exemplo, os afixos do HC responsáveis pela marcação de Tempo-Modo-Aspecto (TMA) eram originários de construções verbais perifrásticas pertencentes às primeiras variedades do francês colonial. Além disso, conforme argumentam DeGraff e Aboh (2017, p. 424), o cotejo entre alguns parâmetros estruturais do francês e do latim – tais como ordem de palavras, determinantes definidos etc. – mostra que haveria uma proximidade maior entre o francês e o HC – quando se comparam as estruturas do crioulo com as variedades do francês coloquial dos séculos XVII e XVIII – do que com o alegado ancestral de todas as chamadas línguas românicas, isto é, o latim. Na perspectiva dos autores, além de indicarem que o HC poderia ser analisado de acordo com o modelo do método histórico-comparado, as correspondências sistemáticas encontradas entre os subsistemas do crioulo e do francês também serviriam como uma espécie de contraexemplo à alegada existência de um pidgin estruturalmente reduzido nas origens da língua, o qual, no entender das propostas excepcionalistas, seria um fruto da quebra na transmissão linguística, por assim dizer, regular. Tudo isso estaria aliado à falta de documentação consistente sobre esses pidgins que teriam precedido os crioulos, visto que, de acordo com Mufwene (2008), por exemplo, esses dois tipos de língua estariam numa espécie de distribuição geográfica complementar.

Por razões como as até aqui apresentadas, vemos que, nos modelos uniformitários, o contato linguístico pode ser considerado o centro dos processos da evolução linguística. Mufwene (2008, p. 16) opta por utilizar o termo evolução porque, além de abarcar o tradicional conceito de mudança, no rol dos estudos da evolução linguística, são também considerados fenômenos como o nascimento, a especiação e a morte das línguas. Todos esses fenômenos ocorrem devido às histórias dos contatos entre os falantes, aos movimentos populacionais, às mudanças sociais, políticas, econômicas etc.

Sendo o contato a força motriz de todos os processos de evolução linguística, não haveria nenhuma razão para defender a hipótese de emergência excepcional de pidgins e crioulos, e nem para problematizar e/ou subestimar os impactos desse fenômeno nas línguas faladas em territórios coloniais. Assim, diferentemente das linhas argumentativas apresentadas na seção anterior, que procuram fornecer evidências da excepcionalidade de pidgins e crioulos – e de outras línguas de contato –, tanto do ponto de vista estrutural quanto do de sua formação histórica, o modelo teórico proposto por Salikoko Mufwene

(2001, 2008) procura caracterizar essas línguas a partir de uma fundamentação sócio-histórica, defendendo que, do ponto de vista de sua estrutura, não há nada que as torne excepcionais em relação às demais línguas, as quais também são formadas pelos processos de competição e seleção de traços linguísticos, desencadeados pelos movimentos populacionais e pelo contato. Frente a argumentos como os de Thomason & Kaufman (1988), segundo os quais os crioulos seriam o reflexo da aquisição imperfeita de L2 das línguas europeias coloniais, Mufwene (2008) traz à luz o problema de que outras variedades linguísticas não consideradas crioulas pela literatura – como o português brasileiro, o inglês americano, o francês quebequense etc. – também foram formadas através de processos semelhantes. Deste modo, a saída vista pelo autor para abordar as línguas que tradicional e prototipicamente têm sido classificadas como crioulas toma como diretriz uma investigação aprofundada sobre as ecologias que serviram de palco para a apropriação das línguas europeias por parte das populações escravizadas.

Um bom exemplo desse tipo de abordagem é realizado no trabalho de DeGraff e Aboh (2017). Segundo os autores, os pidgins e crioulos refletem as contingências ecológicas de sua formação, inclusive das estruturas das línguas cujo contato levou à construção dos novos vernáculos. Além disso, a emergência dessas variedades de contato apresenta fenômenos muito comuns a qualquer situação de aquisição de L2, como a perda de morfologia flexional, a preferência por construções analíticas em relação às sintéticas e a transferência estrutural, por exemplo. Por esta razão, o modelo de DeGraff e Aboh (2017) é ancorado na proposta de uma Cascata de Aquisição L2/L1, em que a aquisição de L1 em uma situação de contato linguístico – isto é, com um *input* heterogêneo – é caracterizada pela influência dos padrões de L2 sobre a aquisição de L1. Na teoria proposta pelos autores, entretanto, essa cascata não seria restrita apenas aos processos de formação de novas línguas – como pidgins e crioulos –, mas serviria também para a compreensão de fenômenos de mudança linguística permeados pelo contato linguístico, como se deu na história do inglês americano, das línguas românicas e do português brasileiro, por exemplo.

DeGraff e Aboh (2017, p. 435) mostram que o desenvolvimento do crioulo haitiano, por exemplo, se deu num contexto de aquisição de linguagem por parte de diferentes perfis de falantes. Primeiramente, havia aqueles falantes adultos, em sua grande maioria, escravos, que tentavam adquirir variedades do francês como L2. Conforme ilustra a documentação histórica, as variedades de francês inicialmente faladas por esses

indivíduos eram permeadas pelas já referidas estratégias de aquisição de L2 e também eram faladas pelos próprios colonizadores, a fim de garantir a comunicação e, como aspectos estruturais do crioulo atual podem demonstrar, apresentavam traços gramaticais oriundos das línguas de substrato. Expostas a esses dados linguísticos primários complexos e heterogêneos, as crianças crioulas – isto é, aquelas nascidas no contexto colonial –, por conseguinte, procediam à aquisição de L1, marcando os parâmetros relevantes para a estabilização da variedade linguística. De acordo com os autores, tal processo ocorreria de maneira cíclica, visto que, a cada momento, chegavam mais escravizados adultos para aquisição de L2 e nasciam crianças para adquirir L1, gerando uma Cascata Recursiva de Aquisição L2-L1.

A postulação da Cascata possibilita a DeGraff e Aboh (2017) o tratamento coerente de uma série de questões envolvendo o surgimento das línguas crioulas, as quais, segundo os autores, podem ser derivadas para a compreensão de todas as mudanças induzidas por contato. Um primeiro problema diz respeito às correspondências que o crioulo mantinha com o francês, língua da qual saíram vários elementos de sua morfologia, sintaxe e semântica. Assim, tomando como base os diferentes perfis de falantes que adquiriam a língua – os falantes L2 e os falantes L1, num sentido amplo –, DeGraff e Aboh (2017) se perguntam especificamente sobre os responsáveis pela propagação dos traços da língua dominadora na variedade crioula, questão esta que eles respondem com uma sólida fundamentação sócio-histórica:

In colonial Haiti (i.e., Saint-Domingue) the most likely groups to create early Creole varieties with robust lexical and structural French inheritance were not the field slaves on large and segregated plantations, but a socio-economically privileged group constituted by Africans on ‘homesteads’ and by others with direct and regular contact with speakers of French varieties (e.g., African and European L2 speakers of the local varieties) (DEGRAFF E ABOH, 2017, p. 435).

A fim de explicar a emergência dos traços gramaticais inovadores caracterizadores dos crioulos – isto é, aqueles não encontrados em nenhuma das línguas que participaram da situação de contato e que foram utilizados como um dos argumentos das teses excepcionalistas –, os autores destacam o papel que o processo de aquisição da linguagem desempenha na mudança linguística: dado o fato de que é impossível para aquele que adquire a gramática de uma língua replicar inteiramente os idioletos que lhes servem de *input*, entende-se que a aquisição sempre é um espaço aberto a inovações. Tais inovações

podem ter uma existência breve no estágio inicial da *Língua-I* de alguns falantes ou podem continuar e se espalhar como normas linguísticas comunitárias, sendo condicionadas por fatores ecológicos complexos, como os fatores linguístico-estruturais e os fatores sócio-históricos. De acordo com DeGraff e Aboh (2017, p. 436), a mudança linguística ocasionada pelo processo de aquisição não seria uma realidade exclusiva das línguas crioulas, mas dependeria de alguns dos seguintes fatores: (i) o perfil daqueles que adquirem a língua (por exemplo, aqueles que a adquirem como L1 *versus* L2 tardios); (ii) o tipo de *input* disponível (por exemplo, *input* dado por falantes nativos *versus* *input* dado por falantes não-nativos).

Dentre os vários aspectos interessantes da abordagem proposta por DeGraff e Aboh (2017), parece-nos importante destacar que a postulação do cenário da Cascata de Aquisição, aliada à informação de caráter sócio-histórico, possibilita aos autores uma identificação bastante aproximada dos falantes envolvidos na criação do crioulo haitiano, demonstrando que, tanto os escravizados quanto os agentes coloniais, em suas interações, contribuíram para a emergência daquela variedade. Em outras palavras, os autores oferecem uma descrição da ecologia de contato que levou à formação do HC. Esse recorte teórico-metodológico inspira a sua replicação para outros contextos de mudanças linguísticas induzidas por contato entre línguas tipologicamente distintas, na medida em que mostra que, contrariamente ao argumento propugnado por visões excepcionalistas, o contato não insere uma ruptura na história de uma língua, mas recombina continuidades e inovações. De posse desse exemplo, na próxima seção procuramos conceituar a noção de ecologia de contato linguístico.

2.3. Entendendo a ecologia de contato

Uma noção fundamental para a abordagem do contato aqui apresentada diz respeito ao conceito de ecologia linguística, uma vez que ela determina todos os eventos atinentes à evolução linguística. Em termos bastante gerais, a ecologia diz respeito ao ambiente social em que uma língua é falada, aos fatores de ordem socioeconômica que fundamentam as redes sociais de seus falantes, a história política e cultural dos povos envolvidos numa situação de contato, as línguas que efetivamente entram em contato em uma situação de multilinguismo etc. Além disso, são entendidos como parte da ecologia linguística os traços característicos da gramática de uma dada língua, o grau de marcação

de determinadas estruturas, a trajetória diacrônica de seu sistema etc., todos eles fatores relevantes para os processos de competição e seleção de traços atuantes sobre o *feature pool*, conforme detalharemos posteriormente (cf. MUFWENE, 2001, 2008).

A noção de ecologia está intimamente ligada ao modo como Mufwene (2001, 2008) define as línguas naturais, entendidas por ele de maneira análoga às espécies biológicas. A proposta do autor é ancorada nas seguintes razões: assim como as espécies, as línguas são heterogêneas, devido à singularidade dos idioletos⁵; assim como as espécies biológicas, as línguas são afetadas pelas condições ecológicas a que são expostas. Sendo a língua uma espécie, Mufwene (2001, p. 151-152) considera o falante como o hospedeiro dessa espécie, uma vez que as línguas, assim como algumas espécies virais, não sobrevivem sem o hospedeiro e seu destino é traçado pelas pressões ecológicas sofridas pelos hospedeiros.

Perseguindo essa ideia, Mufwene (2001, p. 152) discute alguns cenários possíveis que demonstram a relação existente entre a espécie língua e seus hospedeiros. Por exemplo: se os falantes de uma determinada variedade são, por exemplo, dizimados, essa variedade é levada juntamente com eles, ou, por outro lado, se os falantes são realocados em ecologias onde há outros vernáculos dominantes, a variedade trazida pelos falantes pode ser modificada ou até mesmo perdida. É nesse sentido, por exemplo, que Mufwene (2001, p. 154) afirma que as organizações econômicas das colônias americanas não se configuraram como ecologias hospitaleiras para a sobrevivência das línguas africanas, devido ao alto grau de mistura etnolinguística que caracterizava o sistema de *plantations*. Além disso, o autor pondera que os mesmos falantes que hospedam as espécies linguísticas através de seus idioletos também hospedam outros sistemas, como a cultura, a política, o sistema econômico etc., os quais podem afetar a trajetória evolutiva das línguas (MUFWENE, 2001, p. 151-152).

Deste modo, vemos que o papel exercido pela ecologia linguística é, em um certo sentido, o de colocar na balança da competição e seleção as diferentes espécies que estabelecem contatos. Vale dizer que é isso que acontece no terreno biológico da seleção natural, em que a sobrevivência é garantida apenas aos mais aptos às condições do ambiente. Na perspectiva de Mufwene (2001, 2008), no que diz respeito à evolução linguística, a ecologia exerce o papel de estabelecer restrições, coerções ou facilidades

⁵ O conceito de idioleto será discutido adiante.

que determinados sistemas culturais, econômicos, sociais, políticos etc., impõem aos traços linguísticos que participam dos processos de competição e seleção. São os próprios falantes que selecionam os traços utilizados em suas interações, guiados, porém, pelas pressões ecológicas. Ao longo da tese, verificaremos a relevância dessas noções, na medida em que, segundo entendemos, são as pressões sociais e econômicas da ecologia de contato do Ciclo do Ouro que farão da língua geral de Mina uma variedade competitiva naquele contexto, garantindo a sobrevivência da língua africana no Brasil.

Conforme já dissemos, é com base no conceito de ecologia linguística que Mufwene (2001, 2008) abordará a emergência das línguas crioulas. De acordo com o autor, as ecologias nas quais essas línguas foram criadas – isto é, os contextos sociais, econômicos e políticos onde os crioulos se originaram – foram, via de regra, as chamadas colônias de habitação (MUFWENE, 2008). Este nome se refere aos locais onde os europeus se estabeleceram, estruturando-se econômica e socialmente. Como se sabe, a força de trabalho utilizada nessas terras era majoritariamente escravizada, composta por africanos que, diferenciados etnolinguisticamente, tinham a apropriação da língua do dominador como uma das únicas alternativas de sobrevivência no mundo do trabalho colonial. Além disso, de acordo com Mufwene (2008), no início das colônias de habitação, havia contatos mais regulares e próximos entre colonizadores e os escravizados, sobretudo nas estruturas de *homesteads* que antecederam as grandes *plantations*⁶, sendo que, muitas vezes, os indivíduos brancos, cuja língua servia de modelo de aquisição de L2 por parte dos africanos, eram, na verdade, os chamados *indentured servants*⁷, que falavam variedades não padrão das línguas europeias.

Endossando a proposta de Chaudenson (2001), para quem os crioulos devem ser vistos como línguas vernáculas, definidas pelo tempo, espaço e condições de seu desenvolvimento, Mufwene (2008) se propõe a abordar essas variedades linguísticas no

⁶ De acordo com Mufwene (2008), as *homesteads* foram pequenas propriedades rurais que, no início da colonização, foram estruturadas à base do trabalho escravo de negros africanos, que, dada a proporção da pequena propriedade, compunham um pequeno contingente e, em geral, vinham de regiões da África etnolinguisticamente distintas, fato que não possibilitou a continuidade do uso das línguas nativas africanas. Com o crescimento dessa pequena propriedade, surgiram as grandes *plantations*, que foram caracterizadas pelo grande crescimento da população escrava – muitos deles oriundos das antigas *homesteads* –, pela minoria branca e pela segregação racial do trabalho.

⁷ Os *indentured servants* eram, no contexto colonial, trabalhadores que, por uma série de questões políticas – como o degredo, por exemplo –, eram forçados a trabalhar nas regiões colonizadas. Geralmente, esses indivíduos não falavam variedades de prestígio das línguas europeias ou, muitas vezes, nem eram falantes nativos. Entretanto, dada a divisão social do trabalho, eram eles os mais próximos dos escravizados e, por conseguinte, serviam de modelo de aquisição de L2.

terreno da sócio-história, entendendo-as como frutos da colonização europeia em diferentes regiões do mundo, nas quais foi praticada a segregação racial, num período em que o crescimento populacional se deu muito mais através da importação de novos escravizados de etnias diferentes do que pelo nascimento de crianças. Deste modo, os crioulos nasceriam tendo como base os mesmos processos linguísticos que deram origem a outras variedades, quais sejam, a competição e seleção de traços. Porém, o seu *feature pool* seria composto de traços de um número maior de línguas distintas. A argumentação de Aboh (2009a) parte de pressupostos semelhantes, uma vez que o autor afirma que a excepcionalidade das línguas crioulas não é de natureza linguística, mas reside na maneira excepcional como foram formadas as comunidades crioulas, estruturadas nos seguintes eixos: escravidão, sociedades de *plantation*, segregação etc.

Semelhantemente à perspectiva adotada no estudo dos crioulos, Mufwene (2008) propõe que se analisem os pidgins a partir de sua ecologia de apropriação, isto é, as chamadas colônias de *trade*. Segundo o autor, a grande maioria das variedades linguísticas classificadas como pidgins emergiu nas regiões de entrepostos comerciais da África e do Pacífico, antes que esses territórios fossem efetivamente estabelecidos como colônias. Por esta razão, surgiram vernáculos baseados em variedades não padrão das línguas europeias, voltadas a comunicar as necessidades básicas das interações entre negociantes. A depender do crescimento das necessidades interativas, alguns pidgins se tornaram estruturalmente mais complexos, mas sendo eles frutos das colônias de *trade* – onde os europeus não se estabeleceram –, não se tornaram a língua da comunidade, como o são os crioulos. Esse aspecto é mencionado por Aboh (2009a), segundo o qual os pidgins, por razões ecológicas, tenderiam ao desaparecimento, juntamente com as funções que lhe davam existência – como, por exemplo, o fim de determinados contatos comerciais. Mufwene (2008, p. 76) explica que o aspecto “quebrado” atribuído à gramática dos pidgins não diz respeito a uma condição inerente ao aprendizado adulto de L2, mas sim ao caráter esporádico dos contatos que caracterizam as colônias de *trade*, ecologias de formação dos pidgins.

Mufwene (2001) chama a atenção para um outro possível resultado das ecologias de contato linguístico, frequentemente abordado de maneira errônea na literatura: a koinetização. Na perspectiva de muitos estudiosos, a formação de uma koiné é vista como um processo de simplificação linguística, por meio do qual as variedades dialetais de uma mesma língua, quando em contato, chegam a um mínimo denominador comum, gerando

uma variedade menos complexa (cf. SILVA NETO, 1963[1950], por exemplo). Para Mufwene (2001), do mesmo modo que não há nenhuma especificidade nos processos de reestruturação gramatical que dão origem aos pidgins e crioulos, também não há excepcionalismo no caso das koinés: essas variedades também são formadas através da competição e seleção de traços, nas situações em que falantes de diferentes dialetos de uma mesma língua interagem, influenciando uns aos outros, nem sempre em direção à simplificação do sistema. Deste modo, a única diferença existente entre a formação de koinés e de pidgins e crioulos seria a diversidade tipológica das variedades linguísticas compondo a arena do contato linguístico.

É importante esclarecer que, pelo menos do ponto de vista heurístico, Mufwene (2001, 2008) considera o idioleto do falante individual como o ponto de partida dos processos de evolução linguística. Na perspectiva do autor, o contato linguístico diz respeito a um fenômeno social, caracterizado pelas interações entre indivíduos diferentes que, numa dada situação de comunicação, adaptam seus usos linguísticos uns aos outros, a fim de solucionar demandas de diferentes naturezas – comunicativas, econômicas, políticas etc. Cada um dos indivíduos que participa de uma interação tem um sistema linguístico individual, o seu idioleto, composto por traços linguísticos que remontam ao seu histórico de interações nas diferentes redes de comunicação de que participa. Vale dizer que, nessas situações, o que importa aos falantes não é falar da mesma maneira que os seus interlocutores, mas sim comunicar-se de uma maneira compreensível, a depender das possibilidades fornecidas pelo contexto. Por meio dessas interações e das acomodações mútuas dos falantes que delas resultam, os falantes contribuem com traços para a formação do *feature pool*, que, em linhas gerais, corresponde a uma espécie de repositório de traços linguísticos abstratos, por vezes bastante heterogêneo – a depender da ecologia –, de onde os falantes fazem as seleções para a continuidade de suas práticas interativas. Deste modo, até mesmo as mudanças e variações existentes dentro de uma mesma língua e/ou dialeto podem ser explicadas pelo contato, pois considerado o fato de que nenhum dos idioletos é idêntico ao outro – mas são caracterizados pela semelhança de família, no sentido de Wittgenstein (MUFWENE, 2001, p. 17) –, a interação entre os falantes pode levar a modificações no sistema (MUFWENE, 2001, pp. 11-12).

Assumir, juntamente com Mufwene (2001, 2008), que os processos de evolução linguística têm a sua origem no falante individual traz o desafio de encontrar uma maneira de rastrear como esse processo se dá, sobretudo em uma pesquisa de caráter histórico,

que não dispõe de dados concretos dos falantes envolvidos. Por esta razão, o autor advoga a favor da operacionalidade do conceito de rede social, noção bastante utilizada em estudos sociolinguísticos, tanto naqueles que investigam fenômenos de variação contemporâneos, quanto em outros que apresentam interpretações para mudanças completadas em outros estágios de uma língua (MILROY, 2004).

Entendido como um modelo que visa mapear as relações estabelecidas entre os indivíduos de um determinado grupo, o modelo de rede social parte do seguinte questionamento básico: “quem se comunica com quem?”. Do ponto de vista linguístico, tal questionamento é importante, na medida em que reconhece que os processos de variação e mudança, ao contrário de terem a sua origem em indivíduos isolados ou mesmo em instâncias dialetais abstratas, têm como sua realidade as relações estabelecidas entre os indivíduos, sendo espalhados a partir dos padrões compartilhados através da comunicação humana (BORTONI-RICARDO, 1985). Em linhas gerais, as redes são distinguidas entre as redes abertas, constituídas por indivíduos que participam de situações de interação como membros de diferentes redes e têm preferência por valores culturais vistos como dominantes, e as redes fechadas ou entrelaçadas, compostas por indivíduos que, usualmente, têm suas interações mais centradas em um determinado grupo, e apresentam um nível considerável de coesão social, em termos de valores, cultura, religião etc⁸. Porém, de acordo com Milroy (1980), processos de urbanização e industrialização, por exemplo, podem levar à dispersão das redes entrelaçadas tradicionais, gerando a padronização de comportamentos linguísticos.

As redes sociais são importantes porque, no interior dessas estruturas de comunicação, são transmitidos diferentes repertórios linguísticos, os quais se diferenciam de acordo com os domínios frequentados pelos indivíduos, tais como: a família, os círculos de amizade, os grupos de interesse, os círculos profissionais etc. As interações estabelecidas pelos indivíduos nesses diferentes domínios concorrem para formar a sua rede experiencial, que tem impacto direto sobre a composição de seu repertório linguístico (BORTONI-RICARDO, 1985). É importante dizer que a questão do repertório linguístico vai desde casos mais simples, como o dos indivíduos que utilizam variedades mais informais nos círculos familiares e de amigos e registros mais padronizados com os

⁸ De acordo com Milroy (2004), por vezes, as redes entrelaçadas são criadas e/ou fortalecidas a fim de sustentar minorias estigmatizadas e marginalizadas em um determinado contexto, como a comunidade dos porto-riquenhos em Nova Iorque, que mantém o uso do espanhol.

colegas de trabalho, até casos mais complexos, como os apresentados em Milroy (2004), que traz resultados de estudos sobre a perda linguística em comunidades outrora bilíngues, nas quais mudanças socioeconômicas – como a passagem de uma economia de subsistência para uma economia calcada no oferecimento de serviços (como o turismo, por exemplo) – trouxeram consigo o monolinguismo na variedade mais preponderante no contexto.

O modelo de redes é bastante caro à teoria de Mufwene devido à operacionalização que ele oferece para o rastreamento das adaptações que os falantes fazem aos seus ouvintes nas situações de interação, que têm, como resultado, a contribuição com traços para o *feature pool*. Neste sentido, entende-se que o falante se adapta para ser bem-sucedido em uma determinada rede, com as suas características particulares. Podemos, novamente, fazer referência aos estudos citados por Milroy (2004), nos quais falantes que, outrora, circulavam por redes que exigiam o seu bilinguismo – sobretudo o contexto da economia de subsistência –, passaram a participar de redes em que apenas o monolinguismo importava para a concretização dos objetivos socioeconômicos⁹.

Conforme alguns exemplos citados já permitiram entrever, o paradigma de redes tem sido bastante utilizado em reflexões sobre contextos de manutenção ou mudança (*shift*) de língua. Em geral, tem-se descoberto que as redes mais fechadas e/ou entrelaçadas tendem a favorecer a manutenção de minorias linguísticas ou mesmo de variedades não-padrão, fato que pode acontecer tanto em pequenas vilas ou em grandes metrópoles, condicionado por uma coesão interna do grupo devido a valores sociais, étnicos, religiosos ou socioeconômicos (BORTONI-RICARDO, 1985; MILROY, 2004). Sob essa perspectiva, têm sido estudados famosos casos de *code-switching*, pelos quais se percebe que os falantes de determinadas comunidades veem o seu vernáculo como símbolo de valores locais e, por isso, o preferem para as interações no interior de seus grupos, ao passo que mudam de código à medida que a mudança de rede condiciona uma redefinição do evento social de comunicação, como quando interagem com indivíduos oriundos de outras vilas ou cidades. Há também aqueles falantes que, por participarem de redes mais abertas, procedem à alternância de código a depender do assunto da

⁹ Um ponto interessante, ressaltado no estudo de Gumperz (1976), é que nas comunidades bilíngues em que uma língua minoritária é abandonada em benefício de uma língua dominante, os falantes que utilizavam o outro vernáculo, em sua comunicação com seus pares – isto é, os seus pares das redes entrelaçadas –, tendem a utilizar variedades locais (não-padrão) da língua dominante.

comunicação, condicionados, por exemplo, pelo *background* linguístico que têm a respeito de determinados tópicos (BORTONI-RICARDO, 1985).

O modelo de redes sociais apresenta forte consonância com a teoria da evolução linguística proposta por Mufwene, fato defendido pelo próprio autor, sobretudo no que diz respeito à acentuação do papel que os falantes individuais desempenham no processo, através das interações que estabelecem uns com os outros. Nessas situações, o mais natural é que os falantes busquem soluções convergentes para as suas demandas comunicativas, tornando-se parecidos com aqueles com quem estão interagindo. Um bom exemplo desse processo é dado por DeGraff e Aboh (2017), texto no qual os autores fazem referência ao relato do missionário jesuíta Pierre Pelleprat, que documentou a atuação de seu grupo religioso junto aos africanos escravizados nos primeiros momentos da colonização francesa do território do atual Haiti:

Without calling it ‘Creole’, Pelleprat introduces the enslaved Africans’ ‘mode of speaking’ French as a variety that arises as these Africans try to learn French ‘as soon as they can’. Pelleprat’s remarks also suggest that biblical teaching and presumably other sorts of instruction were carried out in this emerging variety: ‘with this way of speaking, we make them understand all that we teach them. This is the method we use at the beginning of our teaching... Death won’t care to wait until they learn French.’ (DEGRAFF e ABOH, 2017, p. 34)

Conforme podemos observar, no Haiti colonial, os próprios missionários, certamente falantes de variedades do francês padrão, adaptavam seus usos às variedades faladas pelos africanos escravizados, a fim de concretizar o trabalho de evangelização. Este e outros comportamentos, segundo DeGraff e Aboh (2017), formaram as primeiras variedades do que, atualmente, é conhecido como o crioulo haitiano, fato este que, além de problematizar a análise da emergência abrupta das línguas crioulas, exemplifica as acomodações mútuas estabelecidas nas interações entre os indivíduos em suas redes sociais, a fim de atingir determinados fins. Além disso, diferentemente de algumas análises destacadas no capítulo anterior, testemunhos como o do jesuíta Pelleprat mostram que as línguas europeias faladas nas ecologias coloniais não foram modificadas apenas pela ação dos escravizados, mas também através dos contatos que os agentes coloniais estabeleciam nas comunidades, até porque muitos deles não eram falantes de variedades consideradas padrão. Vale dizer que este tipo de evidência também é utilizado por DeGraff e Aboh (2017) para entender o crioulo haitiano como uma espécie de

variedade dialetal do francês, e não como uma língua de contato fora da genealogia das línguas românicas, formada como resultado de processos excepcionais.

Mesmo assumindo que a mudança linguística – bem como os outros fenômenos atinentes à evolução linguística – se inicia no indivíduo, Mufwene (2008) chama a atenção para o fato de que, em geral, os efeitos desse processo só são perceptíveis no nível da língua comunal, que, num sentido amplo, corresponde ao agrupamento dos idioletos dos falantes individuais. Neste sentido, as mudanças que afetam uma língua correspondem à acumulação de modificações que afetam os idioletos e que, por uma série de pressões ecológicas, passam à língua comunal. Uma das razões para o espriamento das mudanças são exatamente as estruturas de redes sociais, através das inovações trazidas por indivíduos que comutam entre redes sociais distintas, configurando-se em agentes iniciais das mudanças (MUFWENE, 2001, p. 151).

No terceiro capítulo desta tese, trazemos alguns aspectos da ecologia de contato do Ciclo do Ouro, a fim de tentar entender os motivos que levaram à manutenção da LGM no Brasil e as redes sociais de que participavam os seus falantes. Antes disso, na seção seguinte, discutimos os modos de atuação dos processos de competição e seleção de traços linguísticos, motores da evolução linguística.

2.4. Competição e seleção de traços

Na perspectiva de Mufwene (2001, p. 12), os processos subsumidos pela noção de evolução linguística são concretizados pelos fenômenos de reestruturação, que consistem numa série de mudanças no sistema linguístico que ocorrem ao longo do tempo, devido aos contatos interidioletais. Por meio da reestruturação, as variedades linguísticas perdem regras, adicionam outras, adaptam ou generalizam padrões, complexificam estruturas etc., em suma, expressam resultados graduais dos processos de competição e seleção de traços (MUFWENE, 2001, p. 13). Segundo Mufwene (2008, p. 18-19), embora o conceito de reestruturação, durante algum tempo, tenha sido associado exclusivamente à formação das línguas crioulas, ele está presente em todas as esferas da evolução linguística, inclusive no processo de aquisição da linguagem, seja de L1 ou de L2 ¹⁰, na medida em que os traços adquiridos tendem sempre a ser modificados, processo que continua ao longo das diferentes práticas interativas, nas quais o falante vai lidando

¹⁰ Esse processo é exemplificado pelo trabalho de DeGraff e Aboh (2017), discutido na seção 2.2.

com termos alternativos para expressar um mesmo conceito, com pronúncias alternativas para uma mesma palavra, diferentes alternativas gramaticais para a expressão das mesmas funções semânticas etc.

Conforme mencionamos anteriormente, as interações interidioletais têm como fruto o chamado *feature pool*, o repositório de traços linguísticos, heterogêneo na medida da complexidade da ecologia linguística¹¹. Tais traços são, de alguma maneira, ranqueados pelos falantes, quando utilizam uns e não outros para atender às suas intenções comunicativas. Na visão de Mufwene (2001, 2008), o ranqueamento pode ser ocasionado por diferentes razões: alguns traços podem ser preteridos por pertencerem aos usos linguísticos de indivíduos desprivilegiados socialmente, ou mesmo porque são gramaticalmente marcados em relação ao idioleto de um determinado falante etc. Porém, na perspectiva de Aboh (2009a, p. 321-323; 2015a, p. 115), tais processos de competição e seleção de traços, que ocorrem no interior da mente do falante, lidam apenas com a sua gramática internalizada, à revelia de fatores de natureza externa, como número de falantes de uma determinada língua, prestígio, poder político etc., tendo como fator direcionador apenas critérios de natureza linguística, como fatores morfossintáticos. Assim, independentemente da perspectiva adotada, é a análise da ecologia linguística em sua completude que irá fornecer respostas sobre as razões que levam às seleções dos falantes.

Os traços que compõem o *feature pool* são traços de natureza linguístico-estrutural, tais como: maneiras diferentes de se referir a um mesmo conceito, maneiras distintas de pronúncia, estratégias gramaticais que concorrem para uma mesma função etc. A depender da ecologia de contato, os traços do *feature pool* podem ser de diferentes línguas, e, por serem abstratos, podem ser recombinaados de diferentes maneiras numa variedade linguística emergente. Este é, por exemplo, o caso dos crioulos, os quais, sendo resultantes do processo de aquisição variedades das línguas europeias por parte de falantes de outras línguas – sobretudo de línguas africanas –, emergiram como vernáculos de gramática notavelmente híbrida. De acordo com Mufwene (2008), o mesmo poderia ser dito da emergência das línguas românicas, que emergiram em ecologias linguísticas nas quais o *feature pool* tinha traços de línguas celtas, por exemplo.

¹¹ Na ecologia do Ciclo do Ouro, por exemplo, imagina-se a existência de um *feature pool* bastante heterogêneo, dado o contato intenso entre brasileiros brancos, negros, mulatos e mestiços, portugueses, indígenas e negros africanos.

A mudança linguística, bem como a formação de novas variedades, se dá por meio do processo de reestruturação gramatical, ocasionado pela seleção e competição de traços do *feature pool*, conforme ilustrado no seguinte diagrama:

(1)

Nesta figura, a intenção de Mufwene (2001) é mostrar como se dá a formação do *feature pool* e a consequente emergência de novas variedades linguísticas, isto é, o processo de especiação. Neste sentido, as figuras inseridas nas setas localizadas na parte superior da figura representam os diferentes dialetos metropolitanos presentes num contexto colonial; as figuras inseridas na seta da lateral, por sua vez, representam os traços linguísticos das outras línguas participantes da ecologia de contato – para alguns, as chamadas línguas de substrato. Como podemos observar, todos esses traços passam a compor o *feature pool*, representado pelas figuras inseridas no retângulo central do diagrama. Após os processos de competição e seleção de traços, surgem novas variedades linguísticas, as quais contêm recombinações de traços oriundos das diferentes línguas e/ou dialetos que compunham o *feature pool*. Porém, conforme pontua Aboh (2015a, p. 115), nos contextos monolíngues, o *feature pool* tende a ser mais homogêneo, assim como

nos casos de surgimento de koinés, formadas através do contato entre línguas tipologicamente relacionadas.

Na perspectiva de Mufwene (2008), um critério importante para a efetivação dos processos de competição e seleção é a congruência dos traços que compõem o *feature pool*. Neste sentido, é comum que os traços selecionados pelos falantes apresentem similaridades tipológicas com aqueles que eles já têm em seu idioleto. O autor dá como exemplo a preferência por estruturas perifrásticas de comparação nos crioulos de base inglesa – as construções com *more* –, pois, segundo ele, o fato de muitas línguas de substrato terem somente as estruturas perifrásticas para veicular esse tipo de significado, a congruência parcial teria favorecido a seleção desse padrão. Outra aplicação do conceito de congruência de traços pode ser vista nas análises que Negrão e Viotti (2012) e Petter, Negrão e Viotti (2018) oferecem para a emergência das construções absolutas do PB, análises estas que já discutimos no capítulo 01. Na perspectiva das autoras, a congruência entre traços entre o português clássico e o quimbundo, representada na figura em (2), teria levado à emergência de uma nova construção sintática no PB:

(2) Figura 2 - Congruência de traços

Adaptado de Negrão e Viotti (2012, p. 332)

Conforme a figura em (2) indica, na perspectiva de Negrão e Viotti (2012) – análise retomada em Petter, Negrão e Viotti (2018) –, a congruência de traços do português clássico e do quimbundo, línguas que entraram em contato no período colonial – além da questão da cultura atlântica crioula – teria levado à emergência de novas estruturas no PB¹². Na perspectiva de Mufwene (2001, 2008), é também devido à congruência que uma língua determinada é selecionada como resultado dos processos de competição e seleção, mas, dada a heterogeneidade do *feature pool*, ela também carrega traços de outras variedades, fato este assumido para diversos vernáculos que nasceram de histórias de contato multilinguístico, tais como o inglês americano, o português brasileiro etc.

Por outro lado, Aboh (2015a) argumenta que os processos de competição e seleção de traços morfossintáticos se dão de maneira mais acentuada no contexto das interfaces da gramática – por exemplo, na interface sintaxe-semântica/discurso –, pois os traços relacionados a esses sistemas parecem ser mais competitivos do que os traços de outros domínios da gramática e, portanto, são mais suscetíveis à mudança, dado o fato de as interfaces serem mais vulneráveis à transferência linguística (ABOH, 2015a, p. 154). Por outro lado, alguns domínios da sintaxe nuclear (como a estrutura prediativa, por exemplo) seriam, por assim dizer, mais imunes ou menos sensíveis aos processos de recombinação sintática (ABOH, 2015a, p. 193). Tal argumento se liga a um debate já presente em Mufwene (2001, 2008) e Aboh (2009a), que partia da observação de que nem todos os subsistemas de uma língua seriam igualmente impactados pelos processos de reestruturação gramatical.

As interfaces são relevantes porque, a depender dos traços morfossintáticos em competição, pode haver uma dissociação entre elas, na medida em que a recombinação de traços na variedade emergente da ecologia de contato pode trazer, por exemplo, a sintaxe de uma língua X com a semântica de uma língua Y. Aboh (2009a), por exemplo, ao estudar as propriedades gramaticais do saramaccan (um crioulo caribenho), mostra que embora a periferia esquerda dessa língua tenha sofrido fortes influências das línguas Gbe, no que diz respeito ao sintagma nominal, apenas a semântica remonta às línguas africanas,

¹² Remetemos o leitor à seção 1.2. do capítulo 01, onde discutimos com relativo detalhe as análises propostas pelas autoras. Naturalmente, também recomendamos a leitura dos textos originais.

sendo a distribuição morfossintática mais fortemente influenciada pelos padrões do inglês, conforme o demonstra o seguinte quadro de Aboh (2015a):

(3)

Tabela 1 – Propriedades distribucionais do nome e seus modificadores

Syntactic properties	Languages		
	Saramaccan	English	Gungbe
Bare NPs: generic and (in)definite	✓	0%✓	✓
Definite vs. indefinite	*	✓	*
D: specific vs. nonspecific	✓	*	✓
D precedes N	✓	✓	*
N precedes D	*	*	✓
N precedes that/this; here/there	✓	✓	✓
That/this precedes N	✓	✓	*
Rel. clause precedes D	*	*	✓
D precedes Rel. clause	✓	✓	*
Adjective precedes N	✓	✓	*
N precedes Adjective	*	*	✓

Fonte: Aboh, E. (2015a, p. 144)

A tabela em (3) apresenta uma comparação entre os aspectos sintáticos e semânticos dos sintagmas nominais (NPs) ou determinantes (DPs) no saramaccan, no inglês e no gungbe, uma vez que grande parte dos traços dessa língua crioula falada no Suriname são oriundos das duas últimas línguas citadas. No quadro, vemos que a semântica dos DPs do saramaccan se aproxima muito daquela encontrada no gungbe, dadas as diferentes interpretações assumidas pelos nominais nus e também a distinção sintático-discursiva entre DPs específicos e não-específicos, características notáveis das línguas Gbe (cf. ABOH, 2004, capítulo 3). Entretanto, no que diz respeito à sintaxe, o quadro (1) apresenta uma proximidade maior entre o saramaccan e o inglês, sobretudo em relação à ordem estabelecida entre núcleo e modificadores.

Ainda no terreno da interface sintaxe-semântica, Aboh (2015a, p. 151) dá uma série de exemplos do verbo *nian* (eat), do saramacan, a fim de mostrar que, embora o verbo no crioulo tenha uma sintaxe próxima da do verbo *eat* do inglês, ele tem uma semântica que se aproxima dos verbos de complementação inerente (V_{ICV}) das línguas Gbe. Embora os V_{ICV}s sejam discutidos no capítulo 05 desta tese, trazemos aqui algumas das generalizações do autor, a fim de apresentarmos a sua análise de competição e seleção de traços no saramaccan.

De acordo com Aboh (2015a, p. 146), em línguas como o gungbe, existem verbos que só podem ocorrer acompanhados de um complemento, o qual ocorre à sua direita, como vemos nos exemplos em (4):

(4) gungbe (ABOH, 2015a, p. 146, ex. 22a-c)

a. Kòfí **dù** *nú*
 Kofi eat thing

‘Kofi ate’

‘Kofi comeu’

b. Kòfí **dù** *làn*
 Kofi eat meat

‘Kofi ate meat’

‘Kofi comeu carne’

c. *Kòfí **dù** ...
 Kofi eat

‘Kofi ate’

‘Kofi comeu’

Conforme os dados em (4) indicam, o verbo *dù* ‘comer’ não pode ocorrer sem complemento em gungbe, o que explica a agramaticalidade de (4c). Entretanto, Aboh (2015a, p. 146-147) mostra que, em alguns contextos, a sequência *dù* + Complemento não traz o significado canônico de ‘ingerir algo’, como indicam os exemplos em (5):

(5) gungbe (ABOH, 2015a, p. 147, ex. 23d-g)

a. **qù** *àxɔ*

eat debt

‘to go bankrupt’

‘ir à falência’

b. **qù** *gbɛ*

eat life

‘to enjoy life’

‘aproveitar a vida’

c. **qù** *xwè*

eat year

‘to celebrate’

‘festejar’

d. **qù** *àqì*

eat poison

‘to be angry’

‘estar nervoso’

Aboh (2015a, p. 148) compara o verbo *qù* do gungbe ao verbo *eat* do inglês, e argumenta que o primeiro cobre um conjunto maior de significados, enquanto o verbo do inglês tem uma semântica mais restrita, qual seja, a de ‘ingerir algo’. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que *eat* pode ser transitivo ou intransitivo¹³, a depender do contexto, enquanto o verbo *qù* não pode ocorrer sem um complemento. Por razões que discutimos melhor no capítulo 05, o autor vai considerar o V_{ICV} uma espécie de verbo

¹³ Considere o exemplo transitivo (i) e intransitivo (ii) do verbo *eat*:

(i) Do you eat meat?

‘Você come carne?’

(ii) We usually eat at about seven o'clock

‘Nós geralmente comemos por volta das sete horas.’

leve, que, em linhas bastante gerais, seriam formas verbais sem a capacidade de atribuir papel temático, sendo esse processo realizado por outro verbo ou por um nome (ESSEGBEY, 1999, p. 3-4):

Given that the little *v* is a light verb, the semantics of the ICV derives from the complex *v* + N [...]. In the case of the discussed examples, I conjecture that *v-dù* has the vague meaning of ‘to get’ [...]. I further conclude that it is the selection of the appropriate complement that further specifies the meaning of the complex *v* + N. [...] (ABOH, 2015a, p. 149)

Com os dados em (6a-b), o autor mostra que, no saramaccan – crioulo com traços do inglês e das línguas Gbe –, o verbo *njan* ‘comer’ parece apresentar uma sintaxe semelhante à do inglês, podendo ocorrer tanto em sentenças transitivas quanto em intransitivas, neste caso, diferenciando-se do gungbe:

(6) saramacan (ABOH, 2015a, p. 149, ex. 26, 27)

a. Amato *njan* di bakuba

Amato eat DET banana

‘Amato ate banana’

‘Amato comeu banana’

b. I *njan* kaa no?

2SG eat already Q

‘Have you already eaten?’

‘Você já comeu?’

Considerando os dados em (6a-b), Aboh (2015a, p. 150) conclui que o verbo *njan* do saramaccan tem a mesma sintaxe e a mesma estrutura argumental do verbo *eat* do inglês, diferenciando-se, neste sentido, do gungbe. Porém, com os dados em (7), o autor mostra que o crioulo falado no suriname também apresenta estruturas com uma semântica semelhante à dos V_{ICV_s} das línguas Gbe:

(7) saramacan (ABOH, 2015a, p. 150, ex. 28d-f)

a. *Njan* moni

eat money

‘to spend money’

‘gastar dinheiro’

b. Njan pena

eat pain

‘to suffer’

‘sofrer’

c. Njan yai

eat year

‘to celebrate’

‘festejar’

Levando em consideração dados como os em (7a-c), Aboh (2015a, p. 151) propõe que tais comportamentos do verbo *njan* podem ser considerados extensões das especificações semânticas do verbo *eat* do inglês, sob a influência da semântica dos V_{ICV}s das línguas Gbe. Aliás, em consulta ao *The New Oxford Dictionary of English*, o autor mostra que algumas entradas para o verbo *eat* também apresentam semânticas similares às aquelas encontradas nas línguas Gbe, como em “*eat one’s heart*”, cujo significado seria ‘sofrer de desejo excessivo’, ou em algo como “*what is eating you?*”, questão que poderia ser traduzida como “o que está preocupando ou aborrecendo você?”. Visto que esse tipo de semântica no verbo *njan* do saramaccan é bastante produtiva, o autor reforçará que o referido crioulo do Suriname mapeia a semântica tanto do inglês quanto das línguas Gbe, mantendo uma sintaxe semelhante à do inglês.

Deste modo, os exemplos de Aboh (2015a) aqui retomados são exemplos do resultado dos processos de competição e seleção de traços no âmbito da interface sintaxe-semântica, pois tanto no caso dos DPs (quadro 1), quanto nos usos de *njan* reportados em (7a-c), vemos que as referidas estruturas do saramaccan adotam, majoritariamente, traços sintáticos do inglês e traços semânticos das línguas Gbe, embora no caso de *njan* o inglês também pareça lembrar a semântica V_{ICV} em alguns dados – o que, no nosso entender, poderia ser visto como um caso de congruência.

Com base em exemplos como os acima citados, Aboh (2015a, p. 172) estabelece uma distinção entre a transmissão de padrão (*pattern transmission*) e a transmissão de traço (*feature transmission*), ilustrada em (8). O autor chama de transmissão de padrão o processo por meio do qual, em uma situação de competição entre línguas em contato, a variedade emergente toma um traço F_X de uma língua L_X e adota a função (ou semântica) e a sintaxe da mesma língua L_X . Já na transmissão de traço, a variedade emergente seleciona um traço F_X de uma língua competidora L_X , mas não fixa a sua sintaxe da mesma maneira que a de L_X . Neste sentido, a nova variedade pode desenvolver uma nova sintaxe, sob a pressão de padrões de outras línguas em competição, ou mesmo a partir de princípios da gramática universal (GU). Segundo Aboh (2015a, p. 191), isso acontece porque, embora as especificações semânticas possam ser comparáveis nas diferentes línguas – por exemplo, a função semântica de definitude, especificidade, focalização etc. –, existem diferentes estratégias sintáticas para licenciá-las. Assim, no âmbito de uma ecologia de contato, essas diversas estratégias sintáticas competem pelo licenciamento gramatical dessas noções. No entanto, o autor faz a ponderação de que a ‘transmissão de padrão’ não implica que as duas línguas relacionadas tenham de ser isomórficas, pois os traços sintáticos e semânticos não passam de uma língua para outra de maneira intacta.

(8)

- a. F_X [Função = L_X ; Sintaxe = L_X] → Transmissão de padrão
- b. F_X [Função = L_X Sintaxe = ...] → Transmissão de traço

Aboh (2015a, p. 172) insere a sua proposta no interior do modelo Minimalista, no qual é possível pensar numa cisão entre sintaxe e semântica, construída nos seguintes termos: um traço F_X na Gramática tem uma única representação semântica/pragmática translinguística, embora sua sintaxe – isto é, como esse traço é implementado computacionalmente – esteja sujeita à variação paramétrica. Com base nisso, o autor conclui que, nas situações de contato linguístico, os diferentes padrões podem competir pela mesma função nas interfaces, fazendo com que possam surgir novas combinações nas variedades que emergem (ABOH, 2015a, p. 173).

2.5. Conclusões

Neste capítulo, procuramos mostrar que o contato linguístico é um problema central para a teoria e análise linguística, pois entende-se que ele desempenha um papel fundamental nos processos de mudança linguística. Conforme apresentamos na primeira seção, em alguns modelos teóricos, as dinâmicas de contato são vistas como processos que concorrem para o rompimento da trajetória de mudança interna de uma determinada língua, fazendo surgir tipos linguísticos especiais. Entretanto, nas seções seguintes, discutimos diferentes aspectos das teorias uniformitárias, sob o argumento de que o contato linguístico deve ser considerado como a força motriz de todos os processos subsumidos pela evolução linguística, estando presente no desenvolvimento histórico até mesmo das línguas que serviram de base para a formulação de teorias internalistas e/ou excepcionalistas.

Para além da questão da mudança propriamente dita, apresentamos também o conceito de ecologia linguística, considerado fundamental para a compreensão da trajetória da vida das línguas e dos processos de competição e seleção que levam à reestruturação dos sistemas. Nesse particular, foi de especial importância a referência ao trabalho de DeGraff e Aboh (2017) sobre a emergência do crioulo haitiano, que, com base no estudo da história dos contatos, dos perfis dos falantes, das relações entre eles, dos traços linguísticos envolvidos etc., fornece uma explicação ecológica para a formação daquela língua colonial.

São esses os parâmetros teórico-metodológicos que guiarão nossa tese daqui por diante: no capítulo 03, apresentamos uma visão da ecologia de contato do Ciclo do Ouro, procurando explicitar as estruturas econômicas, históricas e as redes sociais que mantiveram o uso da LGM no Brasil; no capítulo 04, ao debatermos os trabalhos anteriores sobre a LGM, observamos em que medida a história dos contatos e a ecologia de contato do Ciclo do Ouro foram (ou não) contempladas e o impacto que as escolhas metodológicas tiveram sobre as análises; por fim, no capítulo 05, em que analisamos alguns tópicos da sintaxe da LGM, levantamos algumas hipóteses sobre os processos de competição e seleção de traços que levaram à configuração da gramática daquela língua africana falada na diáspora africana no Brasil.

Capítulo 03

História Linguística do Ciclo do Ouro: movimentos populacionais e contatos linguísticos

3.0. Introdução

A relevância linguística da formação de Minas Gerais tem sido ressaltada por diferentes estudiosos. Para Lucchesi (2017, p.367), o estabelecimento da economia mineira foi um grande vetor de expansão do português pelo território brasileiro, em detrimento do uso de línguas indígenas, línguas francas africanas e também de possíveis pidgins e/ou crioulos. Isso teria ocorrido devido à integração do território e dos falares, proporcionada por aquela atividade econômica:

Com o predomínio da atividade mineradora, o centro econômico e social da América portuguesa se transfere para o Sudeste, e a consolidação da língua portuguesa nessa região deve ser associada ao que se considera o primeiro grande surto de urbanização do Brasil. Diferentemente das antigas cidades da sociedade açucareira do Nordeste, as cidades mineiras, mais ainda, o Rio de Janeiro, não apenas guardavam uma autonomia em relação ao mundo rural, como se tornaram importantes centros onde se controlava e comercializava a produção. Esse universo urbano criou as condições para um processo mais efetivo de normatização do uso linguístico, com uma norma culta, forjada no universo letrado [...] (LUCCHESI 2017, p. 368-369)

Na perspectiva de Mattos e Silva (2004), o período do século XVIII e o estabelecimento da economia mineira também se configuram como o momento de expansão do português como língua de comunicação generalizada pelo território, dada a interligação que passava a ocorrer entre as diferentes regiões da colônia. Tomando como base a difundida tese da ininteligibilidade dos africanos escravizados – dada a mistura de povos, intencionalmente feita pelos agentes coloniais, para evitar rebeliões –, a autora defende que os africanos e afrodescendentes foram os principais difusores do português popular brasileiro, devido aos seguintes fatores: presença forte e constante de escravizados no Brasil colonial; ao protagonismo assumido por esses indivíduos nos diversos empreendimentos econômicos desse período histórico; à mobilidade geográfica condicionada pelos ciclos econômicos; e ao estabelecimento dos quilombos (MATTOS E SILVA 2004, p. 106). Visão semelhante é defendida até mesmo por estudiosos de fora da Linguística, como Santos (2002):

Darcy Ribeiro lembra que, em Minas, os negros fizeram o branco falar português. Os bandeirantes paulistas, descendentes de reinóis, eram afeiçoados à língua tupi, depois de século e meio de apresamento de bugres dos sertões do Tietê e do Paraná. Chegaram às minas, nos últimos anos do século XVII, falando como indígenas. Mas logo se viram cercados de africanos, bem como de portugueses, fluminenses, baianos e pernambucanos [...]. A comunicação na babel do ouro impôs o idioma da metrópole. (SANTOS 2002, p.12)

Com base nas generalizações acima mencionadas e partindo da reflexão apresentada no primeiro capítulo desta tese, argumentamos que a elaboração de uma História Linguística brasileira passa pela consideração das histórias de contato e do multilinguismo, não se resumindo, portanto, à formulação de uma narrativa teleológica em direção ao português. Naturalmente, não negamos que os africanos e afrodescendentes tenham sido propulsores no uso do português e nem mesmo que a economia do ouro tenha concorrido para o estabelecimento dessa variedade majoritária no Brasil. Entretanto, procuraremos mostrar que a ecologia do Ciclo do Ouro foi muito mais complexa, caracterizada por contatos linguísticos e pela evolução de outros idioletos e dialetos, como a língua geral de Mina, principal tema a ser discutido neste capítulo.

3.1. Ciclo do Ouro: uma ecologia de contato

No decorrer de sua longa história colonial, o Brasil experimentou a predominância de diferentes atividades econômicas, as quais geraram consequências distintas para a ocupação territorial e composição populacional. Na visão de Ribeiro (2006), a experiência colonial portuguesa na América deu forma a diferentes “*Brasis*”: o *Brasil crioulo*; o *Brasil caboclo*; o *Brasil sertanejo*; o *Brasil caipira*; e, por fim, o *Brasil sulista*. O fundamento para tal designação plural reside nas diferentes temporalidades em que as porções de terra da América portuguesa eram povoadas, nas distintas atividades econômicas que motivavam a expansão dos domínios, e na origem multifacetada dos atores que protagonizavam a ocupação dos novos ambientes.

Não obstante as diferenças que caracterizaram os *Brasis* ao longo da história, também é possível encontrar um ponto de conexão entre todos eles, qual seja: a escravidão, que funcionou como eixo fundamental da engrenagem colonial portuguesa até a sua tardia abolição, em 13 de maio de 1888. De acordo com Ribeiro (2006), a empresa escravista africana foi o sustentáculo das duas principais atividades econômicas do Brasil colonial:

as *plantations* de cana-de-açúcar e a mineração. Conforme já mencionamos no primeiro capítulo desta tese, o caso específico da mineração envolveu o tráfico de africanos escravizados oriundos sobretudo da Costa da Mina, fazendo com que houvesse em Minas Gerais uma elevada quantidade de africanos ocidentais (cf. PARÉS 2018a). Antes que passemos a considerar as especificidades desse ciclo do tráfico, verifiquemos como se estruturava a sociedade mineradora.

Em meados do século XVII, a colônia portuguesa na América, até então uma grande exportadora de cana de açúcar, passou a enfrentar dificuldades econômicas, devido à concorrência com a Holanda, cuja produção açucareira nas Antilhas se tornava cada vez mais aquecida. Deste modo, a Coroa passou a incentivar a busca de novos empreendimentos econômicos, como a procura por metais preciosos (LUNA e KLEIN, 2010). Já no final do século, no contexto da interiorização do Brasil, carreada pelos chamados paulistas – com o patrocínio da metrópole –, foram encontradas as primeiras jazidas de ouro aluvial na região do atual estado de Minas Gerais. Conforme atestam alguns documentos, a Coroa envidou diferentes esforços para que essa atividade econômica tivesse sucesso, como, por exemplo, o envio de especialistas em mineração à região e até o oferecimento de prêmios para aqueles que encontrassem novas jazidas, fomentando, assim, a ocupação do território e os movimentos populacionais (LUNA e KLEIN, 2010).

O relato de Andreazza e Nadalin (2011, p. 64-5) vai em semelhante direção, na medida em que os autores consideram o florescimento da economia mineira como um dos principais pontos de inflexão da história colonial, dado o interesse português em uma ocupação mais sistemática do território – inclusive das regiões estratégicas, como as fronteiras Sul e da Amazônia –, o aumento da importação de africanos escravizados e a criação de uma política imigratória voltada para as famílias de origem portuguesa, sobretudo das camadas mais populares de Portugal e de Açores. Os dados relativos à densidade demográfica dão uma dimensão das mudanças estruturais que se processavam na colônia naquele momento, visto que, entre os séculos XVIII e XIX, de uma população de aproximadamente 300 habitantes, passou-se a mais de 3 milhões, tendo a população de escravizados passado de 560.000 a 1.861.000, já no primeiro período (ANDREAZZA E NADALIN, 2011, p. 65). A esse respeito, Mello (2011, p. 178-9) também observa a modificação nos padrões de ocupação do território brasileiro a partir do momento em que a Metrópole percebeu as potencialidades econômicas da região.

Conforme descreve Souza (2004), a sociedade mineradora, sobretudo a região da antiga Vila Rica de Ouro Preto, no início do século XVIII, se apresentava como a mais exitosa localidade da colônia naquele momento histórico, marcada por um processo de crescente urbanização, enriquecimento e burocratização por parte da Metrópole. Algumas dessas características podem ser exemplificadas através do relato que Souza (2004) faz da festividade do Triunfo Eucarístico que, ocorrida em 1733, marcava o estabelecimento da sede eclesiástica mineira, acontecimento descrito nos seguintes termos:

Atrelando-se à tradição exaltatória do mito edênico que caracteriza a crônica colonial, o *Triunfo Eucarístico* retrata muito bem o estado de euforia da sociedade mineradora numa festa “mais de regozijo dos sentidos mais do que propriamente de comprazimento espiritual”. O que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento, e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separam os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem do seu produto. A festa tem, assim, uma enorme virtude congregadora, orientando a sociedade para o evento e a fazendo esquecer a faina cotidiana; é o momento do primado do extraordinário – o sobrenatural, o mitológico, o ouro – sobre a rotina. No momento de sua maior abundância, é como se o ouro estivesse ao alcance de todos, a todos iluminando com o seu brilho na festa barroca. (SOUZA 2004, p. 37)

A partir da descrição de Souza (2004), é possível perceber que a atividade econômica da mineração, naquela época, era a mola propulsora de construção de uma nova sociedade, com suas diferenças estamentais, suas instituições e suas instâncias de interação, fundamentada nos movimentos populacionais de indivíduos das mais diversas origens. Naturalmente, o território brasileiro também abrigava outras atividades econômicas relevantes, muitas delas funcionando como suporte à própria atividade mineradora, como o comércio, a agricultura, a pecuária etc¹. Porém, levando em consideração a especificidade do tópico estudado nesta tese, argumentamos a favor da centralidade do Ciclo do Ouro como a estrutura deflagradora da ecologia mineira, como podemos ver, por exemplo, na seleção relativamente homogênea dos africanos Gbe para aquele tipo de trabalho, levando, consequentemente, à existência da língua geral de Mina.

¹ Agradeço à professora Mariza de Carvalho Soares (comunicação pessoal) por ter chamado a atenção para esse aspecto.

Segundo nos informa a literatura historiográfica, à medida que se espalhava a notícia da descoberta de substanciais jazidas de pedras preciosas em Minas Gerais, a região era inundada por diversas ondas migratórias (LUNA e KLEIN, 2010; BOXER, 2010, SOUZA, 2004). O afluxo de gente observado tinha diferentes pontos de origem, tais como: a metrópole lusitana, outras regiões da colônia, das quais alguns senhores vinham acompanhados por negros ou índios escravizados, além do aumento expressivo das importações de escravizados diretamente da África. Segundo Paiva (2018, p. 96), a região também recebeu muitos negros forros e indivíduos livres não-brancos. Um ponto importante, destacado por Lacet (2008, p.7), é que a economia mineira funcionou como uma espécie de gatilho para a integração de capitanias até então dispersas, não só devido às migrações, mas também por causa da necessidade de importação de gêneros alimentícios e de outros tipos.

Não obstante a opulência demonstrada na festividade do Triunfo Eucarístico (1733), Souza (2004) chama a atenção para as desigualdades e para a pobreza que também caracterizavam a sociedade mineradora. No primeiro momento, entre os anos 1697-98 e 1700-01, antes que se intensificasse o processo de urbanização da região, os indivíduos que, imbuídos na busca desenfreada por ouro, se organizavam em acampamentos improvisados, eram assolados pela fome (SOUZA, 2004, p. 42-43). Esta situação fez com que, além da organização de algumas plantações ao redor das lavras, fosse estabelecida uma rede de abastecimentos que, partindo da Bahia, levava mantimentos para a região. A partir da Bahia, chegavam às Minas não apenas produtos necessários à subsistência, mas também utensílios empregados na mineração (instrumentos de ferro, pólvora, armas), escravos, bem como aguardente e tabaco (SOUZA 2004, p. 44)². A esse respeito, vale destacar também o papel de relevância que, posteriormente, assumiria o Rio de Janeiro:

Essa cidade é o principal empório do Brasil e, em particular, das províncias de Minas Gerais, S. Paulo, Goiás, Cuiabá e Coritiba (sic). Os distritos de mineração, sendo mais populosos, exigem a maior parte dos produtos de consumo e, em retribuição, enviam artigos de comércio mais valiosos; daí as inúmeras tropas de mulas, que viajam continuamente para este distrito e dele partem [...]. (MAWE, 1944: 107)

² Conforme se verá adiante, o manual de Costa Peixoto faz referência a esses elementos, sugerindo, a nosso ver, que os falantes da língua de Mina realmente estavam inseridos na formação social mineira.

Segundo Souza (2004, p. 45), um importante signo de riqueza na sociedade mineradora era o número de escravizados que cada indivíduo possuía. Aliás, era esta também a medida utilizada para a concessão das lavras: quanto mais escravos um determinado indivíduo tinha, mais extensões de terra ele poderia explorar, de modo que a maior parte das lavras ficava sob o controle dos grandes senhores. A estratificação social era uma importante marca daquela comunidade, ficando os nobres e altos funcionários portugueses concentrados nas vilas ou nas propriedades rurais, e a massa de escravizados, libertos, brancos pobres, pardos e pretos – os quais constituíam a maioria da população – envolvidos nos trabalhos de mineração ou de apoio ao principal esteio da economia (SOUZA, 2004, p. 44). O grupo dos funcionários da Coroa era o responsável pelo estabelecimento do forte aparelho fiscal metropolitano que, naquela época, firmara-se na região, cobrando tributos sobre o ouro minerado e também sobre os escravos.

Na perspectiva de Souza (2004, p. 48-51), se comparada à sociedade do açúcar, a sociedade mineira apresentava índices mais baixos de desigualdade social. Entretanto, isso não significava, de maneira nenhuma, que mais pessoas tinham acesso às riquezas do ouro, mas sim que um maior número de indivíduos dividia a pobreza, por serem os “desclassificados do ouro”. Na visão da autora, esta era uma característica bastante marcante dos contextos coloniais, que, ao favorecer a concentração de capital nos grandes centros europeus, envolvia um grande contingente de pessoas desprivilegiadas, que não conseguiam obter lucros em atividades econômicas frágeis, precárias e sujeitas a flutuações oriundas dos mercados internacionais (SOUZA, 2004, p. 89-90). Era a estas condições que o homem livre pobre era exposto nas Minas Gerais: como as lavras eram concedidas de acordo com o número de escravizados, muitos dos desclassificados brancos também se dedicavam a tarefas como a faiscagem e a garimpagem, trabalhando ao lado dos cativos, além daqueles que se ocupavam das atividades de subsistência ou da caça a escravizados foragidos em quilombos (SOUZA, 2004, p. 101-104). Em linhas gerais, eles eram considerados como uma espécie de “exército de reserva da escravidão” (SOUZA, 2004, p. 105).

O escravo homem, em Minas Gerais, foi utilizado prioritariamente nas atividades de garimpo. De acordo com Libby (2018, p. 316), à diferença do que ocorria nas zonas agrícolas do Brasil colonial, na zona mineradora, o escravizado era incumbido de colher uma cota diária de oitavas de ouro (jornal), retendo sob sua responsabilidade a quantia excedente. Segundo Figueiredo e Magaldi (1985, p. 60), tal estruturação da atividade

econômica possibilitava aos escravizados uma maior circulação pelo ambiente urbano, pois diferentemente dos contextos agrícolas, nos quais os cativos estavam sempre sob controle, o sistema produtivo da mineração dava mais mobilidade, dado que, tendo uma meta diária (jornal) a ser cumprida, o escravizado podia estabelecer suas redes sociais de interação após o cumprimento de sua jornada, oportunidade geralmente aproveitada nas vendas. Porém, conforme veremos adiante, esses momentos em que, na visão de Figueiredo e Magaldi (1985), os escravizados se tornavam “indivíduos” – consumindo bebidas, estabelecendo relações afetivas e interações com os demais trabalhadores pobres – serão duramente reprimidos, devido aos potenciais prejuízos causados à ordem econômica estabelecida, através da perda de seus ganhos diários, da elaboração de revoltas e até mesmo dos riscos físicos de mutilações por brigas. Vale dizer que os homens escravizados também atuavam no transporte de cargas, estabelecendo um contato próximo com as tropas que supriam a região mineradora com os gêneros necessários à sua sobrevivência econômica (LIBBY 2018, p. 317).

Conforme já mencionamos, a zona mineradora apresentou um grande volume de imigrantes portugueses, os quais se ocuparam principalmente do comércio em vendas e oficinas que, próximas às áreas de mineração, forneciam gêneros necessários ao trabalho dos lavradores (BOXER 2000; CARRATO, 1968). Vale destacar que, segundo Lacet (2008, p. 4), naquele momento histórico, Portugal passava por uma séria crise econômica, decorrente da Guerra da Restauração e do fim do monopólio nos mercados do Oriente. Deste modo, os movimentos populacionais oriundos das regiões portuguesas foram tão vultosos que chegaram a prejudicar também sua economia agrícola, fazendo com que o governo metropolitano impusesse algumas leis para impedir o êxodo dos moradores. As normas impostas não surtiram muito efeito, e os movimentos populacionais minhotos para o Brasil continuaram sendo bastante comuns, levando, inclusive, ao estabelecimento de fortes redes de contato, que até facilitavam os movimentos migratórios (ARAÚJO, 2013).

Os desclassificados do ouro faziam emergir na sociedade mineira uma série de ofícios que, além de garantir a continuidade da principal atividade econômica do local, davam margem a uma série de contatos entre as populações que lá viviam. Conforme indicam os documentos do *Livro 2º das Devassas ou Visitas de 1733-1734*, analisados por Carrato (1968), as Minas Gerais do século XVIII eram compostas por alguns dos seguintes integrantes: os agricultores, em geral, de situação financeira um pouco melhor;

os artesãos (alfaiates, ferreiros, entalhadores, ourives, pedreiros, sapateiros etc.), pessoas brancas ou mulatas, que se concentravam nos povoados, sendo a maioria jovem e solteira; mineradores; além de alguns profissionais liberais, como padres, cirurgiões, músicos e professores (CARRATO 1968, p. 6-7). Segundo o autor, a urbanização da região daria cada vez maior importância ao trabalho dos artesãos, fazendo até com que alguns mestiços passassem a exercer o ofício herdado de seus pais, como foi o caso do famoso escultor Aleijadinho (1738-1814), cujo pai era um mestre de obras português, chamado Manuel Francisco Lisboa (CARRATO, 1968, p. 7).

À medida que os trabalhos de mineração se tornavam mais lucrativos, a Coroa Portuguesa envidava muitos esforços para controlar a região das Minas Gerais, através de um deliberado processo de urbanização, do estabelecimento de um aparelho fiscal e da construção de cadeias, a fim de prender aqueles que tentassem fugir dos tributos metropolitanos. Na visão de Souza (2004, p. 152), uma das consequências desse “ímpeto urbanizador” foi o extremo convívio entre as pessoas, o que singularizava Minas Gerais em relação a outros pontos da colônia. E, conforme já dissemos, tal convivência se dava sobretudo no âmbito da divisão da pobreza:

Branco, pretos, mestiços, homens livres ou escravos fugidos, esses indivíduos aproximavam-se uns dos outros mais do que se tem dito, apesar de não chegarem a configurar o que se chamaria de *consciência de grupo*. Entretanto, em muitos casos apresentaram certa coesão que, mesmo sendo espontânea, deve ser levada em conta. (SOUZA, 2004, p. 213, itálico da autora)

Tais aproximações se deram sobretudo através da mestiçagem, vista como um grave problema pela burocracia portuguesa. Souza (2004, p. 152-153) traz um exemplo dessa avaliação por parte de um funcionário do governo colonial que, ao discutir a fundação de escolas na região mineira, apontava para a falibilidade do plano, pois, segundo ele, por serem filhos de negras, os jovens que lá viviam não conseguiriam aproveitar a instrução. Foi devido ao alto grau de mestiçagem e concubínatos que foram executadas as Devassas Eclesiásticas naquela região, investigações metropolitanas encarregadas de identificar crimes cometidos pela população (cf. SOUZA 2004; CARRATO, 1968). Na visão de Carrato (1968, p. 9), o conteúdo revelado nesses documentos mostraria, através do comportamento cotidiano, íntimo e religioso, como as gentes mineiras haviam sido formatadas por meio da contribuição portuguesa e africana.

De acordo com os historiadores, na zona mineradora, havia um número reduzido de mulheres brancas, razão pela qual eram muitos os casos de concubinato entre homens brancos e africanas escravizadas. Tais uniões – conforme vimos, consideradas ilícitas pela Coroa – eram protagonizadas sobretudo por artesãos (alfaiates, sapateiros, ferreiros, pintores etc.), cirurgiões, capitães-do-mato e padres concubinários, sendo os filhos resultantes delas mulatos forros, os quais, muitas vezes, davam continuidade aos ofícios paternos (CARRATO, 1968, p. 10-11) – lembremos, por exemplo, o caso de Aleijadinho. Segundo aponta Souza (2004, p. 205-206), essas uniões também eram motivadas pelas condições econômicas dos desclassificados do ouro, devido aos altos custos do matrimônio e às restrições impostas pela Igreja. Isso fazia com que a informalidade da constituição familiar fosse uma grande marca da sociedade mineira, caracterizada por um número elevado de crianças ditas bastardas: estas perfaziam 90% das nascidas entre 1719 e 1723 e 60% das nascidas entre 1759 e 1763 (SOUZA, 2004, p. 205-206). Ainda em relação aos núcleos familiares de Minas Gerais, vale dizer que a literatura historiográfica mostra um alto índice de famílias encabeçadas por mulheres. Em sua grande maioria, estas mulheres eram negras, mestiças e pobres:

A gente livre e pobre que descambou com frequência para a desclassificação social foi, pois, no século XVIII, predominantemente negra e mestiça, bastarda e oriunda de casas dirigidas por mulheres sozinhas. Franja da sociedade organizada, apresentava uma mescla curiosa de crime e trabalho, liberdade e cativo, norma e infração. (SOUZA, 2004, p. 207)

Outro elemento de extrema relevância no âmbito da sociedade mineradora diz respeito aos negros alforriados, ponto, por assim dizer, controverso na historiografia. Na perspectiva de Carrato (1968, p. 11-3), como no contexto da mineração o africano escravizado era considerado um técnico³, por vezes, esses indivíduos conseguiam recursos para compra da liberdade deles próprios e dos parentes. Visão semelhante é compartilhada por Paiva (2018, p. 96), segundo o qual os escravizados, com o seu conhecimento técnico, mineravam legal ou ilegalmente o ouro em pó nos rios e nos morros, conseguindo agregar quantias suficientes para a obtenção da liberdade. De acordo com o mesmo autor, outra fonte de recursos para a compra das alforrias vinha dos escravos e escravas de ganho, os quais, ao trabalhar nas ruas, vendendo alimentos e bebidas e prestando outros tipos de serviços, tinham mais autonomia (PAIVA, 2018, p.

³ Conforme veremos adiante, alguns autores afirmam que os africanos Mina foram empregados no Ciclo do Ouro devido à sua experiência pregressa com mineração na África.

96-97). Entretanto, na perspectiva de Souza (2004), o alto índice de negros alforriados em Minas Gerais se devia a um paulatino processo de decadência econômica. Segundo ela, dada a natureza finita da atividade mineradora e sua impossibilidade de geração de excedentes, seria difícil crer que os escravizados conseguissem acumular recursos para a obtenção da liberdade. Pelo contrário, os altos tributos cobrados pela Coroa faziam com que a manutenção dos cativos se tornasse extremamente onerosa aos senhores, obrigando-os a abrir mão da força de trabalho escravizada (SOUZA, 2004, p. 48).

Divergências historiográficas à parte, parece inegável o impacto das alforrias na estrutura social mineira, dado que, fora dos estamentos tradicionais da sociedade – dos senhores e escravos –, os forros passariam a fazer parte do conjunto dos desclassificados do ouro. Esses indivíduos que, em 1739, perfaziam cerca de 1,2% da população negra, passaram para 35%, em 1786, chegando a 41%, em 1808 (SOUZA, 2004, p. 205). A marca da desclassificação social era bastante patente no caso dos forros: Souza (2004, p. 214-215) faz referência aos diversos conflitos enfrentados por eles na tentativa de provar e sustentar o status de livres numa sociedade escravista. Muitos protocolavam requerimentos ao governador, queixando-se do desrespeito que vários brancos demonstravam ante a sua condição, por vezes comparada à dos quilombolas, mesma acusação sofrida pelos mestiços (SOUZA 2004, p.154).

Em suma, podemos dizer que os movimentos populacionais para a região mineira provocaram uma forte modificação da ecologia daquele território, formando ali uma nova sociedade, miscigenada, caracterizada por uma importante malha urbana, e, conforme mostraremos, configurada como uma ecologia de contato interidioletal, devido à mistura de gente das mais diferentes condições: brancos portugueses, brancos brasileiros, índios, negros africanos, negros brasileiros, pobres, ricos, seculares, clérigos etc (BOXER, 2000).

De acordo com Raso, Mello e Altenhofen (2011, p. 32), o contingente de portugueses que chegava ao Brasil era composto principalmente por indivíduos oriundos do Minho, da Madeira, de Açores, Porto, Alentejo e Lisboa, e, em geral, pertenciam a classes populares, eram analfabetos e, provavelmente, falavam variedades rurais do idioma lusitano. Segundo os autores, as variedades cultas de português só chegariam de maneira consistente ao Brasil no século XIX, com a chegada da família real e da corte, sendo materializadas na circulação de jornais, livros e na fundação de instituições educacionais (RASO, MELO E ALTENHOFEN, 2011, p. 33).

Neste ponto, tratemos um pouco sobre como o fortalecimento da economia mineradora também teve impactos centrais no tráfico de africanos escravizados. Ora, se em 1710 havia um relativo equilíbrio no número de homens livres e de escravizados na região de Minas Gerais – ambos os grupos em torno 20 mil –, já em 1717 – portanto, em menos de uma década – o número de negros escravizados salta para a marca de 35 mil, e, na década seguinte, eles ultrapassam os 50 mil. Em 1730, o número de cativos chega aos 100 mil, e, em 1760, os cativos e os homens livres de cor chegam à soma de 249 mil, contra apenas 71 mil brancos (LUNA E KLEIN, 2010).

Segundo Luna e Klein (2010), ao longo do século XVIII, os cativos africanos levados à zona mineradora eram, predominantemente, homens adultos, e o contingente apresentava um número bastante pequeno de crianças – uma média de dez crianças a cada cem africanos adultos. Neste sentido, inicialmente, o crescimento da população negra na região se dava mais pela constante importação de novos cativos, e não por meio de natalidade. Tal situação se manteve mais ou menos estável durante toda a primeira metade do século, até que, na segunda metade do mesmo período, a população de cativos nascidos no Brasil passou a ter maior preponderância. Na próxima seção deste capítulo, faremos uma discussão mais detalhada sobre quem eram os africanos escravizados trazidos para zona mineradora e também trataremos de seus modos de organização em suas terras originais. Antes disso, porém, trazemos mais alguns relatos sobre como eles se organizavam no âmbito da sociedade mineira, especialmente no que dizia respeito às relações travadas com as outras etnias.

Os textos historiográficos indicam que foi bastante grande a agremiação dos africanos escravizados no contexto das Minas coloniais, sendo muitos desses agrupamentos feitos a partir de indivíduos de diferentes nações africanas. Um desses modos de agremiação foram as chamadas irmandades religiosas, nas quais africanos de uma determinada nação se organizavam institucionalmente a fim de prestar culto a um determinado santo, bem como para auxiliar os necessitados do grupo em suas adversidades, sobretudo na hora da morte (BOSCHI, 1986)⁴. Essas organizações deixaram uma farta documentação escrita, a qual, embora esteja em português, sugere uma coesão das nações na zona da mineração, voltada à preservação de identidades

⁴ Conforme veremos adiante, esse tipo de agremiação religiosa não ficou circunscrito a Minas Gerais, mas esteve presente em outras regiões da colônia, como no Rio de Janeiro, por exemplo.

culturais⁵. Embora, diferentemente dos quilombos, as ordens religiosas servissem como uma forma de incorporação ao mundo do branco, através de sua religião, as irmandades negras também funcionavam como uma instância de preservação de tradições africanas, como redes sociais. Vejamos, por exemplo, a ilustração de Cruz (2007):

Enquanto as irmandades brancas tendiam a reproduzir canções, danças e roupas portuguesas, as irmandades negras seriam uma primeira instância de preservação de tradições africanas. Tão logo foram criadas pelos padres, desenvolveram sua própria estética, basicamente usando canções, instrumentos musicais, e algumas vezes padrões de dança, de origem africana, muito embora pudessem copiar melodias da igreja católica.

O importante é que elas não faziam a mera imitação do comportamento das irmandades brancas portuguesas, dramatizando o tempo todo a condição dos negros. Sua celebração tinha um sabor próprio. Eles estariam dizendo: “São os negros que agora estão cantando.” E também incorporariam suas posições sociais nas canções, sempre de uma estrutura cerimonial de negociação: celebravam festividades de um santo católico junto com uma recuperação de tradições africanas míticas e religiosas. (CRUZ, 2007, p. 5-6, grifos nossos)

É importante dizer que a preservação das identidades culturais africanas no âmbito das irmandades não se dava sem conflitos, visto que, por vezes, alguns dos integrantes manifestavam um desejo de maior aproximação em relação à cultura católica tradicional. Como exemplo, podemos citar o caso da Irmandade Makii, no Rio de Janeiro, cujo candidato a rei pretendia combater os “gentilismos e superstições” característicos dos cultos religiosos africanos (SOARES, 2019, p. 127):

E suposto que os pretos Mina nesta capital são tão briosos e tementes a Deus que não usem disso. Contudo, como os de Angola têm por costume tomarem da tumba da Santa Casa de Misericórdia os cadáveres de seus parentes, para os porem nas portas das igrejas, com cantigas gentílicas e supersticiosas, tirando esmolas dos fiéis para os enterrarem, o que é constante nesta cidade, e por esta razão os senhores brancos entenderam que todos os pretos usaram do mesmo, que seja Mina ou de Angola, e é essa razão por que me eximo de reger e proteger meus parentes. (SOUZA 1786 apud SOARES, 2019, p. 20)

No trecho acima, retirado dos *Diálogos Makii*, um manuscrito de uma irmandade católica sediada no Rio de Janeiro, estudado pela historiadora Mariza de Carvalho Soares,

⁵ O trabalho de Soares (2019) sobre a documentação de uma irmandade Makii do Rio de Janeiro permite entrever um choque entre dois grupos, um deles querendo preservar as tradições africanas e outro com um interesse de assimilação plena à identidade cultural portuguesa.

vemos Francisco Alves de Souza, ex-escravizado e potencial rei da referida irmandade, criticar os costumes fúnebres dos africanos oriundos de Angola, opondo-os às práticas dos africanos Mina, os quais seriam mais tementes a Deus. Assim, percebemos um conflito entre as tradições africanas e aquelas adquiridas no seio da religião católica, estas endossadas por Francisco de Souza. Além disso, um outro ponto interessante da passagem dos *Diálogos* diz respeito aos indícios de contato entre africanos de origem angolana e de origem Mina, fato que será explorado mais cuidadosamente na próxima seção.

Vimos, nas páginas anteriores, que, ao longo do século XVIII, cresceu bastante o número de desclassificados do ouro na zona mineradora e, devido ao crescimento do número de alforrias, havia uma interpenetração bastante grande entre as camadas intermediárias e baixas da sociedade, não obstante a preservação de seus dois principais estamentos, qual seja, os senhores e escravos, relacionando-se de maneira muito complexa:

A escravidão era a base daquela sociedade, entretanto, o modelo bipolar do senhor e do escravo não deve ser adotado como padrão único, visto que há muito sabemos que a sociedade colonial era bem mais complexa, principalmente em áreas urbanas, como as Minas, onde circulavam pretos livres, brancos pobres, forros, libertos, artesãos, boticários, senhoras escravas, mulheres livres, comerciantes, religiosos, enfim, gente de todo tipo de condição. (LACET, 2008, p. 23)

No campo dos cativos, havia sentimento de grupo que levava à formação de redes sociais, fosse no ambiente religioso – como nas já mencionadas irmandades de negros, mestiços, cativos ou forros – ou no ambiente, por assim dizer, “mundano”. Este segundo espaço era preenchido pelas vendas, estabelecimentos que conjugavam as funções de bar e armazém e forneciam, na sociedade mineradora, alimentos, instrumentos de trabalho, roupas etc. Eram espaços frequentados por diferentes categorias profissionais, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros etc., e neles se consumia muito aguardente e se promoviam as festas das camadas populares (FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 52-53). Na visão de uma série de autores (por exemplo, FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985; SOUZA, 2004; LIMA, 2018), as vendas funcionavam como o espaço de sociabilidade negra por excelência do período colonial, o que despertava o temor das autoridades metropolitanas:

[...] as negras quitandeiras ou de tabuleiros exerceram não apenas o comércio ambulante como trabalharam muitas vezes nas vendas e lojas de comestíveis

que serviam os escravos e os homens livres pobres da mineração. Tanto as negras como as vendas foram objeto de uma luta incessante empreendida pelas autoridades, deste e do outro lado do oceano. Pelo temor que despertavam, devem realmente ter representado papel de destaque na agremiação de indivíduos pobres e desclassificados, estabelecendo vínculos de solidariedade entre eles e ocupando o lugar que, na Europa, foi preenchido pela taverna. Foi, entre outras coisas, o seu “local santo” de lazer e de namoro, o espaço onde suas festas e seus batuques se desenrolaram (SOUZA, 2004, p. 249-250, grifos nossos).

Como o excerto acima nos leva a perceber, as chamadas vendas ocuparam um papel central na vida dos negros africanos da zona mineradora, ao longo do século XVIII, e foram perseguidas pelas autoridades porque desafiavam o poder colonial em várias das suas esferas: eram espaços frequentados por quilombolas, que lá buscavam o abastecimento de armas e munição; eram frequentadas por garimpeiros contrabandistas, que procuravam fugir das altas taxas que a Coroa cobrava sobre o ouro coletado; eram espaços de prostituição de negras escravas e forras, fato este que perpetuava o alto número de concubinatos, os quais, tal qual discutimos, eram condenados pela Igreja (ARAÚJO, 2013). Esse cenário de perseguição às vendas também é descrito por Lima (2018), que localizou, no Arquivo Público Mineiro, uma *Solicitação de determinação de horário de funcionamento das tavernas* (1746), feita por moradores que se queixavam da presença de escravos naqueles espaços, bebendo aguardente “assentados nos balcões”. Na visão da autora, todo o esforço de perseguição sugere que as vendas eram espaços significativos de sociabilidade dos escravizados no período colonial. A esse respeito, vale destacar que, de acordo com o relato de Figueiredo e Magaldi (1985), as autoridades coloniais viam as vendas como potenciais espaços de desintegração da ordem social estabelecida, dado o exercício do comércio clandestino, o incentivo aos contatos sociais entre os escravizados e a concorrência travada com os grandes comerciantes (FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 52).

Um ponto interessante a ser considerado é que grande parte das vendas era de propriedade de mulheres negras africanas⁶. Segundo Lima (2018, p. 50), 75% desses estabelecimentos comerciais em Vila Rica, em 1746, eram geridos por mulheres africanas ou afrodescendentes, e especificamente no distrito de São Bartolomeu – extremamente

⁶ De acordo com Figueiredo e Magaldi (1985, p. 52), um quadro semelhante se dava na costa ocidental africana, onde o pequeno comércio também era praticado pelas mulheres.

relevante para esta tese, por ser o local de habitação de Costa Peixoto –, as três vendas existentes eram de propriedade feminina. Isso acontecia porque as mulheres, naquela época, não eram absorvidas pelas atividades mecânicas, geralmente não participavam das atividades de mineração e não faziam parte do mercado dos artesãos (FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 55). Dada a exiguidade dos recursos obtidos nesses pequenos estabelecimentos comerciais, as vendeiras mineiras foram marcadas pelo signo da pobreza, de modo que muitas delas também se prostituíam para complementar sua renda (FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 56). Aliás, é nas vendas que tem início o processo, pois era nelas que muitas prostitutas ofereciam os seus serviços, despertando a fúria do aparelho repressor português, uma vez que, na metrópole, a atividade comercial foi, durante algum tempo, facultada exclusivamente às mulheres sozinhas, com o intuito de impedir que elas exercessem o meretrício (FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 52).

De acordo com Lima (2018, p. 54), a prática da prostituição foi uma atividade central na Capitania de Minas Gerais, dando lucros para os proprietários e proprietárias de escravas, fatos estes registrados pelas já citadas devassas eclesiais (cf. FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985). E, conforme vimos, também as mulheres forras e pobres acabavam por se envolver no meretrício, devido aos altos impostos cobrados pela Coroa. Na visão da autora, tal estado de coisas se dava pelo fato de a região ser predominantemente habitada por homens e apresentar uma elevada taxa de mobilidade social e de circulação de ouro. De acordo com Figueiredo e Magaldi (1985, p. 56), a prostituição que, de certa maneira, acabava por integrar as práticas econômicas daquele contexto, era realizada com a anuência dos senhores, os quais aliciavam diretamente as cativas, obrigando-as a se prostituir. Essa prática costumava ocorrer nos espaços de venda, que eram desmembrados entre espaços de comercialização e prostíbulos, conforme podemos verificar no seguinte registro das devassas:

Em uma pequena venda que possuía [sic] no arraial de Ouro Branco, Josefa Maria de Souza, além de cozinhar alguns gêneros que vendia, “concorre para que sua filha Jacinta Maria de São José se desoneste com os hóspedes que ela recolhe e não tem outra coisa de que viva, e também vive de dar pousadas para o mesmo fim, a mulheres meretrizes. (Devassas jul. 1762 e dez. 1769, fl. 67 *apud* FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 57)

Para além das vendas e da prostituição, as mulheres africanas e afrodescendentes integraram-se à economia mineradora através do comércio ambulante, protagonizado pelas negras de tabuleiros ou escravas de ganho. Não obstante a proibição da instalação

de vendas nas regiões mais próximas às zonas de mineração, as negras de tabuleiro costumavam atuar no perímetro das lavras, levando os escravizados envolvidos na mineração a consumir parte do ouro retirado em quitutes e aguardente, trazendo, portanto, problemas na arrecadação de impostos por parte da Coroa (FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 57). Dadas estas circunstâncias, e também a questão da prostituição, as negras de tabuleiro passaram a ser perseguidas pelas autoridades metropolitanas. Entretanto, conforme explicam os autores supracitados, a prática da prostituição por parte das negras de tabuleiro compunha uma estratégia de exploração sexual e econômica gerida pelos senhores que, propositalmente, destinavam um número inferior dos produtos que seriam comercializados, de modo que as escravizadas não poderiam entregar o lucro diário esperado sem que fossem obrigadas a recorrer ao meretrício.

A ação das negras de tabuleiro era caracterizada por uma intensa movimentação em torno da zona mineradora, pois elas, atuando originalmente nas vilas e arraiais, se encaminhavam em direção às lavras, gerando os acontecimentos aqui já mencionados. A perseguição ao seu ofício era carregada pelos capitães-do-mato, conforme exemplifica o termo de prisão abaixo, que também dá uma dimensão do aspecto econômico da ação dessas mulheres escravizadas:

“Trouxe o dito meirinho a pessoa de uma escrava por nome Ana escrava do preto forro por nome José Antonio que apanharam os capitães-do-mato na lavra de Domingos S. de Matos vendendo aguardente da terra sem medidas aos negros do dito Domingo de Matos vendendo a dita cachaça por uma tijela de estanho que se lhe achou uma desta com meio frasco de aguardente e outro vazio e um pouco de fumo e o dito meirinho entregou grades adentro (...)” (fl. 294 *apud* FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985, p. 58)

A documentação historiográfica indica que os africanos escravizados não estabeleceram relações apenas no interior de seu grupo, mas também com a camada intermediária dos desclassificados do ouro, sobretudo os homens livres pobres. Essas camadas foram caracterizadas pela intensa penetração, impulsionada pelo grande número de concubinos e pelo crescimento do número de negros forros. Isso acontecia porque, conforme vimos, naquela época, submeter-se ao sacramento do casamento era bastante caro, de modo que não havia outra saída para os desclassificados (SOUZA, 2004). Outro ponto importante para o estabelecimento desse tipo de relação era, como já mencionamos, a exiguidade de mulheres brancas na região, uma vez que o padrão migratório em vigência se caracterizava pela forte presença de homens em busca da aventura do ouro

(CARRATO, 1968). Além disso, vale dizer que também havia uma certa superstição em relação a essas relações interétnicas, conforme atesta um documento datado de 1726: “não há mineiro que possa viver sem nem uma negra mina, dizendo que só com elas tem fortuna” (cf. CARATTO, 1968, p. 11; PARÉS, 2018a, p. 80-1).

Um bom exemplo dessas relações interétnicas travadas no interior da sociedade mineira pode ser encontrado na história de António da Costa da Peixoto (1703-1763), um homem português cuja trajetória é bastante cara ao nosso trabalho. De acordo com Araújo (2013), Costa Peixoto era natural de Entre-Douro-e-Minho – mais especificamente, de São Pedro de Torrados – e, seguindo os padrões migratórios de sua região, aos doze anos de idade, partiu para o Brasil, na companhia de seu irmão, chegando à Bahia em 1715. Depois de passar pelo Recôncavo Baiano, em direção às Minas Gerais, se estabeleceu no distrito de São Bartolomeu – distrito de Vila Rica –, atuando como escrivão ou juiz de vintena, cargo da justiça não-letrada do período colonial. Neste sentido, Costa Peixoto se ocupava de causas cíveis de sua região, sobretudo de casos que envolviam violência (ARAÚJO, 2013, p. 13). Segundo consta da documentação da época, o juiz minhoto chegou a ter responsabilidade sobre três freguesias: Santo Antônio da Casa Branca, Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo e, naturalmente, São Bartolomeu, localidade onde residia.

Ao que tudo indica, Costa Peixoto e sua família – consta que seu pai também embarcou para o Brasil, em 1724 – acabaram por engrossar a fila dos desclassificados do ouro. Um dos sinais teria sido a sua permanência no cargo de juiz de vintena em uma freguesia, não chegando ao centro do poder – Vila Rica – devido à falta de recursos e influência política (ARAÚJO, 2013). Além disso, Fernandes (2012) afirma que um dos sinais da origem humilde de Costa Peixoto era o seu pouco domínio do padrão da língua portuguesa, característica também apontada por Yai (1997)⁷. Membro do extenso grupo dos desclassificados do ouro, Costa Peixoto parece ter sido um assíduo frequentador das famigeradas vendas, conduta esta que motivou os moradores de São Bartolomeu exigirem da Coroa a retirada do minhoto do cargo de juiz de vintena:

Dizem os moradores desta freguezia de São Bartholomeu que aqui nos asignamos que nesta freguezia se acha servindo o escrivão da vintena An.to da

⁷ De certo modo, a variedade de português de Costa Peixoto confirma a tese de Raso, Mello e Altenhofen (2011) a respeito da origem humilde de grande parte dos portugueses que, naquela época, povoavam o Brasil.

Costa peyxoto e como tal não seja capaz de servir o tal officio por ser homem que toma bebidas e se embebeda de caxasa e anda metido pellas tavernas com as negras e negros [...] Pedimos a vm.es sejaos servidos a dar nos outro escrivão e o d.o ser suspenço e não ser ademetido ao d.o officio [...] ser em capas de o servir [...] (Arquivo Público Mineiro apud ARAÚJO, 2013, p. 3).

O trecho acima pertence a um documento que os moradores de São Bartolomeu enviaram ao Senado, solicitando que Costa Peixoto fosse deposto de seu cargo de escrivão de vintena. Além de sugerir o intenso contato que o juiz minhoto estabelecia com os escravizados mineiros, o documento expressa o posicionamento que aquela sociedade esperava de um homem que, por seu cargo, era um representante da Coroa: o não estabelecimento de relações com os negros, a não ser a relação de dominação (ARAÚJO, 2013)⁸.

A observação da trajetória de Antônio da Costa Peixoto pela região mineira indica que ele viveu uma vida bastante ajustada aos padrões dos desclassificados do ouro, com uma interpenetração bastante acentuada no mundo negro. Segundo Araújo (2013), o testamento deixado por ele mostra que, mesmo tendo morrido solteiro e pobre, Costa Peixoto deixara quatro filhos mestiços, cada um com uma mulher diferente, todas elas negras: Ana Maria, Rita Dias, Luzia Gomes e Marcella Pires. De acordo com o mesmo autor, Rita Dias, uma negra forra, era proprietária de uma venda no distrito de São Bartolomeu, talvez, a venda onde Costa Peixoto estabelecia seus vínculos e redes de comunicação com os negros, incomodando alguns moradores do local.

Creemos que, até aqui, as informações relativas à vida de Costa Peixoto na região de Minas Gerais permitem tirar conclusões interessantes a respeito da história social dos imigrantes portugueses pobres naquela região que, até então, era considerada a mais rica da colônia, bem como dos contatos que eles travavam com os africanos escravizados e com os demais desclassificados. Entretanto, para além de considerá-lo como um homem prototípico do Ciclo do Ouro, o que mais interessa a nós, nesta tese, é mostrar a importância da existência de Costa Peixoto para a história linguística, dado que ele é o autor de um dos mais importantes documentos da história dos contatos linguísticos no Brasil: a *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdioma* (1741), que documentava uma língua africana falada pelos escravizados que habitavam Minas

⁸ Lembremos, a esse respeito, a intensa perseguição travada contra as vendas.

Gerais⁹. Vale dizer que, em 1731, o mesmo autor já havia publicado uma espécie de rascunho da obra, intitulado *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguezas correspondentes*. Porém, na esteira de Lima (2018, p. 45-6), não consideraremos Costa Peixoto como um mero autor ou documentador de uma língua africana falada no Brasil colonial, mas sim como um personagem central, participante das esferas de comunicação e expressão dos africanos escravizados em Minas Gerais.

Nesta tese, entendemos que é fundamental que diferenciemos a figura de António da Costa Peixoto da de outros estudiosos que se ocuparam da descrição de línguas africanas num contexto colonial, como, por exemplo, o jesuíta, também português, Pedro Dias, que, em 1697, publicou a *Arte da lingoa de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos*, uma gramática do quimbundo, outro dos raros documentos sobre as línguas africanas faladas no Brasil¹⁰. De acordo com Bonvini (2008), embora tenha sido publicada em Lisboa, a *Arte* de Dias teria sido redigida no Brasil, retratando o quimbundo falado em locais como o Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, lugares onde o padre exerceu sua atividade missionária. Segundo alguns estudiosos, a variedade de quimbundo descrita por Dias seria, na verdade, o subdialeto Kahenda do Mbaka, variedade falada nas proximidades da missão jesuítica em Cahenda, em Angola (cf. FERNANDES, 2012; ROSA, 2019). De acordo com Fernandes (2012, p. 29), os missionários jesuítas utilizavam essa variedade linguística de maneira pedagógica, como língua geral no contato com africanos escravizados oriundos de Angola e do Congo. Segundo Rosa (2019, p. 64), Pedro Dias aprendeu quimbundo sem nunca ter ido a Angola, e adquiriu a língua através dos contatos travados com outros missionários que haviam passado por aquela região africana e também com os africanos escravizados.

Conforme já dissemos, Pedro Dias era um padre jesuíta comprometido com o processo de evangelização e, neste sentido, utilizava as línguas de seus discípulos para atingir os objetivos religiosos. Assim como ocorrera com outros sacerdotes que se ocuparam da descrição de línguas autóctones, Dias tomava o latim como ponto de partida para as suas análises. Aliás, de acordo com Rosa (2019, p.19), a *Arte* parecia ser direcionada para leitores conhecedores da língua latina, dada a ausência de definições dos

⁹ Conforme se verá na próxima seção, através do trabalho de Soares (2019), a língua geral também era falada por africanos escravizados que viviam no Rio de Janeiro.

¹⁰ Vale dizer que Yai (1997) faz referência a um documento chamado *Vocabulário Nagô*, que seria um registro de ioruba falado em Pernambuco. Entretanto, até o momento, não conseguimos localizar esse documento.

conceitos gramaticais. A autora ainda destaca que, na *Arte*, Dias descreve as partes do discurso do quimbundo tomando como referência as estruturas do latim, e, ao comparar os acidentes, atesta algumas faltas na língua africana: “Não tem [...] declinações, nem casos [...] Não tem [...] Generos” (DIAS, 1697, p. 4).

Ainda com o intuito de diferenciar as figuras de Dias – tomado aqui como um arquétipo do missionário gramático – da de Costa Peixoto, destacamos a seguinte passagem, na qual o jesuíta aborda a variação da língua por ele descrita:

Deve-se notar, que as ditas particulas custumaõ muitas vezes usar dellas os Ambundos, pondo hũas por outras, por causa das variedades das linguas Angolanas. Mas sempre fazem o mesmo sentido; por não variaõ totalmente a sustancia dos nomes, & verbos, ainda que o idioma não fique muy culto. (DIAS, 1697, p.10)

Dentre os aspectos relevantes da citação de Dias, observamos que, ao afirmar que, não obstante a variação, a substância dos nomes e verbos permanece, o autor parece indicar o modelo nocional de gramática que serve de base para a sua reflexão. Além disso, ao constatar que a variação não deixa a língua muito culta, Dias deixa entrever uma perspectiva normativa e/ou purista, análise característica de um gramático que, àquela época, tomava o latim como medida para todas as línguas (cf. ROSA, 2019).

Ora, com base no que relatamos até aqui, podemos afirmar que Costa Peixoto tinha um perfil totalmente distinto do de Dias. Primeiramente, vemos que, além de ser um homem leigo, Costa Peixoto, aparentemente, não tinha a formação intelectual compatível com a de um gramático, fato perceptível através das análises de alguns autores sobre o português utilizado por ele (cf. YAI, 1997; FERNANDES, 2012), temática, inclusive, destacada por ele mesmo, no prólogo:

[...] Não a descrevo com aquelle fundam.^{to} e distinção que a nossa pulcia pede, cauza de me faltarem as letras nos annos que a ellas me pudera aplicar:

Não duvido que nesta America e Minas, hajão Auctores famosos, graduados nesta faculd.^e, o que eu não ignoro, nem tambem o ignorará q.^{em} os tiver visto, mas como thé o pres.^{te} não vice obras dos tais talentos, me rezolvi fazer esta nova tradução por entender ser de m.^{ta} otellid.^e e saberem toda esta importante sabedoria (PEIXOTO 1741 *apud* SILVEIRA 1945, p.13).

É possível argumentar que Costa Peixoto não pensou a sua obra como uma gramática, no sentido estrito do termo. Neste sentido, não há na *Obra Nova* descrições gramaticais efetivas ou comparações com outras línguas, sendo que apenas um dos comentários apela quase que informalmente à metalinguagem. O objetivo do autor parece ser meramente o de dar subsídios para a comunicação na língua geral de mina (doravante, LGM), razão pela qual os seus poucos comentários linguísticos ou ressaltam alguns aspectos do uso da língua ou são de natureza, por assim dizer, pragmática. O primeiro deles aparece numa seção de nome *chingar*, na qual Costa Peixoto transcreve algumas sequências da LGM, mas não oferece nenhuma tradução, justificando-se com o seguinte comentário: “Não declaro em portuguez, por serem palavras menos desentes a nossa pulicia” (PEIXOTO, 1741 *apud* SILVEIRA 1945, p. 32). Temos aí um comentário de natureza pragmática, no qual o autor admite censurar as traduções devido à falta de polidez do significado das expressões na LGM¹¹. Outro comentário feito por Costa Peixoto aparece na seção dos numerais, e consiste num comentário de natureza essencialmente descritiva, a respeito do uso, sem qualquer recurso à metalinguagem gramatical: “Esta hé a conta de que uzão os negros minas da lingoa g.^{al}, e della não.pasão. só sijuntão. m.^{tos} 40/de que fazem as suas somas” (PEIXOTO 1741 *apud* SILVEIRA 1945, p. 34). E, finalmente, em sua *Advertência*, Costa Peixoto faz um breve comentário sobre a não correspondência exata entre a representação escrita e o som da LGM, recomendando a consulta a algum falante da língua: “Em alguns nomes aonde ouverem estar letras juntas /ch/ / hé necess.^o tomar parecer com algũ negro, ou negra mina, porq.^{to} tem diferente pernumcia (PEIXOTO 1741 *apud* SILVEIRA 1945, p.36). Deste modo, podemos aferir que Costa Peixoto não era um gramático e, considerando a sua função como escrivão de vintena, bem como os temas perpassados pelas palavras e diálogos expostos na *Obra Nova* – os quais envolvem até mesmo aspectos das relações sexuais –, vemos que ele também não era um missionário envolvido no trabalho de conversão dos escravizados.

Uma questão a ser levantada nessa história diz respeito às motivações que levaram Costa Peixoto a documentar a LGM. Responder a esta questão nos parece relevante, pois,

¹¹ Fernandes (2012, p. 37) chama a atenção para o fato de que esse conjunto de lexemas da LGM foi duplamente censurado, pois além de Costa Peixoto (1741), Luís Silveira não divulgou o significado dos termos nas duas edições por ele preparadas, a saber, a de 1944 e a de 1945 – sendo esta última a edição que utilizamos para o nosso estudo. Como argumento para a omissão de palavras e traduções, Silveira alega que os dados faltantes não trariam prejuízo ao estudo da língua em si. Em nosso trabalho, tais lexemas censurados também não foram relevantes, dado o foco no estudo da sintaxe.

conforme pontua Lima (2018, p.46), a produção de instrumentos linguísticos como dicionários, vocabulários¹² e listas de palavras sempre esteve intimamente relacionada ao contexto colonial e à alteridade por ele ocasionada, veiculando, assim, um discurso e uma representação da sociedade que utiliza a língua descrita. Neste sentido, perscrutar as intenções que Costa Peixoto tinha ao abordar a LGM pode nos auxiliar a entender melhor como ele via os falantes daquela língua africana e como ele se relacionava com eles.

Para Lara (1999), Costa Peixoto escreveu a *Obra Nova* sob a perspectiva do colonizador, interessado em manter a dominação senhorial sobre a escravaria. Além disso, segundo a mesma autora, as traduções oferecidas também seriam enviesadas pelo filtro colonial, dada a transposição da cultura africana para a religião católica, fazendo com que a *Obra Nova* não trouxesse informações fidedignas sobre a língua falada pelos africanos escravizados em Minas Gerais. Tal análise estaria ancorada sobretudo na seguinte passagem do prólogo escrito por Costa Peixoto:

Pois hé serto e afirmo, que se todos os senhores de escravos, e hinda os que os não tem, souvecem esta lingoage não sucederão tantos insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes e, finalmente cazos atrozes, como mtos. mizeraveis tem experimentado: de que me parece de algua sorte se poderão evitar alguns destes descomcertos, se ouvece maior curioxid.e. e menos prEguisa, nos moradores, e abitantes destes payses (COSTA PEIXOTO, 1741: 13 *apud* SILVEIRA, 1945: 13).

Mais adiante, veremos que este trecho do discurso não foi interpretado sempre da mesma maneira, porém, pensando na “visão do outro” proporcionada pelos instrumentos linguísticos (cf. LIMA, 2018), vemos que, na perspectiva de Lara (1999), os falantes da LGM eram, para Costa Peixoto, seres a ser dominados pelo aparato colonial:

Sem dúvida, a dramaticidade crescente dos diálogos é reveladora: a estruturação do vocabulário, mais que pedagógica, pretende ser preventiva de rebeliões, antídoto para agressões de gente que facilmente pode se tornar feroz. A política inibidora de desregramentos nas relações entre senhores e escravos, que preside a elaboração do vocabulário, não promove nenhum passo na direção de um saber sobre o outro. Este português que tenta incitar o aprendizado da língua geral mina simplesmente efetua traduções: será possível

¹² É importante esclarecer que muitos dos documentos coloniais que receberam o nome de *vocabulário* não se restringiam apenas à reunião de itens lexicais de uma determinada língua, mas continham também sentenças, diálogos etc.

que *máhipomvodum* queira mesmo dizer “vou à Missa”?, *mahido-vodum* “vou confessar-me” e *mahichlevodum* “vou rezar”? A traição dessas traduções é reveladora da opacidade do olhar senhorial sobre a escravaria. Nada, em todas as páginas do manuscrito, nos informa sobre estes tais minas ou sua língua geral. Somente um trabalho de garimpagem de dados registrados à revelia das intenções de Peixoto pode indicar elementos mais interessantes. Menciono aqui apenas o recurso aos filólogos. (LARA, 1999, p.686)

Yai (1997) também parece pensar que a *Obra Nova* foi escrita sob uma perspectiva colonialista. Na visão do autor, a documentação da LGM – assim como outros documentos sobre línguas africanas compostos no Novo Mundo – poderia ser vista como resultado de uma “performance dialógica forçada no mundo atlântico”, dada a assimetria existente entre o documentador, de origem europeia, e os falantes africanos, cujos interesses não seriam levados em consideração e para os quais não seriam reveladas as razões para a documentação da variedade linguística (YAI, 1997, p. 544)¹³. Entretanto, o autor também observa que, num contexto colonial de performance dialógica forçada, a produção de um vocabulário se constitui num espaço de atenuação das relações violentas entre senhores e escravizados, de negociação e contatos, no qual, por vezes, o escravizado pode registrar a sua voz e enunciar os seus problemas (YAI, 1997, p. 545).

Araújo (2013), por sua vez, vai defender uma análise distinta acerca das motivações que levaram Costa Peixoto a documentar a LGM. Diferentemente de outros estudiosos, o autor problematiza a ideia de que a *Obra Nova* tinha como principal objetivo o fornecimento de meios para a manutenção do poder dos senhores sobre os escravos, construindo sua argumentação com base em informações sobre a atuação de Costa Peixoto como juiz de vintena e sobre as relações que o minhoto mantinha com os escravizados e escravizadas, já referidas neste capítulo.

Conforme já mencionamos anteriormente, em seu ofício como juiz ou escrivão de vintena, uma das funções de Costa Peixoto era lidar com os casos de violência que ocorriam naquela região, ocorrências bastante frequentes com os escravizados (cf.

¹³ O autor opõe os documentos escritos no Novo Mundo àqueles produzidos na África, onde, segundo ele, o signo da violência não seria tão forte e também a seleção dos informantes não seria tão livre para o colonizador. Entretanto, ousando discordar de Yai (1997), não cremos que tal contraste seja completamente acertado, dado que, muitos dos documentos produzidos na África – ou com base em dados de lá retirados – consistem em gramáticas ou catecismos produzidos por missionários católicos ou protestantes. Assim, de certo modo, aqueles instrumentos linguísticos também consistiam em símbolos de uma empresa colonialista, posto que carregada pelos ímpetos de conversão religiosa (cf. FERNANDES, 2012; ABOH, 2015a; ROSA, 2019).

FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985)¹⁴. Consta na documentação estudada por Araújo (2013) a informação de que, em 1739, o autor da *Obra Nova* teria atuado na investigação do assassinato de um escravo por nome João Rufo, fugitivo da cadeia, encontrado morto e com sinais de tortura. Assim, diante do famigerado trecho do prólogo, no qual Costa Peixoto advertia que o conhecimento da LGM poderia auxiliar na prevenção de acontecimentos violentos, Araújo (2013) coloca o seguinte questionamento, naturalmente, também embasado em informações acerca da trajetória do juiz minhoto em meio aos africanos escravizados:

[...] Será que, ao citar na apresentação da *Obra Nova* os “casos atrozes” que os “miseráveis” têm experimentado, não estaria se posicionando para evitá-los, isto é, sua preocupação não seria impedir que os negros fossem espancados e maltratados? Ou, dito de outra forma, não estaria Antonio defendendo a existência de um diálogo para a mútua compreensão, eliminando a violência? O ponto de vista aqui não seria o do escravo que sofre, e não do senhor que castiga?

Sem pretender alçar nosso personagem ao status de um pré-abolicionista, e sabemos que ele esteve longe disto, podemos sim perceber sua tentativa de “tradução” de uma língua usada pelos escravos como um esforço, precário ainda, é verdade, para que eles se fizessem compreender no universo escravocrata. Estaria assim justificada sua crítica aos brancos na apresentação da *Obra Nova*: “*se ouvece mais curuzid.e e menos preguiça nos moradores*”, se evitariam “*tantos insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes, e finalm.te cazos atrozes, como m.tos mizeraveis tem exprementado*” (Peixoto, 1741:5). (ARAÚJO, 2013, p. 32-33)

Assim, com base em hipóteses dessa natureza, Araújo (2013) vai sugerir que, aparentemente, a obra de Costa Peixoto procuraria dar voz aos africanos escravizados, fomentando o diálogo entre senhores e cativos.

Outro fato levantado por Araújo diz respeito à atuação de Costa Peixoto como redator do testamento de Thereza Ferreira Souto, uma negra forra, proprietária de uma

¹⁴ A esse respeito, vejamos o relato de Figueiredo e Magaldi (1985, p.60, grifos nossos):

Um nítido obstáculo para o cumprimento deste mecanismo situa-se na existência de locais receptores de escravos que, perigosamente, os legitimava como indivíduos, capazes de consumir, beber e amar, seja nas vendas, casas de alcouce, ou em torno de tabuleiros das negras ambulantes. Justamente a possibilidade concreta do escravo nestes espaços organizar, junto com outros trabalhadores pobres, o rompimento da sujeição mais extrema a que estavam submetidos, debilitar seu jornal, ou mesmo mutilar fisicamente seu corpo (através de brigas, ferimentos, etc.), motiva medidas reguladoras para superação desta contradição.

venda em Santo Antônio da Casa Branca. Além da redação do testamento, Araújo (2013, p. 34) relata que houve continuidade na relação entre Costa Peixoto e Thereza, uma vez que ambos, em 1757, foram testemunhas da inquirição de *genere* do futuro padre Manuel de Jesus Maria, filho da escrava Maria de Barros (Maria Preta ou Maria Angola) com João Antunes, um homem branco (ARAÚJO, 2013, p. 34)¹⁵. Este fato mostra, ao mesmo tempo, a relação reiterada de proximidade de Costa Peixoto com a comunidade negra em Minas Gerais, assim como os frutos das relações interétnicas, relações estas que, conforme vimos, também teriam marcado a vida do juiz de vintena, pai de quatro filhos gerados por mulheres negras.

Na perspectiva de Araújo (2013, p. 38), o fato de Costa Peixoto não ter formação acadêmica pode ter proporcionado um contato muito direto com o mundo dos africanos escravizados, através do estabelecimento de fortes redes sociais. Um dos sinais dessas relações seria a notável proficiência do minhoto na LGM, fato destacado pela seguinte poesia constante da *Obra Nova* e atribuída a um desconhecido amigo do autor:

DESIMAS DE HU AM.º DO AUCTOR

Com pulicia, modo, e primor
 escreve Antonio da Costa
 a lingoa minna, e gosta
 dela pois ser o Auctor,
 hé de fama tradutor
 em estas minas Gerais
 e hinda posso dizer mais
 que hé de emg.º subtil
 pois nas p.^{tes} do Brazil
 sabe a lingoa mais q.º de mais
 De verdade que o Auctor
 desta nova tradução
 declara com distinção

¹⁵ Para informações acerca dos arquivos nos quais as informações enunciadas estão dispostas, recomendamos a leitura de Araújo (2013).

todo o methodo de compor,
 Bem se pode chamar snor.
 e Mestre da lingoa minna
 pois q.^{em} tambem a emsigna
 no compor e descrever
 deste se pode dizer
 que faz obra peregrina

É importante destacar que a proficiência de Costa Peixoto também foi notada por estudiosos contemporâneos. Yai (1997, p. 545-546) classifica como um traço significativo o domínio da língua africana apresentado pelo autor, podendo, inclusive, formular perguntas e respostas naquela língua-alvo, embora também apresente, na visão do estudioso nigeriano, sentenças agramaticais. Levando tal fato em consideração, Yai sugere que Costa Peixoto devia ter tido um longo período de exposição à língua, provavelmente, de 12 a 15 anos, dado que 10 anos separariam as duas obras que ele escreveu sobre a língua. Araújo (2013, p. 40), por sua vez, vai defender que Costa Peixoto tivera um período de aproximadamente 26 anos de exposição à LGM, desde a sua chegada ao Brasil, em 1715, pois a viagem até Minas Gerais, pelo caminho do sertão, era uma trajetória também trilhada pelos escravizados que iam da Bahia até a zona mineradora.

Os fatos relatados por Araújo (2013), com base na análise de documentos pertencentes a arquivos mineiros e portugueses¹⁶, nos levam a, juntamente com Lima (2018), desconstruir a figura de Costa Peixoto como um mero autor, entendendo-o como um personagem imiscuído na ecologia do Ciclo do Ouro, em constante contato e relação com as africanas e africanos escravizados, um homem que circulava por dois espaços sociais distintos, mas interligados: o ambiente da burocracia colonial, devido ao seu ofício como juiz de vintena, e o espaço da cultura africana não letrada (ARAÚJO, 2013, p. 59). Para Lima (2018, p. 46-7), a obra de Costa Peixoto é perpassada pela alteridade, pela representação das relações sociais travadas na escravidão, isso sem considerar os reais objetivos do autor para a escrita dos documentos e o modo como eles circulavam. Fato é

¹⁶ O autor consultou os seguintes arquivos: Arquivo Distrital do Porto; Arquivo Eclesiástico de Mariana; Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Público Mineiro; Biblioteca Nacional de Lisboa; Biblioteca Pública de Évora; Coleção Casa dos Contos; Coleção Câmara Municipal de Ouro Preto (ARAÚJO, 2013, p. 81).

que, na *Obra Nova*, os escravizados parecem tomar parte de um processo dialógico juntamente com Costa Peixoto, funcionando como coautores do manuscrito, como informantes, como condutores de perguntas e respostas, registrando sua visão de mundo (LIMA, 2018, p. 47).

Esta linha de raciocínio leva-nos a perceber que, aparentemente, os registros feitos por Costa Peixoto enfatizam a vida dos escravizados do Ciclo do Ouro em uma perspectiva mais integral, e não apenas nos aspectos relacionados à dominação senhorial. Esta última perspectiva, aliás, emerge de maneira bastante minoritária no documento, o que pode ser visto no cálculo estatístico feito por Araújo (2013, p.31-2), mostrando que a temática de oposição entre mundo branco vs. mundo negro pouco aparece: das temáticas ressaltadas, 13,67% se referem à alimentação, comidas e bebidas; 12,36% dizem respeito ao corpo humano e suas funções; 11,71% tratam de temas relacionados à natureza; 5,42% abordam a temática da escravidão; e 3,90% mostram as profissões. Além disso, partindo da premissa de Lima (2018, p. 46) de que os instrumentos linguísticos trazem consigo um discurso e uma representação sobre a sociedade que utiliza a língua descrita, vemos que, em alguns pontos, Costa Peixoto parece dar espaço para avaliações negativas dos africanos escravizados em relação aos senhores, conforme podemos ver na seguinte opinião de um(a) escravizado(a) sobre os brancos:

(1)

a. hihábouthóme manhôhã¹⁷

Hihábou tho mé ma nhô hã

Branco país PREP NEG ser.bom NEG

Lit: ‘No país de branco não é bom não’

CP: ‘terra de Branco não presta’

b. hi hà bouno, hé nachuhé acrí susû

hihàbouno hé na chu acrí hé susû

¹⁷ No capítulo 05, explicitaremos nossa metodologia de glosas.

branco-TOP 3PL HAB punir/bater escravo 3PL muito

Lit: ‘Branco, eles habitualmente punem/batem escravos eles muito’

CP: ‘Os brancos castigam muito os escravos’

Há, ainda, algumas constatações dos escravizados em relação ao mundo do branco, conforme podemos ver em (2):

(2)

a. hiháaboutó mématimaguam

hihábou tó mé ma tim guam

branco país PREP NEG existir guerra

Lit: ‘Em país de branco não existe guerra’

CP: ‘Terra de branco não tem guerra’

b. avódumcû hi hábouno mádu lambã. énduguhevi

avódum cû hihábouno má du lam bã. É nà

divindade morrer branco NEG comer carne NEG 3SG HAB/FUT

du guhevi

comer peixe

Lit: (No) morrer da divindade branco não come carne não. Ele (habitualmente) come/comerá peixe’

CP: ‘Na coresma os brancos não comem carne. Comem peixe’

Diante destes e de outros exemplos apresentados na *Obra Nova*, cremos não ser possível argumentar que Costa Peixoto tenha uma perspectiva unilateral voltada para o poder colonial, mas sim que, pelo menos no que diz respeito ao glossário e aos diálogos que compõem a *Obra Nova*, temos um retrato do mundo dos africanos escravizados em Minas Gerais, retrato este perpassado pela alteridade (LIMA, 2018), com a visão do povo

negro explicitada – também em sua gramática, como veremos adiante –, embora também vejamos algumas poucas notas de oposição do mundo branco vs. mundo negro, como na já citada passagem em que são censuradas as expressões de xingamento, não adequadas à “pulícia” da língua europeia.

Porém, não desejando correr o risco de individualizar a figura de Costa Peixoto, como o parece fazer Araújo (2013), que o interpreta como um homem não afeito à riqueza do ouro, descrevendo-o quase como um antropólogo *avant la lettre*, ousamos pensar o autor/personagem da *Obra Nova* a partir da perspectiva histórica discutida neste capítulo, ou seja, como um arquétipo do desclassificado do ouro, do homem branco pobre que, não tendo acesso ao poder econômico e político, viveu em meio à camada intermediária existente entre os senhores e os escravizados, nas relações interétnicas, na sociabilidade com os escravizados e pessoas livres de pouca e/ou nenhuma posse. Além disso, pensar em Costa Peixoto enquanto arquétipo ajuda-nos a abstrair a sua figura e lembrar de que, conforme vimos no início do capítulo, os fluxos migratórios portugueses – sobretudo de minhotos – foram extremamente elevados durante o Ciclo do Ouro, para além de indivíduos pobres de outras capitanias, fazendo com que concluamos que as redes sociais de contato desses indivíduos com os africanos escravizados foi bastante forte e interligada, fato comprovado até mesmo pelos concubinatos denunciados pelas *Devassas*.

À guisa de encerramento desta seção, vemos que a literatura historiográfica e sobretudo os relatos de viajantes observam que o Ciclo do Ouro, dada a sua natureza extrativista finita e o sistema fiscalista imposto por Portugal, foi bastante efêmero, culminando no desmantelamento de alguns empreendimentos, no crescimento de uma massa pobre livre – com a alforria dos escravizados, por exemplo –, no nascimento de uma economia de subsistência, na decadência dos núcleos urbanos outrora pujantes e também numa onda migratória para as capitanias vizinhas, pois, uma vez esgotadas as fontes de riqueza, aqueles que haviam sido bem sucedidos, iam aproveitar ou empregar seus lucros em outras localidades:

As minas que produziram imensas riquezas, gradualmente se tornaram menos abundantes; à medida que o ouro desaparecia, muitos mineiros se retiravam; alguns voltavam à mãe pátria, carregados de riquezas, que tentavam novos aventureiros; muitos foram para o Rio de Janeiro e outras cidades marítimas, onde empregaram seus grandes capitais no comércio. (MAWE, 1944: 177)

Deste modo, o centro do poder econômico do século XVIII ficou nas seguintes condições descritas pelo viajante inglês John Mawe, que percorreu o interior do Brasil entre 1808-1809:

Vila Rica conserva hoje apenas uma sombra do antigo esplendor. Seus habitantes, com exceção dos lojistas, estão sem trabalho, desprezam a bela região que os cerca, que, devidamente cultivada, os recompensaria amplamente da parte das riquezas que seus antepassados arrancaram do seu âmago. A educação, hábitos, preconceitos hereditários os tornam inaptos para a vida ativa; sempre entregues à perspectiva de enriquecer subitamente, imaginam estar isentos da lei universal da natureza, que obriga o homem a ganhar o pão com o suor do seu rosto. Contemplando a fortuna acumulada por seus predecessores, esquecem que estes só a alcançaram pela atividade e pela perseverança, e perdem inteiramente de vista a mudança de circunstâncias [...]. Os herdeiros dos homens que, saídos do nada, atingiram a opulência, seguem raramente seu exemplo, mesmo quando treinados para isso. Como poderia, pois, um crioulo, educado na indolência e na ignorância, compreender os benefícios da vida ativa e laboriosa? Os negros constituem sua principal propriedade e ele os dirige tão mal que os lucros do trabalho dele raramente compensam as despesas de sua manutenção [...] todas as espécies de indústria estão nas mãos ou dos mulatos ou dos negros; estas duas classes de homens parecem exceder em inteligência a seus senhores, porque fazem melhor uso dessa faculdade. (MAWE, 1944: 177)

O relato de Mawe traz muitos elementos relevantes para nossa reflexão acerca da economia da mineração e, sobretudo, acerca de suas consequências. Primeiramente, o cenário apresentado pelo viajante mostra que aquela região outrora densamente habitada passa a ser abandonada depois do fim do período áureo de crescimento econômico, de modo que, certamente, muito daquela população forjada na ecologia de contato mineiro pode ter migrado, levando os impactos sociais e linguísticos dessa história. O fato de Mawe se referir aos moradores da região como crioulos, ainda que de maneira discriminatória, dá conta de que aqueles indivíduos eram frutos das relações interétnicas características daquela ecologia. Finalmente, corroborando algumas referências historiográficas aqui citadas, Mawe relata o papel dos africanos escravizados na condução de algumas atividades econômicas da região, mesmo após a decadência da mineração, sugerindo que eles continuaram ampliando suas redes sociais de comunicação. A fim de completar os elementos centrais para a composição de uma História Linguística do Ciclo

do Ouro, passamos agora à tarefa de explicar quem eram os africanos escravizados participantes dessa ecologia.

3.2. Notas sobre os africanos escravizados do Ciclo do Ouro: uma diáspora Gbe

Conforme dissemos no capítulo 01, uma das premissas centrais para a elaboração de uma História Linguística, tal como propomos neste trabalho, diz respeito à busca pelo conhecimento dos povos e das línguas africanas que formataram a ecologia de contato por nós privilegiada, qual seja, a das Minas Gerais do século XVIII. Por esta razão, voltando a Bonvini (2008, p. 26), vemos que, ao longo do século XVIII, predominou o comércio de africanos escravizados oriundos da Costa da Mina. A capitania de Minas Gerais recebia os africanos escravizados através da Bahia, cujos comerciantes tinham bastante êxito na negociação de tabaco junto à África Ocidental (REZENDE, 2006).

Segundo Parés (2018a, p. 77), por África Ocidental, podemos entender uma vasta área geográfica, que vai desde o Senegal até o Gabão, localidade esta de onde vieram 25% dos africanos escravizados trazidos para o Brasil, contra 75% oriundos da África Centro-Ocidental (Congo-Angola) e da costa Leste (Moçambique). Entretanto, considerando apenas o caso de Minas Gerais, por exemplo, no ano de 1718, predominavam os chamados negros minas (56,88%), imediatamente seguidos pelos escravos oriundos da África Centro-Ocidental e Oriental, mormente os chamados angolas e benguelas.

É importante dizer que a escolha das origens dos escravizados não era aleatória, pois, segundo Lara (1999, p. 682), até mesmo pela larga experiência de contato que os portugueses já possuíam com os africanos, havia, por parte dos senhores, um conhecimento a respeito da diversidade étnica daqueles povos e também de suas implicações para a execução das atividades econômicas pretendidas. A esse respeito, Castro (2002) afirma que a escolha dos negros Mina teria sido intencionalmente realizada pelos dirigentes coloniais, dada a existência de mineração e de técnicas a ela associadas na região africana da qual vinham os cativos^{18,19}, fato este também sugerido no seguinte trecho de uma correspondência trocada entre o Governo do Rio de Janeiro e o Conselho

¹⁸ Segundo Carrato (1968), o trabalho de mineração fazia do escravo africano um técnico, essencial para aquela atividade econômica.

¹⁹ Vale dizer que Castro (2002, p. 50) também afirma, com base em Viana Filho (1946), que os africanos ocidentais eram preferidos naquela época devido à maior rapidez na travessia do Atlântico.

Ultramarino em 1725-1728, na qual se discutia qual etnia seria a mais ideal para o trabalho das lavras de pedras preciosas, evitando-se, também, as possíveis revoltas:

Os negros mina são os de maior reputação para aquele trabalho, dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos, mas eu entendo que adquiriram aquela reputação por serem tidos por feiticeiros e têm introduzido o diabo que só eles descobrem ouro e pela mesma causa não há mineiro que possa viver sem uma negra mina, dizendo que só com elas têm fortuna; mas para evitar as sublevações que se temem não me ocorre meio mais eficaz que o mesmo que mostrou a experiência no caso presente, remediando-se aquela sublevação com as diferenças das nações (Parecer do Conselho Ultramarino de 18 de setembro de 1728 apud LARA, 1999: 682).

Neste ponto, julgamos importante lembrar que Costa Peixoto chamou a língua falada pelos africanos escravizados com os quais ele teve contato de “língua mina” (1731) e “língua geral de Mina” (1741), o que nos leva, conseqüentemente, à comparação com o etnônimo ‘mina’ utilizado para fazer referência aos africanos presentes em algumas regiões do Brasil, principalmente a partir do século XVIII. Deste modo, a fim de esclarecer melhor esse termo, na subseção seguinte, procuraremos mostrar quem eram esses indivíduos desde a África, bem como as suas formas de organização no Brasil escravista.

3.2.1. Contatos e conflitos na Costa da Mina

Segundo descrevem Luna e Klein (2010), o domínio sobre povos adversários era comum na África antes do período de colonização europeia, compondo sua economia local. Havia, por exemplo, caravanas de comércio pelo Saara, nas quais cativos eram vendidos, além do próprio comércio interno entre os diferentes reinos e também o comércio no Mediterrâneo, praticado desde a época pré-romana. Os cativos eram oriundos de diferentes fontes e situações: escravos de guerra; escravos por dívidas²⁰; e escravos dados como tributos pelos povos dependentes de um reino mais poderoso. Neste sentido, as práticas escravistas locais já configuravam uma sociedade marcada por intensos movimentos populacionais, por guerras e por contatos interétnicos. A emergência do Tráfico Transatlântico, entretanto, potencializou vertiginosamente o

²⁰ A esse respeito, Law (2002) menciona que, na Costa dos Escravos, havia casos de famílias inteiras escravizadas devido ao não pagamento de débitos e também por crimes praticados contra outros reinos.

escravismo mercantil na África (LUNA E KLEIN 2010), levando, durante pelo menos quatro séculos, à migração forçada de milhões de negros escravizados, sobretudo para as colônias estabelecidas no chamado Novo Mundo, ocasionando o contato mais acentuado com outras línguas e culturas.

Segundo Aboh (2015a), nos séculos XVI-XVIII, a escravidão africana fazia parte de um sistema econômico global. A esse respeito, pode-se observar que os movimentos populacionais de negros escravizados, que caracterizaram o tráfico atlântico, foram condicionados pelas atividades econômicas das colônias europeias estabelecidas no Novo Mundo, como, por exemplo, a empresa açucareira. Além disso, é preciso dizer que os primeiros mapas da África nomeavam as regiões costeiras com títulos que remetiam às suas potencialidades econômicas, tais como: Costa do Ouro, Costa dos Escravos, Costa da Seda, Costa do Marfim (ABOH, 2015a, p.19), fato este característico das colônias de *trade*, como podemos ver no seguinte mapa, que destaca a Costa da Mina:

Figura 1 - Mapa da Costa da Mina

Fonte: <http://www.costadamina.ufba.br/>

De acordo com Parés (2018a, p. 78), os portugueses estabeleceram um tráfico mais intenso justamente com a Costa da Mina, no litoral que ia desde o castelo de São Jorge da Mina (no atual Gana) até o rio Lagos (na atual Nigéria), com destaque para a Costa dos Escravos, parte oriental da região, que compreendia o espaço entre o rio Volta e o rio Lagos²¹. Segundo Law (1994, p. 59), a denominação Costa dos Escravos se deve ao papel central que esta região desempenhou entre os séculos XVI e XVIII, configurando-se como a principal supridora de escravos para o tráfico atlântico. O reino de Alada era, à época, o estado africano mais poderoso daquela região, e teve uma importância fundamental no tipo de comércio que lá se estabeleceu. Conforme veremos adiante, a forma como Alada se organizava em relação à escravidão estruturava a região como um grande entreposto comercial voltado ao estabelecimento de colônias europeias de exploração na costa africana. Como exemplos, podemos nos referir à construção, em 1482, de uma feitoria portuguesa na região da atual cidade de Elmina (Gana), o já citado Forte de São Jorge da Mina, que funcionava como um entreposto de manutenção e

²¹ A esse respeito, vale destacar que Aboh e Smith (2015, p. 45) relatam que os principais portos significativos para o tráfico de escravizados, no século XVIII, estavam localizados na Costa dos Escravos, ao Oriente da área de fala Gbe, como Jeken e Uidá, por exemplo.

exportação de escravos (FERNANDES, 2012), e também à construção do Forte de Uidá, em 1721, que teria feito crescer o tráfico na região do Golfo do Benim (CASTRO, 2005). Segundo Parés (2018a, p. 78), aproximadamente 74% dos africanos ocidentais aportados no Brasil eram oriundos da Costa da Mina.

Conforme atestam alguns documentos históricos, o reino de Alada já estava bem estabelecido na política interna da África, mesmo antes dos primeiros contatos com os europeus, ocorridos na deflagração do tráfico atlântico. Nesse período, a documentação sugere que o rei de Alada estabelecia relações diplomáticas com outros reinos africanos e também já era conhecido pelos europeus, denotando, assim, a sua importância sociopolítica (ABOH, 2015a). A esse respeito, Aboh (2015a) destaca a publicação, em 1658, do catecismo *La Doctrina Christiana*, um catecismo bilíngue em ardra – a língua de Alada – e espanhol, o qual teria sido escrito por missionários espanhóis, à época, estabelecidos na região. Este catecismo é um dos documentos mais antigos escritos numa língua Gbe e também é um indício das relações diplomáticas estabelecidas entre o reino de Alada e a Espanha. De acordo com Fernandes (2012), o catecismo seria um dos frutos do pedido que, em 1658, Toxonu, rei de Alada, teria feito ao rei Felipe IV da Espanha, enviando-lhe um mensageiro e um intérprete, a fim de solicitar missionários para o reino africano, quando, na verdade, seu interesse recaía sobre o estabelecimento e fortalecimento das relações comerciais, sobretudo aquelas relativas ao comércio de escravos.

Por estar localizado em uma região geograficamente privilegiada, isto é, nas proximidades da costa ocidental africana, Alada era um reino muito próspero, integrado tanto no comércio regional quanto no comércio transatlântico. Durante os séculos XVI-XVIII, sua economia se desenvolveu estruturada sobretudo em dois eixos: a economia local e a economia escravista (ABOH, 2015a). No que se refere ao comércio local, o reino de Alada negociava uma série de produtos agrícolas, os quais, segundo Aboh (2015a), faziam parte do esforço do rei de fazer a sua costa atrativa para os navios estrangeiros que lá aportavam. No que se refere à economia escravista, vale dizer que o reino de Alada praticava a venda de escravos desde 1574 e, dado o seu poder centralizado, controlava grande parte dos mais importantes portos da costa, onde os europeus praticavam suas relações comerciais e, por vezes, se estabeleciam.

É importante dizer que o tráfico de escravos em Alada tinha uma especificidade sociopolítica. Diferentemente da situação da África Centro-Occidental, onde o tráfico era

gerido pelos próprios portugueses, os quais podiam capturar escravos até 700 milhas de distância da costa (cf. BONVINI, 2008), em Alada a administração desse comércio ficava a cargo do próprio rei local, o qual subordinava os reinos satélites aos seus planos econômicos, isto é, fazendo-os alimentar o tráfico. Conforme veremos adiante, essa característica terá importantes consequências, como a homogeneidade etnolinguística dos africanos oriundos da África Ocidental.

Um aspecto relevante, levantado por Law (2002) é que, embora fosse uma região formada por diferentes estados discretos, politicamente independentes e, por assim dizer, até antagônicos, a Costa dos Escravos foi tomada como uma unidade pelos atores do tráfico atlântico, devido às atividades comerciais lá praticadas. Ora, com o aumento das negociações com as potências europeias, certamente Alada sobrepujou seu domínio sobre os reinos satélites, gerando uma série de movimentos populacionais para a costa, resultando, por fim, em contatos interétnicos. Neste sentido, numa perspectiva ecológica, observamos que o tráfico atlântico provocou uma reorganização da região, ocasionando a mistura entre diferentes povos. Porém, a literatura também mostra que, em meio a essas diferenças políticas, os povos daquela região tinham uma mesma raiz étnica, fato perceptível a partir de alguns aspetos da história do reino de Alada.

Segundo relatam Aboh e Smith (2015, p. 45), sabe-se muito pouco dos movimentos populacionais dos povos aqui tratados antes que eles estabelecessem o reino Tado, nas proximidades do rio Mono, entre os atuais Benim e Nigéria. Entretanto, relatos oriundos da tradição oral indicam que esses povos, os Aja, teriam originalmente saído do antigo império Oyo, no sul da atual Nigéria, passando também pelo reino de Ketu, localizado no atual Benim. Em Tado, os Aja compuseram um grupo étnico, cultural e linguístico denominado Aja-Tado, o qual, posteriormente, dividiu-se em uma série de reinos menores, relativamente independentes, tais como Alada e Daomé, por exemplo. Com base na literatura historiográfica africanista, Aboh e Smith (2015, p. 46) afirmam que as primeiras grandes migrações para fora dos limites de Tado se deram entre os séculos XIV e XV, em direção ao oriente do rio Mono, dando origem a novos agrupamentos, ainda assim, subordinados ao domínio do reino Tado. Algumas das motivações para esses movimentos migratórios eram as disputas pelo poder local, como foi o caso do clã Agasuvi: tendo Agasu se casado com uma das princesas de Aja-Tado, um de seus descendentes desejou assumir o trono, após a morte do rei. Porém, a demanda dos Agasuvi não surtiu efeito, visto que somente os descendentes de príncipes homens

podiam compor a linha sucessória. Assim, os Agasuvi deixaram Tado, unindo-se, posteriormente, aos já migrados Ayizo, dando origem a Alada (ABOH E SMITH, 2015, p. 47). Sob a influência do clã Agasuvi, Alada se transformou em um reino muito próspero e poderoso. No início do século XVII, ocorreu uma cisão no interior do clã Agasuvi, fazendo com que um clã de dissidentes migrasse para a região de Danme, fundando o reino do Daomé (ABOH E SMITH, 2015, p. 48). Vemos, assim, que os reinos da Costa da Mina, sobretudo os da Costa dos Escravos, nasceram sob as mesmas matrizes étnicas, mas em contatos com diferentes povos, ao longo de seus fluxos migratórios.

Naturalmente, a homogeneidade étnica dos povos habitantes da Costa dos Escravos também é traduzida em termos de homogeneidade linguística, fato de extrema relevância para a interpretação do tráfico de escravos realizado na região, tal qual reconhecido pela literatura historiográfica. Segundo Eltis (2011), por exemplo, até 1725, a maior parte dos escravos traficados na costa ocidental da África eram falantes de línguas Gbe. Law (2002) também constata que a atuação dos colonizadores europeus sobre Costa dos Escravos coincidiu com a zona geográfica ocupada por falantes de línguas Gbe. Tais observações se coadunam com a proposta de Aboh (2015a), segundo a qual os reinos surgidos a partir da expansão Aja, os quais se espalharam ao longo da costa do Golfo da Guiné, fizeram com que línguas relacionadas emergissem. Algumas dessas línguas foram reconstruídas por Capo (1991) como pertencentes ao conjunto das línguas Gbe, tais como: ewe, xwla, gen, aja e fon.

Capo (1991) utiliza o termo Gbe para designar um cluster dialetal do grupo Kwa (família Nigero-Congolesa), do oeste da África, cujas línguas são faladas desde a Nigéria até Gana. Segundo o autor, a literatura mostra que muitos nomes já foram atribuídos a esse conjunto de línguas, inclusive alguns nomes compostos – como, por exemplo, ‘Ewe-Fon’, ‘Fon-Ewe’, ‘Adja-Tado’ –, pois o debate, muitas vezes, surgia da necessidade que os pesquisadores tinham de atender aos argumentos dos falantes, os quais defendiam a maior relevância de seu dialeto em detrimento dos outros, ou mesmo da necessidade da criação de um termo guarda-chuva, que englobasse todas as variantes envolvidas, com suas semelhanças e diferenças. Além disso, Capo (1991) acrescenta que, ao serem interrogados a respeito da língua que falam, muitos falantes das comunidades de fala Gbe respondem com o nome de seus dialetos. Entretanto, quando são questionados com insistência, recorrem a termos gerais, como ‘Vhe’, ‘Fon’ e ‘Aja’.

Diante desse cenário de indefinições, o trabalho proposto por Capo (1991) e por outros linguistas reunidos no 14º *West African Languages Congress* vai no sentido de circunscrever a discussão no terreno dos aspectos estritamente linguísticos, argumentando a favor da unidade genética Gbe. Neste sentido, a proposta de Capo (1991) consiste na reconstrução das possíveis formas iniciais do proto-Gbe e no estabelecimento das regras que induziram às modificações. É por esta razão que os cinco grandes ramos de línguas Gbe definidos pelo autor – a saber: Ewe, Gen, Ajá, Fon e Phla-Phéra –, são agrupados de acordo com o compartilhamento de mudanças fonológicas a partir do proto-Gbe. Deste modo, trabalhos como o de Capo (1991) reforçam a ideia de que a região aqui focalizada é ocupada por povos que, mesmo pertencentes a grupos, por assim dizer, rivais, falam línguas muito próximas, situação que, conforme sugerimos, se configurava da mesma maneira no período que aqui exploramos.

Não obstante a homogeneidade da área de fala Kwa/Gbe em relação a outras regiões da África, convém destacar que uma língua Kwa do extremo Ocidente, como o akan (língua falada no Gana), é ininteligível para um falante de uma língua do extremo Oriente, como o ioruba (uma língua da Nigéria). Neste sentido, em nosso trabalho de identificar o grupo de africanos escravizados levados para o Ciclo do Ouro, temos de, à luz das pesquisas historiográficas, verificar os locais de onde saíam aqueles cativos, a fim de discutir se o cenário da escravidão em Minas Gerais era o de homogeneidade etnolinguística, ou, por outro lado, se era um cenário de ininteligibilidade entre a massa de escravizados, tese tão difundida em trabalhos históricos (cf. LIMA, 2018 para uma perspectiva crítica).

Conforme já dissemos anteriormente, nos séculos XVII e XVIII, os principais portos de captura de africanos escravizados na região aqui estudada ficavam na parte oriental da Costa dos Escravos (ABOH E SMITH, 2015, p. 45; PARÉS 2018a, p. 78), todos, inicialmente, sob o controle do reino de Alada. Os dados documentais coligidos por Law (2002) mostram que havia uma rede de comércio de escravos que articulava o interior com a região costeira. Neste sentido, os africanos comercializados em Alada e Uidá (um dos reinos satélites) eram oriundos de regiões desde o Popó Grande até Apa, áreas que, conforme ilustra o mapa em (2), ficavam a oeste e leste da Costa dos Escravos, adentrando já a Costa do Ouro. Além disso, embora Alada figurasse como o maior supridor de cativos para os portos de Uidá, Offra, os dados apresentados por Law (2002) mostram que eles eram capturados em regiões mais interioranas. Segundo Law (2002),

os mercadores de Uidá, por exemplo, em 1720, viajavam uma distância de 80 milhas da costa, até o reino Fon ou Daomé, a fim de buscar escravos.

Figura 2: Mapa dos portos da Costa dos Escravos (Séc. XVII-XVIII)

Fonte: <http://www.costadamina.ufba.br/>

Contudo, o crescimento do tráfico gerou uma série de conflitos pelo controle dos negócios, deflagrando um clima de instabilidade política na região, gerando, como consequências, muitos movimentos populacionais e o fortalecimento do reino do Daomé (ABOH E SMITH, 2015, p. 48-49). Tradicionalmente conhecido como o reino Fon, o reino do Daomé era, originalmente, uma província política e economicamente subordinada a Alada (LAW, 2002). Entretanto, o estado daomeano era caracterizado pela participação ativa nas guerras expansionistas, através das quais acabavam por conquistar os territórios de muitos povos vizinhos (ABOH, 2015a). Além disso, segundo Law (2002), durante o século XVIII, os daomeanos eram conhecidos pelos ataques que faziam contra caravanas de negociantes, sobretudo negociantes de escravos.

De acordo com Law (2002), é por volta de 1717 que o reino do Daomé, movido por sua ideologia expansionista, começa a investir contra Alada, que passava por disputas internas com os reinos satélites, pois, não obstante suas divisões e conflitos, Alada colocava a atividade econômica acima do controle e do poder militar (ABOH, 2015a).

Deste modo, em 1724, Alada é finalmente suplantado pelo reino do Daomé. Além disso, segundo Aboh e Smith (2015, p. 49-50), juntamente com sua política de expansão, os daomeanos traziam uma política linguística, que consistia na imposição do fongbe sobre os povos vencidos, fato ocorrido nas cidades centrais de Alada e Uidá (ABOH E SMITH, 2015, p. 52).

O impacto dessa conquista sobre o tráfico de escravos é um tema controverso na literatura, pois alguns autores sugerem que o rei do Daomé teria contribuído para o enfraquecimento das trocas comerciais, ao passo que outros afirmam o contrário, dizendo que a conquista do rei daomeano teria sido realizada justamente com o objetivo de tomar parte na economia escravista. A esse respeito, Law (2002) faz referência a uma carta que Agaja (rei do Daomé) teria enviado a George I (rei da Inglaterra), na qual o primeiro manifestava o seu interesse em negociar diretamente com os europeus, abrindo mão dos intermediários da costa. Por esta razão, o rei daomeano reclamava que os responsáveis pelo tráfico em Alada, Jakin e Uidá – os quais, antes da conquista de 1724, eram muito poderosos – não permitiam que eles entrassem diretamente nas negociações.

Deste modo, o reino do Daomé passou a controlar os dois principais portos de comércio com os europeus, qual seja, Ghehué e Jakin (cf. mapa – Figura 2). De acordo com Law (2002), inicialmente, algumas potências europeias julgaram que o domínio daomeano sobre os portos da costa promoveria seus negócios. Outras, entretanto, julgaram que a alteração sócio-política acabou por trazer impactos negativos, como a destruição de mercados previamente estabelecidos e também a insegurança trazida para algumas rotas, rompendo, em alguma medida, o suprimento de escravos oriundos do interior. Isso porque, de acordo com Aboh e Smith (2015, p. 49), era comum que os reinos mais poderosos instalassem barreiras nas rotas de tráfico, a fim de prejudicar a economia dos reinos inimigos. Neste sentido, estando o Daomé ao norte de Alada, sua dominação e controle do tráfico parece ter sido descendente, compreendendo as regiões mais costeiras anteriormente controladas por Alada, tendo como limite a capital Agbomey. Tal fronteira geográfica também representou uma fronteira de natureza cultural e linguística, circunscrevendo o tráfico aos povos de descendência Aja – lembremos da origem comum Aja-Tado.

De acordo com Aboh (2015a, p. 40), os povos Aja compartilham uma série de traços culturais. Um deles, de natureza religiosa, seria o culto à divindade Afa, uma variante do culto a Ifá, na cosmovisão yoruba. Outro ponto em comum entre esses povos

seria a adoção de um calendário semanal de quatro dias, baseado no culto aos ancestrais e nas atividades agrícolas. Finalmente, haveria também a comum adoção da circuncisão por parte desses povos. Também chamam a atenção algumas semelhanças do ponto de vista linguístico, tais como estas apresentadas abaixo²²:

- Similaridade entre as raízes lexicais;
- Em geral, morfologia isolante;
- Raízes verbais monossilábicas, que podem ser reduplicadas em alguns processos gramaticais;
- A seguinte ordem de palavras no âmbito do sintagma nominal: Nome > adjetivo > numeral > demonstrativo > determinante > marcador de número;
- Ausência de concordância entre o nome e seus modificadores;
- Existência de preposições e locativos pós-nominais;
- Ordem de palavras básica Sujeito-Verbo-Objeto, que pode ser modificada em alguns contextos sintáticos. (ABOH 2015a, p. 42-44)

Não obstante o conjunto de similaridades gramaticais apresentadas tenha sido formulado à luz da gramática das línguas Gbe modernas, Aboh (2015a, p. 48) argumenta que um quadro semelhante ocorreria na época do tráfico transatlântico na Costa dos Escravos, fato perceptível em dois documentos sobre as línguas Gbe produzidos naquele momento histórico: o já citado catecismo *La Doctrina Christiana* (1658) e *La Grammaire Abrégée* (1730), que exemplificam variedades Gbe faladas nos séculos XVII e XVIII. Nesses documentos, Aboh (2015a) identifica não só raízes lexicais semelhantes, mas também padrões sintáticos, como na formação de sentenças interrogativas, marcação de Foco, estruturas de serialização verbal etc.

Nesta tese, mostraremos que o documento escrito por Costa Peixoto também permite atestar estas e outras propriedades das línguas Gbe, evidenciando que os africanos escravizados da ecologia do Ciclo do Ouro eram oriundos dessa história que começou na Costa dos Escravos. Por esta razão, na próxima seção, tratamos de como esses indivíduos foram organizados no Brasil, como estabeleceram suas redes sociais e como foram percebidos, tanto pelo poder colonial quanto no interior de seus próprios grupos.

²² Outras características linguísticas relevantes serão apresentadas no capítulo 05.

3.3. O Ciclo do Ouro: falantes Gbe numa ecologia de contato multilinguístico

De acordo com Parés (2018a, p.78-9), os africanos escravizados ocidentais trazidos para o Brasil tinham como principais destinos a Bahia (75,6%), o Pernambuco (11,4%) e o Maranhão (8,2%)²³. No entanto, com o advento da mineração, no início do século XVIII, grande parte do contingente que chegava à Bahia era enviado para as Minas Gerais, devido às questões econômicas tratadas na primeira seção deste capítulo. Um termo bastante relevante neste período é o termo ‘mina’, que consta, inclusive, no nome da variedade linguística apresentada por Costa Peixoto. A interpretação do termo deve ser feita de maneira bastante cuidadosa, pois, segundo Parés (2007, p. 23), esses conceitos são revestidos de historicidade, uma vez que, ao longo do tempo, o significado das categorias podia ser modificado devido a diferentes razões, tais como: alianças matrimoniais, guerras, escravidão, apropriação de práticas religiosas, mudanças políticas. Outro fator complicador é que, geralmente, muitas das denominações das nações africanas eram dadas por agentes externos, levando a categorizações generalizantes sobre povos por vezes heterogêneos (PARÉS, 2007, p. 24).

Os nomes dados às nações africanas no contexto do tráfico transatlântico tinham diversas origens e motivações, como os portos de embarque, etnias etc., e eram utilizados pelos traficantes como uma forma de organizar aquela atividade econômica. Por vezes, os termos utilizados para fazer referência aos africanos escravizados já eram utilizados na África – como era o caso dos termos ‘jeje’ e ‘nagô’ –, mas, no âmbito da colônia, eram expandidos e passavam a abarcar indivíduos que pertenciam a grupos diferentes (PARÉS 2007, p. 24-25). No caso específico do termo ‘mina’, Parés (2018a, p.79) relata que, inicialmente designava apenas os africanos escravizados capturados no castelo de São Jorge da Mina, posteriormente, passa a se referir a todos os cativos oriundos da Costa da Mina e, por fim, acaba se tornando uma palavra popularmente utilizada para a identificação dos “africanos ocidentais” no Brasil. O autor faz questão de frisar que o termo ‘mina’ não designava propriamente a origem étnica dos africanos escravizados, e sim o seu ponto de partida na África. Argumento semelhante é defendido por Castro

²³ É interessante observar que é justamente nos locais onde o autor atesta a maior presença de africanos ocidentais que são encontrados documentos ou outros tipos de indícios da existência de línguas ou outros elementos culturais dos povos Kwa/Gbe. Em relação à Bahia, por exemplo, podemos nos referir aos relatos feitos por Rodrigues (2004[1933]) sobre línguas africanas faladas em Salvador; no que diz respeito ao Pernambuco, lembremos que Yai (1997) afirma ter lá existido um *Vocabulario Nago*, aparentemente, uma variedade do ioruba; no Maranhão, há a forte tradição do tambor de mina (cf. PARÉS 2018b); e, por fim, em Minas Gerais, há os documentos que Costa Peixoto escreveu sobre a LGM.

(2002, p. 53), que, ancorando-se Rodrigues (1933), mostra que o termo ‘mina’ era utilizado como um gentílico bastante genérico, dado que, no Maranhão, os africanos faziam uma distinção entre os minas santés, originários do Gana, e os minas-popos, oriundos do atual Benim. Neste sentido, o termo ‘mina’ consistia numa denominação metaétnica (PARÉS, 2007, p. 26), que abarcava uma série de indivíduos de etnias distintas traficadas na Costa da Mina. Soares (2002, p. 60) também chama a atenção para esta problemática, visto que, no contexto da diáspora, o termo ‘mina’ assumiu uma notável plasticidade, de modo que o mina do Rio de Janeiro, no século XVIII, não era, necessariamente, o mesmo mina do Pernambuco ou do Maranhão, e até o mina do século XIX não seria o mesmo mina do século XVIII.

Não negamos a complexidade dessas questões e nem que a mistura étnica tenha ocorrido – e ela ocorreu, sobretudo no Brasil. Porém, levando em consideração a nossa discussão a respeito de como Alada e Daomé gerenciavam o tráfico de escravos – isto é, de forma centralizada –, cremos que é possível dizer que, pelo menos num primeiro momento, as etnias atingidas pelo ciclo da Costa da Mina eram relacionadas étnica e linguisticamente. Tentaremos abordar esta questão, fazendo menção a ecologias não diretamente relacionadas ao Ciclo do Ouro, mas que, de alguma maneira, dão uma dimensão da consistência da presença Gbe no Brasil. Cremos que isso nos auxiliará na análise da LGM.

Um ponto importante nesta discussão diz respeito às reflexões de Castro (2002) sobre a influência dos povos de origem Gbe na constituição de alguns aspectos das tradições religiosas afro-brasileiras. Segundo a autora, a referência aos povos Gbe aparece na documentação já no século XVII, quando, em um relatório, o comandante Henrique Dias menciona a presença de “minas e ardras” em seu batalhão, envolvidos na expulsão dos holandeses de Pernambuco (CASTRO, 2002, p.50). No início do século XVIII, há documentos que indicam a presença de minas e jejes na Bahia e no Maranhão, locais onde, conforme já vimos, as manifestações religiosas indicam uma forte influência Gbe, descrita da seguinte maneira pela autora:

As evidências linguísticas encontradas até agora não deixam dúvidas quanto às raízes daomeanas da sua estrutura conventual e litúrgica, apoiadas em um sistema lexical de base fon, muito embora não devemos esquecer que fon, gun e mahi são línguas muito próximas e de que seus falantes costumavam incorporar ao seu panteão divindades pertencentes a povos vizinhos,

principalmente por eles conquistados por expedições guerreiras, como foi o caso do povo fon que adotou o culto a Xapatá, vodum da varíola, de provável origem mahi (cf. Verger, 1953: 159). No Maranhão, essa influência ewe-fon ainda se encontra nos ritos agrícolas da colheita do inhame (cf. Valente, 1969; Ferreti, 1985) e, de maneira muito evidente, na relação histórica e lendária da Casa das Minas com a família real do Daomé, cultuando, entre outros, os voduns reais Zomadonu, Agongono. Também, na constituição da orquestra cerimonial, à semelhança dos candomblés da Bahia, formada pelos tambores sagrados rum e rumpli, percutidos com aguidavis pelo runtó e acompanhados pelo gantó [...] (CASTRO, 2002, p. 51)

Ainda tratando da influência Gbe no campo das tradições religiosas, Parés (2018b, p.82-3) relata que os africanos ocidentais estão na base não só do Candomblé da Bahia e do Tambor de Mina do Maranhão, mas também da tradição Xangô, no Pernambuco. Castro (2002, p. 56) mostra que, para além das divindades e demais tradições culturais, também haveria palavras de origem Gbe na linguagem litúrgica afro-brasileira – palavras, inclusive, presentes no manuscrito de Costa Peixoto:

(3) Equivalências lexicais entre o fongbe, a Língua de Santo e a LGM (CP) (Adaptado de CASTRO, 2002, p. 56)

Fon	LS/PB	CP
<i>àgbadé</i> , milho	abade	abadê
<i>àgbã</i> , prato	abã	abam
<i>a(gbo)</i> , carneiro	abô	lembo
<i>Legbá</i> , demônio	Leba	Leba ²⁴

No que diz respeito a este último aspecto, é importante dizer que a o tratamento gramatical da LGM nos mostra que a variedade africana apresentada por Costa Peixoto apresenta os traços morfossintáticos característicos das línguas Gbe, tais como discutidos na literatura especializada: estruturas de serialização verbal; marcadores pré-verbais para codificar tempo, modo e aspecto; verbos de complementação inerente; entre outros (cf. ABOH, 2004; ABOH E ESSEGBEY, 2010; AMEKA, 2010; entre outros).

²⁴ Em relação à palavra *Legbá*, Castro (2002, p. 56-57) afirma haver a pronúncia “Légua”, no Maranhão, pronúncia esta que, segundo ela, teria sido encontrada pelo africanista Delafosse (1894) entre mulheres e crianças daomeanas.

Entretanto, conforme ilustram os documentos e uma série de pesquisas historiográficas, os povos falantes de Gbe não permaneceram isolados no contexto da diáspora, nem mesmo em Minas Gerais, onde, tal qual vimos, eles foram majoritariamente empregados, devido à natureza da atividade econômica. Com efeito, o Brasil colonial e, também o Ciclo do Ouro, foi caracterizado por uma ecologia multiétnica e, certamente, multilinguística.

O próprio manuscrito de Costa Peixoto dá uma dimensão dessa ecologia de contato nas Minas Gerais. É o que mostra Castro (2002, p.113), que, ao observar os apelativos utilizados pelos informantes da *Obra Nova*, argumenta que os termos demonstrariam as diferentes etnias de africanos escravizados que, naquela época, habitavam na região das Minas: *gamlimno*, *còbú*, *guno* e *aglonno*. Segundo a autora, existiriam ainda apelativos que aqueles africanos informantes utilizavam para fazer referência a indivíduos não pertencentes às já citadas etnias, como, por exemplo, os *melandutó* (nome dado aos indígenas), os *bõbi* (filhos de brancos), os *vigidòdé* (os crioulos, filhos da terra) etc. (CASTRO, 2002, p.113-114).

No que diz respeito às etnias africanas, Castro (2002, p.131) relata que, no contexto da *Obra Nova*, o termo '*còbù*' (derivado de *kòvenù*) seria utilizado para fazer referência à região de Agonli-Cové, no Benim meridional, uma região habitada pelos povos mahi, citados com frequência na documentação sobre a escravidão mineira. De acordo com Soares (2002, p. 80), os mahis eram povos que habitavam uma região ao norte do reino do Daomé, com qual eles viviam sempre em conflito. Como o povo mahi vivia em uma alternante relação de confrontos e alianças políticas com seus vizinhos de tradição ioruba, o território por eles habitado emergiu marcado pelos contatos multiétnicos e multilinguísticos (SOARES, 2019, p.129). Já no contexto da diáspora, os mahis, nesta configuração múltipla (embora de natureza Kwa/Gbe), eram prisioneiros de guerra dos daomeanos e, por esta razão, fizeram parte do contingente de africanos ocidentais escravizados levados para Salvador, Rio de Janeiro e Minas Gerais (SOARES, 2002, p.68-9).

Castro (2002, p.145-6) também destaca o etnônimo *guno*, o qual seria utilizado, na *Obra Nova*, para denominar os povos gun, oriundos do antigo reino de Xogbónu, situado no cone Sul do atual Benim, fazendo fronteira com os ioruba da Nigéria. Segundo a autora, estes indivíduos, atualmente falantes de gungbe, seriam descendentes da já aqui

discutida cultura Adja-Tado, constituída de elementos de origem Gbe e Ioruba. Embora afirme, corretamente, que o gungbe é uma língua muito próxima do fongbe – língua que, na perspectiva de Castro (2002), foi a variedade descrita por Costa Peixoto (1741) –, a autora sugere que a presença dos gun em Minas Gerais pode ser atestada pela existência de palavras iniciadas com o morfema /-o/, característico do gungbe²⁵:

[...] Como esse morfema foi registrado em palavras dos vocabulários “jeje” de Nina Rodrigues (cf. “odá, onu, odo, ôtá”) e “mina” de Costa Peixoto (cf. **ugam, ugom, uhũ**) pode-se tomar esse tipo de evidência para confirmar a presença do povo gun ou guno (< *gũnu*) na Bahia, no século XIX, e na região das Minas Gerais, a partir da primeira metade do século XVIII, ou, mais precisamente, em 1731, data do primeiro manuscrito de Costa Peixoto, que define o etnônimo como gente mina. (CASTRO 2002, p.146)

Finalmente, a autora também dá destaque ao etnônimo *aglono*, o qual teria sido utilizado para fazer referência a vários grupos etnolinguísticos Bantu (CASTRO 2002, p. 147)²⁶. Segundo ela, a presença desse etnônimo no manuscrito de Costa Peixoto poderia ser lida como uma representação das mudanças sofridas pelo tráfico transatlântico no século XVII, que deslocara-se da região do Congo para a região de Angola. Um exemplo dessa mudança poderia ser visto no cotejo entre os dois documentos escritos por Costa Peixoto, dado que, enquanto em 1731 os *Apontamentos* contavam com a palavra *cucano*, fazendo referência ao Congo, em 1741, a *Obra Nova* traria a palavra *aglono*. Fora todas estas importantes questões, a existência do apelativo *aglono* sugere que havia africanos de origem Bantu nas Minas Gerais, provavelmente, também utilizando a LGM e, possivelmente, ao lado de suas variedades nativas. Conforme observa Castro (2002), essa mistura étnica – e, por nossa conta, linguística – também foi abordada nos documentos e trabalhos historiográficos:

A presença de bantos nas áreas de mineração foi registrada por Costa Peixoto como **cucano** (1731) e **aglono** (1741), gente de Angola, e aparece, com frequência, nos documentos históricos da escravidão em Minas Gerais ao longo do século XVIII, entre eles, os de 1714 a 1740, nos quais Boxer (1963:

²⁵ Vale ressaltar que o trabalho de Aboh e Smith (2015) discute uma oposição, no âmbito Gbe Oriental, entre as línguas de tipo-Gungbe e as do tipo-Fongbe, com base justamente nas diferenças dos morfemas iniciais, analisados por eles como resquícios de um antigo sistema de classificação nominal.

²⁶ Vale destacar que a historiadora Mariza de Carvalho Soares (comunicação pessoal) tem um posicionamento distinto a respeito dessa questão. Segundo ela, a identidade Mina no Brasil foi construída como uma espécie de contraponto à identidade Angola/Congo. Neste sentido, ela argumenta que, provavelmente, o etnônimo *aglono* não estaria fazendo referência aos africanos de origem Bantu, mas a algum outro povo de extração Gbe.

161) constatou que “os minas era os mais numerosos, seguidos de perto pelos angolas e benguelas, ficando na retaguarda as categorias dos congos, loangos e moçambiques, além dos ameríndios ou carijós que durante alguns anos ocuparam o terceiro lugar”. (CASTRO 2002, p.50)

A documentação sobre uma irmandade Makii sediada no Rio Janeiro, no século XVIII, profundamente estudada pela historiadora Mariza de Carvalho Soares, também dá uma dimensão dos contatos multiétnicos que caracterizam os mina no Brasil. Por esta razão, a autora opta por considerar a denominação ‘mina’ sob o prisma do conceito de ‘grupo de procedência’ – tomado do antropólogo Fredrik Barth –, correspondendo a uma organização social abrangente, fundamentada na interação de diferentes povos (SOARES 2002, p. 60). Nas palavras da autora,

Se por um lado não existia na África um povo Mina, e sim uma variedade de grupos étnicos com denominações diversas, identificar-se como Mina no Brasil evocava uma procedência comum a todos. Nesse sentido, Mina é uma identidade diaspórica que resulta da violenta dispersão das populações africanas no mundo atlântico durante os séculos de escravidão nas Américas. (SOARES 2019, p.112)

Soares (2002, p. 64) informa que, no Rio de Janeiro do século XIX, havia duas irmandades católicas controladas por africanos falantes de línguas Gbe: a Irmandade de Santo Elesbão e a de Santa Ifigênia. A primeira, segunda a autora, não seria composta apenas por indivíduos oriundos da Costa dos Escravos, mas também de africanos escravizados procedentes de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé, os quais, em princípio, não tinham similaridades culturais e linguísticas com os povos Gbe.

No que diz respeito às etnias originárias da Costa da Mina presentes no Rio de Janeiro, Soares (2002, p. 70) mostra que havia diferentes grupos – mahis, agolins, savalus e ianos –, os quais tinham nos dagomés os grandes adversários, visto que esta última nação, por muito tempo, havia controlado o tráfico transatlântico naquela região. Aliás, tal diversidade étnica, bem como os seus conflitos, podem ser percebidos na documentação da Congregação Makii, conforme podemos ver no trecho abaixo:

Em 1748, que cheguei a esta capital vindo da cidade da Bahia, achei já esta Congregação ou corporação de pretos Mina de várias nações daquela costa, a saber, Dagomé, Makii, Zano, Agolin, Sabaru (todos de língua geral), com muita união, tendo por rei da tal congregação um Pedro da Costa Mimoso, também da mesma nação. [...] E continuando o tempo começaram os pretos a

rezingarem, as nações umas com as outras, buscando preferências de maiorias, ao que deu ocasião a que as nações Makii, Agolin, Zano, Sabaru saírem do jugo de Dagomé, escandalizados e afrontados de alguns ditos picantes que os dagomés lhes diziam. (DIÁLOGOS *apud* SOARES 2019, p.41, grifos nossos)

Dentre os aspectos relevantes do trecho citado, destacamos a referência a uma “língua geral” falada por todas as nações oriundas da Costa da Mina, fato que sugere que a LGM não era uma exclusividade da zona mineradora, mas também estava presente no Rio de Janeiro. Também chama a atenção a referência feita aos “ditos picantes” falados pelos daomeanos: seriam semelhantes aos dados cuja tradução foi censurada no manuscrito de Costa Peixoto?

De acordo com Soares (2019, p.141), os africanos Mina no Rio de Janeiro eram caracterizados por uma forte rede de sociabilidade, fato que os distinguia até de outros grupos de africanos escravizados. Segundo ela, as redes de contato por eles formadas possibilitavam a dedicação a atividades profissionais remuneradas – como os serviços de barbeiro²⁷, carregador, quitandeira etc. –, fazendo com que muitos tivessem recursos para a compra das alforrias. Aliás, no que dizia respeito especificamente aos Mina-Makii, líderes da irmandade, consta que tinham grande visibilidade no Rio de Janeiro, pois tinham posses – como escravizados, joias e até casas –, dado o fato de muitos deles serem forros, alfabetizados e trabalhadores especializados (SOARES, 2019, p. 113). Em relação ao aspecto da alfabetização, chama a atenção alguns trechos dos *Diálogos* estudados por Soares (2019), nos quais fica bastante claro que o português, embora fosse uma língua falada por alguns membros da comunidade, era visto com uma certa dificuldade:

Souza: O que querem que, eu em melhor frase o explique as regras, os estatutos do título acima, e que seja seu regente. Porém receio que por mal limada na língua portuguesa dê causas a crítica aos ignorantes. Que os prudentes, sábios, nos desculpem as faltas que procedem das nossas naturezas, (DIÁLOGOS *apud* SOARES, 2019, p.14)

O trecho citado corresponde a uma passagem dos *Diálogos* no qual Francisco de Souza, o candidato a presidente da Congregação, é instado por seu interlocutor a explicar

²⁷ É interessante observar que a *Obra Nova* contém a seguinte sentença, mostrando que, de alguma maneira, o universo da barbearia também era comum aos Mina de Minas:

E	dá	tam	chulé	com
3SG	PROGR	barba	barbear	NR

Lit: ‘Ele está barbeando a barba’

CP: ‘Está fazendo a barba’

aos filiados o estatuto da irmandade. Souza, por sua vez, responde ao seu interlocutor manifestando o receio de ser julgado pelo seu “mal uso” do português.

Em outra passagem dos *Diálogos*, de notável relevância linguística, Cordeiro, o interlocutor que procura convencer Francisco de Souza a assumir o controle da Congregação, afirma o seguinte sobre a atuação dos regentes anteriores, sugerindo que os africanos Mina do Rio de Janeiro eram bilíngues, e misturavam as línguas Gbe ao português:

Cordeiro: Como os regentes naquele tempo, se intitulavam com o nome de rei que vossa mercê o outro dia, dispensou, por isso não cuidavam em estatutos, e se algum dia havia era bocalmente falado, e misturado com o nosso idioma, que me parece ser cousa feita no ar, e de pouca ponderação, que não tem vigor. (DIÁLOGOS *apud* SOARES 2019, p.62, grifos nossos)

Com base no estudo da documentação da irmandade, Soares (2019, p. 140) vai argumentar que os africanos Mina do Rio de Janeiro, reunidos em diferentes etnias, utilizariam suas línguas originais para a comunicação entre parentes, a LGM para a comunicação no interior do grupo mais amplo e o português com o restante da população. Relatos desta natureza são extremamente relevantes para a argumentação que estamos empreendendo nesta tese, qual seja, a de que a História Linguística brasileira deve ser pensada na perspectiva do multilinguismo e da influência dos contatos, e não como uma história unilateral de predomínio da língua portuguesa.

É importante destacar que, ao longo do século XIX, a presença Mina permanece forte no Rio de Janeiro. De acordo com Soares (2004), nesse período, os Ioruba passam a constituir uma maioria no contingente de africanos escravizados, reflexo, segundo ela, da expansão daomeana sobre os territórios de Oyo (SOARES, 2004, p. 234). Nesse contexto diaspórico, os Ioruba acabam por se integrar ao grupo dos africanos Mina, sendo denominados também desta maneira. Um exemplo disso teria se dado na Irmandade de Santo Elesbão, na qual havia grupos Gbe e Ioruba, os quais estabeleceram alianças políticas, compartilhamento de crenças religiosas, recursos pecuniários etc., forjando, assim, uma identidade comum (SOARES, 2004, p.235). Por outro lado, a autora mostra que os Ioruba no Rio de Janeiro não eram exclusivamente católicos, mas também havia grupos muçulmanos e cultuadores dos orixás²⁸, todos eles abarcados pelo termo guarda-

²⁸ Soares (2004, p. 237-238) relata que, em 1830, foi editado no Rio de Janeiro um código legal que tinha entre seus objetivos a perseguição a redes sociais dos nativos africanos, sobretudo os Mina. A devassa

chuva ‘Mina’ (SOARES, 2004, p.232). Deste modo, segundo Soares (2004, p. 235) os diferentes espaços de congregação e sociabilidade dos africanos escravizados no Rio de Janeiro facilitaram a organização de uma nação Mina, fazendo surgir uma forte identidade social, construída a partir de um *background* africano comum, na África Ocidental, o qual teria sobrevivido até mesmo no século XX. Segundo aponta a autora, à medida que os Ioruba vão assumindo a liderança no contingente de africanos escravizados no Rio de Janeiro, vai se expandindo paulatinamente o uso de sua língua, sobretudo no ambiente doméstico e religioso. Entretanto, não fica claro se essa variedade Kwa emerge em substituição à LGM, língua utilizada pelo grupo de procedência Mina, pelo menos no século XVIII. O exame dessa questão deverá pautar nossas pesquisas futuras²⁹.

Nina Rodrigues (2004[1933], p.148) também relata o uso da língua gege³⁰ no Nordeste brasileiro, dada a presença de africanos Hardas em Pernambuco e na Bahia, desde o século XVII. Segundo ele, tal variedade ainda seria percebida nos cantos religiosos, em associação com o nagô – lembremos que isso tipo de associação Gbe/oruba também ocorrera no Rio de Janeiro (cf. SOARES, 2004, 2019). Na perspectiva do autor, no contexto brasileiro, a língua gege teria sido modificada, tendo em vista a presença de diferentes dialetos – mahi, dahomê, aufueh, awunã e whydah – e o uso por parte de falantes não nativos (RODRIGUES, 2004[1933], p.149-150). Cabe-nos, então, questionar se essa variedade Gbe também não teria funcionado como língua geral nesses territórios nordestinos, embora o autor afirme que, no contexto baiano, a língua geral foi o nagô.

Conforme procuramos mostrar até aqui, embora os povos Gbe tenham constituído um núcleo étnico e linguístico central a partir do tráfico de escravos praticado no século XVIII, servindo, assim, à economia mineradora, os chamados negros Mina estiveram em contato com africanos escravizados de outras matrizes étnicas e linguísticas, como os

incidia sobre as casas religiosas de Zumgu, Batuque e Candomblé, as quais, além de ser locais de culto, eram espaços de sociabilidade daqueles povos, onde eles comiam, dançavam e se organizavam para diferentes tipos de atividades. No código municipal, entretanto, esses agrupamentos eram vistos como espaços de desordem e rebelião. Conforme já tratamos neste capítulo, o mesmo tipo de perseguição foi perpetrado contra as vendas das Minas Gerais do século XVIII.

²⁹ Vale destacar que Nina Rodrigues (2004[1933]) também atestou o uso do ioruba ou nagô como língua geral na Bahia, no século XIX, e coletou até mesmo alguns cantos religiosos nesta língua. É importante dizer que um dos principais argumentos desse autor consiste em dizer que as línguas africanas, sendo faladas por indivíduos de diferentes etnias no contexto da diáspora, não mantiveram sua pureza. Deste modo, o exame gramatical cuidadoso dessas variedades merece ser objeto de pesquisas futuras.

³⁰ O termo jeje/gege era utilizado para fazer referência aos falantes de línguas Gbe na Bahia, ao passo que os falantes de ioruba eram chamados de nagôs (PARÉS 2018a, p. 80).

Ioruba e os Bantu. Entretanto, em nossa análise, argumentamos que, em meio a essa suposta heterogeneidade, há traços de homogeneidade subjacentes. Em primeiro lugar, lembremos que os povos Gbe, originários de uma matriz cultural Adja-Tado, nascem do contato com povos de extração Ioruba, em Oyo, e apenas posteriormente iniciam o seu processo de migração em direção à costa (cf. ABOH E SMITH, 2015). Além disso, do ponto de vista linguístico, povos Gbe e Ioruba falam línguas pertencentes ao mesmo grupo Kwa, compartilhando, assim, uma série de traços gramaticais (cf. ABOH E ESSEGBEY, 2010), fato reconhecido até mesmo por Nina Rodrigues, na primeira metade do século XX brasileiro: “A língua gêge, nascendo do mesmo tronco que o nagô, o odji e o gas, rege-se pelas mesmas regras filológicas fundamentais e tem uma gramática idêntica à do nagô. [...]” (RODRIGUES, 2004[1933], p. 150).

Cabe acrescentar que, segundo Aboh (2015a, p. 47), as línguas Gbe também apresentam algumas similaridades com as línguas Bantu, dada a homogeneidade tipológica característica de algumas subáreas da África. Dentre os traços compartilhados, o autor faz referência à posição dos demonstrativos, determinantes e outros modificadores nominais, a semelhança entre os compostos verbais e as estruturas de serialização verbal. Além disso, Aboh (2007a) observa que essas línguas compartilham propriedades gramaticais relacionadas à codificação do conteúdo informacional da sentença. Tais aspectos são extremamente relevantes numa ecologia de contato como o Ciclo do Ouro, considerando-se a seguinte conclusão de Aboh (2015a):

This, is an important factor to keep in mind when it comes to the intra group communicative strategies that the enslaved Africans might have adopted as well as the learning strategies they might have developed in their attempts to acquire European languages. (ABOH 2015a, p.47)

Toda a discussão desencadeada nesta seção leva-nos a concluir que, não obstante a tão propalada tese da ininteligibilidade entre os africanos escravizados, que, inevitavelmente, faria do português a única língua comum entre os cativos, vemos que alguns dos grupos de africanos trazidos para o Brasil foram caracterizados pela homogeneidade cultural e linguística, possibilitando o pleno uso de línguas africanas, como foi o caso da LGM, presente não só na zona mineradora, mas também no Rio de Janeiro e, possivelmente, em áreas do Nordeste brasileiro³¹. Além disso, o fato de que a

³¹ De acordo com Lima (2018), a tese da ininteligibilidade tem sido questionada por alguns historiadores. Além disso, com base em uma série de relatos sobre a predominância do quimbundo em várias regiões do Brasil colonial, Lucchesi (2019, p. 232) chama a atenção para o fato de que, aparentemente, a política de

língua e a cultura dos Mina ter sido descrita de modo tão detalhado por um português desclassificado do ouro – o qual, aparentemente, fazia brochuras desse material para vender (FERNANDES, 2012, p. 31) –, as estreitas relações travadas entre os demais desclassificados e os escravizados em Minas Gerais, bem como o papel dos africanos Mina como técnicos da mineração constituem elementos relevantes para sugerir que a LGM era uma variedade extremamente relevante no Ciclo do Ouro, utilizada não só pelos potenciais falantes nativos, mas também pelos outros atores daquela ecologia. Por esta razão, é possível que a gramática da língua apresente, além dos traços morfossintáticos Gbe, inovações estruturais, resultantes da competição e seleção de traços na ecologia de contato. Discutiremos tais questões no quinto capítulo desta tese.

mistura étnica e linguística dos africanos escravizados no Brasil se configurou mais como um desejo do que como uma prática efetiva.

Capítulo 04

Língua geral de Mina: análise crítica de algumas abordagens anteriores

4.0. Introdução

Conforme destacamos no capítulo anterior, não é possível caracterizar a *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (COSTA PEIXOTO, 1741) como uma gramática. Se fôssemos classificá-la dentro do rol de instrumentos linguísticos conhecidos (gramáticas, dicionários, manuais etc), poderíamos definir o documento como um instrumento, por assim dizer, híbrido, conjugando as funções de glossário e de manual de conversação. Nele, Costa Peixoto registrava o que ouvia na língua africana e o significado das formas registradas em português. Neste sentido, o documento não apresenta qualquer descrição gramatical detalhada sobre a estrutura da língua – a não ser alguns poucos comentários de natureza pragmática – e também não identifica a variedade descrita com nenhuma das línguas modernamente faladas na região que, atualmente, corresponde à antiga Costa da Mina (Gana, Togo e Benim), optando pelo termo “língua geral”. Por tais razões, desde a edição preparada por Luís Silveira (1945) – a qual serve de base para a nossa pesquisa –, o documento em questão tornou-se uma espécie de enigma para estudiosos das línguas africanas, os quais cuidaram de elaborar análises gramaticais da língua geral de mina (LGM) e também procuraram identificar a língua que se escondia por detrás desse rótulo.

Um ponto unânime em todos esses trabalhos – que partem de teorias e metodologias distintas – reside na vinculação da LGM a alguma variedade Gbe moderna, falada na região da antiga Costa da Mina – correspondendo aos atuais territórios de Gana, Togo e Benim –, via de regra, devido aos dados do tráfico transatlântico, que localizam nessa região a procedência dos africanos escravizados trazidos para o Brasil entre os séculos XVII e XVIII. Alguns dos estudiosos também ancoram suas hipóteses em dados antropológicos.

De maneira geral, em nossa tese, seguimos as diretrizes desses trabalhos anteriores, na medida em que utilizamos os dados historiográficos, antropológicos e linguísticos para afirmar que, de fato, os falantes da LGM eram africanos escravizados oriundos da Costa da Mina e falantes de línguas Gbe. Entretanto, à luz das teorias que fundamentam esta tese, argumentamos que esses estudos pioneiros não tocam em alguns

aspectos essenciais para a compreensão da LGM como uma língua africana falada no Brasil da mineração, ou, pelo menos, fazem algumas generalizações equivocadas. Em nossa perspectiva, uma boa abordagem da questão deveria levar em consideração dois aspectos essenciais: a ecologia linguística na África e no Brasil, como fazemos no capítulo 03; e os tópicos característicos da morfossintaxe Gbe presentes na LGM, conforme apresentamos no capítulo 05.

Partindo do pressuposto de que, em certo sentido, os trabalhos anteriores não abordaram da maneira apropriada os dois aspectos essenciais acima delimitados, seguindo a cronologia das publicações, revisitamos cinco estudos pregressos sobre a LGM. Embora outras investigações relevantes tenham sido publicadas por outros estudiosos – como Aryon Rodrigues (2003), por exemplo –, selecionamos as pesquisas aqui focalizadas levando em consideração a possibilidade de analisar tanto a abordagem gramatical quanto a sua perspectiva sobre a ecologia de contato na qual a LGM emergiu. Neste sentido, o capítulo se organiza da seguinte maneira: na seção 4.1., abordamos o comentário filológico de Lopes (1945), primeira análise linguística sobre a LGM; na seção 4.2., estudamos o trabalho do estudioso da cultura africana, Olabiyi Yai, publicado em 1997; na seção 4.3., nossas atenções se voltam para a dissertação de mestrado de Sílvia Souza (2001), que abordou os esquemas da predicação na LGM; na seção 4.4., discutimos alguns aspectos da obra *A Língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*, livro escrito pela etnolinguista Yeda Pessoa de Castro (2002); na seção 4.5., também abordamos a análise do linguista africanista Emilio Bonvini (2008). Por fim, apresentamos as conclusões do capítulo, indicando os principais problemas suscitados pelos trabalhos anteriores, no que diz respeito aos fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam esta tese. Neste sentido, é importante salientar que não fazemos uma análise exaustiva das pesquisas anteriores, limitando-nos a discutir os pontos que dialogam com o nosso trabalho.

4.1. Correia Lopes (1945): o gu impactado pela aquisição de segunda língua

O primeiro estudo sobre a LGM de que temos notícia veio à lume sob a pena do filólogo e etnólogo português Edmundo Correia Lopes, em 1945. Estudioso do folclore português, Correia Lopes desenvolveu sua carreira especializando-se na pesquisa das religiões afro-brasileiras, desenvolvendo trabalhos de campo inclusive no Brasil, onde

pesquisou o Tambor de Mina (LEAL, 2016, p. 295). Outro ponto de interesse do autor foi a história da escravidão, tema sobre o qual ele publicou o livro *A escravatura (subsídios para a sua história)* (1944). Neste sentido, Correia Lopes era um estudioso de diferentes aspectos da temática africanista, fato perceptível em seu texto sobre a LGM, no qual, além de avaliar o trabalho de documentação da língua feito por Costa Peixoto, ele destaca algumas estruturas da gramática e também aborda aspectos da religiosidade afro-brasileira do século XX, relacionando essa temática ao documento que Costa Peixoto redigira no século XVIII. O trabalho de Lopes (1945) traz importantes contribuições para o conhecimento de certos aspectos da ecologia do Ciclo do Ouro e também alguns dados relativos à vida dos africanos antes e depois de sua escravização. Contudo, tendo em vista os pressupostos teóricos e metodológicos que assumimos nesta tese, problematizamos algumas das generalizações feitas pelo autor, sobretudo a sua visão sobre o contato linguístico – perpassada pelo “discurso da perda” (PAIXÃO DE SOUSA, 2010) – e sobre o trabalho realizado por Costa Peixoto, o qual reputamos como autor-personagem na ecologia das Minas Gerais do século XVIII.

Lopes (1945) faz uma reflexão geral sobre os dois documentos produzidos por Costa Peixoto – a saber, *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguezas correspondentes* (1731) e *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741) –, centrando a sua discussão em três aspectos: a permanência das línguas africanas daquele grupo na cultura afro-brasileira; a avaliação do desempenho de Costa Peixoto como um analista da língua; e as propriedades gramaticais da variedade documentada. Em relação ao primeiro aspecto, Lopes (1945) relata que nas cerimônias litúrgicas das sociedades jeje ou Dyedye estabelecidas no Brasil, haveria a permanência de dialetos da língua *evɛæ*. Em número maior, haveria os povos de origem iorubana, os quais, em suas tradições religiosas, utilizariam a língua ioruba. Também estariam presentes no contexto brasileiro aquilo que o etnólogo chama de “tipos menos puros”, cuja principal característica seria a mistura das duas línguas nos cantos religiosos. Nesse caso, o autor parece estar se referindo ao sincretismo das religiões afro-brasileiras, tópico explorado por muitos estudiosos dessa temática naquele momento, dentre eles, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, com o qual Lopes estabeleceu diálogos acadêmicos (LEAL, 2016, p. 295). De acordo com Silva (1993), esses autores hierarquizavam as religiões afro-brasileiras de acordo com as suas origens étnicas, definindo como modelo aquelas tradições que retomavam, da maneira mais próxima possível, os elementos culturais oriundos da África, como o

panteão e a língua litúrgica, depurando-se, assim, do sincretismo (SILVA, 1993, p. 39)¹. Segundo Lopes (1945) esse processo de formação sincrética pré-colonial poderia ser atestado através do trabalho de Costa Peixoto:

A existência no Brasil actual de tão vivas reminiscências da língua *Evɔe*, mantidas embora graças a um intercâmbio com a Costa da África que se tem mantido até os nossos dias [...] justifica as referências feitas à religião dos jejes brasileiros. Não terminarei o assunto de religião sem fazer notar que já em Costa Peixoto se encontra uma palavra que traduz conceito e objecto [sic] dos mais importantes do culto animista – *legba* (leba em C.P., que traduz por “*demônio*” – e que essa palavra, a ser, como ensina Jacques Bertho, de uma língua ioruba, prova a existência do sincretismo jeje-nagô, a êsse tempo, no Brasil e, com maior razão, em África. (LOPES, 1945, p. 54, grifos nossos)

Parece-nos bastante interessante o fato de Correia Lopes sugerir que o sincretismo jeje-nagô já se dava na África, uma vez que isso reforça a argumentação que construímos no capítulo anterior, qual seja, a de que os povos falantes da LGM já vinham de uma história de contato no seu território de origem, fazendo com que os africanos escravizados no Brasil formassem um bloco etnolinguístico relativamente homogêneo, capaz de fundamentar o estabelecimento de redes sociais e conservação de práticas socioculturais comuns, como o uso da própria LGM.

As referências que Lopes (1945) faz às práticas religiosas ganham maior significado linguístico quando, para rastrear as línguas faladas por aqueles grupos, o autor toma como base os cantos rituais utilizados pelos fiéis. Em seu levantamento, realizado na primeira metade do século XX, Lopes (1945) conclui que, não obstante alguns sincretismos observados no panteão, haveria uma pureza linguística nos cantos:

Está, pois, os cultos das *minas* do Maranhão incluído no sincretismo iorubadaomé. Será também a língua litúrgica, como Jacques Bertho observou no culto de Ifá em África, mistura de *gê*, *fon* e *ioruba*...?

Domina absolutamente o *fon*, o mesmo que se dissermos *gu*. (LOPES, 1945, p. 50-51, grifos nossos)

¹ É com base nessa concepção de pureza vs. sincretismo que as práticas da macumba são problematizadas por estudiosos como Arthur Ramos, devido à pobreza da organização hierárquica do panteão e à mistura dos cantos rituais, nos quais haveria palavras de origem bantu, ameríndia e portuguesa (SILVA, 1993, p. 39-40).

Além de identificar a pureza linguística nos cantos rituais, em seu trabalho de campo, Lopes (1945) constatou que os fiéis do culto jeje não compreendiam os significados veiculados pela língua litúrgica. Segundo o autor, os descendentes entenderiam a variedade litúrgica Gbe como uma língua sagrada, cujo significado não poderia ser conhecido, e limitavam-se ao domínio de pequenas frases. Tais fatos parecem sugerir que, em termos de evolução linguística (MUFWENE, 2008), a LGM não sobreviveu como um vernáculo entre os descendentes dos africanos escravizados de origem Gbe, problema este que merece estudos aprofundados, dada a presença desses indivíduos em diferentes regiões do Brasil, como na Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Minas Gerais.

Voltando aos documentos sobre a LGM, Lopes (1945) toma como referência o livro *A study of the Ewe language*, escrito por Diedrich Westermann (1930), de acordo com ele, o único livro consultado para a redação de seu estudo filológico, devido às limitações da Guerra (LOPES, 1945, p. 56)^{2,3}. Para o autor, a variedade linguística descrita por Costa Peixoto sob o termo “língua geral de Mina” seria o gu – a mesma variedade utilizada como língua de santo –, por ele entendido como uma variedade do fon, que, por sua vez, seria um dos dialetos da língua *evɔɛ*. Aparentemente, a classificação de Lopes (1945) estava ancorada na concepção tradicional de utilizar o ewe para nomear todo o complexo linguístico, análise presente desde o século XIX e que foi questionada no *West African Languages Congress* (1980), quando o termo Gbe – palavra para voz/língua em grande parte das línguas faladas em Gana, Togo, Benim e parte da Nigéria – passou a ser empregado para fazer referência ao complexo (AMEKA, 1991, p. 1-2). Assim, obviamente, Lopes (1945) trazia as classificações correntes em seu tempo.

De acordo com o autor, ao utilizar o termo “língua geral” para se referir ao gu, Costa Peixoto – assim como seus leitores contemporâneos – partia do entendimento de que nem todos os falantes da LGM tinham aquela variedade como sua “língua materna”, dado o domínio que o Daomé exercia sobre diferentes regiões e povos na Costa da Mina⁴. Neste sentido, para o autor, no contexto da mineração, haveria falantes de diferentes línguas da África Ocidental, embora, segundo ele, as diferentes variedades tivessem

² Conforme sabemos, em 1945, ano da publicação do estudo de Correia Lopes, chegava ao fim a Segunda Guerra Mundial, deixando um cenário problemático na Europa.

³ Segundo Ameka (1991, p. 5), a gramática de Westermann consiste numa descrição tradicional do ewe, mas cujos insights são seminais para as análises contemporâneas dessa língua.

⁴ Lembremos que o Daomé assume o controle da Costa dos Escravos em 1724, e o primeiro documento de Costa Peixoto data de 1731.

vocábulos comuns, com poucas alterações na forma. Para ele, um sinal desse contingente heterogêneo seria o fato de, no final do século XIX, Nina Rodrigues encontrar na Bahia falantes de diferentes línguas sudanesas⁵, principalmente de ioruba (LOPES, 1945, p. 45-46).

Partindo do pressuposto de que, no Brasil, a LGM correspondia ao gu falado como L2 por muitos indivíduos, Lopes (1945, p.46) questiona se a pureza da língua teria sido “contaminada”, até mesmo devido ao predomínio cultural do português, língua oficial da colônia naquele período. Para ele, a questão não poderia ser respondida tendo como base apenas os documentos preparados por Costa Peixoto, tendo em vista o caráter “rudimentar” do trabalho executado e a exiguidade dos dados coletados, visto que, em sua perspectiva, os dados dos *Apontamentos* e da *Obra Nova* teriam sido fornecidos por indivíduos que, provavelmente, não sabiam falar a língua da melhor maneira possível. Assim, na perspectiva de Lopes (1945), os falantes L2 da LGM teriam levado Costa Peixoto a documentar “uma linguagem paupérrima, arrancada, não sabemos como” (p. 46), utilizada “por muitos escravos que falariam melhor o português” (p. 47). Aparentemente, o autor estava comparando a variedade documentada por Costa Peixoto a um registro padrão do gu, muito provavelmente, à variedade descrita por Westermann (1930) em sua gramática do ewe, uma descrição tradicional da língua (AMEKA, 1991, p. 5).

Ora, chamam-nos a atenção as declarações feitas por Lopes (1945) a respeito dos falantes da LGM, pois as evidências historiográficas e linguísticas sugerem conclusões opostas. Tratando especificamente das informações de caráter historiográfico, vemos que, conforme relatado no capítulo anterior, o Ciclo da Costa da Mina do tráfico transatlântico atingiu substancialmente os povos falantes de línguas Gbe, as quais apresentavam uma notável unidade do ponto de vista linguístico, cultural, político, histórico e linguístico (cf. AMEKA, 1991; CAPO, 1991; ABOH, 2015a). Como prova disso, vemos que os gentílicos destacados por Castro (2002) – *cobú*, *guno*, *gamlimno* –, também discutidos no capítulo anterior, sugerem que não obstante a ecologia do Ciclo do Ouro fosse multiétnica e multilinguística, muitos dos africanos escravizados que lá estavam eram oriundos do grupo étnico e cultural ancestral Aja-Tado, e por isso compartilhavam muitas

⁵ O termo ‘sudânês’ é um adjetivo utilizado por Nina Rodrigues para se referir aos africanos escravizados oriundos da África Ocidental, mais especificamente, da Costa da Mina (RODRIGUES, 2004[1933], p. 26-8). De acordo com Petter (2015b, p. 56), o termo foi cunhado pelo africanista Meinhof, a fim de descrever as línguas que não apresentavam classes nominais.

características culturais (ABOH, 2015a, p. 40). Neste sentido, não parece razoável assumir que os africanos escravizados não dominassem a língua. Outrossim, também nos parece curioso assumir que os africanos escravizados falavam melhor o português do que a LGM. Embora a referida língua românica fosse utilizada na costa africana ocidental nos séculos XVII e XVIII (ABOH, 2015a, p. 31) – de modo que não seria incorreto pensar que alguns dos escravizados a falassem antes da chegada ao Brasil –, seus vernáculos, quaisquer que eles fossem, estariam geneticamente relacionados no complexo Kwa/Gbe.

Ao analisar os dados, Correia Lopes chega à seguinte conclusão inicial sobre a LGM:

Em todo o caso, vê-se imediatamente que não se trata de uma mistura de línguas. Passando por muitas bocas em que não era senão hóspede, usada como meio de dissimulação por muitos escravos que falariam melhor o português, pode a linguagem africana ter perdido certo número de recursos próprios e, já por esse motivo, já, sobretudo [sic], por influência do português, modificado pouco a pouco a sua sintaxe de posição, o seu vocabulário é na generalidade *evæ* e particularmente *gu*. (LOPES, 1945, p. 47, grifos nossos)

Em outras palavras, na perspectiva do etnólogo, o uso do *gu* como L2 não teria levado a uma mistura entre esta e as outras línguas do contexto colonial, mas sim à perda de certas propriedades gramaticais e à modificação da sintaxe de posição da variedade Gbe, devido à influência do português. Não fica claro o que Lopes (1945, p. 47) quer dizer com a mudança da sintaxe de posição do *gu* sob influência do português, primeiramente devido à ausência de exemplos que confirmem a sua hipótese e também porque tanto o português quanto as línguas Gbe em geral apresentam a mesma ordem básica dos constituintes da sentença, qual seja, a ordem Sujeito + Verbo + Objeto (SVO) (cf. CASTILHO, 2010, p. 269; ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 39). Além disso, conforme mostraremos no capítulo 05, a LGM apresenta padrões muito semelhantes aos das línguas Gbe modernas no que diz respeito à estrutura das sentenças declarativas, interrogativas, no sintagma nominal etc., mesmo nos casos em que a ordem básica é modificada, como, por exemplo, nas sentenças com o marcador de aspecto imperfectivo, nas quais se tem a ordem SOV (ABOH, 2004).

Correia Lopes (1945, p. 63) também aponta alguns traços do *gu* ainda restantes na fala dos africanos escravizados em Minas Gerais: o marcador de aspecto progressivo; o marcador de tempo futuro; o marcador de aspecto habitual; e conexão de verbos –

aparentemente, aquilo que a literatura contemporânea chama de verbo serial. cremos que, ao fazer referência a esses traços, Lopes (1945) mais uma vez explicita a visão expecionalista sobre o contato linguístico, por nós discutida no capítulo 01, na medida em que entende que o contato e a suposta aquisição do gu como L2 teriam ocasionado a perda de uma série de traços gramaticais daquela variedade, deixando apenas alguns poucos elementos da estrutura. Conforme discutiremos no capítulo 05, além de as propriedades mencionadas por Correia Lopes serem centrais na configuração da gramática das línguas Gbe, a LGM não apresenta apenas elas, mas sim uma outra série de fenômenos característicos das línguas de seu grupo.

Na maior parte do texto, Lopes (1945) faz uma análise crítica do trabalho feito por Costa Peixoto, apontando uma série de lacunas do documento, o qual ele chama de “livro esquisito” (p. 56). Na visão do filólogo, a grande utilidade da obra seria o fato de dar a conhecer o vocabulário de uma língua africana utilizada no tempo da escravidão, não havendo muito a oferecer do ponto de vista do conhecimento da estrutura gramatical (p. 55).

A primeira crítica feita por Lopes (1945, p. 57) recai sobre a representação ortográfica da língua, reputada por imprecisa, aparentemente, por utilizar a ortografia portuguesa para representar uma língua de sistema tão distinto. O autor emprega a mesma perspectiva crítica em relação à suposta representação dos tons, propriedade da língua que, em sua visão, não teria sido percebida por Costa Peixoto:

Os acentos, que mesmo no português tinham um emprêgo arbitrário, poderiam ter desaparecido da impressão, aliviando o labor tipográfico, sem fazer falta nenhuma. Os actuais estudos fonéticos usam dos acentos para traduzir um facto da lingua que certamente passou despercebido a Costa Peixoto: a entoação; o agudo corresponde à elevação, o grave ao descenso da voz a um intervalo de quarta musical, havendo também sílabas de acentuação média e outras em que se juntam os dois acentos. Que isso não foi compreendido é intuitivo. Prova-o com excesso o texto: assim *tâ* por *tà*, cabeça; *cô* por *kó*, pescoço; *asâ* por *asá*, perna; *acrû* por *klú*, escravo; *tô* por *tɔ'*, massa ou lençol de água; *nhô* por *nyó*, ser bom; *ahôtim* por *nɔti*, nariz, etc. Às vezes há coincidências, por acaso, total ou parcial, visto que também se dão contradições dialectais. [...] Em Evœe, como em várias outras línguas africanas que conservam os tons, há muitas palavras que só pelo tom diferem. A troca pode dar origem a muitos equívocos. (LOPES, 1945, p. 57)

Diferentemente de Lopes (1945), Petter e Cunha (2015, p. 229) observam que embora o uso dos diacríticos por parte de Costa Peixoto não permita afirmar, com toda a certeza, que ele procurou representar os padrões tonais da LGM, pelo menos sugere que o autor percebera algumas diferenças suprasegmentais na língua, perspectiva evidenciada por contrastes como *sò* ‘cavalo’, *sô* ‘amanhã, ou honte’ e *so* ‘espingarda’^{6,7}.

Lopes (1945) identifica outros pontos críticos na representação fonológica apresentada por Costa Peixoto, como a falta de distinção entre as vogais e algumas inconsistências na representação das consoantes, problemas que ele atribui à inocência do documentador ou mesmo aos seus problemas de ortografia e de compreensão:

A má grafia e o mau ouvido poderão alguma vez desfigurar uma palavra a ponto de a tornar irreconhecível. Não decido se *guache*, que C.P. emprega como conjunção condicional – *guache gui ma name num poupou, se não me dás tudo (as coisas todas) –*, é do número das palavras que não devo conhecer, nem me faz identificar tal forma com as esperadas *xæ*, conj. condicional, ou *hafi*, conj. temporal. (LOPES, 1945, p. 61)

No que diz respeito à formação de palavras, Lopes (1945, p. 61-62) observa alguns problemas nos prefixos nominais. Além disso, não obstante abone alguns compostos retratados por Costa Peixoto, constata que o autor deu pouco espaço para um processo de criação lexical tão produtivo na língua.

Pelo exposto até aqui, fica bastante claro que um dos principais objetivos de Lopes (1945) consistiu na avaliação técnica do trabalho de Costa Peixoto como um documentador. Dentro desta perspectiva, o etnólogo constata a falta de rigor analítico do juiz de vintena, apontando que seu conhecimento da língua dos africanos escravizados não parecia ter melhorado mesmo transcorridos dez anos entre a publicação dos *Apontamentos* (1731) e da *Obra Nova* (1741). Segundo ele, tais falhas seriam perceptíveis, dentre outras coisas, nas traduções livres propostas pelo documentador, nas

⁶ No fongbe moderno, as palavras citadas são representadas da seguinte maneira: *sò* ‘espingarda’; *sɔ* ‘cavalo’; e *sɔ̃* ‘amanhã, já’ (HOFTMANN, 2003). Conforme os dados demonstram, a diferença entre elas não é apenas tonal, mas também vocálica.

⁷ Como o nosso trabalho tem como ponto central a análise dos aspectos morfossintáticos da LGM, não debateremos esse problema fonológico e, em face das dúvidas, não levaremos em consideração os diacríticos utilizados por Costa Peixoto. Nossa intenção aqui, ao apresentar as críticas feitas por Lopes (1945), consiste em expor a maneira como a documentação de Costa Peixoto foi avaliada pelo autor.

quais a ausência de explicações sugeria que ele não entendia a língua que tinha diante de si (LOPES, 1945, p. 64).

Ora, a observação das críticas feitas por Lopes (1945) permite-nos argumentar que o etnólogo português avaliou os manuscritos de Costa Peixoto tendo como ponto de partida critérios condizentes com instrumentos linguísticos que diferem do híbrido manual de conversação escrito pelo documentador-personagem, como gramáticas e dicionários, e talvez tenha comparado a *Obra Nova* com a gramática de Westermann (1930), dada a exigência de rigor metalinguístico e de exemplificação linguística. Amparamos nossa interpretação em trechos como o seguinte, em que a crítica feita por Lopes (1945) se deve ao número limitado de exemplos dados pelo documentador:

Mas pela estruturação – composição, função atribuída á [sic] ordem dos elementos no discurso, acentuação, recurso à onomatopeia e à metáfora – o maleável material léxico adquire a potencialidade bastante para traduzir o pensamento de um povo cuja inteligência não propende para a generalização e a abstração, antes se exerce sobre [sic] o complexo e o característico. Esta é a língua das quarenta, ou mais, expressões para traduzir o ar e as maneiras de uma pessoa que caminha na diversidade em que as surpreende o espírito de observação dos negros. Destas tantas expressões, C.P. registrou duas mais gerais : zo bedê (*zɔ béhe-behe*) caminhar devagar, e hihahu zom (*ʒɔ tyatya ʔ*), caminhar depressa. (LOPES, 1945, p. 64-65)

Para finalizar seu texto, Lopes (1945) avalia a variedade de português utilizada por Costa Peixoto, definindo-o como um homem de cultura humanística rudimentar que, com muita naturalidade, aderiu às práticas sociais da zona mineradora e “se apartou da linguagem castiça para aceitar o rude linguajar em uso nas Gerais” (p. 65). Tal avaliação, embora claramente purista e preconceituosa, vai na direção da análise que, ancorados na literatura historiográfica, fizemos no capítulo anterior, qual seja, a de que Costa Peixoto, arquétipo do desclassificado do ouro, não era um mero documentador da LGM – e muito menos um gramático –, mas sim um personagem daquela sociedade, fundada no contato entre os africanos escravizados e os homens e mulheres pobres. Neste sentido, se Costa Peixoto teria abandonado o português culto para utilizar variedades populares da língua e a LGM, é possível que os demais desclassificados do ouro tenham tido o mesmo comportamento, fatores que nos parecem fundamentais para a compreensão da ecologia linguística das Minas Gerais do século XVIII, uma vez que coloca a LGM como uma das variedades linguísticas que competiam dentro daquele contexto, tornando-se mais

vantajosa em alguns situações comunicativas, como nas vendas e nos plantéis de mineração, por exemplo.

Lopes (1945) também conclui que os manuscritos de Costa Peixoto, não obstante trouxessem informações substanciais a respeito do vocabulário da língua africana falada nas Minas setecentistas, pouco ajudariam no conhecimento da gramática da língua, sobretudo em relação à sintaxe, tema no qual, na visão do autor, o trabalho de Costa Peixoto seria estéril. Nesta tese, divergiremos frontalmente desta avaliação de Lopes (1945), através da descrição dos tópicos centrais da sintaxe Gbe a partir dos dados hauridos da *Obra Nova*, trabalho realizado no capítulo 05.

Conforme dissemos, nosso objetivo com esta tese consiste em argumentar que, diferentemente do que observa Lopes (1945), a LGM apresenta, sim, os tópicos centrais da morfossintaxe Gbe, que serão descritos por nós no capítulo 05. Porém, cremos que o etnólogo português realiza tais generalizações por partir de uma visão equivocada acerca do contato linguístico e da aquisição de L2, muito provavelmente, uma linha de pensamento comum para os estudiosos de seu tempo. Vale lembrar que, conforme relatam Mejer e Muysken (1977), entre o final do século XIX e início do século XX, muitos teóricos sobre a formação das línguas crioulas apontavam o insucesso da aquisição de L2 como uma das razões para o surgimento dos referidos vernáculos. E esse é justamente um dos problemas que Lopes (1945) aponta no gu falado no Brasil. Neste sentido, embora o autor não faça referência à criouliização, é possível que essa visão excepcionalista acerca da aquisição de L2 estivesse presente no clima de opinião intelectual (KOERNER, 1996)⁸.

Finalmente, à guisa de conclusão da seção, defendemos a ideia de que o pressuposto assumido por Lopes (1945), segundo o qual, ao ser adquirida como L2 no contexto do Brasil colonial, a variedade gu teria perdido algumas de suas propriedades gramaticais, tendo outras características também modificadas devido ao contato com o português parece ser uma hipótese digna de observação, visto que a ecologia do Ciclo do Ouro era composta não só por falantes de línguas Gbe, mas também falantes de português,

⁸ De acordo com Koerner (1996), o conhecimento linguístico não emerge num vácuo de ideias, mas sim em um clima de opinião intelectual, que emerge nos debates travados em diferentes disciplinas de uma determinada época ou até mesmo sob a influência de fatores de natureza extra-científica, como fatores sociais, políticos, econômicos etc.

variedades bantu de Angola – lembremos que Costa Peixoto se refere aos *aglonos*⁹ – e, talvez, até mesmo falantes da língua geral paulista. Neste sentido, é possível que o *feature pool* tenha sido também composto por traços do português, fazendo com que alguns deles fossem selecionados no processo de competição e seleção, seja por congruência (MUFWENE, 2008), seja por recombinação de traços no âmbito das interfaces (ABOH, 2015a). Vale lembrar que o próprio Costa Peixoto, por nós entendido como um arquétipo do desclassificado do ouro, era um falante L2 da LGM, de modo que, assim como ele, outros falantes poderiam recombinar traços do português a traços Gbe, gerando mudanças na língua africana transplantada. Porém, mesmo que essa recombinação de traços tenha ocorrido, entendemos que não se pode fazer referência a ela de maneira genérica, sem apontar os traços linguísticos que podem ter sido afetados, com base numa análise plausível da influência entre as duas línguas. Outrossim, ratificamos que a LGM apresenta os traços centrais de uma gramática Gbe, de modo que o impacto do contato com outras línguas no Brasil colonial parece ter sido o de recombinação e de acréscimo de novos traços, e não de perda.

4.2. Yai (1997): o fongbe em fase de criouliização

Neste ponto da análise, retomamos o trabalho *Identifying enslaved africans in Fon and Yoruba vocabularies in Brazil (18th-19th centuries)*, de Yai (1997), por nós já tratado no capítulo anterior. Olabiyi Babalola Joseph Yai é um intelectual nascido no Benim, especialista em vários aspectos da cultura africana, sobretudo na literatura, nas línguas, na poesia oral e nas culturas africanas diaspóricas¹⁰. Estudioso de forte atuação na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) – da qual foi presidente do Conselho Executivo e Embaixador Permanente do Benim –, é justamente no âmbito dessa instituição que Yai apresenta seu trabalho sobre a LGM, como parte dos Anais do *Summer Institute*, volume intitulado *Identifying Enslaved Africans: the “Nigerian” hinterland and the African diaspora*. Em nossa perspectiva, o trabalho de Yai (1997) apresenta importantes insights sobre o estabelecimento dos africanos Gbe no Brasil, sobretudo quando trata de sua adaptação ao contexto religioso brasileiro. Porém, argumentamos que, ao traçar uma hipótese de criouliização do fongbe

⁹ Conforme salientamos no capítulo anterior, a referência aos *aglonos* é uma questão aberta nos estudos historiográficos.

¹⁰ Fonte: <http://english.dnva.no/biografi/vis.html?tid=27602> (acesso em 25/09/2020).

– hipótese, aparentemente, calcada numa concepção geral de formação de uma cultura crioula –, o autor deixa de observar um aspecto central da ecologia das Minas Gerais do século XVIII, qual seja, a homogeneidade estrutural das línguas Gbe.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que, diferentemente da avaliação feita por Lopes (1945), para quem Costa Peixoto não conhecia verdadeiramente a língua que documentara – dados os diversos equívocos descritivos apontados pelo etnólogo português –, Yai (1997, p.545-6) destaca a proficiência que o autor da *Obra Nova* demonstrava ter na língua africana, a qual, certamente, ele aprendera ao longo de pelo menos quinze anos. Na perspectiva de Yai (1997), um dos indícios da proficiência de Costa Peixoto seria a sua capacidade de formular perguntas e respostas na LGM:

Thus, in the conversation sections of his manual, we have the recurrence of the portuguese word **Pregunto** (= I ask), followed by a sentence in Fon. The implication of his relative proficiency in the African target language is that Peixoto must have been learning it, through some kind of interaction and familiarization techniques for many years. He asked his question in fon because, presumably, his fon was better than the portuguese of his informants. (YAI, 1997, pp.545-546)

Não sabemos se, ao mencionar a habilidade de Costa Peixoto de formular perguntas e respostas na LGM, Yai (1997) estaria ressaltando a sua habilidade de comunicação naquela língua ou mesmo o conhecimento que o documentador detinha da sintaxe da estrutura interrogativa na variedade africana. De qualquer maneira, o trecho acima citado reforça a argumentação que sustentamos no capítulo anterior, qual seja, a de que Costa Peixoto pode ser considerado um autor-personagem, em franco contato e interação com as redes sociais dos africanos escravizados da zona mineradora, dominando, por conseguinte, a gramática da LGM. Levando em consideração o fato de que, na visão de Yai (1997, p. 545-546), Costa Peixoto tinha a LGM como sua língua-alvo, e se o consideramos o autor-personagem da *Obra Nova* como um arquétipo do desclassificado do ouro, é provável que muitos outros também se envolvessem nesse tipo de interação e adquirissem a língua. Além disso, ao sugerir que o fongbe falado por Costa Peixoto seria melhor do que a variedade de português utilizada por seus interlocutores africanos, Yai (1997) também nos dá mais fundamentos para problematizar as generalizações de Lopes (1945), que afirmava o extremo oposto, isto é, que os africanos escravizados do Ciclo do Ouro, certamente, falariam melhor o português do que a língua documentada por Costa Peixoto. Pelo contrário, a suposição de que os africanos falantes

da LGM não tinham um bom domínio do português reforça a tese de sobrevivência dessa língua nas redes sociais desses indivíduos em condição de diáspora, fato que também aparece nos *Diálogos Makii*, em que um dos africanos Mina da Irmandade de Santa Efigênia se sente inseguro em relação ao uso da língua portuguesa (SOARES, 2019, p. 14).

Yai (1997) também apresenta um posicionamento distinto do de Lopes (1945) em relação à identidade da LGM: enquanto o etnólogo português defendia que a língua documentada por Costa Peixoto era uma variedade do gu, na perspectiva de Yai (1997), a variedade exposta na *Obra Nova* era, indubitavelmente, o fon, o qual, no Brasil, estaria iniciando um processo de criouliização, fenômeno, segundo ele, bastante característico das Américas (YAI, 1997, p. 546). Para Yai (1997), o processo de criouliização do fon emergia no Brasil porque, no contexto da mineração, aquela variedade servira como língua franca e, não sendo a língua materna de todos os falantes, teria apresentado uma relativa mistura de traços lexicais e gramaticais oriundos de diferentes línguas do *continuum* Gbe.

O principal argumento de Yai (1997) para defender a criouliização do fon no Brasil consiste no uso veicular da língua por falantes de diferentes etnias, explicação semelhante à dada por Lopes (1945) para defender que, no Brasil, o gu teria perdido algumas de suas propriedades gramaticais. Segundo o autor beninense, devido às dinâmicas internas na Costa dos Escravos – como a conquista de Alada pelo reino do Daomé –, nas Minas coloniais, não haveria apenas os africanos daomeanos, mas também os falantes da língua aladagbe, os falantes de gungbe, os mahi, bem como os aglono, falantes de línguas bantu (YAI, 1997, p. 546-547). Tal estado de coisas, na visão do autor, provocaria uma variação no uso do fongbe, variação esta, inclusive, percebida por Costa Peixoto, como na famigerada passagem em que o autor da *Obra Nova* trata da variação na pronúncia do dígrafo *ch*: “Em alguns nomes aonde ouverem estar letras juntas /ch/ / hé necess.^o tomar parecer com algũ negro, ou negra mina, porq.^{to} tem diferente pernumcia” (PEIXOTO, 1741 *apud* SILVEIRA, 1945, p.36). Na perspectiva de Yai (1997), descrições como essa poderiam funcionar como comprovação para a hipótese de criouliização do fongbe na zona mineradora: “If his untrained ears can detect differences in the pronunciation of the “mina” lingua franca, we are conforated in our assumption of a **Gbe** creolization process at work with **Fongbe** as the main dialect” (YAI, 1997, p. 547, negritos do autor). Neste sentido, o autor defende que a ocorrência do processo de criouliização do fongbe poderia

ser identificado pela variação da língua na boca de diferentes etnias, as quais teriam no fongbe, por assim dizer, o seu dialeto-alvo.

Outro argumento dado por Yai (1997) na defesa da hipótese de criouliização do fongbe diz respeito à existência de palavras e estruturas gramaticais de outras línguas do *continuum* Gbe, como as seguintes palavras e expressões que ele atribui ao aladagbe:

(01) aladagbe (YAI, 1997, p. 546)

a. hehunihe [e u ni e] = *here it is* (CP: ‘Aqui está’)

b. jale [jale] = *please* (CP: ‘peso vos’)

c. hedem [e den] = *it is far* (CP: ‘hé longe’)

d. hedomogui [e do mo ji] = *s/he said that, etc...* (CP: ‘ele diz que...’)

A fim de discutirmos a hipótese de Yai (1997), retomemos, inicialmente, alguns aspectos da classificação genética das línguas Gbe, elaborada por Capo (1991). Segundo esse autor, as línguas Gbe constituem um *continuum* de variedades faladas da Nigéria até o Gana e podem ser divididas em cinco grandes *clusters* (CAPO, 1991, p. 15):

(02)

Figura 1 – *Clusters* dialetais das línguas Gbe

Fonte: Adaptado de ABOH, E. (2015a, p. 41).

Conforme podemos observar no destaque acima, dentre as variedades pertencentes ao *cluster* Fon, do qual o fongbe é o representante mais emblemático – fato comprovado pela nomeação do *cluster* –, estão justamente o gun e o maxi, variedades linguísticas faladas pelos povos que, de acordo com Yai (1997), faziam parte do contingente de africanos escravizados envolvidos na mineração, os quais falavam o fongbe como língua franca, levando-o ao processo de criouliização. Vale ressaltar que, segundo Ameka (1991, p. 1), o aladagbe também seria um dos dialetos do *cluster* fon. Assim, reforçando o argumento que estamos elaborando desde o capítulo anterior, o fato de essas variedades pertencerem ao mesmo *cluster* dialetal sugere que elas guardam muitas semelhanças estruturais. E embora o trabalho de Capo (1991) tenha sido elaborado com base nas mudanças fonológicas comuns ocorridas a partir do proto-Gbe, ancorados na literatura gramatical, defendemos que essas variedades também guardam muitas semelhanças de ordem lexical e sintática. Como exemplo, vejamos o seguinte quadro adaptado de Aboh (2015a, p. 42), que ilustra as similaridades entre raízes lexicais do grupo Gbe:

(03)

Tabela 1 – Lista de palavras de quinze variedades Gbe

Clusters	Variedades	Olho	Três	Vermelho	Comer	Beber	Empurrar	Puxar
Ewe	Adan	ŋku	etɔ	dzi	ɖu	no	tutu	he
	Be	ŋku	etɔ	jiɛ	ɖu	nɔ-nu	tutu	dɔ
	Waci	ŋku-vi	etɔ	ja	ɖu	nu	tutu	dɔ
Gen	Agoi	ŋku-vi	etɔ	ja	ɖu	nu	tutu	dɔ
	(Glidji)	ŋku						
	Anexo	ŋku-vi	etɔ	je	ɖu	nu	tutu	dɔ
	Gen		etɔ	ja	ɖu	nu	tutu	dɔ
Ajá	Dogbo	ŋku-vi	Ama-tɔ	eji	ɖu	nu	cuicui	dui
	Hwe	ŋku-vi	Ama-tɔ	ju	ɖu	nu	cucu	dɔ
	(Azovè)							
	Sikpi	nku	ɔtɔ	ove	ɖu	nu	cuicui	dui
Phla-Phera	Alada	nku	atɔ	vɛvɛ	ɖu	nu	sise	dɔ
	Ayizo	nuku	atɔ	vɛɛ	ɖu	nu	sise	dɔ
	Tofin	nuku	ɔtɔ	fɔfɔ	ɖu	nɔ-nu	sise	dɔ
Fon	Gun	nuku	atɔ	vɛ	ɖu	nu	sise	dɔ
	Fon	nuku	atɔ	vɔvɔ	ɖu	nu	sise	dɔ
	Maxi	nuku	otɔ	vɔvɔ	ɖu	nu	tu	ɖɔ

Fonte: Adaptado de ABOH, E. (2015a, p. 42)

Além das semelhanças de natureza lexical, essas línguas também apresentam similaridades no âmbito funcional, como o quadro comparativo dos pronomes permite perceber (ABOH, 2004, p. 33):

(04)

Tabela 2 – Quadro pronominal das línguas Gbe

	Gungbe		Fongbe		Gengbe		Ewegbe	
Pers-Num	Nom	Acc	Nom	Acc	Nom	Acc	Nom	Acc
1sg	ùn	mì	ùn	mì	ùn	mì	mè	m
2sg	à	wè	à	wè	ò	ò	è (nè)	wò
3sg	é	è	é	è	é	è	é (wò)	è
1pl	mí	mí	mí	mí	mí	mí	míe	mí
2pl	mi	mi	mi	mi	mi	mi	mìe	mì
3pl	yé	yé	yé	yé	ó	ó	wó	wó

Fonte: Adaptado de ABOH, E. (2004, p. 33)

Os quadros e diagramas que expusemos até aqui ilustram a notável homogeneidade estrutural e lexical das línguas Gbe, justificada, inclusive, por suas relações genéticas, representadas em (02). Ademais, ainda retomando Capo (1991), lembramos que a nomeação das diferentes línguas Gbe e a relevância dada a cada uma delas nem sempre foi direcionada por fatores estritamente linguísticos, mas, por vezes, foram influenciados por narrativas de ancestralidade, poder político etc. Basta lembrarmos que, segundo Ameka (1991, p. 2), anteriormente, o nome ewe era utilizado para designar todo o complexo linguístico Gbe, fato que desagradava muito os usuários dos grandes dialetos falados fora do Gana.

Levando todos esses fatos em consideração, parece-nos problemático atribuir determinadas palavras ou construções exclusivamente a uma língua Gbe específica, dado que a análise estrutural pode indicar que, de alguma maneira, os dados se confundem entre as variedades do *continuum*. Por fim, a homogeneidade característica dessas línguas – inclusive no nível diacrônico (cf. ABOH, 2015a) – coloca problemas para uma perspectiva de mistura entre variedades muito distintas entre si. Ao contrário disto, tendo em vista os elementos conhecidos acerca da ecologia da Costa da Mina – tanto em relação aos aspectos sociais quanto aos linguísticos –, a formação da LGM parece ser melhor explicada pelo processo de koinetização, em que falantes de idioletos muito próximos, por meio do processo de competição e seleção de traços inerente às interações linguísticas, convergem para a formação de um dialeto com propriedades das diferentes variedades em contato (cf. MUFWENE, 2008). Salientamos que nossa defesa não vai no

sentido de afirmar que a variedade Gbe falada no Brasil não apresenta nenhuma mudança em relação às suas variedades ancestrais faladas na África, até porque alguns elementos da sintaxe indicam o contrário. Porém, argumentamos que essas mudanças devem ser apontadas de maneira pontual, na busca de entender como, no processo de competição e seleção de traços, a LGM se aproxima e/ou se distancia da sintaxe Gbe, sendo influenciada pelas outras variedades da ecologia de contato.

Cabe-nos, ainda, compreender alguns aspectos da hipótese de criouliização de Yai (1997). O primeiro ponto a ser ressaltado é que o autor não explicita as bases teóricas de seu argumento, o que impede uma interpretação definitiva dentro dos parâmetros dos modelos teóricos explicitados no capítulo 02. No entanto, a observação da análise que o autor propõe para alguns termos religiosos que aparecem na LGM sugere que, muito provavelmente, ele estava tratando da criouliização numa acepção cultural, qual seja, a de nativização de uma cultura Gbe diaspórica em solo brasileiro. Soma-se a isso o fato de que, historicamente, o termo crioulo não foi empregado originalmente no terreno dos estudos linguísticos, visto que, inicialmente, era utilizado para fazer referência a coisas criadas ou encontradas no Novo Mundo, como itens da fauna e flora, seres humanos etc (DEGRAFF E ABOH, 2017, p. 403)¹¹, o que levanta algumas discussões sobre a acepção utilizada pelo autor. No trabalho de Yai (1997), entretanto, argumentamos que a noção de criouliização foi utilizada de maneira, por assim dizer, ambígua: ora no terreno linguístico – sob o argumento da mistura de traços e do uso como língua franca, tópicos tratados anteriormente –, ora no terreno cultural, de performance dos africanos escravizados no mundo atlântico.

Conforme mencionamos, o autor dá um destaque especial às palavras encontradas na *Obra Nova* para fazer referência a elementos do cristianismo, como nos exemplos em (05):

(05) LGM¹² (YAI, 1997, p. 548)

a. Avoduno = reverend father (literally, vodunoman) = CP: ‘padre’

b. Avoduchuhe = church (literally, house of vodun) = CP: ‘igreja’

¹¹ Vale destacar que a primeira vez em que o termo crioulo foi empregado para denominar uma variedade linguística foi em 1685, num relatório em que um navegante francês reportava a variedade de português falada no Senegal (CORCORAN, 2001, p. 195).

¹² Nos dados em (05), optamos por manter as glosas e traduções de Yai (1997), acrescentando a tradução proposta por Costa Peixoto.

c. Avodumge = rosary (literally, vodun necklace) = CP: ‘contas de rezar’

d. hihavouvodum = Jesus Christ (literally, Whiteman’s vodun) = CP: ‘Nosso Senhor’

Com base em dados como (05a-c), Yai (1997) observa que, assim como no catecismo *La Doctrina Christiana* (1658) – citado anteriormente –, o conceito cristão de Deus foi sistematicamente traduzido como *vodun* também na *Obra Nova* (1741). Entretanto, haveria uma diferença em relação ao dado (05d), posto que, enquanto no catecismo produzido em Alada, o conceito de Jesus havia sido traduzido como *Lisa*, uma divindade daquele local, na *Obra Nova*, optou-se pelo termo *hihavouvodum*. Para o autor, essa diferença nas traduções indicaria que, enquanto no contexto de Alada, havia muitos africanos que ainda não estavam familiarizados com alguns conceitos do cristianismo, o mesmo não acontecia no Brasil, onde um conhecimento maior daquela religião levaria à criação de uma palavra que melhor expressasse o conceito, formulado no interior do catolicismo branco (YAI, 1997, p. 549). Por outro lado, o autor chama a atenção para o uso da palavra *Leba*, tradução dada para o conceito de ‘demônio’, que não expressaria inteiramente o significado cristão, devido à inadequação do conceito à cosmovisão africana:

But the abrahamic religion concept of Satan or god of absolute evil, so strange, and indeed incompatible with their African worldview, could possibly not have been entirely grasped in 1741. A much longer contact would have been necessary. It is not surprising that the Peixoto’s informants translated Satan as **Leba (Legba** in fon), basing their translation on the “trickster attribute” common to Satan and Legba, on which Peixoto must have insisted, as did before and after him all Christian missionaries. This line of reasoning is supported by the fact that Africans did find more adequate translations to Legba by syncretizing him, in Brazil and Cuba, with various Catholic saints and not Satan, when they did have a better understanding of the Christian doctrine and the judeo-christian worldview in general. (YAI, 1997, p. 549, negritos do autor, grifos nossos)

O trecho acima abre uma série de questões interessantes, que chamam a atenção para a concepção de Yai (1997), segundo o qual, no Brasil, os africanos Mina estariam desenvolvendo uma nova cultura, com a consequente adaptação de conceitos e da variedade linguística. Originalmente adeptos de outras práticas religiosas que não o catolicismo – como, por exemplo, o culto a Vòdú, a Dàngbúi e a Dàn, serpentes sagradas (ABOH, 2015a, p. 40) –, no território colonial, os africanos escravizados Gbe parecem

ter aderido à religião de matriz cristã, talvez como uma das “performances forçadas no mundo atlântico”, na visão de Yai (1997, p. 544). Neste sentido, não havia na cosmovisão Gbe uma entidade detentora do mal absoluto, fato que os levou a utilizar o conceito de *Leba* (*Legba*) para fazer referência a satanás. De acordo com a análise de Yai (1997), embora o termo *Leba* não significasse o mal absoluto denotado pelo conceito de *satanás*, comungava com ele a propriedade de ser trapaceiro, razão pela qual os “novos cristãos” o utilizavam. Segundo sugere o autor, aquela teria sido uma saída encontrada pelos próprios cristãos europeus, como Costa Peixoto e os missionários. No entanto, conforme também sugere Yai (1997), a completa compreensão do conceito – e, talvez, a mudança de sua nomeação – viria com o aprofundamento dos contatos. Como exemplo, ele cita o uso que, posteriormente, a própria palavra *Legba* (fongbe) assumiria nos contextos de sincretismo religioso no Brasil e em Cuba, amalgamando-se a santos católicos, e não sendo relacionado ao conceito de ‘satanás’ (YAI, 1997, p. 549)^{13,14}.

Diante dessas questões, cremos que seja possível argumentar que a reflexão de Yai (1997) vai no sentido de defender a emergência de uma cultura Gbe crioula no Brasil, carregada predominantemente pelos falantes de fongbe. O autor ainda mostra que, não obstante aqueles africanos escravizados estivessem aderindo a uma cultura alheia às suas origens, representada pela religião católica, eles não procediam à simples tradução dos conceitos europeus, mas os reinterpretavam à luz da ecologia de contato e de suas matrizes etnolinguísticas.

Em nossa perspectiva, os *insights* trazidos pela análise de Yai (1997) são extremamente interessantes, pois mostram como os africanos Gbe estavam formatando o seu mundo na diáspora, e como a competição e seleção de traços culturais estava atuando. Basta lembrar da diferença entre a nomeação de ‘Jesus’ no território da Costa da Mina, onde o nome foi traduzido por *Lisa*, uma divindade local, e o nome a ele atribuído pelos Mina que viviam no Brasil, qual seja, *hihavourvodom*, literalmente “vodu dos homens

¹³ Para uma discussão sobre essas mudanças dentro da religiosidade de matriz africana no Suriname, remetemos o leitor a Aboh (2015a, p. 52-54).

¹⁴ De acordo com Castro (2004), a entidade *Legba*, trazida da África, foi confundida com o Demônio da cosmovisão europeia devido a algumas de suas propriedades, como o caráter capcioso, a atração do perigo e sua associação com a libido. Contudo, na cosmovisão africana, *Legba* seria uma espécie de protetor e de mensageiro dos demais voduns (CASTRO, 2004, p. 125). Segundo a autora, como resultado desse conflito entre as tradições africanas e o cristianismo, a figura de *Legba* teria sido reinterpretada – isso até mesmo em sua representação física, anteriormente marcadamente fálica –, passando a ser cultuado como um vodum capaz de fazer o mal, mas bondoso para aqueles que nele confiam – processo que também teria ocorrido no Haiti (CASTRO, 2004, p. 127). Neste sentido, as observações de Castro (2004) parecem ir na mesma direção das apresentadas por Yai (1997, p. 549).

brancos”, sugerindo a vivência religiosa no contexto de diáspora. Por outro lado, o termo associado à divindade cristã seria *vodum* nos dois lados do atlântico. Vale dizer que processo semelhante foi observado por Aboh (2015a) no Suriname, quando o autor, natural do Benim, encontrou tanto traços que remetiam à sua ancestralidade quanto aspectos totalmente inovadores (ABOH, 2015a, p. 53).

Ora, se analisarmos as colocações de Yai (1997) à luz de toda discussão conduzida no capítulo 03, qual seja, a de que os africanos Mina no Brasil constituíam um grupo de procedência (SOARES, 2019) – isto é, uma espécie de identidade diaspórica, formada por indivíduos que, mesmo com algumas diferenças, encontravam características comuns que fundamentavam sua organização grupal –, entendemos que a proposta do autor vai na direção correta, ao afirmar que a LGM servia como língua comum para indivíduos diferentes que, certamente, não falavam todos o mesmo vernáculo. Também nos parece acertada a observação de que, naquele Novo Mundo, os escravizados Mina procedessem à formação de novos artefatos culturais, em contato com outros povos participantes daquela ecologia, processo este perpassado pela linguagem. Entretanto, cremos que, do ponto linguístico-estrutural, a análise apresenta alguns problemas.

Reiterando aqui o que vimos discutindo em vários pontos deste trabalho, sabemos que as línguas Gbe apresentam uma notável homogeneidade lexical e morfossintática, sobretudo no que diz respeito às línguas do Gbe Oriental, grupo ao qual pertencem as línguas do tipo-fongbe e do tipo-gungbe, variedades das quais a LGM mais se aproxima, do ponto de vista lexical, morfológico e sintático. Neste sentido, conforme já argumentamos, o encontro entre os diferentes idioletos e dialetos da área de fala Gbe, ou mesmo uma mistura entre seus traços deve ter levado a um processo de koinetização, tal qual o descrito no diagrama em (06):

(06)

Figura 2 – Competição e Seleção de traços na formação de koinés

Fonte: Adaptado de MUFWENE, S. (2001)

Em (06), temos a representação do processo de competição e seleção de traços, tal qual definido por Mufwene (2001, 2008). Conforme vimos no capítulo 02, esse processo se dá em qualquer ecologia de contato linguístico, por meio da interação entre idioletos e dialetos distintos, formando, assim, um *feature pool*, com traços estruturais abstratos das diferentes variedades. A formação de uma koiné, assim como toda variedade linguística, emerge do processo de competição e seleção de traços, porém, nessas ecologias, geralmente o contato se dá entre falantes que utilizam dialetos de uma mesma língua ou línguas genética e/ou tipologicamente relacionadas (MUFWENE, 2001, p. 5). Essa seria uma ecologia linguística distinta do cenário de emergência das línguas tradicionalmente consideradas crioulas, que surgem da competição, seleção e recombinação de traços oriundos de línguas tipologicamente distintas e com propriedades, por vezes, contrastantes (ABOH, 2015a, p. 169). Este não parece ter sido o caso da emergência da LGM, visto que os dados historiográficos e linguísticos movimentados até aqui mostram

que os africanos escravizados envolvidos na economia da mineração eram dotados de muitas semelhanças no campo cultural e linguístico.

É importante destacar que, ao utilizarmos o argumento da característica homogeneidade Gbe, não estamos ignorando o fato de que os africanos Mina mantiveram contato com escravizados de outras matrizes étnicas, como, por exemplo, os *aglonos*, citados por Costa Peixoto (1741). Além disso, havia também os “desclassificados do ouro”, os quais, à semelhança do autor-personagem da *Obra Nova*, podiam muito bem ser usuários da LGM, apartando-se “da linguagem castiça para aceitar o rude linguajar em uso nas Gerais” (LOPES, 1945, p. 65). Acrescente-se a isso a informação dada por Parés (2018a, p. 82-3) acerca da fundamental importância dos africanos ocidentais na formação dos elementos característicos da cultura afro-brasileira – exemplificadas por manifestações culturais e religiosas como reisados, batuques, bumbas meu boi etc. –, surgidos a partir da interação com culturas ameríndias, caboclas e ibéricas. Neste sentido, é muito provável que os traços linguísticos pertencentes aos idioletos dos falantes L2 da LGM tenham influenciado em mudanças naquela gramática Gbe. Porém, nosso argumento central consiste em dizer que, considerando-se o retrato da língua exposto na *Obra Nova*, estamos diante de uma língua Gbe oriental numa ecologia de contato multilinguístico, sujeita aos processos de competição e seleção de traços.

4.3. Souza (2001): em torno da tipologia de uma língua veicular

Nesta seção, analisamos alguns aspectos da dissertação de mestrado *A Predicação na Língua Geral de Mina: uma proposta de descrição*, escrita por Silvia Margarete Cunha Souza (2001). A autora delimita de maneira bastante clara o seu objetivo, qual seja, o de descrever os traços tipológicos da LGM, tomando como base os esquemas predicativos. Segundo ela, embora vários trabalhos anteriores não tenham divergido quanta à ligação da variedade documentada por Costa Peixoto com as línguas Gbe, eles teriam se concentrado nas propostas de identificação da língua, sem oferecer uma descrição de sua gramática, tarefa esta que, na concepção da autora, seria central (SOUZA, 2001, p. 13-14). Ela toma como ponto de partida para sua análise o chamado plano descritivo para as línguas negro-africanas, formulado por Maurice Houis (1977)¹⁵, e seguindo as

¹⁵ HOUIS, M. Plan de description systématique des langues négro-africaines. In: *Afrique et langage*, n. 7, p. 5-65, 1977.

orientações do etnolinguista francês, afirma que a descrição sistemática de uma língua deve contar com as etapas de análise, descrição e explicação (SOUZA, 2001, p. 20). Nesta seção, argumentaremos que as escolhas metodológicas de Souza (2001), sobretudo a falta de ancoragem da dissertação em descrições sintáticas específicas sobre as línguas Gbe, levam a autora a formular algumas análises equivocadas acerca da estrutura da LGM, e mesmo quando a sua descrição ilumina aspectos importantes da sintaxe da língua, a autora não chega a formular tentativas consistentes de explicação dos fenômenos, devido ao problema metodológico observado.

Uma das primeiras questões abordadas pela autora é a nomeação da língua documentada por Costa Peixoto. Após discutir diversas definições que o conceito de ‘língua geral’ assumiu ao longo dos debates sobre as línguas indígenas brasileiras, Souza (2001, p. 18) sugere que, ao nomear a variedade documentada de “língua geral”, Costa Peixoto tencionava designar uma língua veicular, destinada à comunicação entre falantes de diferentes línguas. Não obstante o entendimento de que a LGM funcionava como uma língua veicular no Ciclo do Ouro seja comum a outros trabalhos analisados neste capítulo – hipótese também defendida em nossa tese –, aparentemente, a proposta de Souza (2001) previa algumas consequências estruturais relacionadas àquela classificação, conforme depreendemos a partir da leitura do seguinte trecho, no qual a autora parece cancelar a perspectiva crítica de Bonvini em relação às generalizações de Lopes (1945) sobre a identidade da LGM:

BONVINI comenta acerca das afirmações encontradas em LOPES (1945):

Dire qu’il s’agit de la langue ewé est une solution simpliste. [...] Mais cette affirmation [a que abre o comentário de Lopes] non plus n’est pas exacte. En 1945, on connaissait très mal la situation linguistique de la région. [...] Pour ma part, et en dépit des affirmations empressés des auteurs cités (non spécialistes de ces langues, de surcroît), je préfère attendre, enquêter en profondeur avant de tirer des conclusions. Ces auteurs semblent oublier que: 1° Pendant les presque trois siècles qui se sont écoulés, toutes le langues de la région ont évolué, dans l’espace et dans le temps, et que vouloir identifier un état de langue ancien avec celui d’aujourd’hui est une erreur méthodologique à éviter; 2° La fonction des langues actuelles ne correspond aucunement à celle propre de la langue ‘minna’, langue éminemment véhiculaire (‘geral’). Ce trait typologique est important et empêche tout rapprochement superficiel.

De minha parte, sigo o conselho de Bonvini: sem ter como prioridade identificar a língua registada no manuscrito com uma língua africana

específica, o objetivo principal será apresentar uma descrição das suas características tipológicas. (SOUZA, 2001, p. 14)

Conforme podemos perceber, o tópico central do posicionamento de Bonvini – retirado de um e-mail destinado à Profa. Dra. Margarida Petter, orientadora da dissertação de Souza (2001) – consiste na crítica feita à análise de Lopes (1945), por considerar a equiparação da LGM ao ewe uma interpretação simplista¹⁶. Não obstante, o próprio Bonvini chama a atenção para o fato de que, certamente, o problema existente na análise poderia ser atribuído ao momento da redação do trabalho, pois pouco se conhecia sobre as línguas Gbe em 1945, além do fato de o autor em questão não ser especialista no estudo daquelas variedades. E, após reconhecer a necessidade de uma descrição aprofundada da LGM para uma resposta mais definitiva, o autor classifica como um erro metodológico comparar uma variedade do passado com as línguas da sincronia e, o mais relevante para a nossa discussão, afirma que a função das línguas Gbe atualmente faladas seria diferente daquela assumida pela LGM, que por ser uma língua eminentemente veicular, teria traços tipológicos que impediriam uma comparação superficial entre a diacronia e a sincronia¹⁷. Sugerimos que, ao concordar com a crítica de Bonvini e também se comprometer a estudar a tipologia da LGM, Souza (2001) parece igualmente endossar a tese de que as línguas veiculares teriam uma tipologia diferente.

Muito provavelmente devido às recomendações de Bonvini, o trabalho de Souza (2001) não apresenta nenhuma comparação direta entre as estruturas da LGM e das línguas Gbe modernas. Conforme já mencionamos, o modelo que sustenta a análise da autora é o plano descritivo para as línguas negro-africanas, de Houis (1977), além do trabalho de Bonvini (1988), uma descrição da língua kàsĩm, variedade falada na fronteira entre o Norte do Gana e o Burkina Faso (SOUZA, 2001, p. 28). A autora faz uma longa exposição sobre os critérios de análise estabelecidos na metodologia de Houis (1977), que, grosso modo, fornece as regras gerais de formação de sentenças. Vale a pena destacar que são regras bastante gerais – como, por exemplo, a relação entre o predador verbal e seus argumentos –, traço que explica a destinação do plano ao estudo das línguas negro-africanas, entendidas de uma maneira ampla. Neste sentido, a metodologia de Houis

¹⁶ Recordemos a explicação de Ameka (1991, p. 2), segundo o qual, durante algum tempo, o termo ewe era utilizado para fazer referência a todo o complexo linguístico Gbe.

¹⁷ Vale destacar que, segundo Aboh (2015a, p. 48), não obstante as possíveis mudanças ocorridas nas línguas Gbe, a comparação entre os documentos diacrônicos e as línguas Gbe modernas atestam a relação entre elas e as similaridades estruturais.

(1977) parece não ressaltar nenhum tópico característico da morfossintaxe das línguas Gbe – como é o caso da LGM –, fator que, no nosso entender, traz prejuízos às análises e explicações de Souza (2001).

Ao introduzir o trabalho de Bonvini (1988), a autora chama a atenção para os objetivos que o levaram a estudar a kàšĩm tendo como base uma metodologia que abordasse, ao mesmo tempo, a análise da predicação e da enunciação. Na perspectiva do africanista francês, uma abordagem dessa natureza seria ideal para a interpretação de fenômenos como a ocorrência de ideofones, palavras isoladas na função de resposta e também morfemas marcadores de ênfase (SOUZA, 2001, p. 28), fenômenos mais ligados à enunciação e ao discurso. Ora, se pensarmos na LGM como um exemplo de gramática Gbe, a adoção de um modelo teórico que se ocupa do estudo simultâneo da predicação (sintaxe) e da enunciação nos parece um caminho interessante, pois as línguas Gbe apresentam muitas marcas que atestam a interface entre a sintaxe e o discurso – como marcadores de Tópico, Foco, Insistência etc. –, fato que leva Ameka (2010, p. 144-145) a chamar as línguas Kwa/Gbe de *discourse configurational languages* (cf. ABOH, 2004; ABOH, 2015a). Neste sentido, se o estudo do kàšĩm demandava um modelo teórico que articulasse as duas camadas da expressão linguística, como também é o caso das línguas Gbe, pareceria interessante a comparação entre os dados descritos por Bonvini (1988) e aqueles da LGM. Contudo, além de não apresentar nenhuma sentença do kàšĩm, não deixando claro, portanto, as razões que a levam a tomar como base o trabalho de Bonvini (1988), a autora restringe a sua dissertação ao estudo da morfossintaxe da predicação, devido às limitações do documento escrito (SOUZA, 2001, p. 29). Por esta razão, entendemos que, além dos problemas metodológicos aqui já discutidos, a dissertação de Souza (2001) incorre em outro equívoco, qual seja, o de não observar que a estrutura dialógica da *Obra Nova* fornece pistas de notável interesse para a descrição da organização do conteúdo informacional da sentença.

Outro problema que parece ser derivado da metodologia geral utilizada por Souza (2001) – qual seja, a vinculação da estrutura da LGM às propriedades esperadas nas línguas negro-africanas, entendidas de maneira ampla – é uma espécie de “discurso da perda” que, em alguns momentos, surge na argumentação da autora, relacionando a ausência de alguns traços gramaticais ao status de ‘língua veicular’. Um bom exemplo dessa questão é ilustrado pela discussão sobre classes nominais, na qual após fazer

referência a trabalhos como o de Bonvini (1988)¹⁸ e Williamson e Blench (2000)¹⁹, que consideram o sistema de classificação nominal como um dos traços tipológicos mais comuns nas línguas negro africanas, a autora chega à seguinte conclusão sobre a LGM:

Durante a análise dos enunciados [...] descartei, como hipótese inicial de trabalho na abordagem dos constituintes sintáticos nominais da língua geral de mina, a possibilidade de organização de um sistema de classes – desde então, percebi que não há concordância no nível sintagmático, como se verifica nas línguas que têm classes nominais. A existência de muitos nomes e sintagmas nominais iniciados por vogais, notadamente *a* e *e*, pode ser indício da presença de classes nominais – nesse caso, o nominante manifestar-se-ia por um prefixo vocálico – num estágio antigo da língua. Essas vogais, aparecendo apenas nos nomes e sintagmas nominais isoladamente, constituiriam, então, vestígios do sistema nominal da língua, que, em processo de mudança caracterizado pela perda progressiva dos prefixos de classes nominais, teve essa perda consolidada pelo estatuto veicular de que gozava no contexto da escravidão no Brasil. (SOUZA, 2001, pp. 80-81, grifos nossos)

Conforme podemos ver no trecho acima, a autora vincula a suposta perda acentuada dos marcadores de classe nominal na LGM ao fato de esta variedade ser entendida como uma língua veicular no Ciclo do Ouro. Provavelmente, ela estava seguindo a concepção de Bonvini, segundo o qual as línguas veiculares teriam propriedades tipológicas específicas. Entretanto, como mostra o trabalho de Aboh e Smith (2015, p. 53-54), a ausência dos prefixos de classe nominal das variedades Gbe já pode ser percebida na África, visto que, na maior parte das vezes, essas formas não são realizadas e, quando elas ocorrem, não têm nenhuma funcionalidade, configurando-se como sistemas de marcação “decorativa”. Neste sentido, se a argumentação de Souza (2001) estivesse correta e se, de fato, a perda de classes nominais fosse ocasionada pelo uso veicular da língua, talvez tivéssemos de assumir que esse mesmo uso veicular havia ocorrido na África, onde haveria apenas resquícios desse sistema. Contudo, os dados linguísticos e historiográficos observados tanto no documento de Costa Peixoto quanto nos estudos sobre as demais línguas Gbe não se coadunam a essa generalização de especificidade tipológica.

¹⁸ BONVINI, E. **Prédication et énonciation em kàsim**. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). (Sciences du Langage), 1988.

¹⁹ WILLIAMSON, K.; BLENCH, R. Niger-Congo. In: HEINE, B., NURSE, D. (eds.). **African languages**. An Introduction. Cambridge: Cambridge University Press, p. 11-42.

A problemática da metodologia geral utilizada por Souza (2001) também pode ser observada quando a autora analisa o verbo da LGM. Conforme podemos ver, na perspectiva da autora, o fato de essa classe de palavras nas línguas Gbe ser representada por raízes monossilábicas – até porque as línguas Gbe são línguas isolantes (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 40) – é tratado quase como uma exceção no âmbito das línguas negro-africanas:

Para tratar da problemática do verbo na língua geral de mina, considerá-lo-ei a partir de sua inserção no enunciado, uma vez que a base verbal não apresenta, isoladamente, qualquer marca formal que garanta seu reconhecimento como constituinte verbal. Assim, não é possível fazer uma abordagem desse constituinte sintático do ponto de vista de sua formação pela associação de bases e predicativos verbais – verbantes, na terminologia do modelo aqui utilizado –, como nas línguas cujo sistema verbal apresenta essa organização.

Nas línguas em que são atestados, os verbantes veiculam valores aspectuais como perfectivo, imperfectivo e aoristo (BONVINI, 1988). Na língua geral de mina, certos valores aspectuais são dados pela presença de morfemas específicos no enunciado, mas nem todos esses morfemas se ligam diretamente à base verbal, tampouco aparecem atrelados a ela quando isolados. Não se trata, portanto, de derivativos ou especificativos verbais. (SOUZA, 2001, p. 115)

De um modo geral, a descrição que Souza (2001) propõe para os dados da LGM, bem como a segmentação dos morfemas que ela realiza vão numa direção bastante acertada, destacando-se, assim, a relevância do trabalho como um guia para outros estudos. Entretanto, conforme mencionamos no início desta seção, a falta de ancoragem na literatura específica sobre a sintaxe das línguas Kwa/Gbe parece fazer com que a autora fique reticente em relação a algumas hipóteses largamente discutidas pelos especialistas nessas línguas. Tomemos como exemplo a seguinte descrição de Souza (2001, p. 118) sobre os dados de construções com o marcador de aspecto progressivo:

Neste sentido, ao determinar esse tipo de predicado na LGM, Souza (2001) dá exemplos como em (08), nos quais mantemos a análise da autora, a fim de evidenciar os problemas neles encontrados:

(08) LGM (SOUZA, p. 70-72)

a. **àvòhècudiu** a roupa está suja

avò/hè/cudiu

roupa/pron.pess.3^a.p/ (ser) sujo

roupa/ela/(ser) suja

“A roupa está suja”

b. **humcudiu** estou sujo

hum/cudiu

pron.pess.1^a.p.sing./ (ser) sujo

eu/(ser) sujo

“Eu estou sujo”

c. **héjázom** está doente

hé/jázom

pron.pess.3^a.p/ (ser) doente

ele/ (ser) doente

“Ele está doente”

d. **hum jazom** estou doente

hum/jazom

pron.pess.1^a.p. / (ser) doente

eu/ (ser) doente

“Eu estou doente”

Na perspectiva de Souza (2001, p. 73), predicados como aqueles encontrados em (08a-d) poderiam ser entendidos como “verbos estativos”, por funcionarem como verbos no nível da frase, mesmo sem apresentar morfemas característicos dessa classe de palavras. Entretanto, é necessário apontar que, nos dados destacados acima, a análise da autora parece ter sido enviesada pelas traduções de Costa Peixoto, uma vez que, ao contrário do que ela argumenta, sequências como *cudiu* e *jazom* não são verbos estativos, mas sim verbos de complementação inerente (ICVs)²³, cujos significados aproximados são “morrer sujeira” e “atingir doença”, respectivamente, um fenômeno muito característico da sintaxe das línguas Kwa/Gbe e com vários exemplos na LGM, os quais serão discutidos no capítulo 05 (cf. ESSEGBEY, 1999; ABOH, 2015b). Neste sentido, observamos que embora Souza (2001) tenha percebido, de alguma maneira, que as sentenças em (08) eram diferentes de predicções verbais canônicas, a ausência de reflexão a respeito dessas construções à luz da literatura especializada fez com que ela propusesse uma estrutura totalmente distinta para os dados, aparentemente, sob influência das traduções de Costa Peixoto.

Vale destacar, que o problema da influência das traduções sobre a análise de Souza (2001) aparece em outras passagens da argumentação da autora, conforme evidenciam os dados descritos pela autora que transcrevemos em (09):

(09) LGM (SOUZA, 2001, p. 42)

a. **adũ hé dume** doime os dentes

adũ/hé/du/me

dente/pron.pess.3^a.p./doer/pron.obj.1^a.p.sing.

dente/ele/dói/me

“O dente dói-me”

b. **tàhédume** doime a cabeça

cabeça/pron.pess.3^a.p./doer/pron.obj.1^a.p.sing.

cabeça/ela/dói/me

²³ *Inherent complement verbs*, na terminologia de língua inglesa.

“A cabeça dói-me”

c. **alim hévéme**

doime as cadr.^{as}

cadeiras (quadris)/pron.pess.3ª.p./doer/pron.obj.1ª.p.sing.

cadeiras/elas/doem/me

“As cadeiras doem-me”

De acordo com a descrição dos dados em (09), tal qual proposta por Souza (2001), a LGM teria dois verbos com o significado “doer”, *du* e *ve*, respectivamente. Entretanto, estudos sobre a sintaxe das línguas Gbe evidenciam que *du* é, na verdade, o verbo comer, que no contexto de construções ICV pode assumir diferentes significados – como em (10), abaixo –, e que *vé*, também no contexto de ICVs, pode assumir o significado de “machucar, doer etc.”, conforme vemos no dado em (12):

(10) gungbe (adaptado de ABOH, 2015b, p.23)

Verbo +	Nome complemento	=	significado ICV
dù	àxó ‘dívida’		ter dívidas ou ir à falência
	gbè ‘vida’		aproveitar
	xwè ‘ano’		celebrar/festejar
	àdì ‘veneno’		irritar-se
	wìnyán ‘vergonha’		estar envergonhado
	gán ‘chefe’		tornar-se chefe
	yà ‘dor’		sofrer

(11) LGM²⁴

numdedû hevè gê

num dedû he vè gê

coisa comer-RED DEM/3SG V_{MACHUCAR/EXCEDER} sal

Lit: ‘Coisa comestível ela machuca/excede sal’

CP: ‘O comer está salgado’

Vale destacar que a classificação de *vè* como um V_{ICV} é corroborada por exemplos como (12a-b), fornecidos por Aboh (comunicação pessoal):

(12) gungbe (ABOH, comunicação pessoal)

a. Odinate lo ve kwe

computador DET V_{ICV} dinheiro

Lit.: ‘O computador excedeu dinheiro’

‘O computador é caro’

b. Xo ehe ve na mi taun

palavra DEM V_{ICV} para 1SG.ACC muito

Lit.: ‘Esta palavra machucou para mim muito’

‘Este assunto me machuca muito’

A discussão dos dados expostos até aqui permite perceber que, em alguns pontos de sua análise, Souza (2001), influenciada pelas traduções de Costa Peixoto, incorre em alguns equívocos descritivos, conforme exemplificam os casos de V_{ICV}, estrutura pervasiva nas línguas Kwa/Gbe. Em nossa perspectiva, cremos ser possível afirmar que problemas como esse também resultam da metodologia adotada pela autora, que toma como ponto de partida traços extremamente gerais das chamadas línguas negro-africanas, sem levar em consideração tópicos centrais da gramática das línguas Gbe, um conjunto muito menor de variedades, caracterizadas por uma notável homogeneidade

²⁴ O dado em (11) faz parte da análise que desenvolvemos nesta tese, e que aprofundamos no capítulo 05.

morfossintática (cf. AMEKA, 1991; ABOH E ESSEGBEY, 2010; ABOH, 2015a; entre outros).

Não obstante as críticas realizadas, pontuamos que o trabalho de Souza (2001) apresenta aspectos muito relevantes que o distinguem de outros estudos analisados neste capítulo. Um desses traços, que tem sido constantemente lembrado em nossa argumentação, diz respeito às ponderações da autora acerca do gênero a que pertence a *Obra Nova*, que é uma espécie de manual de conversação, fator que, conforme defendemos, é essencial para evitar análises equivocadas sobre a qualidade dos dados fornecidos por Costa Peixoto. Sobre isso, vemos que Souza (2001, p. 63) ressalta os aspectos didáticos de Costa Peixoto ao fornecer diversas opções de resposta para uma mesma pergunta formulada na LGM, a fim de demonstrar as diversas possibilidades de uso da língua. Entretanto, tal qual pontuamos anteriormente, Souza (2001) não aproveitou das características dialógicas da *Obra Nova* para analisar tópicos típicos da morfossintaxe Gbe, o que nos parece ter sido um equívoco.

Também gostaríamos de destacar que a dissertação de Souza (2001) apresenta alguns *insights* muito relevantes sobre a estrutura da LGM, aos quais faremos menção no capítulo 05, devido à sua contribuição para a nossa análise sintática. Por mais curioso que possa parecer, cremos que os referidos *insights* tenham sido proporcionados pela própria metodologia que criticamos ao longo da seção, pois, na medida em que a autora não procurou vincular a LGM a nenhuma variedade Gbe moderna, mas sim descrever, de maneira potencialmente autônoma, os esquemas predicativos da língua documentada na *Obra Nova*, ela acabou por chamar a atenção para alguns traços da gramática da língua que, muito provavelmente, foram desenvolvidos na ecologia de contato do Ciclo do Ouro, dadas as diferenças apresentadas em relação às línguas Gbe atualmente faladas na antiga Costa da Mina, como é o caso das marcações de Tópico e Foco, temas que serão discutidos no capítulo 05. Porém, paradoxalmente, a metodologia que ilumina algumas intuições relevantes para a compreensão da LGM na ecologia de contato também coloca problemas centrais para a descrição de Souza (2001), pois uma vez que não há, na dissertação, informações consistentes sobre a estrutura da LGM antes de seu transplante para o Brasil, não há critérios seguros para atestar as mudanças ocorridas, mesmo que seja para atestar a hipótese da autora, qual seja, a da especificidade tipológica da língua veicular.

4.4. Castro (2002): o fongbe como paradigma de análise

Nesta seção, analisamos alguns aspectos do trabalho *A Língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII* (2002), escrito pela etnolinguista Yeda Pessoa de Castro. Uma das pioneiras no estudo das línguas africanas no Brasil, Yeda Pessoa de Castro obteve mestrado e doutorado em universidades africanas – na University of Ife (Nigéria) e na Université National du Zaïre (Zaire), respectivamente – e escreveu uma série de trabalhos sobre a permanência de valores culturais, étnicos e estéticos africanos no Brasil. Na perspectiva da autora, essa herança africana estaria presente em manifestações culturais como o samba, as religiões, e, do ponto de vista linguístico, principalmente no léxico (BORGES, 2015, p. 168).

As reflexões de Castro sobre o papel das línguas africanas no Brasil já se iniciam antes da conclusão de seu primeiro mestrado, realizado na área de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, entre os anos 1969-1972. Em Castro (1967, p. 25), por exemplo, a autora aborda a herança lexical africana e indígena no português falado no Brasil, o qual, em sua visão, mesmo não deixando seu status de “ideal linguístico”, teve seu léxico enriquecido com as contribuições desses chamados “brasileirismos”. Nesse trabalho, a autora aborda a relevância da população africana na cidade do Salvador (Bahia), afirmando que, no período colonial, o uso da língua franca de base tupi era sistematicamente substituído pelo uso das línguas africanas nas senzalas (CASTRO, 1967, p. 28). Além disso, a autora sugere a existência de um crioulo ou semicrioulo do iorubá falado na região, diante do aumento de africanos escravizados dessa origem naquela região:

Resultou que no século XIX, a cidade do Salvador era exemplo típico da coexistência de duas culturas diferentes: a portuguesa e a africana. Intensificava-se o comércio de negros procedentes da Costa dos Escravos, entre os quais parece ter havido uma predominância culturológica dos *Nagô*, como são conhecidos os *Iorubá* da Nigéria Ocidental e do Baixo Daomé no Brasil, por ter sido a língua iorubá, ao lado da portuguesa, falada correntemente entre a população negra da cidade, que já naquela época possuía um número consideravelmente grande de crioulos.

Corria, então, um dialeto crioulo ou semicrioulo do tipo nagô ou iorubá.
(CASTRO, 1967, p. 28, grifos nossos)

Ora, a base teórica para a hipótese de um crioulo ou semicrioulo nagô no Brasil parece ser o trabalho de Silva Neto (1950) – por nós já discutido no capítulo 01 desta tese –, mesmo teórico que Castro (1967) utiliza para defender o aspecto arcaizante e conservador do português falado no Brasil²⁵ e também as limitações da influência africana no PB, que teria ficado circunscrita ao léxico:

Salvo a contribuição vocabular, a rigor não poderemos dizer que tenha havido influência africana no Português do Brasil; senão falaríamos um dialeto crioulo ou semicrioulo do tipo de Cabo-Verde, da Guiné, das ilhas do Príncipe e São Tomé²⁶, ou então, favorecido pelo comércio intenso entre Bahia e África durante o último século do tráfico, uma das chamadas *línguas de comunicação*, como é o caso do “*pidgin-english*” corrente na Costa Ocidental da África e nos portos do Extremo Oriente. Teríamos uma “língua” de gramática muito simplificada, vocabulário deformado e mistura de elementos diversos, principalmente nagô. [...] (CASTRO, 1967, p. 30, grifos nossos)

Um ponto a ser destacado após a leitura do trecho acima é que, não obstante em outras passagens do texto Castro (1967) interprete o aporte lexical africano no português como uma forma de enriquecimento do vocabulário, no que diz respeito à influência na gramática, a perspectiva da autora parece ser perpassada pelo “discurso da perda”.

Castro (1967, p. 32) faz referência às línguas Gbe quando trata da influência *Jeje* no contexto dos candomblés da Bahia. Segundo ela, com o passar do tempo, os elementos lexicais inicialmente ligados às cerimônias religiosas do “povo de santo” passaram a fazer parte do vocabulário geral das zonas urbanas e rurais, configurando-se em “brasileirismos”:

Na mesma proporção que a influência morfológico-sintática vai desaparecendo com a ação niveladora da escola, aumenta a contribuição vocabular das línguas africanas ao Português do Brasil. Cresce com o prestígio dos cultos religiosos afro-brasileiros, ou candomblés, não mais sujeitos a sanções policiais como antes. E dêsses cultos, da “gente-de-santo”, tem partido um número cada vez maior de “brasileirismos” de origem africana que terminam fatalmente por ser

²⁵ Para um melhor entendimento dessa análise, remetemos o leitor ao capítulo 4 da dissertação de Silva (2016).

²⁶ É interessante observar que as ponderações de Castro (1967) acerca do impacto do contato com as línguas africanas sobre o PB se assemelham muito ao paradoxo identificado por Pagotto (2007) no trabalho de Fernando Tarallo, tópico abordado no capítulo 01 desta tese. Em outras palavras, vemos a temeridade de assumir uma influência das línguas africanas que, além do léxico, atinja domínios como a sintaxe, devido ao fato de o PB não se configurar como uma língua tradicionalmente vista como crioula. Conforme argumentamos no capítulo 01, tal paradoxo parece ser resultante de uma perspectiva excepcionalista em relação às línguas crioulas e ao próprio fenômeno de contato linguístico.

incorporados ao léxico da Língua, à medida que os falares regionais brasileiros são estudados. Aos cultos religiosos afro-brasileiros, à “*gente-de-santo*”, se deve uma boa parte da contribuição do léxico da Língua Portuguesa em geral, contribuição essa que vem tornando a Língua do Brasil mais variada e expressiva, dando-lhe uma fisionomia própria, que pode ser considerada definitiva e em via de acentuar-se. (CASTRO, 1967, p. 33)

Em trabalhos posteriores – isto é, em suas teses e artigos –, Yeda Pessoa de Castro aprofunda as discussões sobre a permanência do léxico de origem africana nas religiões afro-brasileiras. Na visão da autora, as novas pesquisas seriam o resultado de reorientação teórica e metodológica nos estudos afro-brasileiros, os quais, por razões históricas e epistemológicas, haviam ignorado dados importantes para a compreensão da presença africana no Brasil (CASTRO, 1983, p. 81). À luz dessas novas pesquisas, Castro (1995, p. 28) trata dos candomblés brasileiros ligados a diferentes nações africanas, os quais se diferenciam de acordo com o sistema lexical utilizado: léxico de base bantu para os candomblés congo-angola; léxico ewe-fon para as casas de tradição jeje; e ioruba para os terreiros de origem nagô-queto-ijexá.

Nesses trabalhos posteriores, também parece ter ocorrido uma reorientação na perspectiva sobre a influência das línguas africanas no PB, conforme parece indicar o seguinte trecho de Castro (1995):

Ainda está para ser devidamente estudada a influência de línguas africanas no português do Brasil. Contudo, dados de investigação recente suscitaram a tese de que as diferenças fonológicas que separam a pronúncia do português do Brasil e de Portugal resultam de um prolongado de interação social dos falares africanos no Brasil colônia. [...] (CASTRO, 1995, p. 29-30)

Entretanto, é em Castro (2002) que vemos uma abordagem mais detalhada de uma língua africana por parte da autora, levando em consideração não apenas aspectos lexicais e fonológicos, mas também aspectos sintáticos, e a língua estudada é justamente a LGM, razão pela qual revisitamos esse texto em nossa tese. Em termos propositivos, o trabalho de Castro (2002) assume uma perspectiva bastante semelhante a que propomos nesta tese, uma vez que alia uma reflexão sobre a história social dos africanos escravizados nas Minas Gerais do século XVIII – retomando, inclusive, a trajetória desses povos na África – a uma análise gramatical pautada na morfossintaxe das línguas Gbe modernas, mais especificamente, no fongbe, língua que a autora toma como paradigma.

É importante destacar a riqueza de informações trazidas por Castro (2002) – trabalho classificado como uma “mina de ouro” por Aboh (2015a, p. 123) – e sua contribuição para algumas das reflexões que fazemos aqui. Neste sentido, assim como Aboh (2015a), corroboramos a aproximação que Castro (2002) faz entre as estruturas da LGM e do fongbe, visto que, em termos sintáticos e historiográficos, a língua documentada na *Obra Nova* parece estar mesmo ligada, majoritariamente, aos africanos escravizados da parte Oriental da Costa dos Escravos. Entretanto, observamos que algumas das generalizações da autora partem de visões equivocadas sobre a estrutura das línguas Gbe, fato que traz problemas para a descrição da LGM, variedade que, mesmo tendo sido documentada em uma ecologia de contato – podendo, portanto, apresentar mudanças em relação ao seu grupo linguístico original –, apresenta padrões muito consistentes de uma gramática oriunda da antiga Costa da Mina.

Conforme afirmamos anteriormente, um dos principais pontos a serem ressaltados no trabalho de Castro (2002) diz respeito à sua vinculação à tradição africanista, na medida em que a autora busca amparar suas generalizações em pesquisadores que se debruçaram profundamente sobre o conhecimento histórico, antropológico e linguístico dos africanos ocidentais. Essa característica do trabalho pode ser ilustrada pela busca da autora por compreender a história dos falantes da LGM ainda na África, para explicar a sua trajetória no Brasil, suas relações étnicas e políticas antes do tráfico transatlântico e o rearranjo dos agrupamentos no território colonial. Neste sentido, antes de considerar a LGM no contexto estrito da colonização, metodologia seguida por alguns autores discutidos neste capítulo, a autora retoma o surgimento dos povos Gbe no território africano, através do exame da cultura Adjá-Tado, que, conforme vimos em Aboh e Smith (2015), foi construída por meio da migração dos povos Aja para a região de Tado, num período anterior ao século XIV (ABOH E SMITH, 2015, p. 45). Assim, na perspectiva de Castro (2002, p. 47), ao longo do tempo, a língua adjá teria se desenvolvido em um diassistema, de um lado, representado pelo ewe, e de outro, pelo fon, cada uma dessas variedades reunindo diferentes línguas e grupos étnicos relacionados, tais como anló, mina, gun, mahi etc²⁷. Ao longo de sua argumentação, fica claro que a autora entende a formação das diferentes variedades Gbe como resultante dos movimentos populacionais e dos contatos linguísticos, conforme exemplica o caso da emergência da língua mina, de

²⁷ Embora não fique claro o conceito de ‘diassistema’ movimentado por Castro (2002, p. 47), parece-nos provável que ela esteja estabelecendo, ao mesmo tempo, a origem comum e as diferenças existentes entre o Gbe Ocidental (representado pelo ewe) e o Gbe Oriental (representado pelo fon).

acordo com Castro (2002, p. 47), uma variedade próxima do ewe, originada através do fluxo migratório dos gãs de Acra para a região de Anexô. Na perspectiva da autora, o fongbe também teria uma origem semelhante, marcada pelos contatos e movimentos populacionais, como vemos na definição dada abaixo:

Fon [...] língua nacional e majoritária do Benim, estimada em 1 milhão e 200 mil falantes concentrados em Abomé, capital do antigo reino do Daomé, para onde os adjás-aizôs emigraram no século XVII e se misturaram aos gueदेvis, nativos do platô de Abomé, expandindo-se, através de conquistas, pelos territórios circunvizinhos ao norte, Savalu, e ao sul, Porto Novo, Cotunu e o reino de Uidá, então habitado pelo povo pedá, um agrupamento de pescadores que vive hoje às margens do lago Aheme e cujo centro principal é Guezim [...] (CASTRO, 2002, p. 48, grifos nossos)

Como o trecho destacado permite depreender, Castro (2002, p. 48) localiza a emergência do fongbe numa ecologia de contato, para a qual os adjás-aizôs migraram, encontrando-se com os gueदेvis para, depois do fortalecimento do reino, se expandirem através das guerras de conquista. As consequências linguísticas desses movimentos populacionais são abordadas por Aboh e Smith (2015), que mostram a expansão dos traços de tipo fongbe na direção da costa.

Após fazer as primeiras generalizações sobre a configuração etnolinguística da Costa da Mina – nome que o tráfico transatlântico dera ao Golfo do Benim (CASTRO, 2002, p. 48-49) –, a autora passa a tratar do impacto do tráfico de africanos escravizados dessa região teve para o Brasil, assumindo que os cativos oriundos do reino do Daomé constituíam a maioria do contingente de africanos ocidentais trazidos para o Brasil. É importante esclarecer que, ao afirmar que os africanos escravizados envolvidos no Ciclo da Costa da Mina eram, em sua grande maioria, oriundos do Daomé, certamente, a autora está fazendo referência às áreas dominadas pelo reino do Daomé, que envolvia os reinos a ele subordinados, visto que, a partir de 1724, os daomeanos tomaram o controle da Costa dos Escravos e do tráfico transatlântico (cf. LAW, 2002; ABOH, 2015a). Neste sentido, assim como outros estudiosos aqui abordados, Castro (2002, p. 51-52) também chama a atenção para o fato de que, embora grande parte dos africanos escravizados em Minas Gerais fosse de origem adjá-fon, existiam outros povos que utilizavam a LGM, alguns deles com proximidades etnolinguísticas.

Retomando alguns tópicos que tratamos no capítulo 03, vemos que Castro (2002) toma como evidência da presença ewe-fon no Brasil os traços que esses povos africanos deixaram em diferentes camadas do tecido cultural brasileiro, como na culinária, nas práticas agrícolas e no terreno religioso, no qual as divindades cultuadas, a estrutura conventual, bem como a linguagem litúrgica conservam muitos elementos de origem Gbe, assumindo destaque a permanência do fongbe e das variedades a ele associadas – como o gun e o mahi – na linguagem de santo (CASTRO, 2002, p. 51).

Conforme já dissemos anteriormente, a autora toma como paradigma para sua análise gramatical da LGM o fongbe moderno, devido à predominância dessa língua na *Obra Nova* e também no vocabulário litúrgico das religiões afro-brasileiras (CASTRO, 2002, p. 54). Tomando essa variedade como ponto de partida, ela passa a destacar algumas mudanças fonológicas da LGM em relação ao fongbe, ora atribuindo as mudanças ao registro escrito que os portugueses fizeram das variedades africanas – dadas as diferenças nos sistemas fonológicos e grafológicos –, ora identificando a origem dos fenômenos nas variações de pronúncia das línguas Gbe presentes na região do Daomé. Um exemplo apresentado pela autora diz respeito à pronúncia da palavra *legba* ‘demônio’ (COSTA PEIXOTO, 1741), que no Maranhão se transformara em *légua*: segundo ela, Delafosse (1894)²⁸ já havia atestado o mesmo tipo de fenômeno na fala de mulheres e crianças daomeanas (CASTRO, 2002, p. 56-57). Outro exemplo seria, na visão da autora, a mudança /h > g/²⁹, conforme ilustram os dados em (13). Na perspectiva da autora, embora essa troca consonantal fosse comum entre os cronistas portugueses antigos, havia um fenômeno de variação que ocorria na pronúncia dos próprios habitantes do Daomé:

(13) Mudança /h>g/ (CASTRO, 2002, p. 57)

Fon	→	CP
<i>àhã</i>		agam , aguardente
<i>aihũ'</i>		ahigum , zombar
<i>hã</i>		ugam , porco
<i>hã'já</i>		(u)ganjou , manteiga

²⁸ DELAFOSSE, M. **Manuel dahoméen**. Paris: Ernest Leroux Editeur, 1894.

²⁹ Na verdade, nesses casos, o *h* representa as fricativas velares /x/ ou /ɣ/ (cf. HOFMANN, 2003).

<i>hũ</i>	gum , sangue
<i>huè</i>	guhê , sol
<i>huevi</i>	guhevi , peixe
<i>hùhõ</i>	gugom , abrir a porta
<i>hui</i>	gui , você
<i>jòhõ`</i>	gegom , vento
<i>ma yì hõ gbe</i>	mahi gumbê , vou arrancar capim
<i>mehũtɔ`</i>	meguto , matador de gente
<i>mehuelitɔ`</i>	megulitó , capitão-do-mato

Neste sentido, quando se refere ao nível fonológico, Castro (2002) observa algumas diferenças entre o fongbe moderno e a LGM, e estabelece algumas hipóteses explicativas para os fenômenos: por vezes, é uma variação também encontrada nas variedades faladas no Daomé, *locus* original da língua, ou, por outro lado, se resumem a diferenças que resultam do processo de transposição da língua Gbe para o português. Vale destacar que, pelo menos no que diz respeito à primeira hipótese explicativa, depreende-se que Castro (2002) vê a LGM como uma língua natural, sujeita à variação e à mudança em qualquer um dos lados do Atlântico, não aderindo, aparentemente, às noções excepcionalistas vistas em outros trabalhos.

De acordo com Castro (2002, pp. 58-59), das 920 entradas lexicais encontradas na *Obra Nova*, 755 eram de origem fon. Segundo ela, tal proporção era semelhante àquela encontrada no vocabulário que Rodrigues (1933) colhera entre alguns daomeanos que, no final do século XIX, viviam na Bahia, visto que das 72 entradas apresentadas pelo autor, apenas 18 delas teriam origem diversa do fon, como *ewe*, *gun*, *mahi* ou *aizô*. Na perspectiva da autora, dados dessa natureza seriam evidências para a hipótese de Yai (1997), qual seja, a de formação de uma língua crioula de base lexical fongbe no Brasil³⁰. Entretanto, mesmo que faça referência ao trabalho de Yai (1997), não identificamos, ao

³⁰ Conforme já argumentamos anteriormente, dados lexicais dessa natureza não se configuram como provas cabais para uma hipótese de formação de crioulo, dada a homogeneidade lexical das línguas Gbe.

longo do texto de Castro (2002), o desenvolvimento de uma teoria de crioulização, tal qual a defendida pelo africanista beninense e discutida na seção 4.2.

Ao introduzir a sistematização dos itens lexicais documentados por Costa Peixoto, Castro (2002, pp. 67-69) faz uma série de observações de caráter fonológico, a fim de explicitar o modo como ele havia transposto para a grafia portuguesa os sons característicos das variedades africanas. O estudo desses comentários foge do escopo de nosso trabalho, centrado na análise morfossintática. Entretanto, alguns pontos chamam a nossa atenção. Um deles é a seguinte nota que a autora faz acerca da representação que Costa Peixoto dá para a oclusiva retroflexa /d/:

[...] Além disso, como essa retroflexa tem variantes dialetais e Costa Peixoto contou com falantes procedentes de diversas regiões do domínio ewe-fon, razão daquela “advertência” feita por ele, ao final do manuscrito, tal diversidade provocou a aparente confusão na escrita dos termos do seu vocabulário, a exemplo de /d/ > l, r/ ou /d/ > l, n/, sobre o que falamos no corpo do texto, assunto de interesse dos estudos de dialetologia africana. (CASTRO, 2002, p. 67)

Conforme vemos, a autora explica a razão pela qual Costa Peixoto varia na representação gráfica da LGM, atribuindo a situação ao fato de que os informantes da *Obra Nova* eram oriundos de diferentes regiões do “domínio ewe-fon”. Tal observação corrobora a linha de argumentação assumida nesta tese, qual seja, a de que a designação “Mina” deve ser entendida como “grupo de procedência” (cf. SOARES, 2002), no qual se inseriam diferentes grupos Gbe, não obstante a predominância de traços do Gbe Oriental na LGM. Também é digna de nota a observação feita pela autora sobre as prováveis tentativas de Costa Peixoto de representar os tons da LGM, hipótese que, conforme vimos, também é aventada por Petter e Cunha (2015).

Tal qual ocorre no estudo do léxico, Castro (2002) toma o fongbe como paradigma para o estudo da morfossintaxe da LGM, apresentando as sentenças da *Obra Nova* seguidas de seus correspondentes na língua Gbe moderna, na maior parte das vezes, sem glosas. O primeiro problema que emerge dessa metodologia é que a ausência das glosas faz com que a estrutura das sentenças em ambas as línguas não seja explicitada, o que impede, em termos analíticos, a percepção clara de suas semelhanças e diferenças. Outrossim, a falta de uma descrição clara que explicita as conclusões que a autora formula

a respeito da estrutura da língua leva a algumas análises equivocadas, que não correspondem nem à sintaxe do fongbe e nem à da LGM.

Um exemplo do segundo problema mencionado pode ser visto na passagem em que Castro (2002) analisa os marcadores verbais no fongbe e na LGM, conforme demonstra a descrição em (14):

(14) Forma passado: *ko* (já) (CASTRO, 2002, p. 189)

Ecódugê, já se batizou. Fon *e ko dɔjɛ* `.

Humcójou, já a larguei. Fon *ũ ko jo*.

Sòhécohigom, o cavalo fugiu. Fon *sɔ e ko i hõ*

Na descrição (14), Castro (2002, p. 189) apresenta o dado da LGM, sua tradução para o português e o equivalente no fongbe, argumentando que a forma *ko* corresponderia ao marcador de passado. Entretanto, o primeiro ponto a ser ponderado é que há uma grande discussão na literatura a respeito da marcação de tempo e aspecto nas línguas Gbe, e há uma espécie de consenso de que as referidas variedades tendem a se configurar como línguas aspectuais, isto é, línguas que marcam gramaticalmente o Aspecto, em detrimento da marcação de Tempo (cf. ABOH, 2004; ABOH E ESSEGBEY, 2010). Aliás, no que diz respeito à codificação gramatical de Tempo, Aboh (2004, p. 34) reconhece apenas o marcador de futuro³¹. Além disso, outro consenso na literatura sobre as línguas Gbe consiste na análise de que, nessas línguas, o Aspecto perfectivo não apresenta nenhuma marca morfológica, pois, em geral, os chamados verbos dinâmicos ou eventivos recebem uma leitura *default* perfectiva, ao passo que os verbos estativos ou incoativos recebem uma leitura de presente, conforme os exemplos em (15) permitem perceber (ABOH, 2004, p. 162; ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 41-42):

(15)

a. tò	gǎn	mí	tòn	xò	àgà	hún	[gungbe]
state	chief	1PL	POSS	buy-PERF	sky	engine	

‘Our President bought an aircraft’

³¹ Remetemos o leitor ao trabalho de Aboh (2004) – capítulo 05 –, no qual o autor faz uma argumentação detalhada das razões que o levam a considerar um marcador de Tempo futuro nas línguas Gbe.

‘Nosso presidente comprou um avião’ (ABOH, 2004, p. 162, ex. 15e)

b. Kpón! Àsé ló wlé àjàkà ló dìn trólóló
 look cat DET catch mouse DET now just
 dìn [gungbe]
 now

‘Look! The cat has caught the mouse just now’

‘Veja! O gato pegou o rato agora mesmo’ (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 42, ex. 7)

c. tò găn mí tòn nyón Jak Cirak [gungbe]
 state chief 1PL POSS know-PRES Jak Cirak

‘Our President knows Jacques Chirac’

‘Nosso presidente conhece Jacques Chirac’ (ABOH, 2004, p. 162, ex. 15f)

d. Kofi fé ŋkú bia [ewegbe]
 K. POSS eye become_red

‘Kofi’s eye is red’

‘O olho do Kofi está vermelho’ (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 42, ex. 8)

Diante desses dados, cremos ser possível argumentar que *ko* não é marcador de passado nem na LGM e nem nas outras línguas Gbe – como é o caso do fongbe –, pois as línguas desse grupo não apresentam um marcador de tempo dessa natureza, mas sim a oposição perfectivo/presente a partir da semântica dos verbos, sem nenhuma marcação morfológica. Além disso, vale destacar que outras sentenças da LGM que também foram traduzidas para o passado não apresentam o suposto marcador *ko*, constituindo, assim, outro problema para a descrição de Castro (2002). Ao abordar a questão, Aboh (2004, p. 174-175) apresenta a discussão de vários autores a respeito da forma *kò*, e conclui que a

ela deveria ser analisada como um elemento de natureza adverbial, embora chame a atenção para a necessidade de maiores pesquisas sobre o tema. De qualquer maneira, parece-nos correto afirmar que, diferentemente do que defende Castro (2002), o morfema aqui discutido não faz parte do conjunto de marcadores de Tempo, Modo e Aspecto (TMA) da LGM, os quais serão apresentados no capítulo 05.

Outro aspecto que chama a atenção no trabalho de Castro (2002) diz respeito à seguinte análise do domínio nominal da LGM:

(16)

Quanto ao nome, ele pode ser determinado:

I. Por um artigo determinativo *a-*, um antigo prefixo classificatório, frequente na “língua mina” e na linguagem litúrgica afro-brasileira, ambos de aspectos arcaizantes, o que levou Sérgio Ferreti a fazer a seguinte observação: “É comum o pessoal da Casa (Mina) incluir um *a* antes de muitas palavras, como por exemplo, os nomes de divindades: Verequete e Averequete, Jotim e Ajotim” (1996: 183). (CASTRO, 2002, p. 189)

Com efeito, conforme já mencionamos neste capítulo, a literatura relata que algumas línguas Gbe modernas apresentam alguns resquícios de prefixos de classificação nominal e, de acordo com Aboh e Smith (2015, p. 62), essas marcas também ocorrem no saramaccan, um dos crioulos que emergiram no Suriname sob influência das línguas Gbe. Neste sentido, Castro (2002, p. 189) está correta em classificar a ocorrência dos prefixos como um aspecto arcaizante, dada a sua maior presença em documentos históricos e a ausência de funcionalidade gramatical dessa forma nas variedades modernas (ABOH E SMITH, 2015, p. 53-54).

Entretanto, diferentemente do que afirma a autora, argumentamos que os prefixos de classificação nominal não funcionam como artigos determinativos na LGM, visto que tal generalização leva a conclusões equivocadas sobre a ordem de palavras no âmbito do sintagma nominal das línguas Gbe. Conforme indicam os dados do gungbe em (17), o sintagma nominal das variedades Gbe apresenta a ordem fixa nome-adjetivo-numeral-demonstrativo-especificidade-número, isto é, com todos os modificadores ocorrendo à direita do NP (ABOH, 2004, p. 77):

(17) gungbe (ABOH, 2004, p. 78, ex. 3a-b)

a. Kòkú	xò	távò	dàxó	xóxó	àtón	éhè	ló	lě
Koku	buy-PERF	table	big	old	NRAL	DEM	SPF _[+SPF]	NUM

‘Koku bought these specific three big old tables’

‘Koku comprou essas três grandes mesas velhas específicas’

b. Kòkú	xò	távò	xóxó	àtón	dé	lě
Koku	buy-perf	table	old	table	SPF _[+DEF]	NUM

‘Koku bought some specific three big tables’

‘Koku comprou três grandes mesas específicas’

Os exemplos apresentados em (18) mostram que, não obstante a LGM não disponha de exemplos em que todas as referidas posições do DP estejam preenchidas, alguns dados sugerem que o padrão é semelhante àquele apresentado pelo gungbe em (17), isto é, com o núcleo nominal precedendo os modificadores:

(18) LGM

a. nhimásácouculouch achóhã

nhi	má	sá	couculou	ch(e)	achó	hã
1SG	NEG	vender	galinha	1SG.POSS	dívida	NEG

Lit.: ‘Eu não vendo galinha minha dívida não’

CP: ‘Eu não vendo as minhas galinhas fiadas’

b. a suche həcû

asu	che	hè	cû
marido	1SG.POSS	3SG	morrer

Lit.: ‘Marido meu ele morreu’

CP: ‘O meu marido morreu’

c. humgu meru pou

hum gu me rupou

1SG matar pessoa um

Lit.: ‘Eu matei pessoa uma’

CP: ‘Matei uma pessoa’

d. sácouculourupou námeachô

sá couculou rupou ná me achô

vender galinha um PREP 1SG.ACC dívida

Lit: ‘Venda galinha uma para mim dívida’

CP: ‘Venda-me uma galinha fiada’

Os dados em (18) apresentam DPs em que o nome núcleo é modificado por pronomes possessivos (18a-b) e por numerais (18c-d), os quais sempre vêm à direita, sugerindo que a ordem do sintagma nominal na LGM é a mesma dos exemplos do gungbe em (17a-b). Neste sentido, ratificamos que a generalização de Castro (2002, p. 189) sobre o marcador de classe *a-* como um artigo determinativo é equivocada, uma vez que, tanto nos dados sincrônicos quanto nos diacrônicos, o prefixo em questão não funciona como um dos modificadores do NP, tanto do ponto de vista sintático (ordem) quanto do ponto de vista semântico, uma vez que, nas Gbe modernas, eles são vazios de significado (cf. ABOH E SMITH, 2015).

Finalmente, também são dignas de nota as ausências de explicações para algumas estruturas da língua, as quais, se exploradas, poderiam trazer uma série de informações sobre a morfossintaxe das línguas Gbe, sobre as semelhanças e diferenças entre essas variedades autóctones da África e a LGM, além de fornecer subsídios para pesquisas concentradas na influência do contato com as línguas africanas na emergência do PB. Um exemplo dessas lacunas está na seção do estudo dedicada aos verbos, na qual a autora

apenas fornece o verbo na LGM, sua tradução para o português e o seu correspondente no fongbe, método que, de certa maneira, faz com que Castro (2002) repita o trabalho de Costa Peixoto, que, de fato, ao escrever a *Obra Nova*, preocupou-se apenas em registrar os significados que aquela variedade africana no Novo Mundo veiculava, uma vez que não estava escrevendo uma gramática. Castro (2002), por sua vez, em um trabalho tão minucioso do ponto de vista histórico, antropológico e etnológico, deixa de descrever aspectos centrais da morfossintaxe Gbe a partir da LGM, como as estruturas de serialização verbal e os verbos de complementação inerente, por exemplo.

4.5. Bonvini (2008): a língua geral de Mina como uma língua veicular em estado de pidginização

O quinto e último trabalho que revisitamos neste capítulo faz parte do texto *Línguas africanas e português falado no Brasil*, escrito pelo africanista Emilio Bonvini (2008), criador do Laboratório de Linguagem, Línguas e Culturas da África Negra do CNRS (*Centre national de la recherche scientifique*), em Paris, e especialista no estudo das línguas africanas, da tradição oral angolana e afro-brasileira (FIORIN E PETTER, 2008, p. 207). Conforme já relatamos, a análise que Bonvini (2008) propõe para a LGM vem no contexto de seu trabalho sobre as línguas africanas e sua relação com o PB, já citado em outras passagens desta tese. A reflexão sobre a variedade utilizada pelos africanos Gbe nas Minas Gerais, uma seção relativamente curta, é embutida numa sequência na qual o autor trata das línguas faladas pelos africanos escravizados na colônia, discussão permeada pelos questionamentos acerca do status assumido pelo idioma nas interações sociais. À luz da perspectiva teórico-metodológica que ancora nossa tese, problematizamos algumas das generalizações apresentadas pelo autor, sobretudo aquelas pautadas pela teoria de Manessy (1995).

Conforme podemos observar através do título da seção, Bonvini (2008) sugere que, no contexto da mineração, a LGM tinha o status de uma língua veicular, papel social atribuído a variedades que servem de meio de comunicação comum entre indivíduos falantes de diferentes línguas (PETTER, 2015c, p. 197). Assim, na perspectiva de Bonvini (2008), o caráter veicular da LGM seria derivado das seguintes funções sociais por ela assumidas:

[...] uma língua com vocação supralocal, proveniente de línguas africanas do grupo *gbe* (subfamília *cuá*), forjada no Brasil, para ultrapassar a dispersão engendrada pela copresença de diversos falares tipologicamente semelhantes. Ela constituía a mais prática e, linguisticamente, a mais econômica solução. (BONVINI, 2008, p. 45)

Com efeito, os dados historiográficos discutidos no capítulo 03, bem como as observações de autores como Lopes (1945) e Yai (1997), apresentadas anteriormente, também levam à classificação da LGM como uma língua veicular no contexto da economia mineradora. Devido à centralidade socioeconômica e a predominância numérica dos falantes de Gbe, a LGM era uma forte competidora naquela ecologia linguística, permeando diferentes domínios e redes sociais de comunicação. Aliás, vale lembrar que, conforme depreendemos da leitura de Soares (2019, p. 140), esse mesmo status de língua veicular era mantido no Rio de Janeiro, onde a LGM era utilizada para a comunicação no interior do grupo de procedência Mina, ao passo que os vernáculos dos escravizados eram utilizados na comunicação familiar e o português na comunicação com o restante da população. Porém, problematizamos a faceta gramatical da análise de Bonvini (2008), que parece atrelar o caráter veicular da LGM à suposta perda de traços gramaticais da língua no Brasil.

Após fornecer os dados bibliográficos da *Obra Nova*, Bonvini (2008) passa a considerar alguns pontos da análise feita por Lopes (1945). O primeiro aspecto destacado é o fato de a LGM não ser a língua vernácula de todos os indivíduos que a utilizavam em Minas Gerais, proposta esta que, indiretamente, Bonvini (2008) também assume, na medida em que considera a variedade em questão uma língua “supralocal”, cujo uso teria sido uma solução econômica para a comunicação entre falantes de línguas distintas, mas tipologicamente similares (BONVINI, 2008, p. 45). Em uma discussão relacionada ao primeiro aspecto, Bonvini (2008, p. 40) repercute o questionamento feito por Lopes (1945, p. 46) acerca da perda da pureza da língua gu, e, em outras palavras, se pergunta se o uso da LGM como língua veicular teria, de alguma maneira, modificado o “estado original” da variedade africana. Nesse primeiro momento, a resposta dada por Bonvini (2008) vem do texto de Lopes (1945), qual seja, a visão de que a baixa qualidade dos dados apresentados por Costa Peixoto não permitiria discutir a questão de maneira apropriada. Entretanto, mais a frente, Bonvini (2008, p. 45) parece formular uma resposta para o questionamento apresentado, atestando na LGM a ausência de alguns traços sintáticos considerados característicos das línguas Gbe, tais como: construções de

serialização verbal; construções clivadas de predicado; pronomes logofóricos; e sintaxe de tipo alienável.

Entretanto, com base na análise sintática da LGM que apresentamos no capítulo 05, mostramos que algumas generalizações de Bonvini (2008) no campo estrutural parecem ser equivocadas. Além disso, argumentamos que o fato de um fenômeno entendido como característico das línguas Gbe não ser encontrado na *Obra Nova* não significa, necessariamente, que a LGM tenha perdido traços sintáticos Gbe, pois, conforme temos defendido, os processos de competição e seleção de traços numa ecologia de contato leva a um cenário de recombinação, em que a reorganização dos traços das várias línguas que participam da ecologia podem fazer emergir uma estrutura totalmente inovadora, que não estava em nenhum dos dialetos. Neste sentido, é possível que as propaladas perdas estruturais correspondam a inovações da LGM, aspectos que uma análise sintática mais aprofundada pode revelar. Soma-se a isso o fato de que, conforme argumentamos alhures, a *Obra Nova* não consiste numa gramática da LGM que, obrigatoriamente, teria de registrar todos os paradigmas esperados numa língua Gbe. Pelo contrário, ela pode ser compreendida como uma fotografia da língua, ou melhor, das interações travadas entre Costa Peixoto, o autor-personagem, e seus informantes, os africanos escravizados, ou das interações por eles reportadas, como os vários embates entre os cativos e os agentes coloniais – como os capitães do mato, os burocratas da pesagem do ouro etc. Por tal razão, é natural que as estruturas sintáticas disponibilizadas no documento se restrinjam àquelas utilizadas nas referidas interações.

Após atestar na LGM a falta de uma série de propriedades gramaticais características das línguas Gbe, Bonvini (2008) acaba por concluir que a LGM seria um falar veicular em fase de pidginização:

[...] mantemos nossa hipótese inicial (Bonvini e Petter, 1998), a saber, que a língua mina corresponderia a um falar veicular, mas acrescentando que, na verdade, este último se encontrava numa fase de pidginização (Manessy, 1995: 22-27) isto é, uma fase em que a língua estava submetida ao tríplice fenômeno de “adaptação” (= reinterpretação segundo um modelo estrangeiro), de “simplificação” (= diminuição do número de manifestações externas dos mecanismos gramaticais e melhoria de seu rendimento funcional) e de “redução” (= redução a zero da complexidade do sistema linguístico). [...] (BONVINI, 2008, p. 45)

Conforme o trecho acima evidencia, Bonvini (2008) assume o conceito de pidginização tal qual definido por Gabriel Manessy (1995), num volume que reúne uma série de trabalhos do autor sobre a formação de pidgins e crioulos, escritos entre 1975-1990. Na perspectiva deste autor – especialista na formação das variedades africanas do francês –, haveria uma oposição entre língua natural, que seria a língua materna de um determinado grupo de pessoas, e língua franca, que seria uma língua adquirida como L2 por diferentes povos. Nesse processo de transformação em língua franca, a língua natural seria caracterizada por algumas perdas estruturais em seu vocabulário e em sua gramática. A simplificação do sistema poderia ser identificada no desaparecimento de alguns contrastes – como, por exemplo, a perda da oposição entre posse alienável e inalienável no diulá e no sango veiculares –, ou mesmo na adaptação da língua a certas tarefas mais imediatas, como a comunicação, na qual os falantes não se importariam com o registro de língua utilizado, mas apenas com as demandas do momento (MANESSY, 1995, p. 22-25).

Ora, na medida em que Bonvini (2008) considera a LGM uma língua veicular que emergira no Brasil como uma variedade supralocal e supraétnica, uma solução prática e econômica para a comunicação na sociedade mineradora, parece-nos que, na verdade, o autor está se referindo a uma nova variedade de língua africana surgida no Brasil, simplificada em relação à estrutura das línguas Gbe, reduzida para atender às demandas da comunicação e reinterpretada “segundo um modelo estrangeiro” (BONVINI, 2008, p. 45). Embora não fique extremamente claro qual seria esse modelo estrangeiro a partir do qual a variedade Gbe seria reinterpretada, destacamos que, ao constatar que o fongbe não apresentava a dupla negação encontrada na LGM, Bonvini (2008, p. 44) atribui a emergência da estrutura a um decalque do português falado na época da mineração³², e ao enumerar as perdas estruturais da LGM, o autor faz o seguinte questionamento: “Qual é, então, a verdadeira sintaxe da língua ‘mina’, em relação ao português falado por Peixoto?” (BONVINI, 2008, p. 45).

Do mesmo modo como argumentamos na primeira seção deste capítulo, reiteramos aqui o ponto de que a possível influência do português sobre a sintaxe da LGM consiste numa hipótese digna de observação, dada a centralidade da variedade metropolitana na ecologia linguística das Minas Gerais do século XVIII e também devido

³² Esta questão será abordada em maiores detalhes no capítulo 05.

à aquisição da LGM como L2 por falantes de português, sendo o autor-personagem António da Costa Peixoto um ótimo exemplo desse processo. Neste sentido, o questionamento de Bonvini (2008) e a relação feita entre a LGM e o português de Costa Peixoto nos parece bastante importante e sugestivo. Entretanto, defendemos que tais hipóteses devem ser exploradas de maneira cuidadosa, de modo que conclusões sejam tomadas após a análise da sintaxe das línguas Gbe que estavam no Brasil naquele momento, trabalho que, por si só, pode dirimir algumas hipóteses auxiliares, como as análises de perdas estruturais. Este é o caminho que propomos no capítulo 05, no qual mostramos que a presença de construções de serialização verbal, construções de complementação inerente, de adjetivos verbais, além de outros fenômenos característicos das línguas Gbe parece provar a ausência de um processo completo de reestruturação gramatical que afaste a LGM de seu grupo linguístico original – genética e tipologicamente falando.

Por fim, no que diz respeito à fundamentação teórica, observamos que ao definir a emergência da LGM como um caso de pidginização, no sentido de Manessy (1995), Bonvini (2008) parte de uma perspectiva de que o contato e a aquisição de L2 colocam as línguas veiculares numa categoria tipológica especial, caracterizada pela simplificação, adaptação etc., opondo-se aos fenômenos ocorridos nas línguas naturais, oposição feita pelo próprio Manessy (1995). No entanto, conforme vemos em Mufwene (2008), DeGraff (2003), entre outros, oposições dessa natureza não se sustentam nos fatos, visto que, em alguma medida, todas as línguas são formadas através das ecologias de contato, como foi o caso das próprias línguas românicas. Neste sentido, se a LGM desenvolveu alguma inovação em meio à ecologia de contato do Ciclo do Ouro, este não deve ser visto como um caso excepcional, mas sim como algo inerente à evolução de todas as línguas, no sentido de Mufwene (2008).

Ademais, argumentamos que a análise que Bonvini (2008) propõe para a LGM parece ter sido enviesada pelo tipo de instrumento linguístico concretizado pela *Obra Nova*, assim como vimos na análise de Lopes (1945). Embora Bonvini (2008) não apresente críticas ao desempenho descritivo de Costa Peixoto – como o faz Lopes (1945) –, traçamos essa hipótese comparando à análise que o autor faz sobre a *Arte da Língua de Angola*, de Pedro Dias (1697), claramente uma gramática tradicional do quimbundo (cf. ROSA, 2019). Aliás, este é um dos aspectos da obra ressaltados por Bonvini (2008, p. 37), que além de descrever todos os tópicos abordados por Dias (1697), define o

trabalho do jesuíta como “a primeira gramática sistemática do *quimbundo*”. Além disso, o autor reputa como inovadora a decisão metodológica de Dias (1697) de não apontar declinações e casos no quimbundo, proposta que o autor vê como uma solução, antes da elaboração do conceito de classe nominal (BONVINI, 2008, p. 37).

Um aspecto interessante da análise é que, embora o autor considere o quimbundo uma língua veicular tanto em Angola quanto no Brasil, tomando como base tanto trechos de Dias (1697) quanto de Serafim Leite (1947) – historiador da Companhia de Jesus, insituição à qual Pedro Dias era vinculado –, diferentemente da conclusão a que chega sobre a LGM – qual seja, língua veicular em fase de pidginização –, Bonvini (2008, p. 38) afirma que o quimbundo descrito por Dias (1697) não seria um pidgin ou uma língua mista, mas sim “uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola”. Diante disso, cremos que as conclusões díspares de Bonvini (2008) acerca das duas línguas veiculares possam ser explicadas pela estrutura distinta que envolve os dois documentos, pois enquanto a gramática de Dias (1697) consiste numa descrição tradicional da língua, na qual as sentenças e classes de palavras são explicadas, a *Obra Nova* consiste numa espécie de registro das interações vividas por Costa Peixoto ou reportadas a ele, sem um trabalho metalinguístico perceptível. Deste modo, talvez a estrutura do instrumento linguístico tenha levado Bonvini (2008) a ver perdas estruturais na LGM, conclusão problematizada pela análise sintática que apresentamos no capítulo 05.

4.6. Conclusões

No encerramento do primeiro capítulo desta tese, no qual retomamos vários trabalhos que debateram a participação ou não das línguas africanas na formação do PB, chamamos a atenção para o fato de que a construção de uma História Linguística brasileira deve estar ancorada no conhecimento mais pleno possível das línguas africanas que formaram nossa ecologia de contato, trabalho este amparado por teorias não-excepcionalistas, que enxergam a história dos contatos como condição *sine qua non* dos fenômenos de evolução linguística, em qualquer lugar, em qualquer tempo e com qualquer povo. Com base nisso, no capítulo 02, apresentamos as teorias de contato que norteiam nossa reflexão e, no capítulo 03, nos concentramos em caracterizar o Ciclo do Ouro – nosso capítulo da História Linguística brasileira – como a ecologia de contato na

qual a LGM se desenvolveu. Porém, ao examinarmos trabalhos anteriores sobre essa variedade linguística colonial, observamos que várias das particularidades ecológicas por nós destacadas não foram abordadas de modo adequado, o que nos levou à elaboração desta tese.

Não obstante os aspectos positivos e, por assim dizer, pioneiros das pesquisas analisadas neste capítulo, um ponto digno de nota diz respeito às diferentes categorias atribuídas à LGM: para Lopes (1945), ela seria um dialeto Gbe com perdas estruturais, devido à sua aquisição como L2; para Yai (1997), seria o fongbe em fase de criouliização, devido à emergência de uma cultura diaspórica no Novo Mundo, permeada pela mistura; para Souza (2001), seria uma língua veicular com traços tipológicos característicos das línguas que exercem essa função num contexto social; para Bonvini (2008), a LGM seria uma variedade Gbe em fase de pidginização, portanto, caracterizada por perdas estruturais e reinterpretada segundo um modelo estrangeiro. Ora, se retomarmos as discussões feitas no capítulo 01, tais classificações nos lembram o debate sobre as línguas transplantadas ou as generalizações sobre a reestruturação de línguas em contextos de contato, dada a suposta necessidade de reconstruir as estruturas perdidas. Assim, em linhas gerais, trabalhos como esses partem do pressuposto de que os contatos linguísticos geram tipos linguísticos especiais, caracterizados por mudanças diferentes daquelas encontradas fora dos contextos coloniais. Entretanto, na esteira de Mufwene (2001, 2008, entre outros trabalhos), argumentamos que todas as mudanças linguísticas ocorrem em consequência das interações que, por razões históricas, sociais, econômicas, os falantes de diferentes idioletos estabelecem uns com outros e, nesse processo, com intuito de atingir seus mais variados objetivos, acomodam seus idioletos mutuamente (MUFWENE, 2008, p. 32). Conforme temos defendido ao longo da tese, essas dinâmicas interacionais e a competição e seleção de traços linguísticos que delas resultam ocorreram e ocorrem em qualquer tempo e espaço, construindo a história de todas as línguas.

Além da visão excepcionalista sobre o contato, outra conclusão que podemos tirar a respeito dos trabalhos aqui analisados é que, embora não haja dúvida em nenhum dos autores quanto à ligação histórica e tipológica da LGM com as variedades Gbe da África Ocidental, foram poucos os estudos que reuniram uma argumentação linguística sólida a fim de comprovar essa generalização. Em Lopes (1945), temos a menção a alguns traços morfossintáticos característicos, mas não há discussão de exemplos, até para que seja possível entender as razões que o levam a concluir que algumas propriedades da língua

havia sido perdidas ou modificadas pelo contato com o português. Estratégia semelhante é observada em Bonvini (2008). Já em Yai (1997) e Castro (2002), os dados apresentados não são discutidos e explicados de maneira aprofundada, ou, no caso da última autora, por vezes servem à exemplificação de generalizações equivocadas. Souza (2001), por sua vez, embora chame a atenção para padrões interessantes ocorridos na morfossintaxe da LGM, não aborda as estruturas no interior de um quadro teórico que possa trazer explicações consistentes sobre elas. Deste modo, em alguns aspectos, a estrutura da língua documentada na *Obra Nova* permanece sendo uma incógnita.

Problemas dessa natureza nos levam ao capítulo 05, no qual analisamos tópicos centrais da sintaxe da LGM à luz dos padrões encontrados nas línguas Gbe modernas, tarefa relevante para a construção desse capítulo da História Linguística brasileira denominado Ciclo do Ouro. Ao estudar a LGM e verificar em que aspectos ela se aproxima e se diferencia dos padrões encontrados nas línguas Gbe modernas, temos condições de mapear os traços que estavam presentes *feature pool* gerado pela ecologia de contato do Ciclo do Ouro. Em nossa perspectiva, um trabalho desse tipo pode se configurar como um importante subsídio para pesquisas futuras sobre a participação das línguas Gbe na formação do PB, considerando até mesmo o fato de que os africanos dessa origem estiveram presentes em diversas regiões do Brasil, auxiliando na constituição de muitos elementos de nossa cultura (cf. PARÉS, 2018a).

Capítulo 05

Tópicos da sintaxe da língua geral de Mina à luz da morfossintaxe Gbe

5.0. Introdução

Ao longo do desenvolvimento desta tese, mostramos que a relação feita entre a LGM e as línguas Gbe atualmente faladas na África Ocidental é um ponto pacífico na literatura, seja nos trabalhos dos linguistas ou mesmo nos de outros estudiosos, como historiadores, etnólogos, antropólogos etc. Uma das razões para tal análise diz respeito ao fato de que os próprios dados historiográficos indicam a predominância de africanos escravizados Gbe no período que corresponde ao ápice da economia mineira. Contudo, em nossa perspectiva, as pesquisas realizadas anteriormente não deram o devido destaque ao fato de que a sintaxe da LGM, de certo modo, comprova as informações hauridas dos dados historiográficos, na medida em que a variedade documentada por Costa Peixoto ilustra uma série de tópicos relevantes da sintaxe das línguas Gbe. Antes disso, muitos desses trabalhos, com o auxílio de poucos dados, problematizaram as propriedades gramaticais da LGM, chegando a considerá-la como uma língua de contato afastada de seu grupo linguístico, caracterizada por perdas estruturais. Além disso, em alguns dos estudos anteriores, há críticas contundentes ao trabalho de António da Costa Peixoto, como podemos ver na seguinte passagem de Lara (1999), a que mais uma vez nos referimos:

Sem dúvida, a dramaticidade crescente dos diálogos é reveladora: a estruturação do vocabulário, mais que pedagógica, pretende ser preventiva de rebeliões, antídoto para agressões de gente que facilmente pode se tornar feroz. A política inibidora de desregramentos nas relações entre senhores e escravos, que preside a elaboração do vocabulário, não promove nenhum passo na direção de um saber sobre o outro. Este português que tenta incitar o aprendizado da língua geral mina simplesmente efetua traduções: será possível que *máhipomvodum* queira mesmo dizer “vou à Missa”? *mahido-vodum* “vou confessar-me” e *mahichlevodum* “vou rezar”? A traição dessas traduções é reveladora da opacidade do olhar senhorial sobre a escravaria. Nada, em todas as páginas do manuscrito, nos informa sobre estes tais minas ou sua língua geral. Somente um trabalho de garimpagem de dados registrados à revelia das intenções de Peixoto pode indicar elementos mais interessantes. Menciono aqui apenas o recurso aos filólogos. (LARA 1999, p. 686, grifos nossos)

No trecho acima, vemos a historiadora Silvia Lara colocar em xeque o documento formulado por Costa Peixoto, o qual, em sua visão, nada revelaria a respeito da língua falada pelos africanos escravizados nas Minas Gerais do século XVIII, devido à opacidade de suas traduções, supostamente permeadas pela perspectiva colonialista. De acordo com Lara (1999, p. 686), somente a observação filológica de dados diferentes daqueles registrados por Costa Peixoto poderia mostrar a língua falada por aqueles cativos. De maneira diferente, Lopes (1945), também critica as traduções livres propostas por Costa Peixoto, as quais, juntamente com a ausência de explicações para uma série de fenômenos, seriam provas do desconhecimento do documentador acerca da variedade falada por aqueles africanos escravizados, os quais, na visão de Lopes (1945, p. 47), teriam um maior domínio do português do que da língua africana.

Outros estudiosos que se ocuparam do trabalho desenvolvido na *Obra Nova* procuraram identificar a língua a que Costa Peixoto estava se referindo. De uma maneira geral, todos eles relacionaram a LGM a alguma variedade da parte Oriental da antiga Costa da Mina, quase sempre, o fongbe, devido às informações historiográficas e às características gramaticais da língua documentada. Este é, por exemplo, o caso dos trabalhos de Yai (1997) e Castro (2002), que, não obstante tragam dados preciosos para a compreensão da História Linguística do Ciclo do Ouro, não discutem com profundidade a sintaxe dos dados encontrados. Problemas semelhantes podem ser vistos em Souza (2001) e Bonvini (2008), conforme discutimos no capítulo anterior.

Cientes desses debates, neste capítulo, seguindo o apelo de Lara (1999, p. 686), e dela discordando, realizamos uma garimpagem nos dados da língua falada pelos africanos escravizados Gbe, mas, diferentemente da proposta da autora, realizamos a tarefa pautados na *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina*, através da análise de alguns tópicos da sintaxe da LGM. Nosso objetivo consiste em argumentar que a estrutura da LGM revela uma língua Gbe falada no Brasil colonial, explicitando algumas das principais propriedades gramaticais dessas línguas, mas que, sendo ela uma variedade surgida no bojo de uma ecologia de contato multilinguístico, unindo os dois lados do Atlântico, também é possível encontrar padrões inovadores em relação ao grupo linguístico original¹. Ademais, diferentemente de Lopes (1945) e Lara (1999), argumentamos que as

¹ Outra hipótese digna de observação é o fato de que as características que distinguem a LGM das variedades Gbe modernas podem ser explicadas pela diacronia Gbe do século XVIII, problema discutido em *A Note from the past: the case of Mina-Jeje* (SANTOS DA SILVA, ABOH E NEGRÃO, to appear).

traduções oferecidas por António da Costa Peixoto são provas de seu conhecimento da língua, indicando que, como um arquétipo do desclassificado do ouro, ele estava em franco contato com os africanos escravizados, sendo a LGM o meio utilizado nas redes sociais de comunicação.

Cabe acrescentar que, conforme explicamos na introdução da tese, nossas análises foram feitas com base numa versão da *Obra Nova* editada por Luís Silveira e publicada pela Agência Geral das Colónias (Lisboa), em 1944. Portanto, esclarecemos que ao fazermos referências como Costa Peixoto (1741) ou *Obra Nova* (1741), não estamos querendo dizer que nossa pesquisa foi ancorada nos manuscritos originais, mas apenas objetivamos situar o leitor na época em que o documento foi produzido, em que a língua foi falada e em que o autor-personagem viveu. Sabemos que, do ponto de vista dos estudos filológicos e historiográficos, o uso de um documento editado levanta diversas questões teóricas e metodológicas. Entretanto, sendo o foco de nossa análise a investigação da sintaxe da LGM, argumentamos que o uso da edição de Silveira (1944) não prejudicou o trabalho, pois não obstante algumas lacunas do documento – por exemplo, as partes censuradas, as diferenças entre as edições de 1944 e 1945, bem como as possíveis mudanças em relação ao manuscrito² –, os dados disponíveis no documento por nós acessado permitiram a construção de nossa proposta, qual seja, a de que a LGM foi uma língua Gbe falada nas Minas Gerais do século XVIII, como provam os tópicos de sintaxe estudados neste capítulo.

Isso posto, tratemos da estrutura do capítulo. Na seção 5.1., apresentamos alguns dos principais tópicos gramaticais das línguas Gbe, os quais servirão de base para as nossas análises. Na seção 5.2, discutimos alguns dos tópicos gramaticais que mais aproximam a LGM das variedades Gbe modernamente faladas. Na seção 5.3., apresentamos dois tópicos da sintaxe Gbe que ilustram padrões aparentemente originados na ecologia do Ciclo do Ouro. Por fim, na seção 5.4, apresentamos as conclusões do capítulo.

² Vale destacar que esse importante trabalho de tratamento filológico do texto está sendo realizado pelos pesquisadores Christina Märzhäuser e Enrique Rodrigues-Moura, e uma nova edição diplomática da *Obra Nova* será publicada em breve.

5.1. Tópicos da sintaxe Gbe

Conforme já relatamos em diferentes passagens desta tese, por línguas Gbe, entendemos um conjunto de línguas que corresponde a um subgrupo das línguas Kwa da família Nígero-Congoleza. As variedades Gbe são atualmente faladas na parte sul do Gana, nas proximidades do rio Volta, e nas regiões sul do Togo e do Benim (CAPO, 1991; PETTER, 2015c), por comunidades que, tradicionalmente, reúnem muitas semelhanças de ordem cultural, política, histórica e linguística (AMEKA, 1991, p. 2). Basta lembrar das discussões realizadas nos capítulos 03 e 04, nos quais vimos que os povos Gbe são todos oriundos de uma cultura ancestral denominada Aja-Tado, e, devido a conflitos de natureza política, foram paulatinamente se separando e migrando em direção à costa (cf. ABOH E SMITH, 2015; CASTRO, 2002).

A origem comum das línguas Gbe faz com que elas, modernamente, apresentem muitas semelhanças de natureza lexical e morfossintática, tais como a ocorrência de construções de serialização verbal, partículas marcadoras de Tempo, Modo e Aspecto, verbos de complementação inerente, alta ocorrência de sintagmas nominais nus, construções de Tópico e Foco marcadas etc., conforme indicam os padrões apresentados em (1):

(1)

Tabela 1 – Padrões gerais da morfossintaxe Gbe

Padrões da ordem de palavras em Gbe	
Sintagmas Nominais	<p>a. Nome>adjetivo>numeral>demonstrativo>oração relativa>determinante>número>marcador de número</p> <p>b. Nome>adjetivo>numeral>oração relativa>demonstrativo>determinante>marcador de número</p>
Expressões locativas	Preposição>nome>elemento pós-nominal
Especificações de Tempo e Aspecto nas sentenças	<p>a. Sujeito>Tempo>(Aspecto)>Verbo>(Aspecto)>Objeto>Adjunto</p> <p>b. Sujeito>Tempo>(Aspecto)>(Aspecto)>Objeto>Adjunto>Verbo>Partícula</p>
Negação nas sentenças	<p>a. Sujeito>Negação>Verbo>Objeto</p> <p>b. Sujeito>Verbo>Objeto>Negação</p> <p>c. Sujeito>Negação>Verbo>Objeto>Negação</p>
Interrogação	<p>a. Interrogativas de conteúdo Sintagma-WH>marcador de Foco>[IP.... <lacuna>...]</p> <p>b. Interrogativas polares Sujeito>(TMA)>Verbo>(XP>>Partícula-Q</p>
Foco	<p>a. Foco não-verbal XP>marcador de Foco>[IP.....<lacuna>]</p> <p>b. Foco verbal Verbo>(marcador de Foco)>[IP.....Verbo....]</p> <p>c. Foco verbal Verbo_{RED}>(marcador de Foco)>[IP....Verbo...]</p>
Tópico	XP>(marcador de Tópico)>[IP.....<lacuna>.....]
Construção de serialização verbal	Sujeito>TMA>V ₁ >Objeto>V ₂ >Adjunto

(Adaptado de Aboh, 2015a, p. 46)

Em Aboh (2015a), vemos o estudo de dois documentos diacrônicos das línguas Gbe, já mencionados nesta tese: o catecismo *La Doctrina Christina* (1654), documento bilíngue ardra/espanhol, escrito por missionários capuchinos espanhóis, que foram

enviados à região de Alada, e *La Grammaire Abrégée* (1730), um documento em francês e na língua dos africanos de Whydah, voltado para comerciantes de escravos e para médicos que iam a bordo dos navios (ABOH, 2015a, p. 48-50). O autor mostra que, para além das semelhanças de ordem lexical, os testemunhos diacrônicos encontrados apresentam padrões morfossintáticos similares aos das línguas Gbe modernas, conforme ilustram os dados em (2a-b), de interrogativas-WH disponíveis em *La Doctrina*:

(2) *La Doctrina Christina* (ABOH, 2015a, p. 49, ex. 14a-b)

a. Quien es Dios?

Menu-e Vodù?

Who-FOC Vodù

‘Who is Vodù?’

‘Quem é Vodù?’

b. Como es Dios?

Anuniqu-e Vodù?

How-foc Vodù

‘How is Vodù?’

‘Como é Vodù?’

Se levarmos em consideração o quadro (1), vemos que as interrogativas-WH que Aboh (2015a) encontrou em *La Doctrina* apresentam uma estrutura equivalente às aquelas encontradas nas variedades Gbe modernas: Sintagma-WH > marcador de Foco > [IP.... <lacuna>...]. Algo semelhante ocorre com as interrogativas-WH em (3), encontradas na *Grammaire Abrégée* (1730):

(3) *Grammaire Abrégée* (ABOH, 2015a, p. 51, ex. 17a-b)

a. Quel eft cet homme?

Mênou-a?

Ménù-wè?

Who-FOC

‘Who is it?’

‘Quem é?’

b. Quelle eft cette femme?

Nignone te ouè?

Nyònù tè wé?

girl Q FOC

‘Which girl/woman is it?’

‘Que menina/mulher é?’

Aboh (2015a, p. 50) também atesta a existência de construções de serialização verbal na *Grammaire*, ilustrada no exemplo (4), em que a sequência de linhas corresponde à versão em francês (do próprio documento), à tradução para a língua de Whydah e, respectivamente, às traduções que Aboh fornece para o gungbe e para o inglês:

(4) *Grammaire Abrégée* (ABOH, 2015a, p. 50, ex. 16)

Aporte moi de l’eau.

Sofi ou anam

Só sín wá ná mì

take water come give 1SG

‘Bring me some water’

‘Traga-me um pouco de água’

Ora, a existência desses dois documentos e os dados neles encontrados direcionam a nossa atenção para a *Obra Nova*, pois além de os três serem contemporâneos – uma vez que foram produzidos num intervalo de tempo de pouco menos de cem anos –, o documento escrito por Costa Peixoto (1741) apresenta um diferencial: é o único dos três testemunhos de língua colhido no contexto de diáspora, dado que os dois anteriores foram redigidos no contexto da Costa dos Escravos. Neste sentido, cremos que a *Obra Nova* consiste no documento ideal para atestar o estado de uma gramática Gbe numa complexa ecologia de contato linguístico fora da África, isto é, a ecologia do Ciclo do Ouro. Deste

modo, nas seções seguintes, investigamos alguns tópicos da sintaxe da LGM, procurando mostrar em que medida eles se aproximam ou se distanciam da sintaxe das línguas Gbe modernamente faladas, pois, conforme Aboh (2015a, p. 51) afirmou ao estudar os outros dois documentos citados, as variedades Gbe parecem apresentar uma estrutura gramatical estável desde o século XVII, algo considerado notável, devido aos desenvolvimentos pré e pós-coloniais, bem como aos movimentos populacionais que afetaram a África Ocidental. Deste modo, procuraremos evidenciar em que medida a LGM atesta ou não essa continuidade.

Neste ponto, é mister que façamos uma breve nota metodológica. As análises aqui conduzidas têm como base uma ampla literatura sobre a sintaxe das línguas Gbe, da qual haurimos as explicações gerais dos fenômenos, a fim de verificar se a LGM funciona da mesma maneira. Como grande parte dos trabalhos consultados foram realizados dentro do paradigma da Gramática Gerativa, fazemos uso de muitos termos pertencentes à terminologia corrente desse modelo, além de acompanhar algumas análises propostas na literatura, quando enxergamos o mesmo padrão na LGM. Contudo, nosso trabalho com a LGM não se propõe a provar nenhum ponto interno às teorias que embasam os trabalhos consultados. Antes disso, nosso principal objetivo é mostrar que a LGM tinha uma gramática essencialmente Gbe, apresentando algumas inovações, devido à sua inserção na ecologia de contato, e utilizamos uma série de trabalhos para atingir esse fito. Neste sentido, definimos nossa tarefa como uma tarefa descritiva.

A segmentação e as glosas dos dados da LGM foram feitas de acordo com dois diferentes caminhos: (i) consulta a dicionários e aos trabalhos linguísticos sobre os tópicos relevantes para a análise; (ii) discussões com o Prof. Dr. Enoch O. Aboh (Universiteit van Amsterdam)³, que além de ser especialista na sintaxe das línguas Gbe, é falante nativo de gungbe, configurando-se, portanto, como um informante para a elucidação dos exemplos mais opacos. A apresentação dos dados está organizada da seguinte maneira: na primeira linha, exibimos a transcrição de Costa Peixoto; na segunda linha, apresentados a seguimentação dos morfemas; na terceira, apresentamos as nossas glosas; na quarta linha, trazemos uma tradução literal de nossa responsabilidade, com o intuito de explicitar os aspectos relevantes dos fenômenos analisados; por fim, na última

³ O Prof. Dr. Enoch O. Aboh (Universiteit van Amsterdam) foi orientador de meu estágio de doutorado-sanduíche, realizado de setembro (2019) a março (2020), com bolsa CAPES-Print (processo 88887.364975/2019-00).

linha, apresentamos a tradução oferecida por Costa Peixoto. A grafia de Costa Peixoto foi atualizada, de acordo com as normas ortográficas atualmente vigentes no português. Os dados tomados de trabalhos de terceiros são introduzidos da mesma maneira que se encontram nos textos originais, sendo acrescidos apenas de uma tradução livre para o português, de nossa responsabilidade. Os significados de todas as abreviaturas das glosas são apresentados na lista de abreviaturas, no início da tese.

Conforme já informamos em outras passagens desta tese, a *A Obra Nova* apresenta uma sequência de diálogos, em geral, com perguntas e possibilidades de respostas na LGM, sobre diversos temas, em diferentes cenários (venda, estrada etc.) e com personagens subentendidos (agentes coloniais e escravizados, por exemplo). Como os diálogos apresentam diversas estruturas sintáticas, essa forma de apresentação dos dados, escolhida por Costa Peixoto, foi bastante útil para alguns pontos de nossa análise, sobretudo nas discussões sobre a codificação do conteúdo informacional da sentença. Deste modo, sempre que analisamos uma sequência levando em consideração o diálogo, discriminamos cada turno da conversa por meio de algarismos românicos e, em nossa exposição, nos referimos aos turnos como linhas (linha I, linha II etc.).

5.2. Explorando a sintaxe da língua geral de Mina: uma gramática Gbe num contexto de diáspora

Nesta seção, discutimos alguns tópicos da sintaxe da LGM que concorrem para reforçar o argumento de estabilidade gramatical das línguas Gbe ao longo dos séculos, visto que encontramos na *Obra Nova* padrões muito semelhantes aos apresentados pelas línguas Gbe modernas. Neste sentido, contrariamente à declaração de Lara (1999, p. 686), retomada no início do capítulo, vemos que o trabalho de Costa Peixoto parece revelar muitos aspectos da língua falada pelos africanos escravizados que, à época, viviam em Minas Gerais. Outrossim, argumentamos que as traduções por ele oferecidas, criticadas em trabalhos anteriores, indicam, na maior parte das vezes, o conhecimento que detinha a respeito daquela língua.

5.2.1. O sintagma nominal modificado por adjetivos

O comportamento sintático dos sintagmas nominais é um dos tópicos gramaticais mais estudados nas línguas Gbe, dadas as especificidades por eles apresentados. Um primeiro ponto digno de nota é a ordem dos constituintes, pois, nas línguas Gbe, o nome núcleo do NP precede todos os seus modificadores, inclusive o determinante e o marcador de número (cf. ABOH, 2004; ABOH, 2010a). Outro aspecto característico dessas estruturas nas línguas Gbe diz respeito ao licenciamento de nominais nus em todas as posições sintáticas, com diferentes possibilidades interpretativas, fenômeno este que ocorre não apenas nas línguas Gbe, mas também em crioulos que tiveram essas línguas em sua base de formação, como o crioulo haitiano, por exemplo (cf. ABOH, 2010a; ABOH E DEGRAFF, 2014).

Dentro do domínio nominal, um importante tópico sintático das línguas Gbe diz respeito aos NPs modificados por adjetivos, que apresentam uma série de propriedades relevantes para a gramática dessas línguas. Conforme mostraremos, os NPs modificados por adjetivos da LGM apresentam padrões muito semelhantes aos encontrados nas variedades Gbe modernas, tanto no que refere aos mecanismos gramaticais de formação desses modificadores quanto no que diz respeito à sua ordem em relação ao NP modificado.

Segundo Aboh (2010a, p.14), as línguas Gbe, assim como várias línguas naturais, dividem seus elementos adjetivais em duas classes: os adjetivos atributivos e os adjetivos predicativos, que se distinguem, fundamentalmente, em função de seu comportamento morfossintático. São poucos os adjetivos atributivos – os quais talvez pudessem ser chamados de “verdadeiros adjetivos” –, pois restringem-se, basicamente, à expressão de noções como cores, tamanhos e formas, conforme vemos nos exemplos do gungbe, em (5):

(5) gungbe (ABOH, 2010a, p.14, ex. 9a-c)

a. Àsé	yù	éhè
cat	black	DEM

‘This black cat’

‘Este gato preto’

b. Àsé	kpèví	éhè
cat	small	DEM

‘This small cat’

‘Este gato pequeno’

c. Xó	lónbótó	éhè
room	round	DEM

‘This round room’

‘Esta sala redonda’

Como os exemplos em (5) demonstram, os adjetivos atributivos do gungbe se comportam como modificadores nominais, seguem o NP modificado e precedem o demonstrativo, estando, portanto, dentro do domínio do DP.

Os adjetivos predicativos, por sua vez, são raízes que, embora tenham uma semântica adjetival, em geral, se comportam sintaticamente como verbos, podendo, entre outras coisas, receber marcadores de tempo, modo e aspecto, conforme indicam os seguintes dados do gungbe:

(6) gungbe (ABOH, 2010a, p.15, ex.11a-c)

a. Àvún	éhè	ná	kló
dog	DEM	FUT	big

‘This dog will turn big’

‘Este cachorro será grande’

b. Àvún	éhè	nò	kló
dog	DEM	HAB	big

‘This (type of) dog often turns big’

‘Este (tipo de) cachorro geralmente se torna grande’

c. Àvún	éhè	sìgán	kló
dog	DEM	can	big

‘This dog may turn big’

‘Este cachorro pode tornar-se grande’

Conforme podemos ver, os adjetivos verbais predicativos têm um comportamento diferente do apresentado pelos adjetivos atributivos, pois enquanto estes últimos ocorrem dentro do DP, na perspectiva de Aboh (2007b, p.7), quando estão em sua forma original, os adjetivos predicativos são predicadores que tomam o DP que os antecede como sujeitos. Por tais razões, Aboh (2010, p. 15) chama esses elementos de adjetivos verbais. Essegbey (1999) também aborda esses elementos, chamando-os de predicados de um lugar, isto é, verbos monoargumentais que codificam estados, propriedades inerentes a determinadas entidades ou eventualidades incoativas, que ocorrem sem o controle de um sujeito causador.

De acordo com Aboh (2007b, p. 1-2), os adjetivos verbais predicativos das línguas Gbe podem ser usados atributivamente, e quando isso ocorre, eles sofrem reduplicação, formando os adjetivos atributivos reduplicados (RAAs)⁴. Os RAAs ocupam a posição estrutural destinada aos adjetivos atributivos, isto é, no interior do DP (ABOH, 2010a, p.16), conforme indicam os contrastes em (7):

(7) gungbe (ABOH, 2007b, p. 6, ex.18a-a’-b-b’)

a. Àzón ló síén

work DET hard

‘The work is difficult’

‘O trabalho é difícil’

b. Àzón síénsién ló

work hard.hard DET

‘The difficult work’

‘O trabalho difícil’

⁴ Sigla para o termo *reduplicated attributive adjective* (ABOH, 2007b).

c. Àgbàn ló kpèn
 load DET heavy

‘The load is heavy’

‘A carga é pesada’

d. Àgbàn kpìkpèn ló
 load heavy.heavy DET

‘The heavy load’

‘A carga pesada’

Conforme vemos nos exemplos (7b) e (7d), os RAAs ocorrem após o nominal modificado e antes do determinante, indicando, portanto, que eles ocorrem dentro do DP, diferentemente dos dados em (7a) e (7c), nos quais as raízes parecem se comportar como verbos e predicar sobre os DPs. Aliás, é possível tomar a própria propriedade de reduplicação dos RAAs como um indício de sua verbalidade, uma vez que os verbos das línguas Gbe costumam sofrer o processo de reduplicação em outros contextos sintáticos, como nas nominalizações e em ambientes de aspecto imperfectivo, quando os verbos são monoargumentais.

Voltando aos adjetivos originalmente atributivos – aqueles que codificam noções como cores, tamanhos e formas –, Aboh (2007b, p.1) explica que eles podem ser utilizados predicativamente. Entretanto, quando isso acontece, a sentença deve, obrigatoriamente, ter uma cópula entre o sujeito e o predicado, a fim de garantir a sua gramaticalidade:

(8) gungbe (ABOH, 2007b, p.1, ex.2a-d)

a. [Àvún ló] *(dì) yù
 dog DET resemble black

‘The dog is black’

‘O cachorro é preto’

b. Àvún ló ná *(dì) yù

dog DET FUT resemble black

‘The dog will turn black’

‘O cachorro se tornará preto’

Com esses padrões em mente, vejamos agora como se comportam sintaticamente os elementos adjetivais da LGM. Conforme pudemos observar, a *Obra Nova* apresenta vários exemplos de sintagmas nominais modificados por adjetivos, quase todos eles dispostos em sequências descontextualizadas, isto é, fora do escopo dos diálogos, como mostram os dados em (9):

(9) LGM

a. lam chucû

lam chucû

carne seco.seco

CP: ‘carne seca’

b. lam nhinnoi

lam nhinnoi

carne podre.podre

CP: ‘carne podre’

c. asim vivẽ

asim vivẽ

água doloroso.doloroso

Lit: ‘água dolorosa’

CP: ‘água ardente’

Se analisarmos os dados em (9a-c) do ponto de vista da ordem de constituintes, vemos um padrão semelhante ao das línguas Gbe modernas, nas quais o nome modificado

por um adjetivo sempre deve precedê-lo (cf. tabela 1). Porém, além disso, chama a nossa atenção o fato de que todas as formas interpretadas como adjetivais parecem ser reduplicadas, fenômeno que, como vimos acima, ocorre com os adjetivos verbais predicativos quando eles são utilizados atributivamente. Neste sentido, as formas adjetivais reduplicadas em (9a-c) parecem ser derivadas de outras palavras, fato que comprovamos ao consultar o dicionário de Hoftmann (2003), no qual encontramos os seguintes verbetes para as formas não-reduplicadas: : *xú* ‘ser seco’ (p. 404); *nyɔ̃* ‘ser podre’ (p. 332); e *vé* ‘ser doloroso’ (p. 372).

Com isso em mente, chamamos a atenção para os seguintes contrastes entre os dados em (10):

(10) LGM

a. hénhõ

hé nhõ

3SG ser.podre

Lit: Isto é/está podre

CP: ‘Está podre’

a'. lam nhinhoi

lam nhinhoi

carne podre.podre

CP: ‘carne podre’

b. èclou

è clou

3sg ser.gordo

Lit: Isso/ele é/está gordo

CP: ‘É grosso’

b'. abàdecum clouclou

abàdecum clouclou

milho grande.grande

Lit: 'Milho grande'

CP: 'canjica grossa'

Conforme podemos observar nos dados em (10), quando temos uma forma não-reduplicada, Costa Peixoto (1741) apresenta uma tradução em que um predicador que, no caso do português, tem um sentido adjetival, é ligado ao seu argumento por uma cópula, ao passo que as formas reduplicadas são traduzidas apenas como um adjetivo modificador do NP. Como sabemos, tais fenômenos são característicos dos chamados adjetivos predicativos das línguas Gbe, também chamados de adjetivos verbais, que quando são utilizados atributivamente, se transformam nos adjetivos atributivos reduplicados (ABOH, 2007b). Assim, embora nesses casos a LGM não apresente nenhum determinante que nos permita, assim como vimos para as línguas Gbe modernas, aferir a posição estrutural do elemento adjetival em questão, entendemos que o processo de reduplicação é revelador da alternância predicativo/atributivo na LGM, processo que ocorre nas línguas Gbe modernas.

Aliás, os exemplos em (11) mostram que os adjetivos verbais da LGM também aparecem em sua forma original, isto é, como predicadores monoargumentais no interior das sentenças:

(11)

a.

I - agam hinhô?

agam hi nhô⁵

Álcool 3SG ser_bom

Lit: 'Álcool ele é bom?'

⁵ No fongbe, há o par mínimo *nyɔ* [ɲɔ] 'ser bom' e *nyɔ̃* [ɲɔ̃] 'ser podre', cujo único traço distintivo é tonal (cf. HOFTMANN, 2003).

CP: ‘Aguardente é boa?’

II - Hi nhô.

hi nhô

3SG ser_bom

Lit: ‘Ela é boa’

CP: ‘É boa’

b. alichou hinhô

alichou hi nhô

caminho 3SG ser_bom

Lit: ‘Caminho, ele é/está bom’

CP: ‘O caminho está bom’

Conforme sugere o manuscrito de Costa Peixoto, o diálogo em (11a) ocorre no contexto de uma venda, na qual um dos interlocutores pede uma bebida – traduzida como ‘aguardente’ por Costa Peixoto – e, logo em seguida, pergunta àquele que lhe oferece a bebida se ela tem a propriedade de ser boa, recebendo, enfim, uma resposta afirmativa. O dado em (11b), por sua vez, corresponde a um recorte feito no interior de uma sequência na qual são feitas diversas declarações a respeito de determinada estrada e, dentre elas, afirma-se que o caminho exibe a propriedade de ser/estar bom. Assim, em ambos os casos, temos o mesmo adjetivo verbal tomando os respectivos DPs como sujeito, fato indicado pela ausência de marca ou cópula entre o DP e a palavra de semântica adjetival.

Entretanto, a *Obra Nova* também apresenta os seguintes dados, em que um elemento de natureza nominal é precedido por uma espécie de cópula:

(12) LGM

a. èdegâ

è de gâ

3SG COP comprimento

Lit.: ‘Isso é comprido’

CP: ‘É comprido’

b. hedejou

he de jou

3SG COP gordo

Lit.: ‘Ele/ela é/está gordo(a)’

CP: ‘É gordo’

Argumentamos que os dados em (12a-b) indicam que a LGM também apresenta adjetivos atributivos, mas, nos exemplos em questão, eles estão sendo utilizados predicativamente. Isso se dá porque os elementos que predicam sobre os pronomes em questão têm propriedades nominais e, portanto, necessitam de uma cópula, tal qual ocorre nas línguas Gbe modernas. Chama a atenção o fato de Costa Peixoto ter traduzido as sentenças em (12) como estruturas de predicativo do sujeito no português, evidenciando o que as sequências observadas queriam dizer na LGM.

Tal estado de coisas nos leva a concluir que, no que diz respeito aos sintagmas nominais modificados por adjetivos, temos uma boa ilustração do funcionamento gramatical das línguas Gbe na *Obra Nova* (1741), fato comprovado até mesmo pela organização dos dados e pelas traduções de Costa Peixoto, no sentido de que as traduções expressam bem as possibilidades predicativas e atributivas, considerando as respectivas estruturas, e também pelo fato de que, ao invés de fornecer os significados adjetivais para palavras isoladas, o documentador sempre identifica essas palavras no contexto do sintagma nominal, demonstrando que é somente nesse contexto estrutural de relação com o NP que é possível encontrar o tipo de adjetivo.

5.2.2. Os marcadores de Tempo e Aspecto

Uma das características mais notáveis das línguas Gbe diz respeito à codificação de noções como Tempo, Modo e Aspecto, que, em geral, é realizada por uma série de partículas que se posicionam entre o sujeito e o verbo, os chamados marcadores TMA

(ABOH, 2004; ABOH E ESSEGBEY, 2010). Isso ocorre porque as línguas Kwa/Gbe geralmente são línguas isolantes, que apresentam pouca ou nenhuma morfologia flexional, e mesmo naquelas que exibem morfemas TMA afixados aos verbos – como é o caso de algumas variedades do Gbe Ocidental –, as referidas formas não possuem distinção de número e pessoa (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 42). Analisemos mais detalhadamente essas formas, verificando os paralelos encontrados na LGM.

Conforme já comentamos no capítulo 04, não obstante a existência dos marcadores TMA, algumas sentenças das línguas Gbe apresentam verbos nus, isto é, sem nenhuma marca, assumindo a leitura *default* de aspecto perfectivo, como vemos nos exemplos em (13):

(13) Sentenças perfectivas (ABOH, 2004, p. 33, ex. 9a)⁶

dàwé	ló	xò	kèké	[gungbe]
dàwé	ó	xò	kèké	[fongbe]
dàwé	á	plè	kéké	[gengbe]
ŋútsu	á	flè	gasɔ	[ewegbe]
Man	DET	buy-PERF	bicycle	

‘The man bought a bicycle’

‘O homem comprou uma bicicleta’

De acordo com Aboh e Essegbey (2010, p. 42), a interpretação perfectiva *default* sempre ocorre para os verbos eventivos nas línguas Gbe, algo que também identificamos nos seguintes exemplos da LGM, nos quais os verbos nus são traduzidos para formas do passado no português:

(14) LGM

a. humgu meru pou

hum	gu	me	rupou
1SG	matar	pessoa	NRL

⁶ Um ponto interessante a ser observado nos exemplos em (13) diz respeito à similaridade entre as línguas Gbe, mesmo nas palavras funcionais, como os determinantes.

Lit.: ‘Eu matei uma pessoa’

CP: ‘Matei uma pessoa’

b. a siche hécû

asi	che	hé	cû
mulher	1SG.POSS	3SG	morrer

Lit.: ‘Mulher minha ela morreu’

CP: ‘A minha mulher morreu’

c. mesessim efim aquachepou

me	sessim ⁷	e	fim	aqua	che
pessoa	vender-RED	3PL	roubar	dinheiro	1SG.POSS

pou

QUANT

Lit.: ‘Pessoas à venda elas roubaram dinheiro meu todo’

CP: ‘Os canhambolas furtaram-me o meu ouro todo’

Por outro lado, os verbos estativos das línguas Gbe, quando não trazem nenhum marcador de TMA, são interpretados no tempo presente, conforme indicam os seguintes exemplos de adjetivos verbais:

⁷ A formação da palavra *mesessim* chama a nossa atenção, pois embora o dicionário de Hoftmann (2003, p. 300) traduza a palavra *mêsísà* como ‘escravo’, o conhecimento do fato de que as palavras das línguas Gbe geralmente são pequenas – muitas delas são monossilábicas – nos levou a procurar o verbete *sísà*, e, como resultado da busca, constatamos que *sísà* é a forma reduplicada do verbo ‘vender’, cujo significado adjetival é ‘à venda’ (cf. HOFTMANN, 2003, p. 345). Embora a grafia de Costa Peixoto difira um pouco da encontrada nesse dicionário do fongbe moderno, dado o contexto da sentença, acreditamos ser possível argumentar que a palavra verdadeiramente registrada é “escravo” ou, na tradução literal do fongbe, “pessoa à venda”. A esse respeito, parece-nos muito interessante observar que a tradução de Costa Peixoto é ‘canhambolas’ (equivalente a ‘quilombolas’), explicitando um importante aspecto da ecologia do Ciclo do Ouro, discutido no capítulo 03, qual seja, a atuação que os quilombolas tinham no contexto das vendas, contrabandeando ouro e armas.

(15) Verbos estativos

a. Kofí fé ɲkú bia [ewegbe]

K. POSS eye become_red

‘Kofi’s eye is red’

‘O olho de Kofi está vermelho’ (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 42, ex. 8)

b. Àzón ló síén [gungbe]

work DET hard

‘The work is difficult’

‘O trabalho é difícil’ (ABOH, 2007b, p. 6, ex. 18a)

c. Àgbàn ló kpèn [gungbe]

load DET heavy

‘The load is heavy’

‘A carga está pesada’ (ABOH, 2007b, p. 6, ex. 18b)

Em nossa pesquisa, encontramos padrões semelhantes para os verbos estativos nus da LGM, conforme mostram os exemplos em (16)

(16) LGM

a. nhimánhoihâ

nhí má nho i hâ

1SG NEG saber 3SG.ACC NEG

Lit.: ‘Eu não sei isso não’

CP: ‘Eu não sei não’

b. adi matim

adi ma tim

sabão NEG existir

Lit.: ‘Sabão não existe’

CP: ‘Não tenho sabão’

c. hé mihom

hé mihom

3SG ser_úmido

Lit.: ‘Isso está úmido’

CP: ‘Está úmido’

Com base na comparação entre os dados em (13), (14), (15) e (16), vemos que a LGM apresenta os mesmos valores aspectuais que as línguas Gbe modernas no que diz respeito aos verbos nus, na medida em que os verbos eventivos recebem uma interpretação *default* de aspecto perfectivo e os verbos de semântica estativa recebem uma interpretação de presente.

Conforme comentamos no capítulo 04, há uma grande discussão na literatura sobre o fato de as línguas Gbe serem línguas mais inclinadas à codificação gramatical das noções de Tempo ou de Aspecto, e a análise de dados provenientes de diferentes línguas do grupo fez com que os estudiosos classificassem as variedades Gbe como línguas aspectuais, pois, na maior parte das vezes, a noção de Tempo é derivada da de Aspecto (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 42)⁸. A partir dessa discussão, Aboh (2004) considera o marcador de Tempo futuro *ná* como o único marcador de Tempo em gungbe, dentre outras razões, porque diferentemente dos marcadores de Aspecto, *ná* não pode figurar como verbo principal nas sentenças da língua, podendo ocorrer apenas na presença de um verbo lexical (ABOH, 2004, p. 160):

⁸ Para uma discussão detalhada dessa questão, remetemos o leitor ao capítulo 05 do livro de Aboh (2004).

(17) gungbe

a. Àsíbá ná só xò wémà

Asiba FUT again buy book

‘Asiba will buy a book again’

‘Asiba comprará um livro novamente’ (ABOH, 2004, p. 159, ex. 11a)

b. Àsíbá má ná xò wémà ló

Asiba neg FUT buy book SPF_[+DEF]

‘Asiba will not buy the specific book’

‘Asiba não comprará o livro específico’ (ABOH, 2004, p. 158, ex. 10a)

c. Súrù ná kù mótò cè

Suru FUT drive car 1SG:POSS

‘Suru will drive my car’

‘Suru dirigirá meu carro’ (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 43, ex. 10b)

Em nossas pesquisas, constatamos que a LGM apresenta algumas poucas ocorrências do marcador de futuro *na*, apresentadas em (18):

(18) LGM

a.

I. henuhahebe

he na uha hebe

3SG FUT vir hoje

Lit.: ‘Ele/ela virá hoje’

CP: ‘Há de tornar hoje’

II. hémenauhá hã

hé me na uhá hã

3SG NEG FUT vir NEG

Lit.: ‘Ele/ela não virá não’

CP: ‘Não há de tornar’

b. hunánauhẽ

hu ná na uhẽ

1SG FUT dar 2SG.ACC

Lit.: ‘Eu te darei’

CP: ‘Hei de dar’

c. nhináhi

nhi ná hi

1SG FUT ir

Lit.: ‘Eu irei’

CP: ‘Eu hei de ir nu’

Nos dados em (18), vemos que, tal qual ocorre nas línguas Gbe modernas, o marcador *na/ná* se posiciona entre o sujeito e o verbo, e conforme a descrição de Aboh (2004), é precedido pela negação em sentenças como a linha II de (18a). Também nos parece digno de nota o fato de que, nessas sentenças, Costa Peixoto tenha utilizado, em sua tradução, uma forma perifrástica para marcar o futuro no português.

Uma vez que as variedades Gbe são consideradas línguas aspectuais (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 42), encontramos nelas uma série de marcadores codificadores de Aspecto. Um deles é o marcador de Aspecto habitual, que assim como o marcador de Tempo futuro, ocorre entre o sujeito e o verbo lexical nas sentenças do Gbe Oriental (19a). Porém, como os demais marcadores de Aspecto, o morfema de habitual também pode ocorrer como predicador da sentença (19b-c), combinando-se a outros marcadores TMA (19c):

(19) gungbe

a. dáwè ló nò xò kèké
 man SPF_[+DEF] HAB buy bicycle

‘The specific man habitually buys a bicycle (e.g., every year)’

‘O homem específico habitualmente compra uma bicicleta (e.g., todo ano)’ (ABOH, 2004, ex. 5e)

b. Àsíbá nò Kútònú
 Asiba stay-PERF Cotonou

‘Asiba stayed in Cotonou’

‘Asiba ficou em Cotonou’ (ABOH, 2004, p, 160, ex. 12a)

c. Àsíbá má ná tè nò Kútònú
 Asiba NEG FUT even stay Cotonou

‘Asiba will not even stay in Cotonou’

‘Asiba nem vai ficar em Cotonou’ (ABOH, 2004, p, 160, ex. 12b)

No caso da LGM, embora, por vezes, as transcrições de Costa Peixoto tenham feito emergir algumas dúvidas quanto ao tipo de marcador TMA presente na sentença – Tempo futuro ou Aspecto habitual –, com base nas traduções propostas pelo nosso autor-personagem, e também ancorados no conhecimento da conjuntura da ecologia do Ciclo do Ouro, argumentamos que os dados em (20) trazem exemplos do uso do morfema de habitual na LGM:

(20) LGM

a. avódumcû hi hábouno mádu lambã. Énáduhevi.

avódum	cû	hihábouno	má	du	lam	bã
divindade	morrer	européu	NEG	comer	carne	NEG

é **nà** du guhevi

3PL HAB comer peixe

Lit.: ‘No morrer da divindade, os europeus não comem carne não. Eles **habitualmente** comem peixe.’

CP: ‘Na quaresma os brancos não comem carne. Comem peixe.’

b. hi hà bouno hé nachuhé acrí susû

hihàbouno hé **na** chu hé acrí susû

europeu 3SG HAB bater/punir 3SG escravo(?) muito

Lit.: ‘Europeu ele **habitualmente** bate/pune muito ele escravo’

CP: ‘Os brancos castigam muito os escravos’

c.

I. nhimásácouculouch achóhã

nhí má sá couculou ch(e) achó hã

1SG NEG vender galinha 1SG.POSS dívida NEG

Lit.: ‘Eu não vendo galinha minha dívida não’

CP: ‘Eu não vendo as minhas galinhas fiadas’

II. aquhénábi ná sárupou

aquhé nábi **ná** sá rupou

dinheiro Q HAB vender NRAL

Lit.: ‘Quanto dinheiro habitualmente vende uma?’

CP: ‘E por quanto vendes uma?’

No exemplo (20a), vemos uma pessoa – certamente, um africano escravizado – descrevendo os hábitos alimentares dos brancos – naquele tempo, necessariamente

católicos – durante a quaresma. É interessante observar que, nesse exemplo, embora a primeira ocorrência do verbo *du* ‘comer’ não receba nenhuma marca de Aspecto, Costa Peixoto o traduz no presente, trazendo uma leitura habitual semelhante à da segunda ocorrência do mesmo verbo. Deste modo, não sabemos se o verbo em questão deveria apresentar um marcador de Aspecto habitual – omitido pelo documentador – ou se a semântica que enxergamos é obtida através de alguma interação com o marcador de negação. Reconhecemos, então, a necessidade estudos mais aprofundados sobre a questão. Em (20b), há também a provável fala de um africano escravizado sobre a conduta que, correntemente, os brancos tinham em relação aos cativos. Neste sentido, o verbo *chu* ‘bater’ recebe o marcador *na*, de Aspecto habitual. Por fim, no diálogo em (20c), há uma interação comercial, na qual, após o comerciante se recusar a vender a galinha a crédito, o cliente pergunta o preço usual da mercadoria. O verbo *sá* ‘vender’ é, então, precedido pelo marcador *ná*. Entretanto, a sentença na linha II de (20c) também chama a atenção pelo fato de não apresentar um DP sujeito, algo que geralmente não ocorre nas línguas Gbe atualmente faladas, pois, segundo Aboh (2004, p. 154), elas não são línguas de sujeito nulo. De qualquer maneira, em todos os dados destacados, que parecem descrever eventualidades correntes na ecologia do Ciclo do Ouro, ocorre o marcador **na**, o qual classificamos como marcador de Aspecto habitual.

Conforme vimos nos dados em (19), o marcador de Aspecto habitual do gungbe pode figurar como predador da sentença, combinando-se a outros marcadores de TMA. Nesses casos, a forma *nɔ* tem o significado de ‘ficar’. Com base nessa constatação, chama a nossa atenção o dado da LGM em (21):

(21) LGM

nhimánófilhã

nhi	má	nó	fi	hã
1SG	NEG	ficar	lugar	NEG

Lit.: ‘Eu não fico lugar não’

CP: ‘Eu não fico aqui’

Em (21) temos a forma *nó* sendo traduzida como ‘ficar’ por Costa Peixoto, de maneira semelhante ao *nɔ* do gungbe, que, nessa língua, pode ser marcador de habitual ou o verbo ‘ficar’. Dada a semelhança entre as formas e a ocorrência de *na* como o

marcador de habitual na LGM, nos perguntamos se, diferentemente do gungbe, em que *nò* exibe dois comportamentos sintáticos distintos, na língua africana da diáspora, *nó* teria se mantido apenas como um verbo lexical, mediante o desenvolvimento de *na* como marcador de Aspecto.

As línguas Gbe também codificam gramaticalmente o Aspecto imperfectivo ou progressivo, indicando eventualidades que começaram, mas não estão concluídas no momento da fala (LEFEBVRE E BROUSSEAU, 2002, p. 95). Vejamos, a seguir, alguns exemplos do fongbe:

(22) fongbe (LEFEBVRE E BROUSSEAU, 2002, pp. 96-97, ex. 29, 34)

a. Kòkú [dò [[àsón dù wè]]]

Koku be.at crab eating POST

‘Koku is eating crab’

[Lit.: ‘Koku is at crab-eating.’]

‘Koku está comendo caranguejo’

b. Òn mò Sìkà dò wó dā wè

1SG see Sika be.at dough prepare POST

‘I saw Sika preparing dough.’

‘Eu vi Sika preparando massa’

A primeira característica que chama a atenção nos dados em (22a-b) é que, diferentemente da ordem básica SVO, comum às línguas Gbe, as sentenças imperfectivas apresentam a ordem SOV. Além disso, vemos que, no fongbe, a marcação das sentenças imperfectivas é feita perifrasticamente, com um dos marcadores vindo logo após o sujeito e o outro no final da sentença. De acordo com a análise de Lefebvre e Brousseau (2002, p. 95-96), nessas sentenças, o marcador de imperfectico *dò* toma como complemento um sintagma nucleado pela forma *wè*, que elas classificam como uma posposição, a qual, por sua vez, seleciona um VP nominalizado, no qual o objeto direto deve preceder o verbo nominalizado, razão que explica a ordem SOV das construções imperfectivas.

Uma estrutura semelhante pode ser constatada nas construções imperfectivas do gungbe, outra língua do Gbe Oriental, conforme vemos no contraste em (23a-b):

(23) gungbe (ABOH, 2004, pp. 156, 194, ex. 5f, 3a)

a. dáwè	lò	tò	kèké	xɔ̃
man	SPF _[+DEF]	IMPERF	bicycle	buy

‘The specific man is buying a bicycle’

‘O homem específico está comprando uma bicicleta’

b. Àsíbá	tò	wémà	lò	dîn
Asiba	IMPERF	book	SPF _[+DEF]	search-NR

‘Asiba is looking for the specific book’

‘Asiba está procurando o livro específico’

De acordo com a explicação de Aboh (2004, p. 194), em sentenças com as de (23) também ocorre uma marcação de Aspecto perifrástica, pois o marcador de Aspecto imperfectivo ocorre juntamente com um tom baixo nominalizador, que ocorre no final da sentença. Além disso, a construção também envolve a alteração da ordem SVO para SOV, configurando-se na estrutura S-*tò*-OV-NR. Vale destacar que, quando as construções imperfectivas envolvem verbos que não têm complemento, eles devem ser reduplicados, fazendo surgir a estrutura S-*tò*-VV, também envolvendo um tonema baixo (ABOH, 2004, p. 195):

(24) gungbe (ABOH, 2004, pp. 168, 195, ex. 24b, 5b)

a. Kòfí	tò	hìhò̃n
Kofi	IMPERF	flee-flee-NR

‘Kofi is running away’

‘Kofi está fugindo’

b. sìn	ló	tò	sìsà
water	SPF _[+DEF]	IMPERF	pour-pour-NR

‘The water is pouring out’

‘A água está derramando’

Tendo isso em mente, observemos os seguintes dados da LGM:

(25) LGM

a. edehuhemagulamcom

e	de	huhema	gulam	com
3SG	IMPERF	papel	escrever	NR

Lit.: ‘Ele/ela está escrevendo papel’

CP: ‘Está escrevendo’

b. edenumdácom

e	de	num	dá	com
3SG	IMPERF	coisa	cozinhar	NR

Lit.: ‘Ele/ela está cozinhando coisa’

CP: ‘Está cozinhando’

c. édánáquézécom

é	de	anáqué	zé	com
3SG	IMPERF	lenha	rachar	NR

Lit.: ‘Ele/ela está rachando lenha’

CP: ‘Está rachando lenha’

d. edáfõclócom

e de afõ cló com

3SG IMPERF pé lavar NR

Lit.: ‘Ele/ela está lavando pé’

CP: ‘Está lavando os pés’

e. edá tam chulécom

e de átam chulé com

3SG IMPERF barba barbear NR

Lit.: ‘Ele está barbeando barba’

CP: ‘Está fazendo a barba’

Conforme podemos observar, as sentenças (25a-e) da LGM, traduzidas como imperfectivas por Costa Peixoto, seguem a mesma sintaxe apresentada pelas línguas Gbe modernas nas construções imperfectivas, uma vez que apresentam a ordem SOV, trazem o marcador de Aspecto imperfectivo *de* e, à semelhança do que ocorre no fongbe (22a-b), exibem uma partícula nominalizadora morfologicamente realizada. A semelhança entre a LGM e o fongbe também parece se dar em relação ao marcador de Aspecto, pois na *Obra Nova* encontramos a forma *de* e no fongbe, o morfema *dà*.

Contudo, ainda no campo dos verbos transitivos, na LGM ocorrem os dados destacados em (26), os quais, embora apresentem a ordem SOV, não trazem nenhuma marca morfológica de nominalização:

(26) LGM

a. edavó dẽ

e de avó dẽ

3SG IMPERF tecido remover

Lit.: ‘Ele/ela está removendo tecido’

CP: ‘Está despindo-se’

b. edávó dou

e	de	ávó	dou
3SG	IMPERF	tecido	colocar

Lit.: ‘Ele/ela está colocando tecido’

CP: ‘Está vestindo-se’

Considerando o fato de que, em línguas como o gungbe, por exemplo, o morfema nominalizador das imperfectivas é, na verdade, um tonema baixo, talvez fosse possível sugerir a existência dessa possibilidade no *feature pool* de formação da LGM, embora não tenhamos condições de provar a hipótese. De qualquer maneira, salientamos que o paralelo com a estrutura Gbe permanece, na medida em que os dados em (26a-b) apresentam a ordem SOV e o marcador de Aspecto imperfectivo.

Finalmente, em (27), também encontramos sentenças imperfectivas com verbos intransitivos, o quais, semelhantemente aos padrões apresentados pelo Gbe moderno, têm a sua raiz reduplicada:

(27)

a. héducucû⁹

hé	de	cucû
3SG	IMPERF	morrer-morrer

Lit.: ‘Ele/ela está morrendo’

CP: ‘Está morrendo’

⁹ Percebemos que, no dado correspondente a (27a), alguma razão levou Costa Peixoto a grafar o morfema o marcador de imperfectivo *de* como *du*. Muito provavelmente, a decisão foi condicionada por alguma razão fonológica, uma vez que diante de palavras iniciadas com a vogal *a* – como em (25c-e) –, o autor, sistematicamente, registrou o morfema em questão como *da*.

b. humdecucû

hum de cucû

1SG IMPERF morrer-morrer

Lit.: ‘Eu estou morrendo’

CP: ‘Estou morrendo’

Tendo como base os dados em (25), (26) e (27), cremos ser possível argumentar que a sintaxe das construções imperfectivas da LGM espelha os padrões encontrados nas línguas Gbe modernas. No caso das sentenças em (25), o paralelo pode ser visto como praticamente completo, visto que elas exibem ordem SOV, marcador de Aspecto e também a partícula nominalizadora no final da sentença. Parece-nos que o mesmo também pode ser dito a respeito das construções em (27), pois assim como ocorre nas línguas Gbe modernas, o verbo intransitivo é reduplicado diante do marcador de Aspecto imperfectivo. A única diferença que se coloca diz respeito aos dados em (26), pelo menos em comparação ao fongbe, pois os dados da LGM na referida sequência não apresentam uma partícula nominalizadora morfológicamente realizada. Ora, de acordo com Lefebvre e Brousseau (2002, pp. 97-98) esse tipo de partícula não seria muito usual no conjunto mais amplo das línguas Gbe, aparecendo como *wê* no fongbe, *mê* no ewegbe, mas como uma forma nula no gungbe. Já na perspectiva de Aboh (2004, p. 194), a nominalização das estruturas imperfectivas no gungbe se dá através de um tonema baixo. De qualquer maneira, considerando o fato de que, na ecologia linguística do Ciclo do Ouro, a LGM era uma variedade utilizada por indivíduos pertencentes a um grupo de procedência Mina – etnolinguisticamente homogêneo –, mas também por um conjunto maior de pessoas – os desclassificados do ouro –, é possível argumentar que havia padrões em competição – por exemplo, falantes de idioletos tipo-fongbe e tipo-gungbe –, levando à variação de registros no âmbito da *Obra Nova*.

Considerando os dados aqui apresentados, identificamos na LGM os seguintes marcadores de Tempo e Aspecto:

(28)

Tabela 2 – Marcadores de Tempo e Aspecto na LGM

Tempo	Aspecto
Futuro - na	Perfectivo - $\emptyset$ ¹⁰
	Imperfectivo – de OV com; de OV $\emptyset$; de VV ¹¹
	Habitual - na

Até onde pudemos observar, a codificação de Tempo e Aspecto da LGM é muito semelhante àquela encontrada nas línguas Gbe contemporâneas, no caso dos marcadores de futuro e habitual, com as partículas sendo posicionadas entre o sujeito e o verbo, e, no caso do marcador de imperfectivo, além da codificação perifrástica, temos também a ordem OV e a reduplicação dos verbos monoargumentais, padrões presentes nas línguas Gbe modernas. Também é digno de nota o fato de que as sentenças que recebem a interpretação perfectiva não trazem nenhum marcador de Aspecto, algo que também está relacionado aos padrões das línguas Gbe modernas. Chama a atenção, entretanto, a ausência do nominalizador *com* em algumas sentenças imperfectivas, o que, talvez, possa ser considerado uma inovação da LGM¹².

5.2.3. Os verbos de complementação inerente

No capítulo 04, ao realizarmos a análise do trabalho de Souza (2001), chamamos a atenção para o fato de que, em alguns pontos de sua descrição, a autora teria ancorado excessivamente as suas explicações nas traduções de Costa Peixoto, deixando de observar aspectos essenciais da sintaxe da LGM. Na ocasião, destacamos a análise daquilo que Souza (2001, p. 73) havia chamado de “verbos estativos”, porque mesmo sem apresentar uma estrutura verbal, acabavam por ser interpretados como predicadores no nível da frase. Porém, conforme defendemos anteriormente, algumas das estruturas que Souza (2001)

¹⁰ A forma $\emptyset$ é utilizada para representar a ausência de marca.

¹¹ Com VV, fazemos referência à reduplicação do verbo monoargumental nas sentenças imperfectivas da LGM, assim como ocorre em outras línguas Gbe.

¹² Em um trabalho futuro, nos ocuparemos da descrição dos marcadores de Modo.

colocou sob o rótulo da predicação não-verbal correspondem, efetivamente, aos verbos de complementação inerente (ICVs), fenômeno pervasivo nas línguas Kwa/Gbe e com um conjunto de exemplos considerável na LGM.

A fim de tratarmos dessa questão, observemos, inicialmente, os seguintes dados da LGM:

(29) LGM

a. a suche həcû

asu	che	hè	cû
marido	1SG.POSS	3SG	morrer

Lit.: ‘Marido meu ele morreu’

CP: ‘O meu marido morreu’

a'. avòhəcudiu

avò	hè	cu	diu
roupa	3SG	V _{MORRER}	sujeira

Lit.: ‘Roupa ela morreu sujeira’

CP: ‘A roupa está suja’

b. avódumcû hi hábouno mádu lambã. Énàduguhevi.

avódum	cû	hihábouno	má	du	lam	bã
divindade	morrer	européu	NEG	comer	carne	NEG
é	nà	du	guhevi			
3PL	HAB	comer	peixe			

Lit.: ‘No morrer da divindade, os europeus não comem carne não. Eles habitualmente comem peixe.’

CP: ‘Na quaresma os brancos não comem carne. Comem peixe.’

b'. humduachösusũ

hum du achö susũ

1SG V_{COMER} dívida muito

Lit.: 'Eu comi muita dívida'

CP: 'Eu devo muito'

Se analisarmos os dados em (29) tendo como base apenas as traduções fornecidas por Costa Peixoto, partiremos do pressuposto de que (29a) e (29a'), bem como (29b) e (29b') são sentenças formadas por verbos totalmente diferentes: em (29a), temos o verbo 'morrer' e em (29a') temos uma cópula com o adjetivo sujo, ao passo que em (29b) temos o verbo comer e em (29b') ocorre o verbo 'dever'. Entretanto, conforme explicitamos na glosa e na tradução literal, cada um dos pares parece ser nucleado pela mesma raiz verbal, a saber: *cu* 'morrer', em (29a-a'), e *du* 'comer', em (29b-b'). Porém, como explicar a discrepância entre os significados das sentenças? Ora, em (28), estamos diante dos verbos de complementação inerente (ICVs), isto é, verbos que, nas línguas Gbe, não podem ocorrer sem um complemento, por razões sintáticas e semânticas (ESSEGBEY, 1999, p. 14).

Há muita discussão a respeito da estrutura sintática e semântica dos ICVs, sobretudo para as teorias de estrutura argumental, que, não raro, foram construídas tendo como base de análise as línguas indo-europeias, cujo funcionamento difere muito daquele apresentado pelas línguas Gbe. Segundo nos informa Essegbey (1999, p.1), um dos posicionamentos clássicos sobre o fenômeno é apresentado por Nwachkwu (1987 apud ESSEGBEY, 1999)¹³, que define o ICV como um verbo cuja forma de citação deve ser acompanhada pelo complemento, que funciona como um elemento de especificação do significado. Para Essegbey (1999), uma evidência da relação entre o V_{ICV} e o seu complemento inerente (IC) seria o fato de um mesmo ICV receber diferentes glosas, a depender do complemento selecionado, como vemos nos exemplos abaixo, nos quais o autor opta até mesmo por não glosar um significado específico para o V_{ICV}:

¹³ NWACHUKWU, P. A. The argument structure in Igbo verbs. *Lexicon Project Working Papers*, 18, Centre for Cognitive Science, MIT, 1987.

(30) ewegbe (ESSEGBEY, 1999, p. 2, ex. 2a-b)

a. Kofí fú du

Kofi ICV IC

‘Kofi ran’

‘Kofi correu’

b. Kofí fú kó Amí

Kofi ICV fist Ami

‘Kofi knocked Ami’

‘Kofi bateu em Ami’

De acordo com Essegbey (1999, p. 6), a constatação de que muitas das construções com ICVs são expressas, nas línguas europeias, por verbos simples fez com que surgisse o questionamento acerca da estrutura interna desses complexos verbais, sob o debate se a sequência verbo + complemento seria constituída por um único item lexical ou por duas categorias independentes. Tal discussão dividiu os estudiosos em dois grupos: aqueles que propunham uma abordagem baseada no significado gerado pelo complexo ICV+IC e aqueles cuja linha de argumentação se ancorava no comportamento formal do complexo. Um exemplo de análise no terreno semântico é a proposta por Nwachukwu (1987, apud ESSEGBEY, 1999), segundo o qual, nas construções ICVs, a raiz verbal e o complemento constituem uma unidade semântica, de modo que, quando um dicionário menciona o verbo separadamente, o significado é perdido, diferentemente do que ocorre com os verbos lexicais (V_{LEX}) (ESSEGBEY, 1999, p.6). Aboh (2015b, p.11), por sua vez, argumenta que o significado das construções ICV não é feito composicionalmente, e não é muito óbvio qual parte do complexo $V_{ICV} + IC$ mais contribui para o sentido que emerge. Na verdade, parece-nos que a proposta do autor vai na direção de argumentar que, nas construções ICV, a relação entre verbo e complemento não se dá da mesma maneira que ocorre nas línguas indo-europeias.

No que diz respeito às abordagens formais, destacam-se os autores que defendem que ICVs e ICs são constituintes diferentes, devido ao seu comportamento sintático e

outras propriedades gramaticais. Um exemplo de trabalho dessa natureza seria a tese de Avolonto (1995 *apud* ESSEGBEY, 1999)¹⁴ que destaca a impossibilidade de pronominalização do complemento em contextos de ICVs, diferentemente do que ocorre com os V_{LEX}:

(31) fongbe (ESSEGBEY, 1999, p. 7, ex. 8a-b)

a. Kofí dó wezùn

Kofi dó course

‘Koffi a couru’

‘Kofi ran’

‘Kofi correu’

b. *Kofi dó è

Kofi dó CL

A mesma impossibilidade de pronominalização é atestada por Aboh (2015b, p.16) para os dados do gungbe, mostrando que, quando a pronominalização ocorre, perde-se a semântica da construção ICV:

(32) gungbe (ABOH, 2015b, ex. 11a-b)

a. Félé nyìn *(cìn)

Fele V_{throw} atishoo

‘Fele sneezed’

‘Fele espirrou’

b. Félé nyìn ì.

Fele throw 3SG

¹⁴ AVOLONTO, A. *Pour une approche minimaliste des verbs à objects inhérents en fongbe*. Ph.D dissertation. Université du Québec à Montréal, 1992.

‘*Fele sneezed/*Fele sneezed it.’

‘Fele threw it.’

‘Fele jogou isso.’

Ainda com intuito de tratar das especificidades formais das construções ICV, Aboh (2015b) procura demonstrar que essas construções têm um comportamento sintático muito distinto daquelas com V_{LEX} s em ambientes como o de focalização de predicado com reduplicação (33a-c):

(33) gungbe (ABOH, 2015b, ex. 6, 7, 8a)

a. Kùn	(%wè) ¹⁵	Félé	kùn	mótò	cè
drive	FOC	Fele	drive	car	1SG.POSS

‘Fele DROVE my car’

‘Fele DIRIGIU meu carro’

b. *Tún	(%wè)	Félé	tún	tán
release	FOC	Fele	release	saliva

‘Fele RELEASED saliva’

‘Fele LIBEROU saliva’

c. Tán	wè	Félé	tún
saliva	FOC	Fele	$V_{RELEASE}$

‘Fele SPAT’

‘Fele CUSPIU’

Conforme podemos ver, enquanto na focalização de V_{LEX} a raiz verbal é movida para a posição imediatamente à esquerda do marcador de Foco – estando ele presente ou não –, quando isso ocorre com V_{ICV} s, a sentença resultante é agramatical, pois, em construções ICV, é o complemento inerente que deve se mover para a posição de Foco,

¹⁵ O autor utiliza o símbolo % na glosa a fim de assinalar que nem todos os falantes aceitam o marcador de Foco nesse contexto.

deixando uma lacuna em sua posição original. Entretanto, tal qual podemos ver através da tradução, a focalização incide sobre o significado do ICV.

Diante dessas e de outras evidências, Aboh (2015b, p.16), calcado nos pressupostos da gramática gerativa, procura uma saída teórica para explicar as especificidades dessa estrutura pervasiva nas línguas Gbe. O autor chega à conclusão de que os complementos inerentes dos V_{ICV} s não são referenciais, dado que, quando esse complemento sofre alguma operação sintática – como de movimento ou pronominalização, por exemplo –, ou se mantém o significado da construção ICV como um todo, mostrando que, de alguma maneira, é todo o VP que sofre a operação, ou o significado ICV é bloqueado, fazendo com que o complemento seja interpretado referencialmente. A fim de explicar esse contraste, o autor argumenta que, nos casos em que, em virtude de alguma operação sintática, o significado da construção ICV é perdido, tem-se, na verdade, um V_{LEX} , cujo complemento é um DP referencial, ao passo que, quando a semântica ICV é mantida, tem-se um V_{ICV} , que, na visão do autor, é um verbo funcional. Tal distinção se sustenta no quadro teórico assumido por Aboh (2015b) porque, enquanto o V_{LEX} é gerado no domínio lexical da sentença, dentro da camada VP, o V_{ICV} sendo um verbo funcional, é gerado no domínio funcional da sentença, e tem outro tipo de comportamento sintático¹⁶. Uma diferença relevante nesse quesito seria a de que, diferentemente dos V_{LEX} s, que são verbos que selecionam semanticamente os seus complementos, os V_{ICV} não atribuem papel temático de argumento interno, propriedade comprovada pela ampla gama de complementos com os quais eles podem se combinar, conforme ilustram os exemplos com o verbo *dù* ‘comer’, do gungbe, já citados no capítulo 04 desta tese:

(34) gungbe (adaptado de ABOH, 2015b, p.23)

Verbo +	Nome complemento	=	significado ICV
dù	àxó ‘dívida’		ter dívidas ou ir à falência
	gbè ‘vida’		aproveitar
	xwè ‘ano’		celebrar/festejar
	àqì ‘veneno’		irritar-se

¹⁶ Para uma visão detalhada da análise formal dos V_{ICV} s, remetemos o leitor ao artigo de Aboh (2015b).

wìnyán	‘vergonha’	estar envergonhado
gán	‘chefe’	tornar-se chefe
yà	‘dor’	sofrer

Diante dessas explicações, em (35), apresentamos mais alguns exemplos de V_{ICVs} na LGM:

(35) LGM

a. hum jazom

Hum	je	azom
1SG	V _{CAIR}	doença

Lit: ‘Eu caí doença’

CP: ‘Estou doente’

b. humgèdem

hum	gè	dem
1SG	V _{CAIR}	suor

Lit: ‘Eu caí suor’

CP: ‘Estou suado’

c. ecódugê

e	có	du	gê
3SG	já	V _{COMER}	sal

Lit: ‘Ele já comeu sal’

CP: ‘O menino já se batizou’

d. numdedû hevè gê

num	dedû	he	vè	gê
coisa	comer-comer	3SG	V _{EXCEDER/MACHUCAR}	sal

Lit.: ‘Coisa comestível ela excedeu/machucou sal’

CP: ‘O comer está salgado’

e. Hegulialô touboume

he	guli	alô	tou	bou	me
3SG	V _{PEGAR}	mão	país	grande	LOC

Lit.: ‘Ele/ela pegou mão no país grande’

CP: ‘Casou nesta terra’

Ora, conforme vimos anteriormente, uma das propriedades gramaticais dos V_{ICV_s} consiste no fato de que eles não selecionam semanticamente o IC. Uma prova disso é a produtividade desses verbos nas construções ICV, combinando-se com os mais diversos complementos, como vemos nos casos de *dù*, em (34). Partindo desta perspectiva, comparemos (35a-b), com os exemplos em (36a-c), do fongbe:

(36) fongbe (LEFEBVRE E BROUSSEAU, 2002)

a. jè	àyí
fall	ground

‘to fall’

‘cair (lit. cair chão)’

b. jè	tàgbà
-------	-------

fall	problem
------	---------

‘to worry’

5.2.4. Construções de serialização verbal

Outro tipo de fenômeno gramatical bastante pervasivo nas línguas Gbe são as construções de serialização verbal (SVCs). A literatura sobre esse tema é bastante extensa e marcada por intensos debates acerca das diferentes análises propostas. Assim, dado o recorte de nossa tese, não adentraremos nessa emaranhada disputa teórica, e mobilizaremos apenas as características mais gerais do fenômeno, a fim de identificar as SVCs da LGM.

Segundo Haspelmath (2016), uma SVC consiste em uma construção monoclausal, formada com múltiplos verbos independentes, com nenhum elemento de ligação entre eles e sem nenhuma relação de predicado-argumento entre os verbos. Além disso, o autor afirma que os verbos participantes de uma SVC devem ter as mesmas especificações de TMA (HASPELMATH, 2016). Aboh e Essegbey (2010, p. 53-54) fornecem uma definição semelhante, afirmando que, de uma maneira bastante geral, uma série verbal corresponde a uma sequência de dois ou mais verbos que compõem uma sentença sem que haja nenhum elemento coordenador entre eles, conforme ilustram os exemplos do gungbe em (37):

(37) gungbe (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 36, ex. 38)

a. Súrù d̀à l̀ésì d̀ù

Suru cook rice eat

‘Suru cooked rice, ate [i.e. he ate the rice after cooking it]’

‘Suru cozinhou arroz, comeu [i.e. ele comeu o arroz depois de cozinhá-lo]’

b. Súrù zé àmì c̀è d̀à l̀ésì

Suru take oil my cook rice

‘Suru took my oil to cook rice [he cooked rice with my oil]’

‘Suru pegou meu óleo para cozinhar arroz [ele cozinhou arroz com meu óleo]’

c. Súrù h̀èn l̀ésì cé f̀íó

Suru hold rice my burn

‘Suru burned my rice’

‘Suru queimou meu arroz’

Aboh e Essegbey (2010, p. 54) observam que as SVCs tendem a apresentar uma leitura de evento único. Assim, em uma sentença como (37c), não se quer dizer que Suru guardou o arroz até que ele ficasse queimado, mas sim que Suru foi o causador do evento de “queimar arroz”.

Em (38), retomamos a estrutura de SVCs oferecida na tabela (1):

(38) Construção de serialização verbal (ABOH, 2015a, p. 46)

Sujeito>TMA>V₁>**Objeto**>V₂>Adjunto

Assim como vimos em relação aos V_{ICV}s, um dos principais problemas relacionados às SVCs diz respeito também às teorias de estrutura argumental, uma vez que o debate consiste em definir de qual verbo o DP objeto ensanduichado pelo V₁ e pelo V₂ recebe o seu papel semântico. De acordo com Aboh (2009b), uma das hipóteses levantadas na literatura é a de que, numa SVC, o V₁ e o V₂ compartilhariam o argumento ensanduichado. Uma das consequências dessa análise, na visão do autor, seria a impossibilidade de existir qualquer argumento depois do V₂ de uma SVC (ABOH, 2009b, p. 3), ideia que seria rebatida com a existência de uma SVC como em (39), do gungbe:

(39)

Òjé!	Sésínú	kùn	mótò	cè	só	*(àdó)
EXCL.Sesisou	drive	car	1SG.POSS	hit	wall	

‘Sesinou drove my car hit the wall (i.e. he drove my car into the wall)!’

‘Sesinou dirigiu meu carro bateu na parede (ou seja, ele dirigiu meu carro contra o muro)

Conforme vemos, contrariamente à previsão da hipótese de compartilhamento de argumento, em (39), o V₂ *só* ‘bater’ seleciona o complemento *àdó* ‘muro’, e a não ocorrência do DP torna a sentença agramatical. Diante desse impasse, Aboh (2009b) faz uma série de testes – coordenação, extração de constituintes, por exemplo –, com o intuito de provar que o dado em (39) é uma SVC. Dentre eles, o autor faz o teste das marcas de TMA e de negação, apresentado em (40):

(40) gungbe (ABOH, 2009b, p. 5, ex. 10a-b)

a. Sésínú! À má ná sǎ kùn mótò cè só

Sesinou 2SG NEG FUT again drive car 1SG.POSS hit

àdó égbè

wall today

‘Sesinou! You will not again drive my car hit (i.e. into) the wall today!’

‘Sesinou! Você não vai dirigir meu carro bater contra a parede hoje de novo’

b. *Sésínú! À má ná sǎ kùn mótò cè má só

Sesinou 2SG NEG FUT again drive car 1SG.POSS NEG FUT

só àdó égbè

hit wall today

Conforme vimos acima, os verbos participantes em uma SVC devem apresentar as mesmas especificações de TMA, as quais, segundo Aboh (2009b, p. 5), devem ocorrer apenas no V₁. Neste sentido, dada a agramaticalidade da sentença (40b) do gungbe, em que os marcadores de negação e de futuro ocorrem tanto no V₁ quanto no V₂, concluímos, juntamente com o autor, que os dados em (39) e (40a) correspondem a SVCs no gungbe, de modo que não é necessário o compartilhamento de argumento entre os dois verbos da série. Porém, mesmo que saibamos que DP ensanduichado não é um argumento compartilhado pelos verbos da série, de alguma maneira, ainda permanece a questão a respeito de quem é o responsável pela seleção semântica desse argumento.

Relacionando-se ao problema acima, vemos que, segundo Aboh e Essegbey (2010), há uma discussão na literatura sobre o status categorial do V₁ de uma SVC, isto é, se se trata de um verbo lexical pleno ou de um verbo funcional, até porque, como vimos no debate sobre os marcadores de Aspecto, as mesmas raízes podem funcionar como verbos independentes em sentenças simples. A análise do V₁ das SVCs como um verbo funcional é uma das teses centrais do trabalho de Aboh (2009b). Em sua visão, nessas construções, o V₁ não atribui papel temático de argumento interno, mas consiste num verbo funcional que introduz o DP sujeito causador e especifica o modo como o evento

expresso pelo V₂ lexical ocorreu (ABOH, 2009b, p. 25). Uma análise semelhante também fora apresentada por Awoyale (1988, p. 9), segundo o qual o V₂ de uma SVC é o verdadeiro codificador do evento, ao passo que o V₁ expressa aquilo que ele chama de ‘modalidade’, qual seja, a maneira como o evento codificado pelo V₂ foi realizado. Para uma melhor compreensão, vejamos o exemplo (39), repetido aqui como (41):

(41) gungbe (ABOH, 2009b, p. 24, ex. 57)

Òjé!	Sésínú	kùn	mótò	cè	só	àdó
EXCL.	Sesisou	drive	car	1SG.POSS	hit	wall

‘Sesinou drove my car hit the wall!’

‘Sesinou dirigiu meu carro bateu o muro’

‘Sesinou bateu meu carro dirigindo’

Na visão do autor, nesta sentença, a eventualidade em questão é codificada pelo verbo *só* ‘bater’, pois o verbo *kùn* ‘dirigir’ ocupa um núcleo funcional CAUSA na estrutura, o qual indica que a eventualidade de ‘bater’ o carro se deu dirigindo, e não empurrando-o em direção ao muro (ABOH, 2009b, p. 25). Por esta razão, fizemos a tradução em negrito, que parece expressar o sentido da SVC do gungbe.

A fim de fortalecer sua hipótese de que o V₁ de uma SVC se comporta como um verbo funcional e que, portanto, a seleção semântica dos argumentos é feita pelo V₂, Aboh (2009b, p. 26-27) mostra que alguns verbos têm o seu significado alterado quando participam como V₁ de uma SVC. É o caso, por exemplo do verbo *bé* do gungbe, cujo significado lexical é ‘coletar’, mas que, nas SVCs em (42), assume outros significados:

(42) gungbe (ABOH, 2009b, p. 26, ex. 63)

a. Àsíbá	bé	lésì	dù
Asiba	collect	rice	eat

‘Asiba collect rice eat (i.e. Asiba ate a lot of rice)’

‘Asiba coletou arroz comer (i.e. Asiba comeu muito arroz)’

b. Àsíbá	bé	xó	q̣è
Asiba	collect	word	say

‘Asiba collected word say (i.e. Asiba said a lot of nonsense).’

‘Asiba coletou palavra dizer (i.e. Asiba disse muita bobagem)’

As traduções livres das sentenças em (42a-b) deixam bem claro que a seleção semântica vem do V₂, dado que, em cada um dos casos, o DP ensanduichado pelos verbos da série satisfaz as exigências semânticas de *q̣ù* ‘comer’ e *q̣è* ‘dizer’, respectivamente.

Outro exemplo de alteração da semântica do V₁ no contexto de SVC é o do verbo *q̣ín*, cujo significado lexical ‘procurar, buscar’ não encontra tradução literal correspondente como V₁ da SVC em (43), visto que o significado (43b) é agramatical:

(43) gungbe (ABOH, 2009b, p. 27, ex. 64)

Àsíbá,	q̣ín	nú	q̣é	q̣ù	tò	àdòkòn
Asiba	search	thing	INDEF	eat	at	kitchen

a. ‘Asiba, get yourself something to eat in the kitchen’

‘Asiba, pegue alguma coisa para comer na cozinha’

b. ‘* Asiba, look for something in the kitchen and eat (in the kitchen)’

‘*Asiba, procure alguma coisa na cozinha e coma isso (na cozinha)’

Tendo considerado algumas das características gerais das SVCs, observamos que a LGM apresenta alguns exemplos de SVCs, como as encontradas em (44):

(44) LGM

a. máhibánumdũ

má	hi	[bá	num	dũ]
1SG.MOOD	ir	procurar	coisa	comer

Lit: ‘Deixe-me ir procurar coisa comer’

CP: ‘Vou ver alguma coisa para comer’

b. máhichónumdũ

má hi [chó num dũ]

1SG.MOOD ir comprar coisa comer

Lit.: ‘Deixe-me ir comprar coisa comer’

CP: ‘Vou comprar alguma coisa para comer’

c. máhichóavódou

má hi [chó avó dou]

1SG.MOOD ir comprar tecido colocar

Lit.: ‘Deixe-me ir comprar tecido colocar’

CP: ‘Vou comprar uma roupa para vestir’

Nos exemplos (44a-c), vemos casos de SVCs, nas quais as eventualidades centrais são codificadas pelo V₂ em cada uma das sentenças, sendo que o V₁ parece indicar a maneira pela qual os eventos centrais ocorreram. Em (44a-b), por exemplo, os eventos centrais correspondem a uma situação em que ‘X comer coisa’, ao passo que, em (44c), o evento central é ‘X colocar/vestir tecido’. O V₁, por sua vez, codifica o modo como o argumento externo, por ele introduzido, causou as eventualidades codificadas pelo V₂, isto é, ‘procurando’, em (44a) e ‘comprando’, em (44b-c).

A LGM também apresenta os seguintes exemplos de SVCs com o verbo V₁ só ‘pegar’:

(45) LGM

a. sóvóname másusm¹⁸

[só vó na me] má susm

pegar pano dar 1SG.ACC 1SG.MOOD limpar

¹⁸ Aparentemente, ocorreu aqui um erro tipográfico ou mesmo na própria anotação de Costa Peixoto, visto que, segundo Aboh (2019, comunicação pessoal), no Gbe moderno, a sentença seria escrita da seguinte maneira: *So avo na mi ma susum*.

Lit: ‘Pegue pano dê-me deixe-me limpar’

CP: ‘Dê cá a toalha para me limpar’

b. guigeroi cou sógam name

gui geroi cou [só gam na me]

2SG querer NRL pegar balança dar 1SG

Lit: ‘Você quer meia oitava pegue balança dê-me’

CP: ‘De cá a balança se quiseses meia oitava’

Em (45a-b), temos aquilo que Lefebvre e Brousseau (2002, p. 410) chamam de SVCs de mudança de posse, nas quais o verbo *só* ‘pegar’ se combina a verbos bitransitivos. Neste sentido, vemos que os dados em (45a-b) também se assemelham ao exemplo (39), do gungbe, pois o V_2 tem um complemento adicional, no caso, um pronome objeto *me*. Vemos também que, necessariamente, os DPs *vó* ‘pano’ e *gam* ‘balança’ recebem o papel semântico daquilo é dado.

Um ponto interessante é que, nas línguas Gbe, o V_1 *só* também é sistematicamente associado a SVCs instrumentais, nas quais o DP ensanduichado é interpretado como instrumento do V_2 , como nos seguintes exemplos do fongbe:

(46) fongbe (LEFEBVRE E BROUSSEAU, 2002, p. 415, ex. 43a-b)

a. Kòkú só àtín xò Àsíbá

Koku take stick hit Asiba

‘Koku hit Asiba with a stick’

‘Koku bateu em Asiba com um pau’

b. Kòkú só jìvì sén làn

Koku take knife cut meat

‘Koku cut meat with a knife’

‘Koku cortou carne com uma faca’

Neste sentido, chama a atenção a tradução de Costa Peixoto para a SVC em (45a), repetida aqui como (47):

(47)

sóvóname másusm

só	vó	na	me	má	susm
pegar	pano	dar	1SG.ACC	1SG.MOOD	limpar

Lit: ‘Pegue pano dê-me deixe-me limpar’

CP: ‘Dê cá a toalha para me limpar’

Conforme podemos perceber, a tradução de Costa Peixoto parece considerar o DP *vó* ‘pano’ como um instrumento do verbo *susm* ‘limpar’, assim como também considera o pronome *me* como um argumento de *susm*. Neste sentido, aparentemente, na interpretação de Costa Peixoto, o V₂ da SVC em questão seria exatamente o verbo *susm*. Entretanto, sabemos que as SVCs são construções monoclausais, cujos verbos envolvidos têm as mesmas especificações de TMA, diferentemente do que ocorre com *susm*, cuja oração tem um marcador de Modo distinto do dos outros verbos. Além disso, conforme define Aboh (2009b), nas SVCs, os marcadores de TMA devem ocorrer no V₁, caso diferente do que ocorre em (47). Adicionando a tudo isso o fato de que a forma *na* da LGM pode corresponder à preposição ‘para’, chamamos a atenção para o fato de que um estudo mais aprofundado é necessário para verificar se, nas línguas Gbe modernas, uma estrutura e uma interpretação desse tipo são permitidas nas SVCs ou se, por outro lado, o dado em (47) não pode ser considerado uma SVC.

Embora o dado acima discutido possa levantar algumas questões, cremos ser possível argumentar que, assim como as línguas Gbe modernas, a LGM apresenta um pequeno conjunto de construções de serialização verbal, estrutura também encontrada por Aboh (2015a) na *Grammaire Abrégée* (1730), outro documento diacrônico sobre as línguas Gbe.

5.2.5. Conclusões parciais

Ao longo da seção 5.2., procuramos ilustrar alguns tópicos da sintaxe da LGM que se aproximam dos padrões atualmente apresentados pelas línguas Gbe, sob o argumento de que a variedade falada pelos africanos escravizados do Ciclo do Ouro era, fundamentalmente, uma língua Gbe. Além disso, também objetivamos mostrar que, diferentemente das generalizações feitas em trabalhos anteriores, a *Obra Nova* fornece dados relevantes para o estudo da gramática das variedades Gbe, e que Costa Peixoto, através de seus registros e traduções, demonstra o conhecimento que ele tinha daquela língua, sugerindo que ele, como um desclassificado do ouro, fazia parte das redes sociais que envolviam os africanos escravizados da zona mineradora.

Sendo assim, mostramos que a LGM se aproxima das línguas Gbe modernas nos seguintes tópicos gramaticais: sintagmas nominais modificados por adjetivo; marcadores de Tempo e Aspecto; construções com verbos de complementação inerente; e construções de serialização verbal. Conforme procuramos evidenciar, mesmo nesses tópicos, a LGM, língua falada na complexa ecologia de contato do Ciclo do Ouro, apresenta alguns padrões aparentemente inovadores. Com isso em mente, na seção seguinte, exploramos mais algumas aparentes inovações presentes na língua documentada pela *Obra Nova*.

5.3. Alguns padrões inovadores da língua geral de Mina

Ao longo desta seção, discutiremos aquilo que temos chamado de “padrões inovadores da LGM”. Deste modo, antes de iniciarmos a exposição dos dados, convém explicar o que entendemos por “padrões inovadores”. Conforme se verá através das resenhas dos textos referenciados, os fenômenos linguísticos aqui apresentados – a saber, as diferentes sintaxes de negação; as interrogativas-WH; e as construções de Tópico – são muito característicos nas línguas Gbe, razão esta que nos levou a investigar o modo como eles se realizavam na LGM. Neste sentido, a questão que se coloca nesta seção não é a de argumentar que a emergência de tais fenômenos é inovadora na variedade documentada na *Obra Nova* (1741). Pelo contrário, partindo do pressuposto de que tais fenômenos são muito comuns nas variedades Gbe como um todo e que, além disso, elas costumam apresentar estruturas bastante semelhantes (cf. a Tabela 1, neste capítulo), nosso intuito é

mostrar que, com base na comparação com dados das línguas Gbe modernas, por vezes, a LGM ou parece apresentar uma estrutura sintática distinta – como nos casos das interrogativas-WH e das estruturas topicalizadas – ou apresenta as mesmas estruturas, com algumas diferenciações contextuais, como se dá nas construções negativas. Vale acrescentar que a ocorrência desses fenômenos é distinta daquela observada nos exemplos discutidos na seção 5.2, em que o paralelo entre a LGM e as variedades Gbe modernas é muito mais visível. Por tais razões, na seção 5.3, faremos menção aos padrões inovadores da LGM.

Reconhecemos que, à primeira vista, pode parecer estranho falar em “padrões inovadores” quando se tem como exemplo um documento do século XVIII. Entretanto, dois fatos explicam essa opção metodológica e terminológica. O primeiro deles é que dois outros documentos diacrônicos das línguas Gbe – a saber, *La Doctrina Christiana* (1658) e *La Grammaire Abrégée* (1730) – demonstram uma semelhança estrutural bastante grande com os dados das variedades Gbe modernas, o que pode ser visto no trabalho de Aboh (2015a) e também na seção 5.1 deste capítulo, sobretudo nas interrogativas-WH. Além disso, conforme já mencionamos alhures, a consistência da semelhança estrutural e lexical entre o Gbe diacrônico e o Gbe sincrônico fez com que Aboh (2015a, p. 51) defendesse a hipótese de que, desde o século XVII, as línguas Gbe apresentam uma gramática bastante estável, possibilitando a comparação direta entre as diferentes sincronias. Deste modo, entendemos que chamar os padrões da LGM de “padrões inovadores” implica em afirmar que, na diáspora Gbe no território americano, a língua parece ter sido modificada devido à ecologia de contato na qual estava inserida. Uma outra possibilidade analítica da questão seria argumentar que os dados apresentados pela LGM são parte da diacronia das línguas Gbe, que teria sido modificada ao longo do desenvolvimento das variedades modernas. Contudo, embora julguemos tal hipótese interessante, avaliamos que ela necessita de um estudo mais aprofundado de outros documentos, o que foge ao escopo de nossa tese.

5.3.1. A sintaxe da negação

A sintaxe da negação constitui-se num dos principais traços morfossintáticos que são utilizados para distinguir as línguas Gbe, pois não obstante as muitas semelhanças existentes entre elas, algumas línguas apresentam padrões mais fixos de construções

negativas, ao passo que outras exibem estruturas alternativas em alguns contextos. De acordo com Aboh e Essegbey (2010, p. 44), no conjunto das línguas Gbe, são encontrados três padrões gerais de sentenças negativas:

(48) Padrões de negação nas línguas Gbe (ABOH E ESSEGBEY, 2010, p. 44, ex. 12a-c)

a. Súrù má qù nú [gungbe]

Suru NEG eat thing

‘Suru did not eat’

‘Suru não comeu’

b. Súrù qù nú á [fongbe]

Suru eat thing NEG

‘Suru did not eat’

‘Suru não comeu’

c. Súrù mú qù nú ò [gengbe]

Suru NEG eat thing NEG

‘Suru did not eat’

‘Suru não comeu’

De acordo com Aboh (2010b), dentre as variedades Gbe de sintaxe fixa nas construções negativas, estão as línguas do tipo-gungbe, que apresentam exclusivamente a negação pré-verbal, e as línguas do tipo-ewegbe (como o gengbe e o ewegbe, línguas do Gbe Ocidental), cujos dados agramaticais (49b-c) indicam que a única estrutura negativa licenciada na língua corresponde à negação bipartite:

(49) gengbe (ABOH, 2010b, p. 120, ex. 22a-c)

a. Kòfí mú qù nú ò

Kofi NEG eat thing NEG

‘Kofi did not eat’

‘Kofi não comeu’

b. *Kòfí mú d̀ù nú ____

Kofi NEG eat thing NEG

‘Kofi did not eat’

‘Kofi não comeu’

c. *Kòfí ____ d̀ù nú ò

Kofi eat thing NEG

‘Kofi will not eat’

Os dados do ewegbe mostram que, nas línguas do Gbe Ocidental, a negação bipartite canônica também ocorre nas orações complexas:

(50) ewegbe (ABOH, 2010b, p. 124-126, ex. 32b, 33, 34a, 38b-d)

a. Kofi **me** gblò be Asiba a va **o**

Kofi NEG say that Asiba FUT come NEG

‘Kofi didn’t say that Asiba will come’

‘Kofi não sabia que Asiba virá’

b. Kofi gblò be Asiba **ma-a** va **o**

Kofi say that Asiba NEG-FUT come NEG

‘Kofi said that Asiba will not come’

‘Kofi disse que Asiba não virá’

c. Kofi **me** gblò be Asiba **ma-a** va **o**

Kofi NEG say that Asiba NEG-FUT come NEG

‘Kofi did not say that Asiba will not come’

‘Kofi não disse que Asiba não virá’

d. Kofi **me** *ḍu* *nu* **o** *ye* Asiba *klɔ* *agban*

Kofi NEG eat thing NEG and Asiba wash dish

‘Kofi did not eat, and Asiba washed the dishes’

‘Kofi não comeu e Asiba lavou as louças’

e. Kofi *ḍu* *nu* *ye* Asiba **me** *klɔ* *agban* **o**

Kofi eat thing and Asiba NEG wash dish NEG

‘Kofi ate, and Asiba did not wash the dishes’

Kofi comeu e Asiba não lavou as louças

f. Kofi **me** *ḍu* *nu* **o** *ye* Asiba **me** *klɔ* *agban* **o**

Kofi NEG eat thing NEG and Asiba NEG wash dish NEG

‘Kofi did not eat, and Asiba did not wash the dishes’

‘Kofi não comeu e Asiba não lavou as louças’

Os dados em (50a-f) dão um panorama da ocorrência da negação bipartite nas orações complexas das línguas de tipo-ewegbe. O primeiro ponto a ser ressaltado a partir dos exemplos (50a-c) é que, quando se trata de orações subordinadas, o Neg2 *o* deve vir no final da sentença, ou seja, no final da oração mais encaixada. Entretanto, algumas diferenças podem ser observadas na posição do Neg1 *me*: quando a negação toma como seu escopo apenas a oração matriz (50a), o marcador *me* aparece na posição pré-verbal da oração principal; quando a negação incide sobre a oração encaixada (50b), e nela que deve aparecer o Neg1 pré-verbal; por fim, nos casos em que a negação toma como escopo tanto a oração matriz quanto a encaixada (50c), o marcador *me* ocorre em ambas as cláusulas, mas o Neg2 *o* só ocorre na última. A situação é diferente no caso das orações coordenadas, independentes entre si, e que, portanto, podem ter a dupla negação apenas na primeira oração (50d), apenas na segunda (50e), ou em ambas (50f).

A variação da estrutura negativa ocorre nas línguas de tipo-fongbe, que podem exibir tanto a negação pré quanto pós-verbal, como indicam os dados em (51):

(51) fongbe (ABOH, 2010b, p. 119, ex. 20a-b)

a. Kòkú má ná xò àsón ó
 Koku NEG FUT buy crab DET

‘Koku will not buy the crab’

‘Koku não comprará o caranguejo’

b. Kòkú ná xò àsón ó ă
 Koku FUT buy crab DET NEG

‘Koku will not buy the crab’

‘Koku não comprará o caranguejo’

Entretanto, quando se trata da dupla negação, as línguas do tipo-fongbe não admitem que dois marcadores ocorram na mesma oração, permitindo essa estrutura em contextos muito restritos, como os de orações subordinadas (52b):

(52) fongbe (ABOH, 2010b, p. 119, ex. 21a-b)

a. *Kòkú má xò àsón ó ă
 Koku NEG buy crab DET NEG

b. Ní Kòkú má xò àsón ó ă, é ná yì
 if Koku NEG buy crab DET NEG 3SG FUT go

‘If Koku did not buy the crab, he will leave’

‘Se Koku não comprar o caranguejo, ele irá embora’

Neste sentido, vemos que enquanto línguas como o fongbe exibem os três diferentes padrões de negação – alguns deles restritos a contextos sintáticos específicos, como a dupla negação, por exemplo –, variedades como o gengbe e o ewegbe apresentam obrigatoriamente a negação bipartite, e outras, como o gungbe, apenas permitem a negação pré-verbal (ABOH, 2010b, p. 119). No entanto, o fato de que todas elas são

unânicos em apresentar um marcador de negação pré-verbal leva Aboh (2010b, p. 120) a definir esse morfema como o núcleo de uma projeção funcional de negação presente em todas as línguas Gbe. O linguista também chama a atenção para o fato de que, nas estruturas de negação bipartite, em línguas como o ewegbe, alguns quantificadores negativos seguem os DPs em posição de sujeito ou complemento, fazendo com que ele defina as línguas Gbe como línguas de concordância negativa:

(53) ewegbe (ABOH, 2010b, p. 122, ex. 25a-b)

a. Náné-ké	mé-lè	àgbà-á	mè	ò
something-NQ	NEG-be	plate-DET	in	NEG

‘There is nothing in the plate’

‘Não há nada no prato’

b. Áma	mé-flè	náné-ké	ò
Ama	NEG-buy	something-NQ	NEG

‘Ama didn’t buy anything’

‘Ama não comprou nada’

Após uma discussão detalhada sobre a derivação da negação bipartite, Aboh (2010b, p. 127-128) assume a análise de que as línguas Gbe possuem múltiplas projeções funcionais de negação – na verdade, as projeções NegP1 e NegP2 –, de modo que a diferença entre elas residiria na realização morfológica apenas do NegP1, como gungbe; na realização do NegP2, como o fongbe; e na realização simultânea do NegP1 e NegP2, como o gengbe, o ewegbe e o fongbe (em alguns contextos). Estas últimas variedades, na perspectiva do autor, exibiriam a concordância negativa (ABOH, 2010b, p. 133).

Considerando essa tipologia das sentenças negativas, voltamo-nos para os dados da LGM. Um ponto a ser destacado é que a língua documentada por Costa Peixoto apresenta todos os padrões de construção negativa encontrados nas variedades Gbe modernas, com exceção de um dos padrões manifestados pelas línguas de tipo-fongbe, qual seja, o padrão em que o único marcador de negação aparece na posição pós-verbal (51b). Tal variação de padrões nos parece muito interessante porque, se o domínio da

negação se configura como o mais distintivo entre as línguas do grupo Gbe, a variação exemplificada pela LGM levanta importantes questões sobre a concorrência desses diferentes padrões no âmbito da ecologia de contato¹⁹.

Iniciando a análise, vejamos os seguintes casos de negação pré-verbal da LGM:

(54)

a. gam màtim

gam mà tím

metal NEG existir

Lit.: ‘Metal não existe’

CP: ‘Não tenho a chave’

b. huhema matim

huhema ma tím

papel NEG existir

Lit.: ‘Papel não existe’

CP: ‘Não tenho escrito’

c. adi matim

adi ma tím

sabão NEG existir

Lit.: ‘Sabão não existe’

CP: ‘Não tenho sabão’

¹⁹ Vale destacar que, segundo argumenta Aboh (comunicação pessoal), modernamente, tal variação também pode ser encontrada em variedades Gbe faladas em regiões contíguas, portanto, em regiões de contato dialetal.

d. hiháaboutó mématimaguam

hihabou tó mé ma tim aguam

européu país LOC NEG existir guerra

Lit.: ‘No país do europeu guerra não existe’

CP: ‘Terra de branco não tem guerra’

e. nhimatim gamrufi

nhi ma tim gam ru fi

1SG NEG ter balança PREP lugar

Lit.: ‘Eu não tenho balança neste lugar’

CP: ‘Eu não tenho aqui balança’

Conforme vemos, os dados em (54) apresentam um padrão muito semelhante às línguas do tipo-gungbe, na medida em que apresentam a negação pré-verbal, com o mesmo morfema *ma* encontrado naquelas línguas. Vale destacar que, curiosamente, todos os exemplos da série têm como predador o verbo *tim* ‘existir’. De acordo com Lefebvre e Brousseau (2002), no fongbe, *tìn* é o verbo existencial ‘existir’, e é monoargumental, como vemos no exemplo (55):

(55) fongbe (LEFEBVRE E BROUSSEAU, 2002, p. 246, ex. 15a)

Xó d̀òkpó tìn

story one exist

‘There is a problem’

[Lit.: ‘One story exists’]

‘Existe um problema [lit.: uma história existe]’

Entretanto, conforme vemos em (54e), a LGM parece ter inovado, passando a utilizar o verbo *tim* em uma estrutura biargumental. Como Costa Peixoto traduz, sistematicamente, *tim* por ‘ter’, adotamos essa tradução nos casos em que o referido verbo tem sujeito e complemento.

Voltando aos padrões da negação na LGM, vemos que ela também apresenta alguns dados de negação bipartite em orações complexas, nas quais um dos marcadores ocorre na oração principal e outro, na encaixada:

(56) LGM

a.

I. fiháhéhi

fihá hé hi

onde 3SG ir

Lit.: ‘Onde ele/ela foi?’

CP: ‘Aonde foi?’

II. nhimánhoi fiháhehihã

nhi **má** nhoi fihá he hi **hã**

1SG NEG saber onde 3SG ir NEG

Lit.: ‘Eu não sei onde ele/ela foi não’

CP: ‘Eu não sei aonde foi’

b. nhimanhoilouchouhá

nhi **ma** nhoi lou chou **há**

1SG NEG saber viola(?) tocar NEG

Lit.: ‘Eu não sei viola tocar não’

CP: ‘Eu não sei tocar viola’

Note que a dupla negação da LGM, em (56), segue o mesmo padrão apresentado pelas línguas do tipo-ewegbe, pois uma vez que o escopo da negação se dá sobre a oração principal, o Neg1 ocorre na matriz e o marcador Neg2, na encaixada.

Conforme podemos ver, as orações condicionais apresentam dupla negação tanto nas línguas do tipo-ewegbe, quanto nas variedades de tipo-fongbe:

(57)

a. Ne Kofi **me** ðu nu **o** la, Asiba la klo agban [ewe]

If Kofi NEG eat thing NEG TOP Asiba MOOD wash dish

‘If Kofi does not eat, Asiba will wash the dishes’

‘Se Kofi não comer, Asiba lavará as louças’ (ABOH, 2010b, p. 126, ex. 39b)

b. Ní Kòku **má** xò asón ó **ǎ**, é ná yì [fongbe]

if Koku NEG buy crab DET NEG 3SG FUT go

‘If Koku did not buy the crab, he will leave’

‘Se Koku não comprou o caranguejo, ele irá embora’ (ABOH, 2010c, p. 119, ex. 21b)

Entretanto, os dados da LGM traduzidos como condicionais por Costa Peixoto – embora a partícula introdutória não corresponda ao morfema condicional corrente nas línguas Gbe, que é *ní* – apresentam apenas a negação pré-verbal, conforme ilustram os dados em (58):

(58) LGM²⁰

a. guáche guim **ma** tim huhema, ná blauhẽ

guáche gui **ma** tim huhema, ná bla uhẽ

PCL 2SG NEG ter papel 1SG.FUT amarrar 2SG.ACC

Lit.: ‘Se tu não tens papel, eu te amarrarei’

CP: ‘Se não tens escrito, hei de amarrar-te’

²⁰ Nos exemplos em (58), como ainda não sabemos ao certo a estrutura das condicionais na LGM, a fim de abordar a estrutura da negação, assumimos a interpretação condicional fornecida por Costa Peixoto, mesmo reconhecendo a necessidade de um trabalho mais aprofundado sobre a forma *guache* – diga-se de passagem, debatida desde Lopes (1945).

b.

I. *nhi matim aguhédim hã*

nhi	ma	tim	aguhé	dim	hã
-----	-----------	-----	-------	-----	-----------

1SG	NEG	ter	dinheiro	agora	NEG
-----	-----	-----	----------	-------	-----

Lit.: ‘Eu não tenho dinheiro (ouro) agora não’

CP: ‘Eu não tenho agora ouro’

II. *guache gui manámedim humbeuhê*

guache	gui	ma	ná	me	dim	hum	be	uhê
--------	-----	-----------	----	----	-----	-----	----	-----

PCL	2SG	NEG	dar	1SG.ACC	agora	1SG	recusar	2SG.ACC
-----	-----	-----	-----	---------	-------	-----	---------	---------

Lit.: ‘Se tu não deres-me agora, eu te recuso’

CP: ‘Se má não deres agora não o quero’.

O que chama a atenção nesses dados é que, embora a LGM pareça apresentar um comportamento bastante semelhante ao das línguas de tipo-ewegbe no que tange à dupla negação, quando se trata das orações condicionais, o seu comportamento se aproxima mais das línguas de tipo-gungbe, isto é, com negação pré-verbal. Nesse tópico, a LGM também se diferencia das variedades de tipo-fongbe, nas quais ocorre dupla negação no contexto de oração condicional.

Finalmente, os dados em (59) mostram a estrutura negativa mais produtiva na LGM, qual seja, a dupla negação no contexto de orações simples:

(59) LGM

a. *e màcodugehã*

e	mà	co	du	ge	hã
---	----	----	----	----	----

3SG	NEG	ADV	V _{COMER}	sal	NEG
-----	-----	-----	--------------------	-----	-----

Lit.: ‘Ele/ela não comeu sal ainda não’

CP: ‘Ainda se não batizou’

b. emácógibihã

e má có gi vi hã

3SG NEG ADV dar à luz criança NEG

Lit.: ‘Ela não deu à luz criança ainda não.’

CP: ‘Ainda não pariu não.’

c. nhimásácouculouch achóhã

nhi má sá couculou ch(e) achó hã

1SG NEG vender galinha 1SG.POSS dívida NEG

Lit.: ‘Eu não vendo galinha minha dívida não’

CP: ‘Eu não vendo as minhas galinhas fiadas’

d. hémácóbihã

hé má có bi hã

3SG NEG ADV ser_cozido NEG

Lit.: ‘Isso ainda não está cozido não’

CP: ‘Ainda não está feito’

e. nhimátim a sim ruchuhẽ hã

nhi ma tim assim ru chuhẽ hã

1SG NEG ter água PREP casa NEG

Lit.: ‘Eu não tenho água em casa não’

CP: ‘Eu não tenho água em casa’

f. *nhimánum agamhã*

nhi má num agam hã

1SG NEG beber álcool NEG

Lit.: ‘Eu não bebo álcool não’

CP: ‘Eu não bebo aguardente’

g. *gam matim hã*

gam ma tim hã

balança NEG existir NEG

Lit.: ‘Balança não existe não’

CP: ‘Não tenho balança’

Os dados em (59a-g) apresentam um padrão semelhante ao das línguas de tipo-ewegbe, nas quais apenas a negação bipartite é licenciada mesmo no contexto das orações simples. Aliás, conforme vimos nos exemplos em (53), são justamente essas as línguas que levam Aboh (2010b, p. 121-122) a considerar as variedades Gbe como línguas de concordância negativa, pois, por vezes, a dupla negação é acompanhada de quantificadores negativos que seguem os DPs. Um fenômeno semelhante também parece ocorrer com os dados da LGM em (60):

(60)

a. *magumére hã*

ma gu mé re hã

1SG.NEG matar pessoa NQ NEG

Lit.: ‘Eu não matei pessoa nenhuma não’

CP: ‘Não matei ninguém’

b. *nhimáduachómeréhã*

nhi	má	du	achó	me	ré	hã
1SG	NEG	V _{COMER}	dívida	pessoa	NQ	NEG

Lit.: ‘Eu não comi dívida pessoa nenhuma não’

CP: ‘Eu não devo nada a ninguém’

c. *dopo, hématim numréhã*

dopo	hé	ma	tim	num	ré	hã
bolsa-TOP	3SG	NEG	ter	coisa	NQ	NEG

Lit.: ‘Bolsa, ela não tem coisa nenhuma não’

CP: ‘As algibeiras não tem nada’

d. *méré mábauhéhã*

mé	ré	má	ba	uhé	hã
pessoa	NQ	NEG	procurar	2SG.ACC	NEG

Lit.: ‘Pessoa nenhuma não te procura não’

CP: ‘Ninguém o procura’

Nos dados em (60), chama a atenção a ocorrência da forma *re* ‘nenhum/algum’ seguindo os NPs de sentenças marcadas para negação, estrutura semelhante a que ocorre no ewegbe (53a-b), variedade definida por Aboh (2010b) como uma língua de concordância negativa. Cremos que seja possível afirmar o mesmo a respeito da LGM.

Ora, se retomarmos o quadro exposto em (1), notaremos que a LGM apresenta dois dos padrões de negação constatados nas línguas Gbe, a saber:

(61) Padrões de negação da LGM

(a) Sujeito>**Negação**>Verbo>Objeto

(b) Sujeito>**Negação**>Verbo>Objeto>**Negação**

Isso posto, um primeiro aspecto a ser constatado é que, embora as línguas Gbe possam ser discriminadas de acordo com o padrão seguido por suas estruturas negativas (ABOH, 2010b), este não parece ser um bom critério para definir a qual grupo a LGM pertence. Nesse sentido, se à primeira vista fôssemos considerá-la uma língua de tipo-fongbe, que admite diferentes padrões para a construção negativa, não poderíamos fazê-lo de maneira peremptória, dado que a LGM não apresenta justamente a estrutura negativa canônica do fongbe, qual seja, a estrutura Sujeito>Verbo>Objeto>**Negação**. Além disso, embora a *Obra Nova* apresente muitos dados de negação bipartite, que consiste na negação canônica das línguas de tipo-ewegbe, não podemos concluir de maneira decisiva que a LGM seguiria apenas esse padrão, pois ela também exhibe exemplos de negação pré-verbal e parece não exibir negação bipartite nas condicionais, traços que a afastam das línguas do tipo-ewegbe. Ademais, a LGM apresenta o seguinte contraste, em que duas sentenças praticamente semelhantes têm como principal ponto de distinção a estruturas de negação:

(62) LGM

a.

I. guigeroi cou sógam name

gui	geroi	cou	só	gam	na	me
2SG	querer	NRAL	pegar	balança	PREP	1SG.ACC

Lit.: ‘Você quer meia oitava(?) pegue balança para mim’

CP: ‘Se queres meia oitava de cá a balança’

II. gam matim hã

gam	ma	tim	hã
balança	NEG	existir	NEG

Lit.: ‘Balança não existe não’

CP: ‘Não tenho balança’

b.

I. guigerou cou sógam name

gui	gerou	cou	só	gam	na	me
2SG	querer	NRAL	pegar	balança	PREP	1SG.ACC

Lit.: ‘Você quer meia oitava(?) pegue balança para mim’

CP: ‘Se queres meia oitava de cá a balança’

II. nhimatim gamrufi

nhi	ma	tim	gam	ru	fi
1SG	NEG	ter	balança	PREP	lugar

Lit.: ‘Eu não tenho balança neste lugar’

CP: ‘Eu não tenho aqui balança’

Os dados em (62a-b) correspondem a dois diálogos praticamente idênticos, expostos em diferentes páginas da *Obra Nova* – o (62a) está na página 35 e o (62b) está na página 28. Uma das principais diferenças entre eles reside justamente na estrutura da negação, que em (62a) é Sujeito>**Negação**>Verbo>**Negação** e, em (62b), é Sujeito>**Negação**>Verbo>Objeto>Adjunto. Além disso, um outro aspecto importante é que, em ambos os casos, o núcleo do predicado é o verbo *tim*, que em (62a) assume uma sintaxe intransitiva e, em (62b), é um verbo transitivo, cujo sujeito é o pronome de primeira pessoa *nhi* ‘eu’ e o objeto é o DP *gam* ‘balança’. Ademais, um ponto interessante é que, ao introduzir a sequência de exemplos na qual se insere (62a), Costa Peixoto traz um de seus poucos comentários metalinguísticos, com a seguinte observação: “*poderá dizer, e hé o mais serto*” (COSTA PEIXOTO, 1945[1741], p. 35). Não fica claro qual é o critério de correção de Costa Peixoto nessa passagem, mas dois aspectos nos chamam a atenção, pois, no dado (62a), além da variação na estrutura negativa, também temos uma aparente variação na estrutura argumental do verbo *tim* ‘existir/ter’, o qual, segundo explicam Lefebvre e Brousseau (2002, p. 245-246), é utilizado exclusivamente como um verbo existencial intransitivo nas variedades modernas do Gbe Oriental. Neste sentido, seria necessário investigar a qual aspecto dessa estrutura o nosso autor-personagem estaria se referindo. De qualquer maneira, chamamos a atenção para a variação na

estrutura negativa, que, de alguma maneira, parece colocar questões para trabalhos que tentam, de maneira exclusiva, identificar a LGM a alguma variedade Gbe moderna.

Ao estudar a dupla negação da LGM, Bonvini (2008) parece não encontrar nenhum paralelo definitivo entre o padrão apresentado na *Obra Nova* e nas línguas Gbe modernas. Diante disso, o autor acaba por recorrer ao português para formular uma hipótese sobre o problema, nos seguintes termos: “Cabe mesmo perguntar-se se essa dupla negação não seria mais um ‘decalque’ do português local da época” (BONVINI, 2008, p. 44). A negação bipartite da LGM também chamou a atenção de Teixeira de Sousa (2018), que, ao estudar sintaxe da negação no PB, formulou a hipótese de que a origem da dupla negação como negação de proposição nessa variedade seria o resultado do contato do português com as línguas Gbe, devido à presença dessas estruturas na *Obra Nova*, tanto na documentação da LGM quanto em boa parte das traduções propostas por Costa Peixoto, trazendo à luz estruturas já características do português falado no Brasil, fruto do contato, por esta razão, ausentes em outros documentos do mesmo período escritos em Portugal (TEIXEIRA DE SOUSA, 2018, p. 132; FERNANDES, 2012, p. 41). Frente a isso, observamos que, por razões e caminhos diferentes, tanto Bonvini (2008) quanto Teixeira de Sousa (2018) chamam a atenção para uma questão muito importante para o nosso trabalho, qual seja, o papel da ecologia de contato multilíngüístico do Ciclo do Ouro na emergência de padrões inovadores nas línguas em contato.

Voltando às línguas Gbe, vemos que elas apresentam três diferentes padrões gerais de negação, dois deles encontrados na LGM, com um número considerável de dados. Porém, conforme discutimos à luz dos dados movimentados na seção, os dois padrões de negação presentes na LGM, esquematizados em (61a-b), de certa maneira, abarcam o comportamento dos três diferentes tipos de línguas Gbe que se distinguem a partir da estrutura negativa. Contudo, a LGM, por sua vez, parece não se encaixar em nenhum deles: se por um lado, ela apresenta a negação pré-verbal, como as línguas de tipo-gungbe, ela também apresenta a negação bipartite; porém, sua negação bipartite não ocorre da maneira como essa estrutura aparece nas línguas do tipo-fongbe e do tipo-ewegbe, como vemos, por exemplo, no caso das orações condicionais. Deste modo, a LGM parece apresentar uma recombinação de diferentes padrões de construções negativas, as quais, nas línguas Gbe modernas, funcionam como traços distintivos. Por outro lado, enquanto Bonvini (2008, p. 44) vai atribuir a dupla negação da LGM a um decalque do português,

Teixeira de Sousa (2018, p. 132) atribui às línguas Gbe a emergência da dupla negação no PB. Tem-se aí um importante problema, que demanda estudos mais aprofundados.

Entretanto, em meio a esse dilema envolvendo as estruturas negativas na LGM e no PB, cremos ser possível argumentar que os dados documentados na *Obra Nova* consistem numa importante fotografia do processo de competição e seleção de traços morfossintáticos que caracterizava a ecologia de contato multilinguístico do Ciclo do Ouro. Ora, conforme argumentamos no capítulo 03, embora, aparentemente, o grupo dos africanos Mina abarcasse um contingente significativo de falantes de línguas Gbe orientais, como fongbe e gungbe, sabemos que a ecologia linguística do Ciclo do Ouro pode ter envolvido africanos escravizados oriundos do Gbe Ocidental (ewegbe, gengbe), além de africanos Bantu e falantes de português, os quais, de alguma maneira, parecem ter utilizado a LGM em suas redes sociais de comunicação, formando uma ecologia de contato bastante complexa. Sendo assim, pensamos que a negação bipartite da LGM poderia ter sido utilizada por falantes nativos de outras variedades do *continuum* Gbe – visto que há variação do padrão até mesmo dentro do documento –, ou mesmo pode ter se desenvolvido no Brasil, como uma consequência da competição e seleção de traços, pois, aparentemente, estava se constituindo um *feature pool* no qual havia congruência entre os padrões de dupla negação. Possíveis caminhos para a elucidação desse problema seriam, por exemplo: (i) a análise detalhada da negação bipartite da LGM, a fim de estabelecer os contextos sintáticos e pragmáticos nos quais ela ocorre; (ii) comparação com as estruturas negativas de documentos como o catecismo *La Doctrina Christiana* (1658) e *La Grammaire Abrégée* (1730); (iii) comparação com as estruturas de dupla negação das línguas Gbe modernas; (iii) análise dos mesmos fenômenos na diacronia do português e também das línguas Bantu que vieram para o Brasil, como, por exemplo, o quimbundo²¹.

5.3.2. Notas sobre a periferia esquerda da LGM

Conforme relatamos no capítulo anterior, Ameka (2010, p. 144-145) classifica as línguas Kwa/Gbe no rol das *discourse configurational languages*, no sentido de que a estrutura sintática dessas variedades é sensível à codificação gramatical do conteúdo

²¹ Tais problemas fogem do escopo deste trabalho, que busca apenas apresentar os padrões gerais da LGM em comparação com as línguas Gbe modernas. Entretanto, abordaremos a questão num trabalho futuro.

informativa. Exemplos dessa característica seriam as funções semântico-discursivas de Tópico e Foco, uma vez que os constituintes que carregam esse tipo de informação ocupam posições sintáticas específicas na estrutura sintática das línguas Gbe, qual seja, a periferia esquerda da sentença. Segundo Aboh (2004, p. 47), de um modo geral, todas as línguas Gbe apresentam um padrão semelhante no que diz respeito às construções de Foco, Tópico e interrogação, com movimento à esquerda dos constituintes que recebem as interpretações discursivamente relevantes, além de núcleos funcionais morfologicamente realizados que seguem os constituintes movidos para a periferia esquerda (cf. tabela 1).

Com base em uma série de autores, Ameka (2010, p. 145) explica que um determinado constituinte da sentença recebe a marca de informação focal quando consiste na informação mais saliente numa dada situação comunicativa, seja por seu contraste com outras possibilidades, seja por ser configurar como uma informação nova. Por serem línguas nas quais a sintaxe marca o conteúdo informativo, em geral, a codificação de Foco nas línguas Kwa/Gbe envolve o movimento do sintagma que carrega o conteúdo focal para a periferia esquerda da sentença, bem como a presença de um marcador de Foco, que segue imediatamente o constituinte focalizado, como mostram os seguintes exemplos do gungbe:

(63) gungbe (ABOH, 2004, p. 237, ex. 4a-c)

a. Séná xìá wémà

Sena read-perf book

‘Sena read a book’

‘Sena leu um livro’

b. Sénáí *(wè) t_i xìá wémà

Sena foc read-perf book

‘SENA read a book’

‘SENA leu um livro’

c. wémá t_i *(wè) Séná xiá t_i ? [gungbe]

book which FOC Sena read-PERF

‘Which book did Sena read?’

‘Qual livro Sena leu?’

d. *Séná xiá wémà té? [gungbe]

Sena read-PERF book which

e. Ðèté_i (wè) t_i wâ? [fongbe]

one.which it.is come

‘Which one/who came?’

‘Quem veio?’

f. Été_i / àní_i (wè), Kòkú xò t_i? [fongbe]

what / what it.is Koku

‘What did Kpku buy?’

‘O que Koku comprou?’

g. Nàbí_i (wè), à dù t_i? [fongbe]

how.much/many it.is 2SG eat

‘How much/many did you eat?’

‘Quanto você comeu?’

Os dados em (64a-g) permitem-nos verificar que, nas interrogativas-WH das línguas Gbe, o constituinte interrogado é movido para o início da sentença, não sendo possível a formação de interrogativas-WH *in situ*, conforme o demonstra o exemplo (64d). Os dados do gungbe mostram que, nas interrogativas-WH o marcador de Foco *wè* é realizado obrigatoriamente (cf. ABOH, 2004), ao passo que os exemplos do fongbe indicam que, nesta língua, a realização do marcador de Foco é opcional (LEFEBVRE E BROUSSEAU, 2002, p.157).

Um fato que chama a atenção é que, se retomarmos os documentos diacrônicos abordados por Aboh (2015a), cujos dados repetimos em (65) e (66), constatamos que as sentenças apenas no catecismo *La Doctrina Christina* (1658) e em *La Grammaire Abrégée* (1730) trazem a marcação de Foco aberta, de modo que, aparentemente, esse traço já estava presente na gramática Gbe dos séculos XVII e XVIII:

(65) *La Doctrina Christina* (ABOH, 2015a, p. 49, ex. 14a-b)

a. Quien es Dios?

Menu-e Vodù?

Who-FOC Vodù

‘Who is Vodù?’

‘Quem é Vodù?’

b. Com es Dios?

Anuniqu-e Vodù?

How-foc Vodù

‘How is Vodù?’

‘Como é Vodù?’

(66) *Grammaire Abrégée* (ABOH, 2015a, p. 51, ex. 17a-b)

a. Quel eft cet homme?

Mênou-a?

Ménù-wè?

Who-FOC

‘Who is it?’

‘Quem é?’

b. Quelle eft cette femme?

Nignone te ouè?

Nyò̀nù tẹ̀ wé?

girl Q FOC

‘Which girl/woman is it?’

‘Que menina/mulher é?’

Levando esses fatos em consideração, analisemos as interrogativas-WH da LGM, tendo em mente a informação de que, mesmo sendo a *Obra Nova* (1741) um documento do século XVIII – assim como a *Grammaire Abrégée* (1730) –, ela foi produzida no contexto da diáspora dos africanos escravizados na América.

5.3.2.1. As interrogativas-WH e a marcação de Foco

No capítulo 04, ao analisarmos o trabalho de Yai (1997), vimos que este autor ressaltava a relativa proficiência de Costa Peixoto na língua falada pelos africanos escravizados do Ciclo do Ouro, devido à sua capacidade de formular perguntas e respostas na LGM. Naquela ocasião, reconhecemos que essa observação de Yai (1997, pp. 545-546) era um tanto quanto ambígua, uma vez que não deixava claro se o autor estava se referindo à capacidade de Costa Peixoto de se comunicar na LGM, estabelecendo diálogos de perguntas e respostas, ou se, por outro lado, o autor beninense estaria chamando a atenção para o domínio de Costa Peixoto em relação à sintaxe das sentenças interrogativas naquela variedade africana. Embora não tenhamos uma resposta para esse dilema, propomos uma análise das interrogativas-WH reportadas na *Obra Nova* (1741), relacionando as estruturas encontradas aos padrões morfossintáticos das línguas Gbe modernas.

Observemos os diálogos transcritos em (67)

(67)

a.

I. aniguisã

ani_j gui sã t_j
 o que 2SG vender

Lit.: ‘O que tu vendestes?’

CP: ‘Que é o que vendes?’

II. hum sánum poupou.

hum sá num poupou
 1SG vender coisa muito

Lit.: ‘Eu vendi muita coisa’

CP: ‘Vendo muita coisa.’

b.

I. aniguigeroi

ani_j gui geroi t_j
 o que 2SG querer

Lit.: ‘O que tu queres?’

CP: ‘Que é o que queres?’

II. name avàná pou lefim pou

na me avàná pou lefim pou
 dar 1SG.ACC banana(?) pouco farinha pouco

Lit.: ‘Dê-me banana pouco farinha pouco.’

CP: ‘Dê-me bananas e mais farinha’

Os dados em (67) correspondem a duas interações provavelmente ocorridas no contexto das vendas (CASTRO, 2002), nas quais as perguntas de conteúdo fazem referência aos produtos comercializados. Neste sentido, ambos os constituintes-WH são complementos dos verbos *sã* ‘vender’ e *geroi* ‘querer’, respectivamente. Conforme podemos perceber, ambos os constituintes-WH são movidos para a posição inicial da

sentença, deixando uma lacuna em sua posição original, estrutura diferente daquela encontrada nas sentenças declarativas que servem de resposta, cuja ordem é SVO. Vale destacar que, no documento, as perguntas não são grafadas com nenhum ponto de interrogação, mas são precedidas pelo rótulo “Pregunto”, atribuído por Costa Peixoto.

Com isso em mente, analisemos agora o diálogo em (68), no qual o constituinte-WH sai da posição de adjunto do VP:

(68)

I. *filhàhegulialú*

<i>filhà_j</i>	<i>he</i>	<i>guli</i>	<i>alú</i>	<i>t_j</i>
onde	3SG	V _{PEGAR}	mão	

Lit.: ‘Onde ele/ela pegou mão?’

CP: ‘Aonde casou?’

II. *Hegulialô touboume*

<i>he</i>	<i>guli</i>	<i>alô</i>	<i>tou</i>	<i>bou</i>	<i>me²³</i>
3SG	V _{PEGAR}	mão	país	grande	LOC

Lit.: ‘Ele/ela pegou mão no país grande’

CP: ‘Casou no Reino.’

III. *hègulialô toumefi*

<i>hè</i>	<i>guli</i>	<i>alô</i>	<i>tou</i>	<i>me</i>	<i>fi</i>
3SG	V _{PEGAR}	mão	país	LOC	DEM

Lit.: ‘Ele/ela pegou mão neste país’

CP: ‘Casou nesta terra’

Conforme podemos perceber, no diálogo (68), parecem existir pelo menos três interlocutores conversando sobre o local onde ocorreu a eventualidade de *‘pegar mão’*,

²³ Um ponto interessante na faixa II do diálogo em (68) é que *bou* ‘grande’ parece ser um adjetivo atributivo, por estar dentro do DP, por não ser reduplicado e também por codificar a noção de ‘tamanho’, justamente uma das ocorrências esperadas para os adjetivos atributivos (cf. ABOH, 2010a).

que é um V_{ICV} com o significado de ‘casar-se’. Logo, o constituinte interrogado, adjunto do VP nucleado pelo V_{ICV} , é movido para a posição inicial da sentença, deixando uma lacuna em sua posição original.

Se retomarmos a estrutura da sentença interrogativa Gbe, apresentada no quadro (1) e repetida em (69), percebemos muitas semelhanças entre as interrogativas-WH da LGM e das línguas Gbe modernas, sendo a única diferença a ausência do marcador de Foco:

(69) Interrogativa de conteúdo nas línguas Gbe (ABOH, 2015a, p. 46)

Sintagma-WH > **marcador de Foco** > [IP.... <lacuna>...]

Tendo em vista essa discussão, observemos os seguintes diálogos da LGM transcritos em (70):

(70) LGM

a.

I. menu hé já

menu hé já

quem 3SG vir

Lit.: ‘Quem ele/ela vem?’

CP: ‘Quem é que vem aí?’

II. hi há bouno héjá

hihábouno hé já

européu 3SG vir

Lit.: ‘Europeu ele vem.’

CP: ‘Aí vem um branco’

b.

I. menùhé bá me

menù hé bá me

quem 3SG procurar 1SG.ACC

Lit.: ‘Quem ele/ela procura mim?’

CP: ‘Quem é que me procura?’

II. hihábouno dé hé ba uhẽ

hihábouno dé hé ba uhẽ

européu REL 3SG procurar 2SG.ACC

Lit.: ‘Europeu que ele te procura’

CP: ‘Um branco é que o procura’

III. méré mábauhéhâ

mé ré má ba uhé hâ

pessoa nenhum NEG procurar 2SG.ACC NEG

Lit.: ‘Pessoa nenhuma não te procura não’

CP: ‘Ninguém o procura’

Nos diálogos transcritos em (70), vemos que todos os constituintes-WH são retirados da posição canônica de sujeito para a posição inicial da sentença. Entretanto, diferentemente daquilo que encontramos nas interrogativas de objeto direto e de adjunto, nas interrogativas de sujeito, temos a forma de 3ª pessoa do singular *hé* entre o constituinte movido e o verbo, fato que também ocorre em algumas respostas, como na linha II de (70a) e na linha II de (70b), embora neste último exemplo o *hé* seja precedido por um aparente introdutor de oração relativa. Um ponto que chama a atenção nesses dados é que a forma *hé* parece ser um pronome resumptivo retomando o DP sujeito movido. Conforme discutimos adiante, a ocorrência dessa forma de terceira pessoa entre o sujeito e o verbo é bastante frequente na LGM – fato que também foi notado por Souza (2001) –, levantando algumas questões relacionadas justamente à codificação do conteúdo informacional da sentença, como as estruturas de Tópico e Foco.

Não obstante dados como (70a-b) suscitem uma discussão ainda não resolvida, com base na comparação entre os dados do gungbe e do fongbe e aqueles encontrados na LGM, cremos ser possível argumentar que, assim como ocorre nas línguas Gbe modernas,

todas as interrogativas-WH da LGM envolvem o movimento à esquerda do constituinte sobre o qual incide o questionamento, o qual, no caso de DP objeto ou adjunto, deixa um vestígio²⁴ na posição sintática original, não havendo, portanto, estratégia de interrogativa-WH *in situ*. No caso das interrogativas de sujeito, entretanto, a LGM parece apresentar um pronome resumptivo, a forma de terceira pessoa *he*, que ocupa a posição do sujeito movido para a periferia esquerda. Aliás, a ocorrência desse resumptivo se constitui numa evidência de que, nas sentenças em (70), o DP sujeito é realmente movido.

Levando tudo isso em consideração, vemos que a diferença existente entre as interrogativas-WH das línguas Gbe modernas e as variedades diacrônicas documentadas na *Grammaire Abrégée* e na *La Doctrina* residiria apenas na não-marcação aberta de Foco nos dados da *Obra Nova*, pois, assim como nas outras variedades, a LGM parece não admitir a estratégia de interrogativa-WH *in situ*. Deste modo, aparentemente, o resultado do processo de competição e seleção de traços fez com que, na LGM, emergisse os seguintes padrões de interrogativa-WH:

(71) Interrogativas-WH na LGM

- a. Sintagma-WH> _____ >[IP.... <lacuna>...] (objeto e adjunto)
- b. Sintagma-WH_j> _____>[IP.*he*_j.....] (sujeito)

Embora conservem o traço de movimento do sintagma-WH, cremos que os dois padrões podem ser considerados inovadores em relação às variedades Gbe, ambos devido à ausência do marcador de Foco e, no caso de (71b), pela ocorrência da forma *he* como uma espécie de resumptivo dentro do IP. Assim, tomando como base a proposta de Aboh (2015a) para a análise do resultado do processo de competição e seleção de traços, argumentamos que, enquanto a LGM parece ter selecionado uma semântica Gbe para as interrogativas-WH, dado o movimento do constituinte relevante para a periferia esquerda, codificando, assim, o conteúdo informacional da sentença, alguns traços da sintaxe parecem ser inovadores, não encontrando paralelo nas outras variedades Gbe. Faz-se necessário, então, que retomemos a questão em um trabalho futuro, a fim de comparar com as outras línguas que, certamente, também contribuíram para a construção do *feature pool* na ecologia do Ciclo do Ouro. De qualquer modo, o movimento do constituinte-WH

²⁴ No âmbito da Gramática Gerativa, quando, por alguma razão, um constituinte é movido da posição onde ele foi gerado e recebeu papel semântico, ele deixa um vestígio com o mesmo índice do elemento movido, mostrando que eles são correferenciais.

para a periferia esquerda indica a existência de um marcador de Foco nulo no núcleo relevante, impedindo a estratégia de WH *in situ*.

5.3.2.2. A LGM e as estruturas de topicalização

Como já foi dito anteriormente, outra característica das *discourse configurational languages* diz respeito à sensibilidade da estrutura sintática à codificação do conteúdo informacional de Tópico, que, na perspectiva de Ameka (2010, p. 143), fornece uma espécie de *frame* ou informação velha – já contida no discurso –, em relação ao qual se declara o conteúdo proposicional da sentença.

De acordo com Lefebvre e Brousseau (2002, p. 152), no fongbe, o processo de topicalização envolve o movimento do constituinte topicalizado para a posição inicial da sentença, à esquerda do marcador de Tópico *ɔ*, enquanto a sua posição original é preenchida por uma forma pronominal resumptiva:

(72) fongbe (LEFEBVRE E BROUSSEAU, 2002, pp. 151-152 ex. 34, 37, 38a-b)

a. Kòkú ɔ²⁵, Àsíbá m̀ò (è)_i

Koku DEF Asiba see RES

‘Koku, Asiba saw him’

‘Koku, Asiba viu ele’

b. Kòkú ɔ, é d̀ù m̀l̀ìkún

Koku DEF RES eat rice

‘Koku, he ate rice’

‘Koku, ele comeu arroz’

c. Ví ɔ lé ɔ, yé d̀ù m̀l̀ìkún

child DEF PL DEF RES eat rice

²⁵ É mister esclarecer que, na perspectiva de Lefebvre e Brousseau (2002, p. 151), o marcador de Tópico é um determinante definido, daí a glosa DEF, proposta pelas autoras.

‘The children, they ate rice’

‘As crianças, elas comeram arroz’

d. Vɪ́ ɔ́ lɛ́ ɔ́, Kɔ́kú mɔ́ (yé)
 child DEF PL DEF Koku see RES

‘The children, Koku saw them’

‘As crianças, Koku viu elas’

Conforme vemos nos dados acima, enquanto os DPs sujeitos exigem a sua retomada por um pronome resumptivo no interior da sentença, o mesmo não ocorre com os DPs objetos topicalizados, para os quais o emprego do resumptivo é opcional. No entanto, como indicam os dados em (72c-d), quando o resumptivo é empregado, ele deve concordar em número com o DP movido.

Além do marcador de Tópico do fongbe, com base em Ameka (2010, p. 144), sabemos que as línguas Gbe que interessam à nossa pesquisa exibem os seguintes marcadores: *ya* (gungbe) e *(l)á* (ewegbe). Entretanto, nenhum deles pôde ser encontrado na LGM, que, curiosamente, apresenta de maneira altamente sistemática a forma *hé* em alguns contextos sintáticos, fato que chamou a atenção de Souza (2001), nos seguintes termos:

Os **enunciados assertivos afirmativos** da língua geral de mina têm como característica a intercalação de um pronome entre o NS e o VP, no caso de o primeiro ser preenchido por um nominal que não seja pronome pessoal. Esse pronome [...] tem sempre a forma do pronome pessoal de terceira pessoa, assumindo a função anafórica, pois retoma o sujeito. (SOUZA, 2001, p. 38, grifos nossos)

Tomando como ponto de partida essa relevante observação de Souza (2001, p. 38), nesta subseção, procuramos defender o ponto de que a forma de terceira pessoa que, nas sentenças em questão, se posiciona entre o DP sujeito e o VP consiste num pronome resumptivo, parte de uma aparente construção de Tópico da LGM, provavelmente, fruto da competição e seleção de traços na ecologia de contato multilinguístico do Ciclo do Ouro.

Consideremos, então, o seguinte diálogo da LGM, transcrito em (73):

(73)

I. sóháhuhema mápom

só	há	huhema	má	pom
pegar	exibir	papel	1SG.MOOD	ver

Lit.: ‘Pegue exiba papel deixe-me ver’

CP: ‘Mostra escrito para ver’

II. huhema hébũ

huhema	hé	bũ
papel	3SG	perder/desaparecer

Lit.: ‘Papel ele perdeu/desapareceu’

CP: ‘Perdi o escrito’

O exemplo em (73) corresponde a um diálogo supostamente travado entre um africano escravizado e um agente colonial – provavelmente, um capitão do mato. Na linha I, sob a suspeita de que o escravizado encontrado está fugindo, o agente colonial solicita a apresentação de um documento que prove o contrário. Assim, Costa Peixoto (1741) oferece diferentes possibilidades de resposta à solicitação, dentre elas, a sentença transcrita na linha II, na qual o interlocutor fala sobre o desaparecimento do documento, codificado pela palavra *huhema* ‘papel’, e traduzido como ‘escrito’. Voltando as nossas atenções para a linha II, vemos que o verbo *bũ* é um verbo monoargumental nas línguas Gbe modernas, entendido por Essegbey (1999, p. 64) como um verbo de aparecimento e desaparecimento. Aliás, o seguinte dado da LGM parece indicar que, também na LGM, a raiz *bũ* era entendida como um verbo monoargumental:

(74)

mebubũ

me	bubũ
pessoa	perder-perder

Lit.: ‘Pessoa perdida’

CP: ‘gente fugida ou perdida’

Conforme vimos na seção 5.2.1 deste capítulo, as línguas Gbe apresentam uma série de adjetivos atributivos reduplicados (RAAs), que são derivados a partir de raízes verbais que, para que possam ser interpretadas como adjetivos modificadores de NP, devem ter sua raiz reduplicada. Este é o caso da forma *bubũ*, em (74), que, originalmente, corresponde ao verbo monoargumental *bũ* ‘perder, desaparecer’. De acordo com Aboh (2020, comunicação pessoal), esse verbo até pode entrar em construções transitivas – ideia também defendida por Essegbey (1999, p. 64) –, porém, quando isso ocorre, a estrutura deve corresponder a uma SVC, como vemos nos seguintes exemplos do gungbe:

(75) gungbe (ABOH, comunicação pessoal)

a. Un hen wema lo bu
 1SG hold paper DET get.lost

‘I caused the paper to be lost’

‘Eu fiz com que o papel se perdesse’

b. E ze wema lo hen bu
 3SG TAKE paper DET hold get.lost

‘He caused the paper to be lost’

‘Ele fez com que o papel se perdesse’

De acordo com Aboh (comunicação pessoal), nos dados acima, a estrutura de serialização é utilizada para inserir um novo argumento na sentença, o que, em termos semânticos, serve para inserir o agente causador do estado de ‘perdido ou desaparecido’ do papel. Neste sentido, constatamos que na linha II do exemplo (73) *bũ* se comporta como um verbo monoargumental, predicador daquilo que Essegbey (1999) chama de ‘construção de um-lugar’, cuja principal propriedade semântica é não expressar a Causa da eventualidade. Neste sentido, em (73), o verbo *bũ* parece ter como seu único argumento o DP *huhema* ‘papel’, o que nos leva a considerar, juntamente com Souza (2001, p. 38), que a forma de terceira pessoa *hé* é uma espécie de pronome resumptivo que retoma o sujeito frontado. Ora, se relacionarmos o exemplo (73) às construções topicalizadas do

fongbe (72), vemos uma estrutura bastante semelhante, até porque o DP *huhema*, movido para o início da sentença, é uma informação velha no discurso, contida na linha I do diálogo, ao passo que, na linha II, temos um comentário a respeito dela. Deste modo, o diálogo em (73) parece indicar uma estrutura topicalizada na LGM, pois, não obstante a ausência de um marcador de Tópico, tem-se o fronteamento do DP sujeito e a ocorrência de um pronome resumptivo.

Algo semelhante parece ocorrer no exemplo em (76)

(76)

acruche hẽ cupou

acru	che	hẽ	cu	pou
escravo	1SG.POSS	3SG	morrer	QUANT

Lit.: ‘Meu escravo ele morreu todo’

CP: ‘Os meus negros morreram-me todos’

No exemplo acima, novamente, temos um verbo intransitivo, *cu*, que tem como seu único argumento o DP *acru che*, que aparece no início da sentença. Na posição original, ocorre uma forma de terceira pessoa que, aparentemente, retoma o DP sujeito, trazendo uma leitura de Tópico/Comentário. O verbo *cu* aparece em estruturas semelhantes nas seguintes sentenças:

(77)

a. a suche hẽcũ

asu	che	hẽ	cũ
marido	1SG.POSS	3SG	morrer

Lit.: ‘Meu marido ele morreu’

CP: ‘O meu marido morreu’

b. a siche hẽcũ

asi	che	hẽ	cũ
mulher	1SG.POSS	3SG	morrer

Lit.: ‘Minha mulher ela morreu’

CP: ‘A minha mulher morreu’

Nesses casos, o verbo *cû* ‘morrer’ tem como seus únicos argumentos os DPs *asu che* ‘meu marido’ e *asi che* ‘minha mulher’, os quais aparecem no início da sentença, sendo seguidos pela forma de terceira pessoa *he*. Além disso, cabe destacar que ambos os exemplos vêm numa sequência em que Costa Peixoto (1741) faz uma pequena lista dos membros de família – *thôhê* ‘pai’, *nohê* ‘mãe’, *novi* ‘irmão’ etc. –, dando a entender que as noções de ‘marido’ e ‘mulher’ são informações já introduzidas no discurso. Neste sentido, os dados em (77) também parecem indicar uma estrutura de topicalização na LGM, na qual ocorre o movimento do DP sujeito para o início da sentença e a retomada através de um pronome resumptivo, mas sem nenhum marcador de Tópico.

Finalmente, cremos que o diálogo em (78) consiste num reforço à análise que estamos desenvolvendo:

(78)

I. sódópo thohé mápom

só	dopo	thohé	má	pom
pegar	bolsa	2SG.POSS	1SG.MOOD	ver

Lit.: ‘Pegue tua bolsa deixe-me ver’

CP: ‘De cá as algibeiras para ver’

II. dopo, hématim numréhã

dopo	hé	ma	tim	num	ré	hã
bolsa	3SG	NEG	ter	coisa	nenhum	NEG

Lit.: ‘Bolsa, ela não tem coisa nenhuma não’

CP: ‘As algibeiras não têm nada’

O diálogo em (78) está inserido numa sequência em que um grupo de escravizados encontra um homem branco e se propõe a matá-lo (SILVEIRA, 1945, pp. 31-32). O homem branco capturado, então, disposto a salvar a sua vida, pede que os escravizados levem os seus bens, fazendo com que eles requisitem as suas algibeiras, como vemos na

linha I do diálogo. Em sua resposta, na linha II, o homem branco tenta convencer seus algozes de que não há nada em suas algibeiras, utilizando-se do verbo *tim* com uma semântica possessiva – conforme já dissemos, uma aparente inovação da LGM. Neste caso, os dois argumentos de *tim* ‘ter’ são *dopo* ‘algibeira/bolsa’ e o DP *num ré* ‘coisa nenhuma’. Entretanto, o DP *dopo* é movido para o início da sentença e, em seu lugar original, parece haver a forma de terceira pessoa *hé*, como uma espécie de pronome resumptivo. Acreditamos que, neste caso, temos mais uma vez a estrutura de topicalização da LGM, em que o constituinte topicalizado é movido para a periferia esquerda da sentença e um pronome resumptivo o retoma dentro do domínio flexional. Ora, se consultarmos o trabalho de Rizzi (1997, p. 285), temos a explicação de que, geralmente, os constituintes topicalizados são fronteados e recebem uma entonação de vírgula, direcionando uma interpretação de que tais elementos estão fora do núcleo da sentença. Não obstante a *Obra Nova* seja um documento escrito, chama a atenção o fato de que, na linha II do diálogo (78), o próprio Costa Peixoto tenha inserido uma vírgula após o constituinte fronteado, e antes da forma de terceira pessoa *he*. Sustentamos a hipótese de que, mesmo inconscientemente, Costa Peixoto tentou sinalizar graficamente a entonação dada ao constituinte *dopo*, que, no nosso entender, ocupa a posição de Tópico.

Voltemos, agora, a alguns dados de respostas a interrogativas-WH, nos quais a forma *hé* também aparece:

(79) LGM

a.

I. menu hé já

menu hé já

quem 3SG vir

Lit.: ‘Quem ele/ela vem?’

CP: ‘Quem é que vem aí?’

II. hi há bouno héjá

hihábouno hé já

européu 3SG vir

Lit.: ‘Europeu ele vem.’

CP: ‘Aí vem um branco’

b.

I. menùhébáme

menù	hé	bá	me
quem	3SG	procurar	1SG.ACC

Lit.: ‘Quem ele/ela procura mim?’

CP: ‘Quem é que me procura?’

II. hihábouno dé hé bauhẽ

hihábouno	dé	hé	ba	uhẽ
uropeu	REL	3sg	procurar	2SG.ACC

Lit.: ‘Europeu que ele te procura’

CP: ‘Um branco é que o procura’

Conforme explicamos na subseção anterior, nas línguas Gbe modernas e também nos documentos diacrônicos estudados por Aboh (2015a), as interrogativas-WH apresentam duas características: o movimento do constituinte interrogado para a periferia esquerda da sentença, deixando uma lacuna em sua posição original, e a marcação de Foco imediatamente após o constituinte movido que, no gungbe e no fongbe, é realizada pelo marcador *wè*. Em alguns casos, a resposta ao questionamento pode ser dada apenas através do constituinte focalizado, conforme indica o dado (80b) do ewegbe, no qual o verbo entre parênteses indica que sua presença é dispensável na sentença:

(80) ewegbe (AMEKA, 1991)

a. ame	ka	é	va
pessoa	WH	FOC	vir

‘Quem veio?’

b. Kofi-é (vá)

Kofi-FOC vir

‘Foi Kofi (quem veio)’

Voltando à LGM, vemos que os dados em (79) mostram que, em algumas interrogativas-WH da LGM, o constituinte movido para a periferia esquerda é imediatamente seguido pela forma de terceira pessoa *hé*, e o padrão também se repete nas respostas, sendo que, na linha II de (79b), o pronome de terceira pessoa é precedido por um introdutor de relativa. Nos exemplos transcritos em (73), (76), (77) e (78) propusemos uma análise – ainda que incoativa – de que a forma *hé* parece funcionar como um pronome resumptivo de uma construção topicalizada sem marca da LGM, dada a estrutura similar à de topicalização nas línguas Gbe modernas, o contexto discursivo dos diálogos e a ocorrência frequente de *he* como proforma em outros contextos da *Obra Nova*, fartamente exemplificados neste capítulo. Entretanto, em relação aos dados (80a-b), não temos certeza quanto a analisar a forma *hé* como um marcador de Foco e nem como um pronome resumptivo, dado que, nas línguas Gbe, a focalização, em geral, envolve lacuna e vestígio de movimento, ou seja, sem a ocorrência de pronome resumptivo. Entretanto, parece-nos que, por alguma razão ainda não explicada, a forma *he* também passou a desempenhar alguma função nas estruturas que, em tese, seriam focalizadas na LGM.

Ora, a leitura de Negrão e Viotti (no prelo) chama a atenção para algumas estruturas presentes no PB que se aproximam bastante das sentenças da LGM aqui estudadas. Uma delas corresponde ao dado em (81):

(81) português brasileiro (NEGRÃO E VIOTTI, no prelo, ex. 5)

Aquele aluno_i, ele_i precisa estudar mais.

Segundo as autoras, o dado em (81) expressa uma propriedade característica do PB, qual seja, a de ser uma língua orientada para o discurso, na qual o DP movido para a periferia esquerda juntamente com o restante da sentença parecem formar uma relação de Tópico-Comentário, e não de sujeito e predicado. Tal sentença se assemelha muito aos dados que consideramos ser de topicalização da LGM, os quais, embora não apresentem o marcador de Tópico característico das línguas Gbe, exibem a ligação entre um DP movido e o pronome resumptivo na camada flexional da sentença e uma aparente relação de Tópico-Comentário.

Assim como vimos em Teixeira de Sousa (2018), que atribui um padrão inovador de dupla negação do PB ao contato com as línguas Gbe, Negrão e Viotti (no prelo) também reconhecem que o fato de o PB ser uma língua orientada para o discurso pode ser explicado pelas ecologias de contato linguístico que levaram à sua formação, como, por exemplo, o contato com as línguas Gbe, definidas por Ameka (2010, pp. 144-145) como *discourse configurational languages*. Nesta tese, reconhecendo a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre essas relações, chamamos a atenção para o ponto de que, aparentemente, a ecologia multilíngue e complexa do Ciclo do Ouro parece ter deflagrado mudanças nas diferentes línguas que estavam em contato, como, por exemplo, no português e na LGM.

Em relação à LGM, vemos que, não obstante a ausência de um marcador de Tópico, tal qual ocorre nas línguas Gbe modernas, tem-se as propriedades de uma língua orientada para o discurso, dada a aparente vinculação entre o constituinte frontado e o pronome resumptivo que o retoma dentro da proposição. Além disso, por alguma razão ainda não explicada, o mesmo padrão parece estar configurado em algumas estruturas de interrogativas-WH da língua. Por outro lado, estruturas inovadoras também emergem no PB, aliando características que já estavam presentes no português clássico e no quimbundo – outra língua da ecologia de contato –, como o fronteamento de constituintes para a periferia esquerda e a sua retomada dentro da camada flexional da sentença (cf. NEGRÃO E VIOTTI, 2012).

Em outras passagens desta tese, fizemos referência ao trabalho de Mattos e Silva (2004), segundo a qual os africanos e os afrodescendentes teriam sido os principais difusores do português pelo Brasil, sobretudo a partir do período do Ciclo do Ouro, no qual eles se avolumaram e passaram a se comunicar numa espécie de ‘português geral brasileiro em formação’, utilizado também por indígenas integrados à sociedade colonial e modificado em relação ao português europeu (MATTOS E SILVA, 2004, p. 100). Nesta tese, defendemos a hipótese de que, além do português geral em formação, a LGM também era uma variedade competitiva na ecologia do Ciclo do Ouro, e o seu uso por diferentes atores também parece ter ensejado mudanças na estrutura da língua africana, influenciada pelas outras línguas em contato, ao mesmo tempo em que os traços gramaticais Gbe também parecem ter influenciado na emergência de novos padrões no PB. Em suma, defendemos que, na ecologia do Ciclo do Ouro, em suas constantes

interações, os falantes faziam adaptações mútuas nas variedades que estavam utilizando, independentemente de quais variedades elas fossem.

5.4. Conclusões

No início do quarto capítulo desta tese, chamamos a atenção para o fato de que, sendo a *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* uma espécie de manual de conversação naquela língua africana, caracterizado pela ausência de descrição gramatical, o documento se tornou uma incógnita para os estudiosos da temática africanista, os quais procuraram, ao longo de uma série de trabalhos, identificar a variedade linguística apresentada por Costa Peixoto, ora a vinculando a línguas atualmente faladas na África Ocidental, ora argumentando a favor da emergência de um pidgin ou crioulo Gbe no contexto do Ciclo do Ouro. Entretanto, tal qual observamos, nenhum dos trabalhos anteriores investigou em profundidade a sintaxe da LGM, de modo a tentar interpretar os dados expostos por Costa Peixoto e também para mostrar como as traduções por ele propostas evidenciavam o conhecimento que ele detinha sobre a variedade documentada. Tendo isso em vista, à luz da literatura especializada no exame da gramática das línguas Kwa/Gbe, procuramos tratar de alguns tópicos da sintaxe da LGM, mostrando em que medida essa língua africana falada no Brasil espelha ou não os traços morfossintáticos daquele importante grupo das línguas africanas. Cabe destacar que esse trabalho não teve uma fundamentação normativa, no sentido de pura e simplesmente observar o que se encaixava ou não num padrão das línguas Gbe. Pelo contrário, dada a nossa ancoragem nas teorias de contato linguístico e nos processos de evolução linguística (nascimento, variação, mudança e morte), tivemos o intuito de demonstrar como se configurava a gramática da LGM em meio aos processos de competição e seleção de traços linguísticos característicos da complexa ecologia de contato linguístico do Ciclo do Ouro.

Deste modo, através da análise de dados atinentes ao sintagma nominal – sobretudo os sintagmas modificados por adjetivos –, aos marcadores de Tempo e Aspecto, às construções de complementação inerente e de serialização verbal, reforçamos o argumento da notável homogeneidade etnolinguística dos povos Gbe (ABOH, 2015a), mostrando que muitos dos padrões encontrados na LGM espelham os fatos de língua encontrado nas variedades Gbe modernamente faladas na África, sugerindo que o grupo falante da LGM era bastante homogêneo e majoritariamente oriundo de uma mesma

região da Costa dos Escravos, certamente, a área de fala das línguas Gbe Orientais. E os dados aqui discutidos reforçam uma das propostas defendidas ao longo desta tese, qual seja, a de que uma koiné Gbe já emergira em território africano, antes de seu transplante para o solo americano.

Por outro lado, a análise de dados sobre a estrutura da negação e fenômenos relacionados à periferia esquerda da sentença parecem indicar inovações e/ou variações da LGM em relação às línguas Gbe modernas e, de certo modo, em relação aos outros documentos diacrônicos estudados por Aboh (2015a). Isso indica que, no processo de competição e seleção de traços, a LGM pode ter sofrido influências de outras variedades presentes na ecologia de contato, conforme descrevemos em (82):

(82) Figura 1- Ecologia de Contato do Ciclo do Ouro

No diagrama em (82) – inspirado em Aboh (2015a, p. 120) –, procuramos dar uma visão aproximada de nossa visão sobre a ecologia de contato do Ciclo do Ouro, no que diz respeito à emergência da LGM. A sequência Gbe, disposta no retângulo esquerdo superior, representa as variedades Gbe previamente faladas na Costa da Mina, com sua

homogeneidade, mas também com suas diferenças, como na sintaxe da negação, dos marcadores TMA – representada por partículas no Gbe Oriental e por afixos em algumas variedades do Gbe Ocidental – etc. Já o retângulo imediatamente inferior diz respeito à formação das *koinés* Gbe que, muito provavelmente, já emergiam em território africano, devido aos intensos movimentos populacionais e contatos linguísticos protagonizados pelos povos Gbe naquela região e já abordados nesta tese. Conforme nos indicam as três setas que saem do domínio Gbe, são essas as variedades que vão contribuir fortemente para a formação da LGM, uma vez que o processo de koinetização já se inicia através do contato entre os falantes na África. No pólo oposto, imaginamos também a presença de falantes de diferentes variedades de português e, muito provavelmente, de línguas bantu. Tais grupos, através de suas *koinés*, também teriam contribuído para a formação da LGM, uma vez que, aparentemente, o vasto conjunto dos desclassificados do ouro – grande grupo constituído de africanos escravizados e pessoas livres pobres – tinha na LGM uma das variedades disponíveis para a interação em suas respectivas redes sociais de comunicação.

Obviamente, o entendimento dessa complexa ecologia de contato linguístico passa pelo entendimento do resultado gerado pelos processos de competição e seleção de traços linguísticos, trabalho este que demanda pesquisas adicionais. Entretanto, cremos que parte do trabalho começa na identificação dos fenômenos que podem servir de vitrine para a observação dos processos de evolução linguística. Foi isso que procuramos fazer, estudando os tópicos da sintaxe da LGM. Ademais, cremos que trabalhos dessa natureza podem servir de subsídio para pesquisas outras, que tenham como objetivo a compreensão do papel das línguas Gbe na emergência do português brasileiro.

Considerações Finais

Nesta tese, apresentamos um capítulo da História Linguística brasileira, centrando a nossa discussão na língua geral de Mina (LGM), língua africana falada no Brasil, no século XVIII, e documentada por António da Costa Peixoto, na *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741). A perspectiva adotada foi a da história dos contatos linguísticos, focalizando sobretudo a reconstrução da ecologia de contato do Ciclo do Ouro, as redes sociais que nela foram estruturadas, a origem dos africanos escravizados, os traços gerais de suas línguas e culturas, bem como as relações que eles travaram com os outros habitantes das Minas Gerais naquele momento histórico. Assim, através do estudo detalhado de vários aspectos relativos à ecologia linguística do Ciclo do Ouro, bem como da sintaxe da LGM, mostramos que a língua descrita por Costa Peixoto foi uma língua Gbe falada no Brasil colonial, com conservações e inovações em sua gramática.

Com o auxílio da literatura historiográfica e linguística, verificamos que os falantes da LGM eram oriundos de uma região da África caracterizada por uma notável homogeneidade etnolinguística, o que teria facilitado a sua organização em redes no contexto das Minas Gerais. Essas redes também foram compostas pelos desclassificados do ouro, indivíduos livres e pobres que, àquela época, compartilhavam com os escravizados a pobreza e os contextos de interação social. Dada essa proximidade em que viviam, argumentamos que a LGM desempenhou um papel de língua veicular entre os desclassificados do ouro, fato explicado não só pelo alto número de africanos Gbe na região de Minas Gerais, mas também pela importância desses povos na economia mineradora e também por sua presença nas redes sociais de comunicação, como no contexto das vendas, irmandades etc. Deste modo, argumentamos que ao mesmo tempo que os africanos escravizados das Minas Gerais do século XVIII puderam conservar alguns de seus traços na diáspora brasileira, inclusive sua língua, vemos que novos traços foram criados a partir do contato com outros povos.

Em nossa análise de alguns tópicos da sintaxe da LGM, verificamos que essa variedade conservava alguns importantes traços morfossintáticos das línguas Gbe, como a sintaxe dos sintagmas nominais modificados por adjetivos e dos marcadores de Tempo e Aspecto, os verbos de complementação inerente e as construções de serialização verbal. Entretanto, a análise de outros domínios da gramática chamou a atenção para aspectos

inovadores, como nas interrogativas-WH, nas construções de Tópico e, sobretudo, nos padrões das sentenças negativas. No nosso entender, tais características podem ser explicadas pelo fato de a *Obra Nova* consistir em uma espécie de fotografia de uma língua numa ecologia de contato multilinguístico, caracterizada por contínuos processos de competição e seleção de traços.

Os resultados apresentados pela investigação levantam algumas questões que merecem ser discutidas. Começando pela discussão sobre o tratamento teórico-metodológico dado às mudanças linguísticas do PB, a análise mostrou que não obstante o papel linguístico dos africanos escravizados no Brasil sempre tenha estado na agenda dos estudiosos da linguagem do país – e também em Portugal –, não raro, as práticas linguísticas dos cativos foram vistas de maneira negativa, perspectiva fundamentada em um “discurso da perda”. Ademais, conforme procuramos mostrar, em grande parte dos casos, essa visão foi ancorada na ausência de análises das línguas africanas relevantes para cada contexto ou, quando existentes, eram análises superficiais. Igualmente, chamam a atenção as perspectivas sobre o contato linguístico que permeiam os trabalhos analisados, identificadas com uma visão excepcionalista de que o contato e a aquisição de segunda língua estabelecem rupturas na história natural das línguas.

Contudo, a discussão realizada também mostrou a emergência de uma nova seara de estudos sobre o papel das línguas africanas na formação do PB, estudos estes não baseados num “discurso da perda”, mas sim num “discurso de inovação”, isto é, na proposta de como as gramáticas das línguas africanas e o processo de aquisição de segunda língua contribuem para a ocorrência de novas estruturas sintáticas no PB. É importante salientar que esses novos trabalhos têm como ponto de partida teorias linguísticas que consideram as dinâmicas de contato como a força motriz dos processos de evolução linguística, razão pela qual teorias semelhantes foram adotadas em nossa tese. Isso posto, argumentamos que um interessante ponto de discussão que a análise levanta é a valorização dos estudos africanos em sua integralidade, dado que os novos trabalhos aqui referidos têm início em análises aprofundadas das gramáticas das línguas africanas e da história de seus falantes, para uma posterior articulação com aquilo que se encontra no português. Conforme sugerimos na tese, tal característica pode estar relacionada a uma tendência mais geral nas ciências humanas, qual seja, a de valorização e de ressurgimento dos estudos africanos, tendência esta que precisa ser melhor estudada e interpretada no âmbito das pesquisas historiográficas.

A proposta de reconstrução da ecologia de contato multilinguístico do Ciclo do Ouro, fundamentada em dados historiográficos e linguísticos, permitiu verificar que, não obstante a estratificação tradicional entre senhores e escravizados, a sociedade colonial – pelo menos nas Minas Gerais do século XVIII – foi marcada pela interação e pelo convívio entre diferentes grupos, o que teve as suas consequências linguísticas. É com base nessa generalização que propusemos ser a LGM uma variedade corrente nos contatos travados entre os desclassificados do ouro, hipótese esta que pode ser comprovada nas inovações estruturais da variedade Gbe em meio a uma ecologia multilíngue. Assim, se os dados indicam a predominância de africanos escravizados Gbe nas Minas Gerais, o que, certamente, explicaria a manutenção do uso da LGM, há também indícios para afirmar que tal variedade linguística era utilizada por escravizados de outros grupos étnicos, pelos próprios portugueses e por outros indivíduos brancos, pois não se pode olvidar que, se Costa Peixoto fazia os manuais da língua para vender (cf. FERNANDES, 2012), é lícito pensar que havia consumidores, muito provavelmente, indivíduos que falavam a LGM como segunda língua, assim como Costa Peixoto. Levando esses fatos em consideração, argumentamos que a tese coloca algumas questões para trabalhos que analisam a história linguística brasileira como uma trajetória unidirecional de domínio do português, como se não tivessem se estruturado ecologias linguísticas mais complexas, as quais, certamente, influenciaram na variação e na mudança do português brasileiro. Neste sentido, a tese chama a atenção para a necessidade de se considerar os africanos escravizados como sujeitos históricos, com suas práticas linguísticas e culturais, que não necessariamente foram cortadas quando de sua chegada ao contexto colonial brasileiro.

Não obstante a existência de trabalhos anteriores sobre a LGM – vale destacar, trabalhos pioneiros –, a análise crítica realizada mostrou que alguns desses estudos pregressos foram baseados em perspectivas problemáticas sobre o contato linguístico, similares às que deram suporte às abordagens tradicionais sobre a emergência do PB, calcadas no “discurso da perda” (cf. LOPES, 1945; YAI, 1997; BONVINI, 2008). Os outros estudos revisitados, embora não fossem ancorados no “discurso da perda”, falharam em descrever as propriedades morfossintáticas da LGM de maneira apropriada, pois a ausência de uma discussão dos dados à luz da literatura especializada no estudo das línguas Gbe da África Ocidental levou a generalizações equivocadas sobre a variedade documentada por Costa Peixoto na *Obra Nova* (1741). Neste sentido, a análise crítica apresentada evidencia a adequação da abordagem teórica-metodológica que pautava nossa tese, fundamentada em três eixos: (i) o uso de teorias de contato não

excepcionalistas; (ii) o conhecimento dos povos em contato, por meio da reconstrução da ecologia linguística; e (iii) o conhecimento da língua africana em questão, através de trabalhos de referência no campo. Os três eixos poderiam ser resumidos na noção de reconhecimento da África no Brasil, primeiro passo a ser dado para a elaboração das bases de nossa formação nacional, pelo menos de nossa formação linguística. É interessante observar que os três eixos destacados passam por epistemologias africanas: são africanos e/ou afrodescendentes aqueles que trazem à luz as teorias não-excepcionalistas sobre o contato; há participação africana na retomada da história de seus ancestrais; são principalmente os africanos que explicam como as suas respectivas línguas funcionam.

Conforme dissemos acima, o estudo dos tópicos da sintaxe da LGM mostrou que ao contrário de trabalhos anteriores que analisaram a LGM como uma língua gramaticalmente empobrecida, um crioulo ou uma variedade pidginizada, ela foi uma língua Gbe falada nas Minas Gerais do século XVIII, exibindo propriedades muito semelhantes às línguas Gbe modernas e aos outros documentos diacrônicos, mas também inovações estruturais. Entretanto, é preciso observar que as características diferentes observadas na LGM não implicam na adoção de um discurso de perda ou simplificação, mas devem ser tratadas como inovações gramaticais geradas no âmbito de ecologias de contato linguístico. Ademais, vale destacar que o estudo das propriedades morfossintáticas da LGM como uma língua Gbe contribuem para pesquisas que têm como horizonte a investigação da participação das línguas africanas na emergência do PB, sobretudo quando observamos os padrões inovadores daquela língua africana, os quais dizem respeito justamente a níveis da gramática cujas propriedades inovadoras também chamam a atenção nos estudos sobre o PB, como as estruturas de dupla negação (TEIXEIRA DE SOUSA, 2018) e os fenômenos ligados à periferia esquerda da sentença (NEGRÃO & VIOTTI, to appear).

Finalmente, argumentamos que as discussões e os resultados apresentados na tese explicitam a relevância de trabalhos interdisciplinares – conforme o indicado no paradigma da História Linguística (NEGRÃO E VIOTTI, 2012) – e também a necessidade de busca por conhecimentos mais integrais a respeito das Áfricas e suas múltiplas relações com o Brasil.

Referências

- ABOH, E. O. **The morphosyntax of complemente-head sequences**: clause structure and word order patterns in Kwa. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- _____. Leftward Focus versus Rightward Focus: The Kwa-Bantu Conspiracy. **SOAS Working Papers in Linguistics**, 15, p. 81-104, 2007a.
- _____. A ‘mini’ relative clause analysis for reduplicated attributive adjectives. **Linguistics in the Netherlands**, 24, 1-13, 2007b.
- _____. Competition and Selection. That’s all. In: _____; SMITH, N. (eds.). **Complex processes in new languages**. Amsterdam Philadelphia: J. Benjamins, 2009a.
- _____. Clause structures and Verb series. **Linguistic Inquiry**, 40(1), 1-33, 2009b.
- _____. The morphosyntax of the noun phrase. In: ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. (eds.). **Topics in Kwa Syntax**. London: Springer, 2010a.
- _____. C-type negation markers on the right edge. In: ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. (eds.). **Topics in Kwa Syntax**. London: Springer, 2010b.
- _____. **The Emergence of Hybrid Grammars**: Language Contact and Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2015a.
- _____. Functional verbs in Gungbe: The case of inherent complement verbs. **Linguística: revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto**, 10, 9-29, 2015b.
- ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. (eds.). **Topics in Kwa Syntax**. London: Springer, 2010a.
- ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. General properties of the clause. In: ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. (eds.). **Topics in Kwa Syntax**. London: Springer, 2010b.
- ABOH, E.O.; DEGRAFF, M. Some notes on bare nouns in Haitian creole and in Gungbe: a transatlantic Sprachbund perspective. In: AFALI, T.A. MAELUM, B. (eds.). **The sociolinguistics of grammar**, Amsterdam: Benjamins, 2014, pp. 203-236.

ABOH, E. O.; SMITH, N. Migrations, ethnodynamics and geolinguistics in the Eastern Aja-Tado cultural area. In: MUYSKEN, P.; SMITH, N. **Surviving the Middle Passage: The West Africa-Surinam Sprachbund**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015, pp. 43-66.

ADRIANO, P. S. **Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásticas do português em Angola** – Divergências em relação à norma europeia. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Évora, Portugal, 2014.

ALONSO, M. C. Multidimensionalidad, Complejidad y Dinamismo en la Historiografía Lingüística y en su definición del concepto de Tradición. **Todas as Letras: revista de língua e literatura**, v. 14, n. 1, p. 71-86, 2012.

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

AMEKA, F. **Ewe: its grammatical constructions and illocutionary devices**. Ph.D. Thesis, Australian National University, Canberra, 1991.

_____. Information Packaging Constructions in Kwa. In: ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. (eds.). **Topics in Kwa Syntax**. London: Springer, 2010, p. 141-175.

ANDREAZZA, M. L.; NADALIN, S. O. História da ocupação do Brasil. MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (orgs. 2011). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ARAÚJO, F. **Fome do ouro e fama da obra**. Antonio da Costa Peixoto e a “Obra Nova de Lingoa Geral de Mina” – alianças, proximidades e distâncias de um escritor português no Brasil colonial do século XVIII, 2013.

AWOYALE, Y. **Complex Predicates and Verb Serialization**. University of Ilorin and MIT, Cambridge, Massachusetts, 1988.

BAKKER, P. Pidgins. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (orgs.). **Pidgins and Creoles: an introduction**. Philadelphia, USA: John Benjamins, p. 25-40, 1994.

BICKERTON, D. The language bioprogram hypothesis. **Behavioral and Brain Sciences**, 4, p. 173-188, 1984.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.M.T. (orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

BORGES, P. S. **Línguas africanas e português brasileiro**: análise historiográfica de fontes e métodos de estudo no Brasil (sec. XIX-XXI). Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BORTONI-RICARDO, S. M. **The urbanization of rural dialects speakers**: a sociolinguistic study in Brazil. Cambridge: Crambridge University Press, 1985.

BOSCHI, C. C. **Leigos e o Poder**. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, C. R. **A Idade do Ouro no Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAPO, H. B. C. **A Comparative Phonology of Gbe**. Berlin: Foris Publications, 1991.

CARRATO, J. F. **Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais**: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista. São Paulo: Nacional, 1968.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Y. P. A Sobrevivência das Línguas Africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia. **Afro-Ásia** (UFBA), Salvador, v. 4-5, p. 25-34, 1967.

_____. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia** (UFBA), Salvador, v. 14, p. 81-106, 1983.

_____. Dimensão dos aportes africanos no Brasil. **Afro-Ásia** (UFBA), Salvador, v. 16, p. 24-35, 1995.

_____. **A Língua Mina-Jeje no Brasil**: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

_____. De como Legba tornou-se interlocutor dos deuses e dos homens. **Cadernos Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 123-133, 2004.

_____. **Falares africanos na Bahia** (um vocabulário Afro-Brasileiro). 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2005.

CHAUDENSON, R. **Creolization of language and culture**. London: Routledge, 2001.

COELHO, O. F.; SILVA, W. S. Páginas de História da Terminologia Relativa ao Português Brasileiro. In: CASTILHO, A. T. (org.) **História do Português brasileiro: o português brasileiro em seu contexto histórico**. São Paulo: Contexto, 2018.

CORCORAN, C. Creoles and the creation myth: A report on some problems with the linguistic use of 'Creole'. **Chicago Linguistic Society**, 36, 2, 193-206, 2001.

COSTA, W. P. A Independência na Historiografia brasileira. In: JANCSÓ, I. (org.). **Independência do Brasil: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, v. 1., 2006.

CRUZ, T. C. C. As Irmandades Religiosas de Africanos e Afrodescendentes. **PerCursos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 3-17, 2007.

DEGRAFF, M. Against Creole Exceptionalism. **Language**, 79, p. 391-410, 2003.

DEGRAFF, M.; ABOH, E. A Null Theory of Creole Formation Based on Universal Grammar. In: ROBERTS, I. (ed.). **Oxford Handbook of Universal Grammar**. Oxford University Press, 2017.

DIAS, P. S. J. **Arte da lingua de Angola, oeferecida [sic] a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãy, & Senhora dos mesmos Pretos**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Majestade, 1697. Disponível em: <https://purl.pt/31521/1/html/index.html#/18-19>

ESSEGBEY, J. **Inherent complement verbs revisited**: towards an understanding of argument structure constructions in Ewe. Nijmegen: MPI Dissertation series 10, 1999.

ELTIS, D. Africa, slavery, and the slave trade, mid-seventeenth to mid-eighteenth centuries. In: CANNY, N.; MORGAN, P. (eds.). **The Oxford handbook of the Atlantic world: 1450-1850**. New York: Oxford University Press, 271-286, 2011.

FERNANDES, G. A Língua Geral de Mina (1731/1741) de António da Costa Peixoto. **Confluência**, 43, 2, 28-46, 2012.

FIGUEIREDO, L.; MAGALDI, A. M. N. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. **Caderno de Pesquisa**, n. 54, p. 50-61, 1985.

FIORIN, J. L.; PETTER, M.M.T. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOX, A. **Linguistic Reconstruction: an introduction to theory and method**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

GANDAVO, P. M. **Historia da Província Santa Cruz que vulgarmente chamamos Brasil**. Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese, 1576.

GIVÓN, T. Grammatical relations in passive clauses: A diachronic perspective. In: ABRAHAM, W.; LEISIO (eds.). **Passivization and tipology**. Form and function. (pp. 337-350). Amsterdam: John Benjamins, 2006.

GOMES, C. C.; OKOUDOWA, B. Morfologia. In: PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 127-158.

GUMPERZ, J. J. Social Network and Language Shift. In: GUMPERZ, J. C.; GUMPERZ, J. J. (eds.). **Papers on Language and Context**, Working Paper n. 46. Berkeley: Language Behavior Research Laboratory, University of California, 1976.

GUY, G. **Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the Phonology, Syntax, and Language History**. 1981, 392 f. Tese (Doutorado em Linguística), University of Pennsylvania, 1981.

HASPELMATH, M. The Serial Verb Construction: Comparative Concept and Cross-Linguistic Generalizations. **Language and Linguistics**, 17(3), p. 291-319, 2016.

HOFTMANN, H. **Dictionnaire Fon-Français – avec une esquisse grammaticale**. Rüdiger Köppe Verlag Köln, 2003.

HOUAISS, A. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

KEMMER, S. **The middle voice**. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

KLUGE, A. **The Gbe languages varieties of West Africa: A quantitative analysis of lexical grammar features**. MA dissertation, University of Wales, College of Cardiff, 2000.

_____. The Gbe Language Continuum of West Africa: a Synchronic Typological Approach to Prioritizing In-depth Sociolinguistic Research on Literature Extensibility. **Language Documentation & Conservation**, v. 1., n. 2, p. 182-215, 2007.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, 45-70, 1996.

LACET, J. A. L. **Viver e morrer sob o signo da escravidão**: irmandades, escravos e libertos em Vila Rica setecentista. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LARA, S. H. Os Minas em Minas: Linguagem, Domínio Senhorial e Etnicidade. In: NODARI, E.; PEDRO, J. M.; IOKOI, Z. M. G. (orgs.). **História**: Fronteiras. XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, p. 681-88, 1999.

LAW, R. The slave trade in seventeenth-century Allada: a revision. **African Economic History**, v. 22, p. 59-92, 1994.

_____. **The Slave Coast of West Africa, 1550-1750**: the impact of the Atlantic slave trade on an African society. Oxford: Clarendon, 2002.

LEAL, J. A Antropologia em Portugal e o englobamento da cultura popular. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 293-319, 2016.

LEFEBVRE, C.; BROUSSEAU, A. M. **A grammar of Fongbe**. Berlin/New York: Mouton, 2002.

LIBBY, D. C. Mineração escravista. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (orgs. 2018). **Dicionário Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LIMA, I. S. A Voz e a Cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 79, 2018.

LOPES, E. C. Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua Ewe no Brasil. In: SILVEIRA, L. **Obra Nova de Língua Geral de Mina**, de António da Costa Peixoto. Agência Geral das Colônias: Lisboa, 1945.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Linguística Galega**, v. 4, pp. 45-65, 2012.

_____. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 33, p. 347-382, 2017.

_____. Por que a crioulação aconteceu no Caribe e não aconteceu no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. **Revista Gragoatá (UFF)**, v. 24, pp. 227-255, 2019.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Escravidão no Brasil**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2010.

MANESSY, G. **Créoles, pidgins, variétés véhiculaires, procès et genèse**. Paris: Editions du CNRS, 1995.

MATTOS E SILVA, R. S. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil**: principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes. Tradução de Solena Benevides Viana. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1944.

MEIJER, G.; MUYSKEN, P. On the beginnings of pidgin and creoles studies: Schuchardt and Hesseling. In: VALDMAN, A. (ed.). **Pidgin and Creole Linguistics**. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

MELO, G. C. **A Língua do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Editora da FGV, 1975.

MELLO, H. Formação do português brasileiro sob a perspectiva da linguística de contato. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MENDONÇA, R. **A Influência Africana no Português do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. **O Português do Brasil**: origem, evolução e tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

MILROY, L. **Language and social networks**. Oxford: Blackwell, 1980.

_____. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). **The Handbook of Language Variation and Change**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

MUFWENE, S. S. **The ecology of Language Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. **Language Evolution**: contact, competition and change. London: Continuum, 2008.

_____. From Genetic Creolistics to Genetic Linguistics: Lessons we should not miss! In: **Papers from the 34th Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society**, 2012.

NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. **DELTA**, v. 9, n. especial, pp. 437-454, 1993.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. C. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.M.T. (orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A estrutura sintática das sentenças absolutas no português brasileiro. **Linguística (Madrid)**, v. 23, p. 37-58, 2010.

_____. Em busca de uma História Linguística. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 309-342, 2012.

_____. Brazilian Portuguese as a transatlantic language: Agents of linguistic contact. **Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies**, v. 3, p. 135-154, 2014a.

_____. Contato entre quimbundo e português clássico: Impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. **Linguística**, 30, 289-330, 2014b.

_____. Uniformitarianism and the emergence of the Brazilian variety of Portuguese. No prelo.

PAIVA, E. F. Alforrias. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (orgs. 2018). **Dicionário Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a

PAGOTTO, E. G. Crioulo sim, crioulo não – uma agenda de problemas. In: CASTILHO, A.T.; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R. E. CYRINO, S. M. L. (orgs. 2007). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas, SP: Pontes/FAPESP, p. 461-482, 2007.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Morfologia de Flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. **Estudos da Língua(gem)**, v. 8., p. 55-82, 2010.

PARÉS, L. N. Entre duas Costas: nações, etnias, portos e tráfico de escravos. In: PARÉS, L. N. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Os Africanos Ocidentais. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (orgs. 2018). **Dicionário Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a.

_____. Religiosidades. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (orgs. 2018). **Dicionário Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

PETTER, M. Línguas Africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. A.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (orgs.). **Quinhentos anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 117-142, 2006.

_____. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. A Classificação das Línguas da África. In: PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015b.

_____. As línguas no contexto social africano. PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015c.

PETTER, M; CUNHA, A. S. “Línguas Africanas no Brasil”. In: PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, M.; NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. The Africa-Brazil continuum: the case of passives and impersonal constructions. In: ÁLVAREZ LÓPEZ, L.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (orgs.). **The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil**. 1.ed. Amsterdam: John Benjamins, v. 1, p. 211-236, 2018.

PINTO, E. P. **O Português do Brasil: Textos críticos e teóricos**. Vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978.

RASO, T.; MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V. Os contatos linguísticos e o Brasil – Dinâmicas pré-históricas e sociopolíticas. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (orgs. 2011). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

REZENDE, R. C. Africanos, Crioulos e Mestiços: a população de cor em algumas localidades mineiras do século XVIII e a construção de suas identidades. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. **Anais**. Caxambú, p. 1-21, 2006.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). **Elements of grammar**. Dordrecht: Kluwer, p. 281-337, 1997.

RODRIGUES, A. D. Obra nova da língua geral de mina: a língua Ewe nas Minas Gerais. **Papia**, Brasília, v. 3, p. 92-96, 2003.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 8. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004[1933].

ROSA, M. C. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. **Confluência**, n. 56, v.1, p. 55-113, 2019.

SANTOS, A. O. A. As Minas da Língua Mina. In: CASTRO, Y. P. de. **Língua Mina-Jeje no Brasil**: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Secretaria de Estado da Cultura, p. 11-19, 2002.

SAPIR, E. **A Linguagem**: introdução ao estudo da fala. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SCHWARCZ, L. Teorias raciais. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (orgs. 2018). **Dicionário Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, V. G. O terreiro e a cidade nas etnografias afro-brasileiras. **Revista de Antropologia (São Paulo)**, v. 36, p. 32-79, 1993.

SILVA, W. S. **Linguística Histórica no Brasil (1950-1990)**: estudo historiográfico das continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística do português brasileiro. 2016. 244f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Serafim da Silva Neto e a problematização do contato entre línguas: algumas observações sobre a relação entre os Estudos Linguísticos e a História. **Working Papers em Linguística**, 18(1): 62-83, Florianópolis, 2017.

SILVA, W. S.; NEGRÃO, E.V. Sobre a gênese dos crioulos e a história do português brasileiro: revisitando Serafim da Silva Neto. In: COELHO, O. F. (org.). **Historiografia Linguística no Brasil** (1993-2018) – Memórias, Estudos. Campinas: Pontes Editores, 2018.

SILVA NETO, S. O dialeto crioulo do Surinam. **Cultura**, 2: 57-70, 1949.

_____. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e da Cultura, 1963[1950].

SILVEIRA, L. **Obra Nova de Língua Geral de Mina**, de António da Costa Peixoto. Agência Geral das Colônias: Lisboa, 1944.

SOARES, M. C. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. **Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 59-83, 2002.

_____. From Gbe to Yoruba: Ethnic Change and Mina Nation in Rio de Janeiro. In: FALOLA, T.; CHILDS, M. D. **The Yoruba Diaspora in the Atlantic world**. Indiana University Press, 2004.

_____. **Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza**: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786. São Paulo: Editora Chão, 2019.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, S. M. C. **A predicação na língua geral de mina**: uma proposta de descrição. 2001. 131f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica (uma homenagem a Fernando Tarallo). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993[1986].

TEIXEIRA DE SOUSA, L. Sobre as origens da distinção entre negação de proposição e negação de evento no português brasileiro. **Estudos de linguística galega**, Volume Especial I, p. 123-138, 2018.

THOMASON, S. A typology of contact language. In HOLM, J.; MICHAELIS, S. (eds.). **Contact languages: critical concepts in language studies**, v. 5. New York: Routledge, p. 38-55, 2009.

THOMASON, S.; KAUFMAN, G. **Language contact, creolization, and genetic linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988.

YAI, O. B. Identifying Enslaved Africans in Fon and Yoruba Vocabularies in Brazil (18th-19th centuries). In: **Identifying enslaved Africans in the nigerian hinterland**. Toronto: Unesco Conference, 543-553, 1997.